

Mário Porfírio Rodrigues

UM JORNAL, UMA VIDA

A saga do Jornal de São Caetano e outras mais

UM JORNAL, UMA VIDA

A saga do Jornal de São Caetano e outras mais

Mário Porfírio Rodrigues

Fundação Pró-Memória
São Caetano do Sul
2005



Fundação Pró-Memória

São Caetano do Sul

Avenida Dr. Augusto de Toledo, 255 - Santa Paula
São Caetano do Sul (SP)
CEP 09541-520
Telefones: 4221-9008 - 4221-7420
www.fpm.org.br
e-mail: fpm@fpm.org.br

Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Séries Cadernos de História, Documenta e Ensaios

Direção: Prof. Sônia Maria Franco Xavier

Volumes Publicados:

01. José de Souza Martins, *Diário de Fim de Século. Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
02. *8º Grupamento de Incêndio: 32 anos de História*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
03. Yolanda Ascencio, *Meio século de Legislativo em São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998. 2ª edição revista e ampliada, 1999.
04. Sônia Maria Franco Xavier (org.), *Jayme da Costa Patrão:...um traço marcante na autonomia*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
05. Rui Ribeiro, *Notas de Realéjo. Estudos sobre Literatura e MPB*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
06. Guido Carli, *Sti àni gera... cusst (Antigamente era assim)*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
07. Agvan de Andrade Matos, Rosemeire Bento Simões (org.), *Cotidiano Redescoberto, alunos desvendam a História no Bairro Prosperidade*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul: Escola Estadual Laura Lopes, 1999.
08. *Anais do III Congresso de História do ABC. À Sombra das Chaminés. A Produção da Cultura no ABC*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
09. Deliso Villa, *História Esquecida*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2000.
10. Eliane Mimesse, *A Educação e os Imigrantes Italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001.
11. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, *Um olhar poético sobre São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2002.
12. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, *Vozes da Vizinhança - Os bairros de São Caetano por seus moradores*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2003.
13. José de Souza Martins, *O Imaginário na Imigração Italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2003.
14. Mario Del Rey, *História da Maçonaria em São Caetano do Sul*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2004.
15. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, *Jardins de Infância: registros das escolas infantis de São Caetano do Sul*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2004.
16. Alexandre Toler Russo, *Caminhos da Fé. Itinerário dos templos religiosos de São Caetano do Sul*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2004.

Este livro integra o Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória, do período administrativo 2005-2008 (prefeito José Auricchio Júnior), cujo objetivo é resgatar a história do município e da região através da publicação de pesquisas e documentos inéditos.

ISBN: 000000000000

Feito o depósito legal.

FICHA CATALOGRÁFICA:

RODRIGUES, Mário Porfírio, 1925
R93t Um Jornal, uma Vida - A saga do Jornal de São Caetano e outras mais/
Mário Porfírio Rodrigues. - São Caetano do Sul : Fundação Pró-Memória, 2005.
256p.; 23cm. - (Série Documenta)

1. jornal-história-movimento político-social
2. desenvolvimento industrial

CDD 079.8161

Jussara Ferreira Muniz

Fundação Pró-Memória - Série Documenta
Direção: Sônia Maria Franco Xavier

Revisão: Alexandre Toler Russo e Paula Fiorotti
Organização: Maria Aparecida Mancini Fedatto
Digitalização de imagens: Fabíola Fioravante
Editoração: Antônio Devanir Leite Júnior - Mtb. 19.866
Integração

Índice

Prefácio.....	11
Apresentação.....	15
Capítulo I	
Jornal de São Caetano: a serviço da cidade.....	19
Capítulo II	
Isenção política, nossa filosofia	39
Capítulo III	
Hospital beneficente, primeira campanha do Jornal.....	55
Capítulo IV	
Os pilares da SBHSC.....	71
Capítulo V	
Do Tijucuçu à Autonomia Municipal.....	83
Capítulo VI	
Plebiscito e conquista da autonomia.....	95
Capítulo VII	
Nova estrela: São Caetano do Sul	123
Capítulo VIII	
Eleições para um radioso futuro	141
Capítulo IX	
Ecos da Economia	155
Capítulo X	
Outras campanhas: CTBC, Creche, Rotary	175
Capítulo XI	
Família, trabalho e São Caetano	187
Capítulo XII	
Empregado de escritório, um progresso	201
Capítulo XIII	
Dulcora e Ars Curandi	211
Capítulo XIV	
Ferros Tupy, Sancaetanense Jornal, Eletropaulo	225
Capítulo XV	
Frutos da autonomia e evocações	237
O Progresso de São Caetano	245
Referências Bibliográficas	255

Prefácio

Convidado a contar a sua história pessoal, Mário Porfírio Rodrigues optou por um relato despojado, em que ele aparece em dois atos. No primeiro, apresenta-se como o coadjuvante, que de fato não era, dos primeiros movimentos sociais do pós-guerra no subúrbio industrial de São Paulo. Os movimentos de uma geração de filhos de operários que experimentaram em primeira mão os desafios da diferenciação social e das transformações sociais que consumavam as promessas maiores da industrialização e de um ainda difuso nacional-desenvolvimentismo.

Muito jovem, fez parte do grupo que se empenhou, primeiro, em estabelecer e fazer circular o *Jornal de São Caetano*, periódico de posições firmes que marcou largo período da história de São Caetano do Sul. Foi, sem dúvida, o grande responsável pela construção e consolidação de uma consciência de localidade no povo desse município. O *jornal* serviu como ponto de apoio de várias ações de mobilização da população em favor de causas supra-partidárias, de interesse de toda a coletividade, como o Hospital de São Caetano e a autonomia político-administrativa do antigo subdistrito de Santo André. A autonomia significava concretamente meios materiais e administrativos para atender necessidades sociais de grande relevo na área da saúde, da educação, dos serviços sociais, da cultura, da infra-estrutura urbana.

Mário Porfírio Rodrigues foi um dos mais insistentes e persistentes atores do drama da constituição em São Caetano do Sul, no nível local, da estrutura do Estado pós-ditatorial, com a cri-

ação do município. Mas o movimento de que ele foi um dos mais destacados articuladores foi também o movimento social que ao mesmo tempo mobilizou a sociedade para as tarefas do bem comum. O movimento que lhe deu uma cara política e a conduziu no sentido de traduzir em metas políticas as necessidades sociais deixadas ao desamparo pelos políticos tacanhos de uma época de governo forte e sociedade civil fraca.

Muitos jovens dessa geração peculiar de trabalhadores passaram pela experiência da transição, dos desafios das readaptações contínuas, da contínua necessidade de aprender com a vida e aprender sempre mais. Deve-se, portanto, acolher com entusiasmo a disposição do autor para nos oferecer um livro que, além de ser a história de uma pessoa, é também uma preciosa narrativa documental sobre um lugar e uma época.

Mas há um segundo ato da narrativa, aquele em que o autor relata seu desempenho profissional em diferentes empresas e atividades. São suas experiências no âmbito prático da vida econômica na fase em que se explicitou a multinacionalização da indústria e ganhou vigor a globalização. Portanto, um testemunho sobre mudanças na orientação da economia e seus desafios para empresários e para empresas brasileiras chamadas pelas leis do mercado a cumprir uma nova e diferente função num mercado invisível, distante e muito mais complicado.

Essa mudança nem sempre foi acompanhada pela competência gerencial daqueles cuja habilidade estava limitada às condições de uma economia voltada para dentro e sem grandes desafios de competição. Mário Porfírio Rodrigues, como que a provocar as novas gerações (e também as velhas) levanta ligeiramente o véu de uma história econômica regional a ser escrita ainda: a da ruína das indústrias que não conseguiram enfrentar os novos tempos de uma economia de outra escala. Não só São Caetano, mas o ABC todo, constitui um cenário de devastação, as cicatrizes da ruína industrial por toda a parte, ainda que em meio a pujantes sinais de vitalidade dos que sobreviveram a tantas mudanças.

O depoimento do autor é da maior importância como documento, porque sua biografia é a síntese de várias convergências num mundo que se transformava e num certo sentido se desagregava para dar lugar a uma realidade completamente nova. Sobretudo porque sua história documenta como vários âmbitos da realidade política, econômica e social do subúrbio se combinavam,

se articulavam, gestavam desafios, produziam vocações. É uma biografia que expressa a vitalidade da sociedade industrial, a inventividade que ela impõe, a criatividade que ela solicita de seus protagonistas. Mário Porfírio Rodrigues tem personificado plenamente essa conjunção. Por isso, ele é um dos poucos que podem depor de maneira competente e segura sobre esses temas, como faz neste livro.

Os dois atos têm na verdade uma raiz comum, uma experiência que foi crucial na vida dos membros do pequeno e esforçado grupo de pessoas que de algum modo protagonizou o advento da modernidade no subúrbio industrial desamparado e explorado. Essa experiência se cristalizou na saga do *Jornal de São Caetano* que ele dirigiu por muitos anos e do qual foi o principal fundador. Não é, pois, surpresa, que esse verdadeiro alter-ego de Mário Porfírio Rodrigues tenha se tornado vivo e admirado personagem de sua narrativa. O *Jornal de São Caetano* foi durante muitos anos a ferramenta de um conjunto de demandas sociais e políticas que deram expressão ao que ele chama com razão de a alma comunitária de São Caetano do Sul, uma tradição forte da região do ABC. Mas que em São Caetano criou uma cultura que passa de geração em geração, em boa parte responsável pelos índices sociais exemplares que distinguem a cidade no conjunto do país.

É nesse sentido que este livro não só é uma história do que fomos, mas é também a história das razões do que somos. Um esclarecedor e belo livro, sem dúvida. Um generoso presente de Mário Porfírio Rodrigues a São Caetano.

Tempo do Natal de 2004

José de Souza Martins

Professor titular aposentado no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Fellow de Trinity Hall e professor da Cátedra Simon Bolívar da Universidade de Cambridge (1993/94)
Autor de vários livros sobre a História do ABC

Apresentação

Há quase dez anos venho sendo instado por amigos a escrever um livro, embora nunca houvesse pensado nessa hipótese.

Quando me aposentei, em Outubro de 1997, Antônio Russo insistiu em que, se eu redigisse uma página por dia, após trezentos e sessenta e cinco dias, eu teria meu livro pronto para ser editado e lançado ao público. Depois, foi o professor José de Souza Martins que me incentivou: *Você, que escreve para jornal há tantos anos, não terá dificuldade. É só escrever vários artigos, com a facilidade de não ficar limitado a espaço, como em jornal.* O professor Rinaldo Gissoni, presidente da Academia de Letras da Grande São Paulo, telefonou-me, há alguns anos, quando eu mantinha meia página no semanário *Tribuna do ABCD* e escrevia sobre "Passado & Presente", para fazer sugestão semelhante.

Como membro da comissão dos festejos comemorativos do cinquentenário da Autonomia Municipal, em Outubro de 1998, a pedido da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, fiz palestras em várias escolas e clubes de serviço, relatando como foi conseguida a emancipação política deste município. Professoras das escolas visitadas, associados de Lyons Club e de Rotary Club manifestaram-se na fase de perguntas e respostas, muitos insistindo em que eu escrevesse um livro sobre o assunto.

Após a minha aposentadoria, passei a freqüentar com certa assiduidade a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e ouvi várias sugestões e solicitações para que, aquilo que

chegaram a denominar de meu *arquivo ambulante*, fosse divulgado em livro para os que se interessam pela história da nossa cidade.

Assim, há cinco anos resolvi que estudaria essa possibilidade. Seria também uma oportunidade para homenagear os líderes autonomistas, velhos companheiros de batalha, que poucas vezes são lembrados. Passei a conversar sobre esse assunto com meu filho Rubens Marcos Rodrigues, meu confidente. Queria encontrar uma forma para iniciar, relatar tudo e terminar. A idéia não me pareceu tão simples como disseram vários amigos. E, nessa oportunidade, o falecimento do meu filho querido, em 26 de Setembro de 2002, mexeu com o meu emocional.

Um ano e meio depois retornei ao assunto. Escrevo para jornais desde 1946. Resolvi relatar acontecimentos de que participei durante toda a minha vida e que trouxeram algum benefício para a coletividade. Mencionei minha origem e fatos importantes da minha vida, para que o leitor conheça um pouco da pessoa que escreveu este livro. Procurei fugir de auto-elogio, mas não consegui evitar a menção do meu nome em alguns capítulos por ter participado pessoalmente dos fatos narrados.

Todas as descrições aqui feitas, logicamente, foram sob a minha ótica, o que não impede que uma narrativa de outra pessoa tenha um julgamento um pouco diferente do meu. Procurei ser justo e impessoal, escrevendo somente as verdades que conheço. Lamento, em alguns casos, para melhor compreensão de determinados fatos, não ter encontrado forma de não citar determinados nomes de pessoas.

Registro os meus melhores agradecimentos aos vários amigos e entidades que colaboraram comigo, tornando possível a concretização desta obra. Em especial, meu muito obrigado aos amigos que emprestaram trechos de trabalhos seus para reafirmar e enriquecer os meus modestos relatos. No final do livro, relaciono os trabalhos ou os autores referidos como *Referências Bibliográficas*. Em realidade, muitas são as citações feitas nele.

As menções de São Caetano (sem *do Sul*) subdistrito referem-se a datas anteriores à realização do plebiscito, ou seja, 24 de Outubro de 1948. Após essa data, passei a usar a denominação do novo município: São Caetano do Sul. Todas as vezes que me referi ao *Jornal de São Caetano*, sempre que possível escrevi apenas as iniciais *JSC*, em tipo itálico, e, ao citá-lo somente como *Jornal*, procurei grafar a palavra também em itálico.

Os dicionários consultados esclarecem que as pessoas

nascidas ou residentes em São Caetano do Sul são *são-caetanenses*. Por influência dos colonizadores da nossa cidade, italianos, essa palavra foi substituída popularmente por *sancaetanenses*. Consultei dois professores universitários de línguas. Expliquei que os habitantes da cidade continuam falando *sancaetanense* e que essa mesma grafia é usada, ainda hoje, em jornais locais. Além disso, transcrevemos neste livro vários trechos de publicações, de mais de 50 anos, que também trazem essa mesma palavra. Os professores universitários consultados opinaram que a palavra *sancaetanense* é de domínio público dos habitantes da cidade e, nesta circunstância, pode ser usada.

Pela cooperação recebida durante o tempo em que escrevi este livro, meu muito obrigado aos professores José de Souza Martins, Leticia e Durval Ártico, meu filho Roberto Mário, minha esposa Maria Wilma e ao jornalista Rogério Henrique Jönck. A presença de amigos e de vocês, especialmente, foi muito importante para a conclusão desta modesta obra.

Para finalizar, registro o meu contentamento por ter tido a felicidade de me encontrar sempre no lugar certo e na hora certa. Essa coincidência, acredito que por uma benção divina, permitiu que eu participasse de tantos fatos importantes ocorridos nesta querida cidade de São Caetano do Sul, da qual muito me orgulho.

O Autor

Capítulo I

Jornal de São Caetano: a serviço da cidade

Este primeiro capítulo, como não poderia deixar de ser, aborda a que eu considero uma das minhas grandes realizações, o *Jornal de São Caetano*.

Através dele, de suas campanhas, tem início a narração destes fragmentos históricos. É difícil desvinculá-lo de minha carreira, da mesma forma que é difícil desligar a minha própria vida pessoal da cidade de São Caetano, no ABC paulista. Foi por intermédio desse *Jornal* que tive contato e intensa participação na cidade.

Um pouco da história desse *Jornal*, com seus primeiros colaboradores, com seus sistemas de impressão, como o compoedor, herdado do tempo de Gutenberg, é o tema do capítulo.

Os leitores terão a oportunidade de apreciar a primeira edição do *JSC*, em 28 de Julho de 1946. As finalidades a que o *Jornal* se lançava, os assuntos tratados marcando o ritmo das futuras edições, tudo isso é apresentado. Naturalmente, as repercussões do primeiro número, junto às várias camadas da população, tinham um sabor especial para nós editores, e acredito, ainda hoje, mantêm forte interesse.

Por exemplo, para uma cidade industrial como São Caetano, o *Jornal* trazia, já em 1946, a participação do operário

nos lucros, na administração da empresa. O tema, ainda hoje, 60 anos depois, suscita muito debate para uma solução harmoniosa entre capital e trabalho. O esporte, a paisagem com fuligem das chaminés, sua poluição, a educação e a sociedade eram tantos outros temas abordados.

No entanto, até chegar à fundação do *Jornal*, com meus companheiros, houve toda uma trajetória de preparação, de tateamento e busca. Por meio dela é que se pode entender a minha motivação, naquela época, para editar uma publicação, por pequena que fosse.

À procura da saúde

Tive uma infância vivida na realidade de subúrbio, onde os colegas de rua, a frequência escolar e as condições humildes de existência exerceram um papel importante na minha vida. Acabei achando que um jornal seria uma saída para superar situações difíceis, que afligiam meu meio.

Cheguei a São Caetano em 1930, proveniente de Ribeirão Claro, uma pequena cidade situada no norte velho do estado do Paraná. Tinha então quatro anos e meio. Vim de lá por causa de doença de meu pai, que se mudou para São Caetano, tentando se recuperar de graves problemas renais. Como meu tio já estivesse na cidade, meus pais contavam com seu apoio para permanecer nesse então subdistrito de Santo André, e achar os recursos da medicina. Dada a demora da cura, minha família acabou por se integrar à cidade, que adotei por minha. Transcorridos 32 anos, recebi o título de Cidadão Sulsancaetanense. De fato, nessa cidade me criei e por ela travei grandes batalhas.

Fui criado no bairro da Fundação, onde os colonos italianos moravam quando chegavam de sua pátria de origem. Era lá que muitos se alojavam e acabavam permanecendo. Um bairro pobre, com mazelas habituais de lugares afastados, sem postos de saúde, com poucas e precárias escolas, quando as tinha, sem esgotos e com água de cisternas quase sempre contaminadas. Um filme bem conhecido.

Aí eu cresci, fazendo amizade com a molecada de rua. Brincava no Largo da Igreja (atual Praça Ermelino Matarazzo) e jogava bola no meio da Rua 28 de Julho, que não tinha trânsito. Como todos os outros do bairro, cursava o primário no grupo esco-



Minha turma de curso primário - Foto de 1933

lar Senador Flaquer, na Rua Heloisa Pamplona, 180, no bairro da Fundação.

Cine Central

Enquanto freqüentava, na parte da manhã, o grupo escolar, tive alguns pequenos empregos sem vínculo oficial, como auxiliar de barbearia, de oficina de bicicletas e de um *chalé de jogo do bicho*. Este estabelecimento se localizava a 30 metros da Praça Ermelino Matarazzo. Eu anotava as apostas dos operários da Fabrica de Rayon nos números dos *bichos*. Como o dono do chalé referido, Sr. Gentil Lorenzini, era filho do proprietário do cine Central, localizado em São Caetano, na Rua Perrella nº 369, além de uns poucos trocados, eu ganhei o direito de entrar de graça no cinema. Logo depois troquei essa função de *bicheiro* pela de baleiro. As sessões eram à noite e, aos domingos, havia vespéral. Eu recebia no cinema uma cesta de vime que, dependurada no meu pescoço, continha balas e chocolates. Eram exibidos dois filmes em cada sessão e, no início e no intervalo da troca de filme, eu vendia os produtos para os freqüentadores do cine Central. Naturalmente assistia a todos os filmes e recebia algum dinheiro.

Fiquei um grande admirador dos filmes americanos que

mostravam aventuras policiais, jornalistas em ação perseguindo malfeitores, discutindo, escrevendo à máquina, brigando e conquistando as mocinhas dos filmes. Garoto ainda, me impressionavam as atitudes daqueles jovens e heróicos repórteres que sempre terminavam vencedores ao fim das películas. Em outros filmes, o mocinho não era jornalista, mas agia como tal. Achei uma profissão sensacional. Pensei que um dia, se eu estudasse, poderia talvez vir a ser um repórter, como aqueles que apareciam nos filmes. Era o meu sonho de criança pobre.

Conversas de trem

Em 1940 concluí o grupo escolar e passei a trabalhar como ajudante de carpintaria na fábrica de rayon das Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Comecei a estudar durante a noite em uma filial do Liceu Acadêmico São Paulo, na rua Perrella, onde também estava instalada a Sociedade de Assistência Mútua Príncipe de Nápoles. Alguns meses depois, como o estabelecimento não era oficializado em São Caetano, cerrou suas portas, comprometendo-se a transferir os alunos para uma escola secundária de São Paulo. No subdistrito não havia nenhum estabelecimento de ensino secundário.

Viajava de trem, pela São Paulo Railway, hoje Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, todas as noites, às 18h45, até São Paulo, no Brás. A Escola Técnica de Comércio 30 de Outubro, para onde me transferi, estava localizada na rua Oiapoque nº 60, bem próximo à estação do Brás da Estrada de Ferro. O regresso era no último trem, às 22h45, repleto de estudantes. A viagem entre São Caetano e o Brás demorava quinze minutos, mais os três a cinco minutos de espera em cada estação.

A maioria dos companheiros de viagem fazia o curso de contabilidade, mas não tinha, como eu também um horizonte que justificasse a escolha da profissão de contador. Todos, ou talvez 80%, estavam em busca de um diploma de curso secundário que garantisse conseguir um emprego melhor do que o de operário. O curso de contabilidade era o mais barato que existia na época, e pessoas pobres, filhos de trabalhadores braçais, procuravam sempre o curso mais econômico, mas que pudesse trazer, futuramente, alguns benefícios.

Melhorávamos os nossos conhecimentos de português,

redação, matemática, com boas noções de direito comercial, inglês, francês, taquigrafia, mecanografia (que ensinava a usar máquina de escrever), calculadoras elétricas, física, química e história nacional e universal. A grande maioria dos que estudavam à noite desejava realmente aprender, com vistas num futuro melhor. Os alunos só prestavam atenção às aulas porque não haveria tempo de fazer lição ou estudar em casa, já que todos trabalhavam durante o dia.

Dirceu Luiz continuou sendo um comerciante de sucesso, Fábio Vieira de Souza seguiu a profissão de bancário, Walter Thomé deixou o escritório de contabilidade para ser publicitário, José Verticchio continuou como contabilista, eu me identifiquei com vendas e marketing na Ferro Enamel, e assim por diante. Cada um seguiu um caminho diferente na vida profissional, apoiado na base conseguida com esse curso de contador.

Durante as longas conversas, nas diárias viagens noturnas de trem, eu e outros colegas íamos discutindo como resolver a falta de benefícios e de condições de vida em São Caetano que, como já enfatizei mais acima, não tinha esgoto, rede de água potável, jardim onde o povo pudesse se entreter, nem pronto-socorro ou qualquer outro estabelecimento de saúde. Todos os residentes em São Caetano, homem, mulher, criança, adulto, viviam nessa situação que não permitia que se ignorassem os perigos a que estavam expostos por falta de água potável, esgoto e hospitais, como se verificará no decorrer da nossa narração.

Eu diria, sem receio de errar, que a situação nossa, naquela época, era pior que a da periferia atual de São Paulo. O povo era pobre. Muitos eram ou italianos ou seus descendentes, e todos trabalhavam como operários. O resto da população não fugia a essa característica de trabalhadores braçais, mão-de-obra barata para as indústrias paulistas em ascensão.

Poucas famílias possuíam rádio, que ainda era uma grande novidade. Os jornais eram comprados somente aos domingos, por poucas pessoas, e parte delas, em lugar de ler, (usava) o jornal para forrar as prateleiras de madeira instaladas nas respectivas cozinhas de cada lar. Notícias da cidade, nem pensar. Mesmo Santo André era pouco lembrado pela imprensa paulista. Eu lia os anúncios de filmes novos e ficava pensando quando seriam exibidos em São Caetano.

Existia no subdistrito uma banca de jornais, ao lado da

Estação da Estrada de Ferro, com mais uma ou duas filiais nos pontos mais estratégicos da cidade. O transporte de passageiros para Sabto André ou São Paulo era feito somente por trem, e esse era o ponto principal da cidade. As bancas pertenciam à Família Gastaldo, que também possuía farmácia na cidade. Em 1º de Setembro de 1947, o Sr. Ernesto Siciliano as adquiriu e prometeu instalar mais quatro bancas. Este é um atestado de que os sãocaetanenses liam pouco jornal.

Os assuntos predominantes nas rodas de pessoas e nas casas de família eram religião, jogos de futebol varzeano, bailes e as necessidades do subdistrito para melhorar as condições de vida. Falava-se um pouco do Palestra Itália, atual Palmeiras, mas, por falta de jornal, pouco se sabia desse clube e de outros da Capital. Em minha casa havia um outro assunto que ouvíamos do nosso pai muitas vezes. Ele repetia sempre que na vida devemos lutar por duas coisas importantes: um teto para morar sem pagar aluguel e um diploma acima do curso primário.

Papai falava pouco, porém, era sempre ouvido e atendido naquilo que dizia. Acompanhava de perto tudo o que fazíamos e recebia todo o dinheiro que ganhávamos, por pouco que fosse e que era usado para pagar as despesas de casa, inclusive as mensalidades escolares. Não entrava em detalhes. Por isso mesmo, todas as minhas atividades que não envolviam trabalho nem escola, quase não eram comentadas em minha casa.

Procurei falar sobre o lançamento do *Jornal de São Caetano* contudo, nem papai nem meus irmãos demonstraram interesse no assunto, julgando que se tratasse de algum passatempo meu e de um grupo de jovens. Assim foi até o dia em que o *jornal* foi lançado. Julgaram interessante, mas não houve nenhuma demons-tração de aplauso para mim, pois deixei claro que não ganharia um tostão com essa iniciativa.

O mais curioso é que, conversando com os meus colegas na época, soube que o mesmo sucedia em suas respectivas residências. Cheguei a pensar, algum tempo depois, que talvez faltasse ao meu pai, aos pais de Walter Thomé e de outros companheiros, um pouco mais de conhecimentos gerais para poder avaliar o que estávamos fazendo. Empenhados no trabalho braçal do dia-a-dia e em melhorar seus baixos rendimentos, eles não pararam um pouco para analisar tudo o que estava ocorrendo com seus filhos.

Jornalzinho do grêmio

Tanto na ida como na volta do trem, como já mencionei, os assuntos dos estudantes não fugiam à rotina: predominavam a pobreza e a falta de recursos do subúrbio. Com o tempo, nessas viagens noturnas ao Brás, chegamos à conclusão de que alguma coisa tinha de ser feita por São Caetano. Conversa tem limite. Mas, fazer o quê ?

Numa dessas conversas de trem, falei com meu amigo e colega de classe, Walter Thomé, residente na mesma rua onde eu morava, sobre um plano que estava bolando. A idéia, já comentada com alguns alunos, era fundar um jornalzinho no grêmio do colégio em que estudávamos, a Escola Técnica de Comércio 30 de Outubro. Tratava-se do Grêmio Geroa (Grêmio Estudantil e Recreativo Osvaldo Alegretti). *Com um jornal em mãos, poderíamos pleitear benefícios para os colegas, discutir campanhas no âmbito escolar e publicar notícias de interesse para a classe*, comentei, lembrando os filmes americanos a que eu assistia com freqüência. Seria um bom início para, quiçá, galgarmos outros degraus, e eu talvez até pudesse realizar algo como nos filmes. Thomé, num primeiro momento, ficou indeciso, mas depois aderiu à idéia, que não prosperou. A escola não ia entrar com dinheiro na empreitada. E dinheiro, logicamente, nós não tínhamos. Não desanimamos. Fomos em frente.

Thomé e eu procuramos o apoio da Fundação Cásper Líbero, que estava começando sua trajetória. Nada conseguimos. Fomos à Coca Cola, que iniciava seus primeiros passos para entrar no país (1944). Expus o nosso plano ao então presidente da McCan Ericsson do Brasil, David Augusto Monteiro. Nova negativa. O assunto do jornalzinho morreu antes de ter nascido.

Transcorridos meses, nova idéia tomou conta da minha cabeça. Ousei um pouco mais. Por que não fundar um *jornal* em São Caetano, para conseguir as melhorias de que a cidade necessitava? Publicaríamos também notícias locais, mesmo porque nunca a imprensa paulista mencionava São Caetano em suas colunas. Falei sobre isso com o Thomé. Como de costume, meu amigo achou que a idéia do empreendimento era ótima, porém, muito difícil. *Tudo bem*, disse a ele, *voltaremos a conversar amanhã*. Isso foi há sessenta anos atrás.

Fomos os dois, Walter Thomé e eu, conversar com nosso

professor de português e redação, Osmar Muniz Pimentel, crítico literário do jornal *Folha de São Paulo* - antigamente *Folha da Manhã* - e que gostava de mim e, em especial, do Walter Thomé, pela maneira brilhante com que correspondia aos ensinamentos desse cultor da língua portuguesa.

O Prof. Osmar achou muito viável. Incentivou-nos e prometeu ajudar em tudo o que fosse possível. Thomé acabou se entusiasmando e concordando comigo. Nesse ínterim, falei dos planos também com outros amigos, como Fábio Vieira de Souza, Marcelo Zambotto, Oswaldo Garcia, José Verticchio, os irmãos Dal'Mas, filhos de um empresário, e vários outros. Conseguimos a adesão de todos com quem falávamos sobre o assunto. Afinal, quem não gostaria de ler notícias da própria cidade? Dos clubes locais, de ler e publicar aniversários, casamentos, batizados e outros assuntos de pessoas conhecidas e da própria localidade? Tudo bem, fundar um *jornal*. Como? Com que recursos?

Uma idéia que ventilei foi convencer os clubes esportivos da cidade a participar do novo *jornal*. Lembrei-me dos quatro principais da cidade: São Caetano Esporte Clube, Clube Rio Branco, Clube Comercial, Cruzada Esportes. Cada um patrocinaria uma página do *jornal*, colocando nela assuntos de seu interesse. Os próprios clubes, por sua vez, se encarregar-se-iam de arranjar anúncios que cobrissem as despesas de sua respectiva página.

Dessa vez, Walter Thomé ficou mais entusiasmado. Achou a idéia brilhante. Aproveitávamos os sábados e domingos para procurar os quatro clubes, que aceitaram o nosso plano. Os diretores das agremiações elogiaram nosso projeto e disseram ser muito importante para São Caetano ter um *jornal* informativo, com notícias da nossa cidade. Mostraram-se felizes com a nossa iniciativa. Alguma coisa parecia começar a dar certo. Finalmente.

Registro do jornal

Naquele tempo reinava, todo-poderoso, o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, da ditadura getulista, e tivemos de procurá-lo para registrar o *jornal* nascente.

O nosso professor Osmar Pimentel, na ocasião, ocupava o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor do DIP em São Paulo, professor Honório de Sylos. Ainda havia obstáculos a vencer. Necessitávamos ter como dono do *jornal* uma pessoa de maio-

ridade civil (vinte e um anos). Eu acabara de completar vinte (nascido em 1925) e o Thomé tinha dezoito (nascido em 1928).

Alguns nomes passaram então pela minha memória. Lembrei-me do sargento-instrutor com quem convivi no Tiro de Guerra, meu vizinho, e de quem fiquei amigo. Luiz Rodrigues Neves tinha chegado de Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo, há poucos anos, e era conhecido pelos seus hábitos sérios e de poucas palavras. Este seu comportamento o levou a ocupar um cargo administrativo nas Indústrias Matarazzo e ser escolhido para sargento instrutor auxiliar do Tiro de Guerra nº 34, o único da região do ABC. Embora com apenas vinte e seis anos de idade, honesto e trabalhador, era muito respeitado em nossa cidade.

Ele foi um bom companheiro. Juntou-se a nós dois e bancou o papel de proprietário-responsável pela publicação perante o DIP, ao lado de Walter Thomé e de mim. Formamos então o trio que se tornaria responsável pelas edições do *Jornal de São Caetano*.

Outra exigência oficial era a presença de um jornalista profissional que respondesse pela parte escrita. Levei o assunto ao nosso professor, Osmar Pimentel, que apoiava, com entusiasmo, o nascimento da publicação que preencheria uma grande lacuna na cidade. Fui atendido prontamente. Falou com um amigo e, no domingo, Walter Tomé e eu fomos falar com o jornalista do diário *A Noite*, no bairro Cidade Adhemar, em São Paulo. Domingos Antônio D'Angelo Neto não só nos recebeu muito bem, como também concordou em atender à solicitação de Osmar Pimentel, aparecendo como o jornalista responsável exigido pelo DIP.

Tipos de componedor

Na parte técnica, os recursos da época eram muito diferentes dos atuais, bem servidos por computadores de alta precisão e agilidade. Mas em 1946, quando lançamos as primeiras edições, a realidade se ligava ainda aos tempos pioneiros de Gutemberg.

Os primeiros números do *jornal* de quatro páginas eram feitos com o antigo componedor, manualmente. As linhas do texto eram arranjadas letra a letra, com pequenos tipos de ferro, cada um representando uma letra do alfabeto, para compor cada palavra. E assim, pacientemente, palavra por palavra, linha por linha, eram compostos os textos. Os títulos, as matérias e os anún-

cios não fugiam a essa regra.

Transcorridos seis meses de *jornal* fundado, na edição número doze, de 12 de Janeiro de 1947, é que a composição seria feita em máquina automática linotipo, marca Mergenthaler, famosa na época. *Já sai tudo com a linha inteira*, dizia eu, pomposamente, para os amigos. Os mais afoitos pediam para fazer uma linha que contivesse seu nome inteirinho e a levavam orgulhosos para casa.

Na edição de 30 de Julho de 1949 eu descrevia como funcionava um *jornal*, o sistema da linotipia etc. Após enfatizar que o *Jornal de São Caetano* fazia questão de publicar *somente assuntos que direta ou indiretamente fossem de interesse para os são-caetanenses*, acrescentava o que acontecia em seqüência aos assuntos colhidos: *redigimos as notícias e as enviamos para a oficina. Aí, os originais datilografados, com espaço duplo entre as linhas, vão primeiro para a linotipia, onde é fabricada em chumbo, linha por linha, para depois a composição ir ao paginador. Este, obedecendo às indicações previamente colocadas em cada original, vai pondo as composições nas respectivas páginas, juntamente com os títulos em uma, duas, três, quatro ou cinco colunas, de acordo com as instruções. Após este processo, as páginas estão prontas.*

Informava também detalhes sobre a confecção de clichês: *quando existem fotografias ou desenhos, o que geralmente acontece, eles são enviados à clicheria onde são fotografados novamente e uma película retirada da nova fotografia, em material antiácido, é colocada sobre uma chapa de zinco, a qual, no outro verso, também protegido, entra em banho de ácido e as partes não protegidas vão sendo corroídas até ficar o clichê pronto para a impressão. Este é montado sobre uma madeira e enviado à oficina que o coloca na página a que se destina.*

Essa parte técnica de composição de páginas, hoje, de interesse apenas histórico, era parte de uma rotina desgastante, mas saborosa, de todo o processo até o *jornal* chegar às mãos do leitor. Há muito mais nessa história, como por exemplo, a redação, a impressão, a distribuição do *jornal*, a coleta de anúncios e outros pormenores do gênero, que tornam vibrante a rotina de uma edição.

Walter Thomé e eu estávamos, quer juntos quer separados, lá onde pressentíamos haver notícias. Como se costumava dizer, sentíamos o faro da notícia. Thomé era mais voltado para temas políticos e esportivos e eu mais para assuntos sociais, cam-

panhas populares e outros, além da parte administrativa. Sempre que possível, cobríamos juntos as sessões da Câmara Municipal de Santo André e, posteriormente, as de São Caetano. Não ficávamos alheios ao que ocorria nas sessões da Assembléia Legislativa de São Paulo, quando se tratava do interesse de nossa cidade.

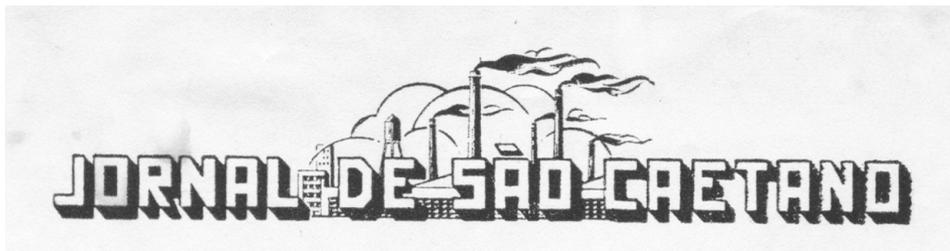
Ao Luiz Rodrigues Neves, por sua vez, eu entregava, em sua casa, o dinheiro da publicidade e da venda avulsa que nós arrecadávamos. Era ele que controlava o caixa para os pagamentos da gráfica. Era também o elemento de apresentação nas empresas, nos órgãos públicos, por ser o sênior da turma, o que ele cumpria muito bem.

Terminada a cobertura de algum evento, Thomé e eu combinávamos a forma redacional para o assunto bisbilhotado. Cada um ia para sua casa e escrevia o artigo ou reportagem. Thomé, geralmente, fazia as suas redações no Escritório de Contabilidade São Luiz, onde trabalhava. Eu havia comprado uma máquina de escrever portátil, usada, marca "Hermes Baby", e dela extraía os meus artigos. Na hora do almoço ou à noite, em qualquer restaurante ou bar, liamos e combinávamos acertos finais das matérias que tínhamos produzido individualmente. Essa rotina durou anos a fio. Era o tempo que tínhamos à disposição em nossos empregos, donde tirávamos efetivamente o nosso pão de cada dia. O *jornal* mal faturava para as suas próprias despesas.

Cabeçalho e lançamento

Mesmo que tenhamos avançado nos processos de redação e impressão empregados ao longo do tempo, no *jornal*, retornamos à histórica primeira edição, com os temas tratados e suas repercussões. Tínhamos de ter um título para o *jornal*, ter um logotipo que o representasse.

Convocamos o nosso amigo Horácio Pires, gerente de banco na cidade e diretor do Clube Comercial, que tinha pensadores para desenho. Já havia feito alguns trabalhos para fins publicitários. Pedi que criasse o cabeçalho do *Jornal* e ele se prontificou a fazê-lo graciosamente, em nome da amizade que tinha com os três fundadores. Expliquei que deveria ter letras bem legíveis, esbeltas e precisaria ter alguma alusão à nossa cidade, que se caracterizava por chaminés de indústrias. Recebemos duas ou três sugestões e a escolhida foi a que



Desenho: O cabeçalho usado pelo Jornal de São Caetano durante dez anos

usamos durante dez anos e que reproduzimos acima.

O dia 28 de Julho era a data em que tinham chegado a São Caetano os imigrantes italianos, no longínquo ano de 1877, para formar o núcleo colonial sonhado pelo Imperador D. Pedro II. Foi essa a data que se impôs como aniversário da cidade. E nós lançamos a edição inaugural justamente nesse dia. Uma data compatível com o nome que havíamos adotado para a nossa folha: *Jornal de São Caetano*. Desse modo, a 28 de Julho de 1946, saía o primeiro número, que ia marcar a história política do município.

Edição inaugural

Os temas de uma primeira edição, de certa maneira, imprimem uma direção, um caráter na vida de um *jornal*. Escrevíamos, então, na primeira página da primeira edição, à guisa de um editorial de intenções:

Bem servir - *Sem outro interesse que não seja o de bem servir, caminharemos com nossa gente em busca do engrandecimento da cidade, pugnando pela adoção de medidas que visem esse objetivo.* Nesse engrandecimento, logicamente, estavam já implícitos os ideais da autonomia municipal.

Combate com ética - *Não se entenda com isso que o Jornal de São Caetano não será um órgão de combate. Muito ao contrário, seremos um meio de expressão da vontade popular, condicionando, porém, a “vox populi” à indispensável ética, que caracteriza o jornalismo são.*

Jornal apolítico - *Radicalmente apolítico, este novo órgão de imprensa não se prenderá a liames partidários de qualquer espécie; na defesa do povo, seremos os primeiros a denunciar os erros administrativos ou de quaisquer outras ordens.*

Solidariedade com o povo - *Não ficaremos de braços*

cruzados, num eterno lavar-de-mãos, insensíveis ao sofrimento da população, quando temos um compromisso moral com nossa gente.

Em prol de São Caetano - *Um jornal a serviço de São Caetano! Mais que slogan, será nossa invencível bandeira de luta.*

A redação final foi de Walter Thomé, com pequenas cinzeladas do professor Osmar Pimentel.

Homenagem aos imigrantes

O *Jornal* comungava com os ideais dos colonizadores da cidade, em seu aniversário, como se lia na primeira página, com estampa da Igreja Matriz Velha no dia da festa de Santo Antônio, em 1908: *Colonos que foram desbravadores*, esse era o título e este era o final: *A continuação de vossa vida, a continuação de vossa fé será este Jornal. A vós a justa honra nestas páginas, o escrito de vossas lágrimas, as palavras de vossos sacrifícios. Louvada seja a vossa renúncia, ó imorredouros colonos. Louvada seja.* Esse texto brilhante é de autoria do conhecido historiador Ítalo Dal'Mas, na época nosso companheiro de redação.

Durante os dez anos em que dirigimos o *Jornal de São Caetano*, os colonizadores italianos sempre foram lembrados com destaque e com o reconhecimento que merecem. Realce maior era dado em todas as nossas edições de 28 de Julho, data do aniversário da cidade.

Participação do leitor

Já no nosso primeiro número, a voz dos leitores era valorizada, como neste aparte de Marcelo Zambotto: *Trará os poderes públicos ao par das necessidades de sua terra, e você, leitor amigo, será informado das providências que se tomarem nesse sentido. Por isso, qualquer sugestão sua será bem recebida. Veja o que falta em sua cidade e venha contar o que sabe por estas colunas. Faça coro conosco e gritaremos juntos até que nos ouçam.*

Capital x trabalho

Numa cidade essencialmente industrial, tínhamos de dar exposição a assuntos que envolvessem capital e trabalho, como

o da participação dos trabalhadores na empresa. Na terceira página, o artigo *Participação nos lucros* tratava do assunto com remissão ao texto constitucional de 1946: *Somos dos que consideram a medida [participação nos lucros] bastante eficaz, uma vez que virá suavizar sobremodo as relações entre o capital e trabalho, tão extremadas nos dias que correm. Compreendemos, entretanto, que essa providência somente não bastará para conseguir-se superar as dificuldades que se antepõem ao desejo universal de um entendimento perfeito entre empregados e empregadores. Daí crermos que se faz mister a adoção de medidas ainda mais eficientes, para que se possa atingir esse objetivo.*

Sobre o tema, mencionávamos o pensamento de Fulton Sheen: *Queremos agora apresentar o julgamento que sobre o assunto faz o eminente filósofo americano Fulton Sheen. Em seu “O Problema da Liberdade”, interpretando - como afirma - o ponto de vista da Igreja, esse autor advoga a necessidade de uma tríplice participação do empregado na empresa em que trabalha, ou seja, nos lucros, na administração e na propriedade.*

Concluíamos dizendo: *É tempo mesmo de trabalhadores e patrões começarem a entender que, acima de tudo, o empregado é um homem como todos os outros e não um mero agente de produção.*

Educação

Antevíamos o fator educação como importante para a vida de São Caetano:

Cidade industrial que é, não possui nenhuma modalidade de ensino industrial, como conviria ao nosso meio, onde a técnica é fator de estabilidade econômica e progresso.

No mesmo artigo, enfocávamos a sempre atual tarefa e missão, que era o apoio simultâneo às escolas particulares, como às escolas públicas: *Conquanto se proclame caber ao poder público o dever de olhar pela educação e instrução de nossa gente, não é menor a obrigação dos moradores desta dinâmica cidade em prestigiar os esforços particulares, no terreno do ensino, mercê do bom conceito que granjearam entre nós. Diz-nos o eminente Sud Menucci que “educação incumbe à sociedade inteira”, e não só ao governo, motivo pelo qual deve, cada qual, chamar a si sua parcela de responsabilidade em proveito da instrução e educação de seus próprios rebentos. Esta responsabilidade implica na cooperação dos*

pais no ensino particular, em auxílio às casas de ensino público, desde que se lhes reconheça competência e idoneidade suficiente ao desempenho de tão grande missão.

Paisagem

A própria paisagem da cidade também se fez presente pela palavra de Walter Thomé, meu grande companheiro: *O sol arremessa seus escaldantes raios através (sic) melancolia da tarde. Os vagões chocam-se e um estrondo se faz ouvir. O gemido de uma sereia vibra no espaço, denunciando que uma hora passa do meio-dia. O chiado das locomotivas é constante, mas às vezes seus apitos gritam nesse desolado pedaço da tarde. A estrada que trilho é árdua, lacerada aqui e acolá por buracos grandes ou pequenos; ali adiante está o córrego; sua água é azinhavrada e seu odor tresanda a produtos químicos.*

Enfim, os problemas ambientais já faziam parte da paisagem...

Esportes

Os esportes, como acenamos logo no início, estavam presentes nas páginas inaugurais. O *jornal* não estava aberto apenas aos quatro clubes convidados num primeiro momento: *Desejamos esclarecer que o fato de termos escolhido os clubes: Comercial, São Caetano, Cruzada e Rio Branco para patrocinadores do Jornal de São Caetano, não significa que outros clubes não têm a nossa folha às suas ordens. Muito ao contrário. Pedimos a todos os clubes de São Caetano, a fineza de nos enviarem notícias sobre bailes e encontros futebolísticos que realizarem, bem como convocações de jogadores e outras notas mais, pois teremos prazer em publicá-las.*

Os quatro clubes que haviam aderido ao nosso plano e que foram por nós enaltecidos na festa de pré-lançamento do JSC, realizada em 13 de Julho de 1946, não colaboraram. As matérias e notícias vinham, sim, mas se fôssemos correr atrás delas, nos clubes, por nossa iniciativa e trabalho. Tudo isso demandava tempo e, aos sábados e domingos, íamos de clube em clube, de empresa em empresa. O nosso colega da Escola 30 de Outubro, Fábio Vieira de Souza, durante muitos anos foi o colaborador



Foto de 1948: Na Cantina do Momi, Rua 28 de Julho, o redator de esportes Fábio Vieira de Souza, Luiz Rodrigues Neves e Walter Thomé

responsável pelas notícias sobre esportes. A dedicação desse companheiro merece destaque, pois comparecia aos vários acontecimentos esportivos para, semanalmente, preparar a esperada página de esportes. O "Fabião", como era mais conhecido, foi o nosso mais assíduo colaborador.

Solenidade de pré-lançamento

Duas semanas antes do lançamento do *jornal*, realizamos na sede do São Caetano Esporte Clube, uma solenidade de lançamento do quinzenário, seguida de um baile. Toda a cidade já tinha conhecimento de que afinal iria contar com uma publicação que falaria somente de São Caetano. Os convites que fizemos para os nossos colaboradores, as conversas sobre o assunto nos vários locais que freqüentávamos, enfim, já era pública a notícia. Convidamos todas as pessoas gradas da cidade para o evento.

O comparecimento foi geral, o que confirmava o apoio

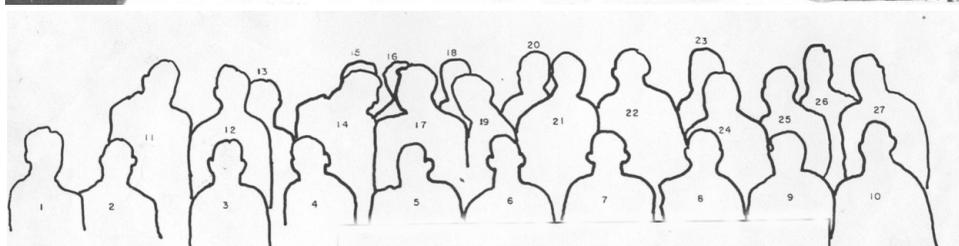


Foto de 13 de Julho de 1946, Na solenidade de lançamento do Jornal de São Caetano, a mesa ostentava as bandeiras dos quatro clubes Cruzada Esportes, São Caetano Esporte Clube, Clube Esportivo Lazio e Clube Comercial. Compuseram a Mesa: 1) Mário Porfírio Rodrigues, 2) Eugene Dubois-Kohne, 3) Walter Thomé, 4) Osmar Muniz Pimentel, 5) Domingos Antônio D'Ángelo Neto, 6) Luiz Rodrigues Neves, 7) José Aboláfio, 8) Leonidio Allegretti, 9) Mário Dal'Mas, 10) Ítalo Dal'Mas, 11) Mário Bortoletto, 12) Joaquim Rodrigues Neves, 13) José Del Poente, 15) Roberto Gomes Caldas Filho, 17) José Homem de Bittencourt, 18) Lauro Garcia, 19) Cláudio Perrella, 21) Paulo Gonçalves Pereira, 22) João Da'Mas, 24) Jacinto Raio Rodrigues, 25) Arlindo Marchetti, 26) Ettore Dal'Mas, 27) Mário Menin. As pessoas de números 14, 16, 20 e 23 Não foram identificadas.

que estávamos recebendo. Logo de início deixamos claro que não seriam aceitos discursos político-partidários. Os oradores enalteceram a iniciativa, elogiaram os fundadores e desejaram muito sucesso ao nascente *Jornal de São Caetano*.

O nosso nº 1

Confiantes na palavra do nosso Prof. Osmar Pimentel, esperávamos que ficaria boa a publicação que havíamos preparado. Mas, quando Walter Thomé e eu tivemos nas mãos o primeiro

número do *JSC*, fomos tomados de uma emoção enorme. Estava ali, concretizado, aquele sonho que acalentamos por tantos meses e com muita luta. Notícias da cidade, aniversários, batizado, reportagens sobre os clubes locais. E, afinal, o veículo para conseguirmos melhoramentos para a cidade. Era o ponto inicial. Feito por uma equipe sem experiência jornalística, o *Jornal São Caetano* era visto, por seus idealizadores, não como um simples jornal, mas como um veículo incumbido de lutar por melhorias para São Caetano.

Estava ali, pronto e acabado, o que tanto esperávamos: o nosso *jornal*. Poucos acreditavam que isso fosse possível, porém, na manhã de 28 de Julho de 1946, como previsto, já estava sendo entregue ao povo.

A impressora, Tipografia Carioca, era bem próxima à banca da Estação da São Paulo Railway, e lá fomos nós carregando pilhas de exemplares para serem vendidos a Cr\$ 0,80 (oitenta centavos de cruzeiro) por exemplar. Nunca passou por nossas cabeças distribuir graciosamente os exemplares. Tudo já estava combinado com os irmãos Gastaldo: 30% para eles e 70% para o *jornal*. Semanalmente eu comparecia e acertava as contas.

Logo na primeira edição já começamos a tratar com o Sr. Cesário Miliani, gerente da banca de jornais, que mais tarde passou a ser seu proprietário.

Sem contar com a colaboração dos quatro clubes, mas com o entusiasmo redobrado pela apresentação do nosso nº 1, isso para não falar de todos os percalços, invariavelmente, a cada quinze dias, na data prevista, saía o nosso *Jornal*. Com tempo bom ou ruim lá estava para ser lido pela comunidade de São Caetano, que era um subdistrito de Santo André. Não por muito tempo.

Como não tínhamos redação e os telefones da Cia. Telefônica Brasileira eram inatingíveis naquela época, passamos a ser procurados onde quer que fôssemos para anotar uma reclamação a ser publicada, um nascimento, aniversário, bodas, enfim, os leitores passaram a colaborar com intensidade. Notícias não faltavam.

Repercussão do novo jornal

Emocionados e felizes com o nosso produto, quisemos conferir a receptividade de diferentes classes ao *jornal* recém-lançado. Na segunda edição (18 de Agosto de 1946) publicamos as

entrevistas que fizemos.

Notável da cidade - O Sr. Antônio Garcia, moço bastante conhecido em nossa terra, não conteve sua alegria e disse-nos, entusiasmado: “Fiquei deveras impressionado com o jornal - só posso desejar que continue assim, pois São Caetano é que ganhará com isso.”

Operário - A voz de um operário precisava ser ouvida. Procuramos por isso o Sr. João Giacomino, que inquirido sobre nosso jornal, respondeu-nos: “Bom, bom mesmo. Tenho confiança que continue assim no futuro, e que defenda os interesses populares.”

Vigário da paróquia - Atestado eloqüente de que fomos bem aceitos em todos os setores da vida sãocaetanense é a opinião do Padre Ezio Gislimberti, Revmo. Vigário de nossa paróquia. “Bom o Jornal de São Caetano. O primeiro número é sempre o que se ressent de maiores falhas e, no entanto, vocês esqueceram isso, dando-nos uma edição finamente acabada. Estou satisfeito. Continuem assim.”

Médico Roberto Gomes Caldas Filho - “Gostei imenso do Jornal. Esperava de fato um bom jornal. Apesar disso surpreendi-me com o que vi”. Essas foram as palavras do conhecido clínico; palavras - diga-se de passagem - impregnadas de viva emoção.

Estudante - Ouvimos, finalmente, o estudante Fábio Vieira de Souza, que não titubeou em considerar que o Jornal de São Caetano “ultrapassou as expectativas”. Manifestou ainda sua certeza de que venceríamos a trilha a que nos propusemos.” Fábio colaborou posteriormente com artigos sobre esportes para a página de esportes do JSC durante muitos anos.

Imprensa da capital - A imprensa paulistana manifestou-se favoravelmente ao nosso jornal recém-lançado. A exemplo do vespertino A Noite: Pelo critério dos seus comentários e de suas notas, pela qualidade e variedade de suas colaborações, bem como pela sua orientação técnica e excelente apresentação gráfica, o novo jornal sãocaetanense está fadado, por certo, a um futuro brilhante na defesa dos interesses e no desempenho cultural da população da vizinha cidade.

Terminávamos a safra de boas impressões com palavras sinceras de agradecimento ao público, a quem, de fato, nos dirigíamos: Diante dessa sucessão de comentários estimulantes, acreditamos que o Jornal de São Caetano atingiu seu objetivo e foi compreendido pelo Povo. A boa acolhida que tivemos, aliás, será

mais um incentivo que nos animará a prosseguir na luta iniciada, e só assim, afinal, é que poderemos corresponder aos anseios populares.

A empatia com o público, que era perseguida por nós bem de perto, estava acontecendo e isso nos deixava felizes. A esquadra partia, para o oceano do futuro, com ventos bastante favoráveis.

Bandeiras da esquadra

E um dos objetivos em vista, a autonomia municipal de São Caetano, ficava já evidente na segunda edição, nas palavras de nosso colaborador Carneiro Giffoni, médico das Indústrias Matarazzo: *Luz deficiente, ruas enlameadas, esgoto diminuto, água inexistente, apesar do alto ritmo industrial, São Caetano, paradoxalmente, reclama a boa vontade de sua gente e de seus amigos para a conquista de um direito que lhe assiste para elevar-se à altura de suas congêneres no estado. (...) Aproxima-se o instante em que poderemos reclamar do governo, uma condição mais condigna com os esforços de nossa civilização.*

O recado era direto: a Autonomia Municipal e o Hospital Beneficente foram duas das bandeiras mais importantes levantadas pelo nosso humilde, mas valente, quinzenário, em que coloquei o melhor dos meus esforços e colhi merecidos louros, ao lado de dedicados companheiros. Essas bandeiras receberão melhor atenção da presente obra em capítulos subseqüentes. Antes, porém, darei mais detalhes do dia-a-dia do *Jornal* que começava em boas águas, mas que enfrentaria muitas tempestades em alto-mar, como nas melhores navegações. É só conferir nos próximos capítulos.

Capítulo II

Isenção política, nossa filosofia

O jornalismo tem algo de missão, porque conexo com a verdade, com reivindicações sociais. A isenção que sempre fiz questão de agir com rigor para preservar é a que se tem diante das autoridades políticas constituídas, para evitar a subserviência, o tolhimento da liberdade de expressão. Promover teses políticas justas e adequadas, sim. Ser subserviente ao poder político e a outros, não.

Favores políticos tolhem com freqüência a isenção a ser imprimida a notícias e comentários. Deles provém o surgimento de distorções, como ataques à honra dos adversários, que comprometem a lisura dos órgãos de comunicação.

Dentro do objetivo de manter isenção e liberdade, nós do *Jornal*, Walter Tomé, Luiz Rodrigues Neves e eu, assumimos um compromisso desde a primeira edição: qualquer um de nós que entrasse para a vida pública como político ou funcionário público, deixaria o *jornal*.

E isso de fato ocorreu. Quando a cidade de São Caetano, após o plebiscito, efetuou eleições gerais para o novo município, muitos se apresentaram para serem referendados pelo voto. Nosso companheiro, Luiz Rodrigues Neves, candidatou-se a vereador. Conforme tínhamos combinado, ele se desvinculou do *jornal*, a 12

de Fevereiro de 1949, dentro do clima de cordialidade que sempre reinou entre nós.

Foi feliz, elegeu-se e foi um ótimo vereador. Em 1952 foi escolhido para presidir a Câmara Municipal. Ângelo Raphael Pellegrino licenciou-se em Julho de 1952 e, na qualidade de presidente do Poder Legislativo, Luiz Rodrigues Neves exerceu o cargo de Prefeito Municipal durante todo esse mês. Reelegeu-se em 1953 e em 1957. Não se candidatou mais ao terminar a 3ª Legislatura, em 3 de Abril de 1961.

Um ano depois, foi a vez de Walter Thomé deixar as responsabilidades no JSC, ao assumir um cargo no funcionalismo público da Câmara Municipal de São Caetano do Sul. Em 20 de Abril de 1950, despedia-se do *Jornal*.

Poderão perguntar os leitores que pacientemente me acompanham: valeu a pena o esforço de isenção, de imparcialidade política perante os ocupantes do poder público? Acredito que sim. Está claro que isso importa em sacrifícios, principalmente de ordem financeira, pois nunca recebi um centavo proveniente das minhas atividades de jornalista. Entretanto, os poderosos do dia querem louvor, não querem críticas por maus serviços e prevaricações. E é preciso resistir. O nosso *jornal* tinha nascido para reivindicar. Como mencionei, o jornalismo tem algo de missão, de compromisso com a verdade.

Apesar de orçamentos minguados, que não nos permitiam nenhuma retirada, restou a satisfação de julgarmos ter feito um jornalismo voltado para as necessidades da comunidade, reivindicando justamente dos poderes públicos ações eficientes em favor dela. Quem é subsidiado não tem poder de reivindicar. Só lhe cabe o poder de calar e ser, daí, co-responsável por mazelas e injustiças, de que a nossa cidade e o nosso subúrbio estavam cansados. E com este procedimento conseguimos para o JSC, em pouco tempo, aquilo que é mais importante em qualquer órgão de imprensa: credibilidade.

Aquela cena do trem entre o Brás e São Caetano, em que debatíamos soluções para o subdistrito, sempre retornava a nossa mente e nos dava motivação para um jornalismo sadicamente comprometido com a coletividade. Podíamos dizer, como o fizemos na citada edição de 30 de Junho de 1949: *Nem é pouco espinhosa a missão que temos, qual seja a de manter em São Caetano do Sul, uma folha que possa ostentar o "slogan" Criterioso e Independente, o que vimos fazendo exclusivamente em benefício do povo, sem visar*

qualquer vantagem em outrem que não seja o povo sulsãocaetaneense, único com quem realmente possuímos compromisso.

Publicidade, uma batalha

Para mantermos nossa independência e isenção, tínhamos de possuir os recursos necessários para pagar as despesas das edições na gráfica impressora. E os agentes de publicidade fomos nós mesmos, os redatores e editores, Walter e eu. De quinze em quinze dias, no início, e depois de sete em sete dias, o *jornal* ia para os lares, para as ruas, para as indústrias. Com sacrifícios, mas sem interrupções.

Nas férias escolares, em noites sem aulas e aos domingos, corríamos atrás de anúncios. A contribuição, com que os clubes haviam acenado, não aconteceu, porém, não desanimamos. Batemos em outras portas. Cada edição era uma batalha, tinha uma história para a sua realização. No entanto, as campanhas que ajudávamos a tocar, como a Autonomia Municipal e o Hospital Beneficente, eram o combustível que nos movia. O hospital estava em marcha. Era preciso alimentar a chama, o noticiário, a boa vontade das colaborações, as quermesses beneficentes. O Movimento Autonomista estava chegando. Para tudo isso o *JSC* precisava ir às ruas.

A situação melhorou, por alguns meses, quando conseguimos o apoio publicitário do Sesi (Serviço Social da Indústria). Ele integrava o Sistema S, como era conhecido, que estava nascendo no país, após a reunião de caráter social realizada pelo governo federal em Maio de 1945 em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. O país estava ainda sob a ditadura de Getúlio Vargas. Apesar de ditador, Getúlio tentou, em conversa com industriais, comerciantes e agricultores, conciliar o crescimento econômico com a justiça social. Dentro dessa meta, saiu a fornada do sistema S: Sesi - Serviço Social da Indústria, Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Sesc - Serviço Social do Comércio, o Senac - Serviço Social de Aprendizagem do Comércio e o Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

O subdistrito de São Caetano era, na época, um pólo industrial muito importante. Presidente do Sesi, Roberto Simonsen tinha aqui sua famosa Cerâmica São Caetano. Levando isto em conta, o presidente da Empresa Nacional de Propaganda, Paulo de

Campos Moura, ouviu os nossos argumentos e decidiu que deveria usar o *JSC*, o único da cidade, para divulgar o Sesi no subdistrito. Os anúncios, de página inteira, eram produzidos em agência de propaganda e conferiam prestígio ao nosso quinzenário.

As publicações do Sesi tiveram início em 24 de Novembro de 1946, terminaram em 12 de Janeiro de 1947 e ajudaram muito a equilibrar as finanças do *Jornal* nesses três meses. Na época, nosso professor no Brás, Osmar Pimentel, estava deixando o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda para assumir o cargo de Diretor de Imprensa do Governo do Estado de São Paulo. Consegui uma apresentação sua para procurar o seu amigo, Paulo de Campos Moura, diretor da Empresa Nacional de Propaganda e responsável pela conta do Sesi.

Nossos anunciantes

Minhas atividades profissionais, nessa ocasião, eram exercidas em São Paulo, nos escritórios da Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro, na rua Florêncio de Abreu nº 779. Durante meus horários de almoço em São Paulo, fiz uso da valiosa apresentação do professor Osmar Pimentel. Expliquei pessoalmente a Paulo de Campos Moura que o *Jornal de São Caetano* era o único da cidade povoada por trabalhadores e que ele circulava também onde estava sediada a Cerâmica São Caetano, de Roberto Simonsen. Além disso, mostrei-lhe que a nossa tabela de preços era modesta em relação a outros órgãos de imprensa. Os meus argumentos e a sólida apresentação nos trouxeram os valiosos anúncios.

Campos Moura e eu ficamos amigos e o *Jornal* ganhou também anúncio de página inteira do PSD - Partido Social Democrático, cuja propaganda ficava a cargo da mesma Agência Nacional. No entanto, o *JSC* sempre esteve aberto à propaganda de outros partidos, o que ocorria principalmente nas campanhas eleitorais. Durante vários meses mantive contatos quase que diários com essa agência e recebi essa publicidade que, em valores monetários, representava razoável peso para pagar as despesas da gráfica.

A Rhodia, já presente em nosso país, anunciava em nossas páginas seu analgésico Rhodine. Os cinemas Max e Parque, da família de Massimiliano Lorenzini, compareciam anunciando seus

filmes (Fantasma à Solta, com Bela Lugosi, O Corcunda de Notre Dame, com Charles Laughton e Maureen O'Hara e muitos outros).

A empresa Dal'Mas S. A. apoiou-nos constantemente com seus anúncios, edição após edição.

Um detalhe: a família Flaquer anunciava no setor de consultórios médicos do *Jornal*, entre outros médicos e profissionais. Naquela época da fundação do JSC, o Dr. José Luiz Flaquer Netto acabava de concluir seus estudos de medicina, custeados por seu tio, Antônio Flaquer. Este era dono do único cartório de São Caetano e poderoso chefe político do subdistrito. Com ele mediu forças a liderança autonomista, dois anos depois.

O médico José Luiz resolveu instalar-se com sua esposa na cidade dominada politicamente pelo seu tio. Ficou amigo da equipe do *Jornal*. Além de anunciar seu consultório, também prestigiava o nosso quinzenário com seus artigos sobre medicina, saúde, pediatria e longevidade. São estas as edições que contaram com a sua apreciada colaboração escrita: edições nº 5, de 6 de Outubro de 1946 e nº 6, de 20 do mesmo mês, nº 15, de 2 de Março de 1947, nº 16, de 16 do mesmo mês e nº 24, de 27 de Julho de 1947. Na luta pela emancipação de São Caetano, o Dr. José Luiz Flaquer Netto, por causa da influência de seu tio, ficou na corrente contrária à autonomia. Não obstante a diferença política, sempre manteve boa amizade com ele e sua família, elogiando seus esforços em prol do Hospital Beneficente São Caetano, da fundação do primeiro Rotary Clube do município e de outras melhorias em São Caetano.

Durante os anos em que permanecemos na direção do JSC, Walter Thomé, Luiz Rodrigues Neves e eu vivíamos do salário que recebíamos nas empresas em que éramos empregados. Cheguei até a usar parte do meu salário de diretor da Indústria de Chocolates Pan para pagar dívidas contraídas nas impressoras durante e após o Movimento Autonomista.

O endereço oficial do *Jornal* era na residência de Luiz Rodrigues Neves até ele deixar o *Jornal*. Depois, sempre foi em minha residência, pois nunca tivemos escritório ou redação e nunca houve despesas de aluguel. Nosso gasto era com a gráfica que imprimia o quinzenário, depois evoluindo para semanário.

Na edição nº 100 (8 de Outubro de 1949), fazíamos um pequeno balanço a respeito de nosso trabalho no JSC: *A campanha pró-construção de um hospital beneficente, o inesquecível movi-*

mento autonomista, a fundação da SASC [Sociedade Amigos de São Caetano], o Natal da Criança Pobre, são recordações agradáveis que nos vêm à mente ao prepararmos o material para este número 100. Mais do que recordações, são os pagamentos, que julgamos régios aos esforços que dispendemos nesta centena de edições, é um capital moral que jamais permitiremos seja desvalorizado, embora, infelizmente, não sirva para pagamento das faturas mensais.

Um aporte relevante para suportar as despesas editoriais vinha das edições especiais que fazíamos por ocasião da data da fundação da cidade (28 de Julho) e das festas de Natal, quando publicávamos mensagens do comércio e da indústria. O dinheiro recolhido então era reservado para amortizar as despesas de meses mais fracos de publicidade. Com essa prudência, podíamos encarar com um pouco de tranqüilamente as faturas das gráficas, no final de mês.

Um jornal em que a cidade se encontrava

A felicidade de um *jornal* é a sua recepção por parte do público a que se dirige. Falando de suas reivindicações e interesses, o *JSC* representava a comunidade. Era o canal por onde ela se expressava. Que o *Jornal* nos dava trabalho e sacrifício, não era novidade. Éramos bem pagos pelo calor humano que recebíamos em troca. O *Jornal*, apesar, ou por causa das lutas, tinha sucesso e atraiu muitas colaborações de articulistas sancaetanenses. Entre o colaborador esporádico e a condição de fundador existe certamente uma diferença, por vezes esquecida. Assim, foi surgindo alguma polêmica sobre quem e quantos, de fato, eram fundadores e responsáveis pelo *JSC*. Há quatro anos, fui procurado por meu amigo jornalista e historiador Valdenizio Petrolli, que estava recolhendo dados para um livro sobre a imprensa do ABC paulista. Tentei mostrar-lhe como foi o início e o prosseguimento do nosso *jornal*.

Acho oportuno apresentar aos leitores parte desses dados que forneci para o conhecido historiador, porque não poucas vezes surgem pessoas, às quais somos agradecidos, que de uma forma ou de outra estiveram conosco, trazendo colaborações para o *JSC*. No entanto, suas colaborações foram pontuais, isto é, casuais ou pouco próximas, não justificando exatamente o título de fundadoras. Não participavam dos problemas de administração

e das responsabilidades que exigiam muito de nós três. Ficamos realmente desvanecidos por esse interesse em integrar o nosso time. Isso demonstra que o *Jornal* teve bom ascendente.

Expliquei ao Petrolli que, de acordo com ata de uma reunião assinada por várias pessoas, elas são de direito fundadoras do *Jornal São Caetano*. Mas, julgo que Walter Thomé, eu e Luiz Rodrigues Neves, de fato, tivemos a idéia, tomamos todas as providências iniciais e continuamos à frente do *jornal* desde o início. Este assunto eu já havia exposto ao longo de artigos publicados na coluna *Passado & Presente*, da *Tribuna do ABCD*, durante o ano de 2001. Sem receio de ser repetitivo, tomo a liberdade de voltar a esse tema.

Resumo de dados, instrumento de trabalho

Na data de 17 de Abril de 1946, Walter e eu tínhamos organizado um "Resumo dos Dados já Compilados", um primeiro projeto avançado de jornal, que submetemos ao nosso professor. Com esse instrumento em mãos, procuramos interessados na empreitada. Não foi fácil. Decidimos procurar a família Dal'Mas. Isso foi no dia 4 de Maio, ou seja, dois meses e meio antes do lançamento do quinzenário. Na ata de fundação do JSC, realizada em 10 de Maio de 1946, consta a minha iniciativa de convidar várias pessoas para essa primeira reunião que oficializou a fundação do quinzenário, batizado com o nome de *Jornal de São Caetano*. Também consta da ata dessa reunião o relato de Mário Dal'Mas a respeito da época em que Walter e eu procuramos os Dal'Mas a fim de tratar do novo projeto jornalístico. Eis as suas palavras:

Incentivados pela brilhante idéia da fundação de um jornal em São Caetano, dois jovens, Walter Thomé e Mário P. Rodrigues, procuraram algumas pessoas residentes em São Caetano, a fim de expor tal idéia, esperando, naturalmente, o apoio necessário para levar adiante essa iniciativa. Não encontrando por parte dessas pessoas o devido crédito, dirigiram-se, posteriormente, dia quatro de maio de um mil e novecentos e quarenta e seis, à residência da família Dal'Mas, no intuito também de receber plena coadjuvação minha e de meus irmãos.

Nessa reunião com propósitos de criação de bases de

um *jornal*, foi proposta por mim e aceita pelos circunstantes uma primeira diretoria, conforme registra a ata da reunião: "Presidente, Luiz Rodrigues Neves; Vice-Presidente, Mário P. Rodrigues; 2º Vice-Presidente, Mário Dal'Mas; Redator, Walter Thomé; 1º Tesoureiro, Ettore Dal'Mas; 2º Tesoureiro, Joaquim Rodrigues Neves; Secretário, Ítalo Dal'Mas; e 2º Secretário, Oswaldo Garcia." (Joaquim Rodrigues Neves era irmão de Luiz Rodrigues Neves).

A diretoria mencionada nessa ata, na verdade, ficou no papel, não funcionou. Além de não ter sido confirmada a contribuição dos quatro clubes, a maioria dos componentes da diretoria tinha obrigações particulares com horários a cumprir. Restava-lhes somente o domingo para se dedicarem aos compromissos com o *jornal*, o que acabou não ocorrendo. No entanto, Thomé e eu nos encontrávamos todas as noites na referida escola, trocando idéias entre nós mesmos e com o professor Pimentel a respeito de como saíam as edições.

O Mestre Osmar Pimentel

Juntos, nos intervalos entre aulas, nós três examinávamos, por exemplo, os artigos e decidíamos sobre sua publicação e as páginas em que figurariam. Os títulos ficavam a cargo do professor Osmar Pimentel, dada a sua larga experiência no ramo. Essa rotina de redação durou de Março até Dezembro de 1946. Com o nosso professor, Walter e eu, discutimos as campanhas em favor da criação do hospital beneficente e em favor da autonomia.

No final do ano de 1946, como já mencionamos, Osmar Pimentel assumiu novas funções no Governo Estadual, coincidindo com a nossa saída da escola, por nos termos diplomado. Consigno aqui, por justiça, a imensa relevância, para o êxito do *Jornal de São Caetano*, e para mim particularmente, dos conhecimentos, da ajuda e da assistência que nos prestou o finado Mestre Osmar Muniz Pimentel. Ele foi muito importante para o desenvolvimento do *Jornal*. Faleceu em 10 de Novembro de 1989.

Com a saída do nosso professor, a redação final das páginas do *Jornal*, os títulos dos artigos, tudo passou a recair sobre os meus ombros e os de Walter Thomé. Luiz Neves continuava encarregado dos pagamentos, de representar o *jornal* em ocasiões especiais e em atos oficiais. Era o nosso companheiro mais velho, como já enfatizamos, cuja presença conferia seriedade



Foto de 1970: Dr. Osmar Pimentel recebe os cumprimentos meus e de minha esposa Macaria Rodrigues na noite de 20 de Maio de 1970, quando ingressou na Academia Paulista de Letras

à Diretoria do *Jornal de São Caetano*, porque na ocasião em que veio a lume a primeira edição, Walter e eu ainda *tínhamos cara de moleques*, como diz, ainda hoje, o historiador Valdenizio Petrolli.

Já na edição nº 6, de 29 de Outubro de 1946, Mário Dal'Mas pedia seu desligamento do *jornal* em carta publicada naquela data. As reuniões e os planos combinados na fundação, no seu pontapé inicial, não saíram do papel, não passando, portanto, de intenções. Bem pensadas, mas intenções.

Gostaria, porém, de destacar o apoio da família Dal'Mas e das suas empresas para o nosso *Jornal*. Desde a primeira edição até a última sob a minha responsabilidade, eles compareceram com seus anúncios da indústria e do cine Vitória, ininterruptamente. Meus agradecimentos a essa família, que muito tem contribuído para o progresso da cidade.

Os colaboradores do *Jornal de São Caetano*

Recebíamos, gratuitamente, muitas colaborações literárias de artigos, poemas, contos e notas, para brilho e eficácia de nossas páginas. Destacamos alguns nomes de amigos que publicaram colaborações em nosso *Jornal*: Fábio Vieira de Souza,

Ítalo e Mário Dal'Mas, Jayme da Costa Patrão, José Luiz Flaquer Netto, José Flávio Rocha, Marcello Zamboto, Moacyr Firmino Correia, Nêvio Dias, José Nuzzi Filho, José Calazans de Campos, Manoel Gutierrez Duran, Antônio Russo, Urames Pires dos Santos, Narciso Ferrari, Lídio C. Moura, Theophilo S. Carvalho, Mauro Corvello, Miguel Batista Gonçalves, José Bonifácio de Carvalho e outros.

O *Jornal de São Caetano* teve um caráter eminentemente voltado para a comunidade sancaetanense, que, como na autonomia, se via muito à vontade com ele, pois nele identificava o canal para onde convergiam e tomavam corpo os ideais da emancipação municipal. Em suas páginas, a comunidade pôde exprimir idéias e reivindicações, a efervescência de sua intensa vida social e cultural. Quantos casamentos, quantos aniversários e batizados, quantas quermesses, quantos concertos foram divulgados. Quanta verve popular teve ocasião de se manifestar, como nos charges do *Zé Caetano*, de autoria de Jayme da Costa Patrão.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial à colaboração efetiva de muitos, à empatia e ao carinho com que fomos agraciados pelos milhares de leitores de São Caetano. É o sentimento que mantenho ainda hoje, mesmo após tanto tempo, desde que transferi, após dez anos da fundação, a posse do *Jornal* para terceiros.

Walter Thomé e Luiz Rodrigues Neves

Como ambos trabalharam estreitamente comigo, não poderia deixar de dar notícias mais completas sobre os companheiros, desde que se demitiram do JSC para outras tarefas de suas respectivas carreiras pessoais.

Depois de deixar o JSC, Luiz Rodrigues Neves, nosso companheiro mais velho, continuou como funcionário das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, atividade que mantinha paralelamente aos seus trabalhos de vereador da primeira, segunda e terceira legislaturas do novel município de São Caetano do Sul e de diretor e presidente da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano. Mais tarde, foi diretor da Tecelagem Lídia, também pertencente ao Grupo Matarazzo. Aposentou-se em 1963. Nesse mesmo ano, ingressou na diretoria da Chocolates Pan, empresa em que eu tinha trabalhado por mais de nove anos. Permaneceu nessa



Luiz Rodrigues Neves

firma até 2002. Como aposentado, há três anos curte merecido lazer, após uma carreira pessoal admirável, que inclui certamente os anos passados no *Jornal de São Caetano* e na Câmara Municipal.

Meu companheiro Walter Thomé, desde a primeira hora da gestação da idéia de um jornal, deixou o JSC em 1950 para tornar-se redator e preparador de matérias redatoriais na Câmara Municipal de São Caetano do Sul. De lá se transferiu para a General Motors, onde foi redator das revistas da empresa. Deixou a General Motors para ingressar, como redator, na empresa Oficina de Propaganda, localizada na Praça Charles Miller, a praça do Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Colaborando na Oficina, jovem ainda veio a falecer de câncer no dia 28 de Outubro de 1959. Tinha somente 31 anos de idade. Um grande talento, precocemente desaparecido, que deu brilho às páginas do *Jornal de São Caetano*.

Mesmo afastado da redação e da direção do JSC, Thomé tornou a fazer uma ponte comigo, revivendo antigos tempos de vibrantes edições, como no auge da campanha autonomista. Reproduzo esse diálogo, essa ponte, para os leitores poderem avaliar o grau de compreensão e amizade que sempre existiu entre nós.

Depois de ter deixado o JSC, a nova direção me convidou para fazer uma série de artigos sob o título de "O voto bom". Walter Thomé acompanhava essa série, às vésperas das eleições de



Walter Thomé

1956, enviando-me uma carta de comentários à mesma, em 18 de Dezembro de 1956:

Meu caro Mário: Lendo um dos vários artigos com que Você ressurgiu em nossa imprensa, fazendo a pregação do voto bom, assaltou-me o impulso de apresentar-lhe congratulações. Como sarcaetanense, sentia-me satisfeito em ver que o velho companheiro de lutas seguia perseguindo seus ideais do tempo em que, com os ardores da mocidade, fundamos o jornal, lançamos o movimento pró-Hospital e lutamos pela Autonomia. Sua tese era correta e defendida num momento oportuno - exatamente naquele em que se vai novamente decidir do futuro de São Caetano do Sul.

E concluiu o querido amigo: Como candidato que pretende, se eleito, trabalhar em prol do conseguimento desse bem estar para o nosso povo, agradeço-lhe o que tem feito no sentido de orientar os leitores.

Oxalá o povo corresponda aos objetivos superiores de seus escritos, Mário. Se o fizer, apenas se beneficiará com isso, pois só benefícios poderá São Caetano do Sul colher, se eleger um prefeito realizador e uma Câmara capaz e realmente preocupada com a solução de nossos problemas. Aceite um abraço do (a) Walter Thomé.

Era o velho amigo e companheiro que mais uma vez vinha, de certa forma, fazer dupla comigo, como nos tempos das campanhas encetadas pelo JSC.

Prefeito x Vereador

Aos poucos, com novos compromissos assumidos e com

o novo cenário político delineado após a gestão do 1º prefeito, fui chegando à conclusão que era difícil continuar editando o *JSC*. Fui convidado para ser diretor comercial da empresa Chocolates Pan. Assumi em 24 de Fevereiro de 1954. Na época, eu era presidente do Rotary Clube, que ajudara a fundar. Comecei a perceber, por insinuações da própria diretoria da Pan, que estava se confirmando o meu receio de não poder mais conciliar as atividades jornalísticas com os novos compromissos profissionais, que eram muitos. Por outro lado, o *Jornal* continuava funcionando no vermelho. A efervescência política dominava a cidade após o mandato de Ângelo Rafael Pellegrino, e estava sendo muito difícil manter a linha de independência, da qual eu não abria mão em nenhuma circunstância.

Durante a gestão de Anacleto Campanella, formaram-se correntes pró e contra sua administração, as quais procuravam envolver o *Jornal*. Lembro um dos fatos que me obrigou a enfrentar a Justiça. O cearense Luiz Dias da Silva elegeu-se vereador à Câmara Municipal de São Caetano do Sul na segunda legislatura. Adotou uma linha de oposição ao prefeito.

Nenhuma tentativa de políticos ou do chefe do executivo conseguiu demovê-lo do seu intento. No dia 9 de Novembro de 1955, atendendo convocação do Sr. Anacleto Campanella, compareci ao seu gabinete e recebi um pequeno artigo escrito em papel de memorando da Prefeitura. Em resposta à sua solicitação para publicarmos referido artigo na primeira página da próxima edição do *JSC*, respondi negativamente porque não tinha assinatura e eu não concordava que fosse uma matéria da redação.

O prefeito assinou embaixo e pediu para publicarmos com o pseudônimo *Observador*, sob sua responsabilidade. Publicamos o texto na edição nº 571, de 16 de Novembro de 1955. Em resumo, dizia que o vereador tentara contra a honra de uma senhora e deveria ser banido da sociedade sancaetanense. O advogado do edil, Dr. Tolosa, moveu um processo contra o *jornal*. Após três audiências, notando que eu seria injustamente prejudicado, requeri ao Juiz Milton Evaristo dos Santos que juntasse ao processo o original assinado por Anacleto Campanella, a quem enviamos cópia do requerimento que encaminhamos ao juiz. Condenado, o prefeito, autor do artigo, foi beneficiado com o direito de *sursis* (suspensão condicional da pena por ser réu primário).

Missão Cumprida

Essa situação se deteriorou ainda mais na gestão de Osvaldo Samuel Massei. A essa época, fui procurado pelo diretor da Fazenda Municipal, professor Sylvio Fernandes, filho do saudoso professor José Bonifácio Fernandes, insistindo em que um grupo de amigos do prefeito Osvaldo Massei desejava adquirir o controle do *Jornal de São Caetano*. Nessa altura, ele era conduzido só por minha iniciativa.

Ante a situação que se me apresentava, de acirramento dos ânimos, julguei melhor ceder e passei a propriedade do *Jornal* para esses senhores. Quando o JSC completava dez anos de fundação, em 1956, fiz a transferência de posse, devidamente registrada em cartório. Como o semanário sempre foi produzido em minha residência e impresso em gráficas de terceiros, não tínhamos bens materiais, embora o prestígio que valorizou o título fosse muito grande. Vendemos, na realidade, o título e o seu valor intrínseco, representado por uma história de 10 anos de muitas batalhas em benefício da cidade.

Em pagamento por essa venda recebi um lote de notas promissórias, todas de pequeno valor e de longos prazos de vencimentos, que não foram aceitas pelo Sr. João Campanhari, proprietário da Tipografia Carioca, para quitar as dívidas vencidas que o *Jornal* tinha com ele. Compreensivelmente, queria dinheiro em moeda corrente e no menor espaço de tempo possível. Troquei todas essas notas promissórias por um aparelho de televisão de 17 polegadas, em preto e branco, marca Invictus. A dívida com a gráfica do meu amigo e colaborador João Campagnari paguei, em poucos meses, com parte do salário que recebia como diretor da Chocolates Pan.

A difícil isenção política

Não faltou quem discordasse ou duvidasse da minha negociação. Vender dessa forma, a preço baixo e para receber a prazo longo?

Existe um componente que também pesou muito nesta minha decisão. Desde que o *jornal* foi fundado insisti e lutei para que ele fosse criterioso e independente. Essa isenção política, que eu sempre fiz questão de manter, não me foi imposta. Aprendi em

casa, com meu pai, que a qualidade mais importante em uma pessoa é a honestidade. A condição de olhar de frente nos olhos de qualquer pessoa e responder a qualquer pergunta, sem nada a temer.

Julguei que as melhorias que desejávamos conseguir para a cidade, quando fundamos o *jornal*, somente seriam conseguidas se ficássemos longe da política partidária. Desde pequeno ouvia falar de alguns políticos com ressalvas. E, realmente, aglutinamos em nossas campanhas pessoas dos mais variados partidos políticos, porque não pertencíamos a nem tínhamos pendores por nenhum deles.

Recebi propostas, fui processado e concluí que a cada ano as pressões de ambos os grupos aumentavam, o círculo ia se fechando e a minha situação ia se tornando mais difícil. A minha estrutura era frágil para enfrentá-los. Anacleto Campanella era meu companheiro do Grupo Escolar Senador Flaquer e Oswaldo Massei era colega de infância de minha esposa Macaria Garcia e de sua família, pois eram vizinhos no bairro da Cerâmica. Havia fortes vínculos de amizade pessoal. Mas cada um tinha seu grupo político, seus vereadores e consultores. A pressão crescia de forma assustadora para quem nunca fora político.

Nas campanhas do Hospital São Caetano, da Autonomia Municipal, da fundação do Rotary Clube, da Creche Nossa Senhora da Glória, Delegacia do Ciesp etc., havia unanimidade e todos tinham o mesmo objetivo. No caso dos políticos, tratava-se de grupos opositores, cujas intenções nem sempre eram conhecidas do jornalista.

Em realidade, nos últimos anos à frente do *jornal* eu me sentia sozinho e um pouco acuado, procurando com dificuldade o melhor caminho para manter a isenção política pela qual eu lutei durante 10 anos.

Decisão correta

Contudo, não estava abatido com o risível resultado financeiro, do qual eu nada usufruí, após dez anos de trabalho e dedicação. O retorno do *JSC* estava em outra ordem, em termos humanos, comunitários e cristãos. Achei que eu havia cumprido minha missão como diretor de um *Jornal* que, no final das contas, havia liderado e conseguido a autonomia municipal de um subdis-

trito esquecido e maltratado que se chamava São Caetano. Com toda a sinceridade, estava convencido de que o *JSC* estava forte, prestigiado e famoso na cidade. Havia se desincumbido de muitas missões e tarefas a que se propusera desde o início, como o Hospital Beneficente São Caetano e a Autonomia Municipal, em especial.

Minha impressão não era diferente daquela do autor que se vê ultrapassado pela fama de seu personagem, a exemplo do detetive Sherlock Holmes, que se tornou muito mais conhecido que seu autor, Arthur Conan Doyle. A criatura ficara mais famosa que seu criador. O que não me incomodava, mas me deixava feliz. A cidade se dirigia por si própria, sob a bandeira do progresso e do bem-estar. Que mais poderíamos almejar, eu e o meu *Jornal* ?

Minha fase jornalística estava encerrada? Por um momento, parecia que sim. Mas não durou muito a inatividade de imprensa. Afora colaborações esporádicas, estive à testa de uma revista de medicina, a *Ars Curandi* (A Arte de Curar), enquanto trabalhava na empresa Dulcora. Mais adiante, assumi um outro periódico, o *Sancaetanense Jornal*, de meu amigo Antônio Russo, dirigindo-o por seis anos. Atualmente, colaboro com artigos para o boletim *Servir*, órgão semanal do Rotary Clube de São Paulo, de cuja entidade sou diretor, faço parte do Conselho Editorial da revista *Raízes*, editada pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e sou membro da Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico - Cultural de São Caetano do Sul.

Campanhas: o forte do *Jornal*

Sem querer desprestigiar essas colaborações, em que coloquei muito de meu empenho e arte, é o período passado no *Jornal de São Caetano* o mais faustoso para mim, o que mais acrescenta ao meu currículo e à minha carreira. São as campanhas conduzidas pelo *JSC* que o enaltecem. Assim, dois capítulos serão dedicados à campanha do Hospital Beneficente. Mais 4 capítulos, ao Movimento Autonomista de São Caetano, o ponto alto do *Jornal* e muito importante para mim, influenciando também, modestia à parte, para melhorar o meu currículo e, talvez, até mesmo a minha própria biografia. Outras campanhas importantes merecerão um capítulo à parte.

Capítulo III

Hospital beneficente, primeira campanha do Jornal

As campanhas promovidas pelo *Jornal de São Caetano* deram-lhe vida, substância e visibilidade. Nosso semanário pode, em função de suas campanhas, ser comparado, modéstia parte, a um jornal abolicionista ou a outro qualquer marcado por sólida campanha social e coletiva. Entre as nossas primeiras campanhas estava uma que pleiteava a construção de um hospital, nos moldes da Santa Casa, para o povo de São Caetano.

Através de uma pesquisa, feita na terceira edição, para saber das prioridades da população, o hospital era colocado em primeiro lugar. Não titubeamos. Encampamos a prioridade, tomando providências como as que descreveremos ao longo deste capítulo.

O fato auspicioso que nos ocorreu foi o paralelo crescimento dessa campanha, com o engrandecimento do JSC. Naturalmente, esse nosso desenvolvimento não pode ser imputado, de maneira exclusiva, a essa campanha do hospital, mas ela seguramente teve singular importância em um começo hesitante como o nosso. Foi, sem dúvida, o primeiro grande interesse que levou muitas pessoas a ler o novo *Jornal*.

Era essa campanha trazia as notícias do andamento da construção do hospital. Com isso, o JSC acabou se firmando. Corresponhia a uma expectativa essencial do seu público: a saúde. Atender a essa e a outras expectativas, como a da autonomia, foi um êxito que marcou o *Jornal* e, ao mesmo tempo, a minha vida pessoal que com ele se misturava.

"Impõe-se a construção de um hospital"

No terceiro número (1 de Setembro de 1946), fizemos uma pesquisa popular para saber o que era mais importante, mais urgente, o que, afinal, era prioritário para a nossa cidade. Resposta geral: a construção de um hospital. Só depois de hospital vinham escola, jardim público e, naturalmente, a sempre citada autonomia municipal, para resolver esses e outros sociais.

O editorial da edição de 1 de Setembro ostentava o seguinte título: *Impõe-se a construção de um hospital em São Caetano*". *Situação penosa era vivida: "O abandono em que vive a cidade é desolador. Sem uma condição sanitária à altura, nosso povo não tem, para aumentar sua desdita, um hospital a que possa recorrer num momento de emergência. São Caetano parece cair no ostracismo dia a dia. O pouco que temos é destruído. Já tivemos uma policlínica e essa mesma nos foi tirada, inexplicavelmente.*

Como que adivinhando donde viriam os recursos para o hospital, comentávamos: *Se tudo falhar, ainda assim São Caetano terá seu hospital - um hospital construído com o dinheiro angariado em subscrição pública.*

Na pesquisa feita, tomamos o depoimento de várias pessoas, como do sr. Accacio Novais, chefe de seção pessoal da Rayon do Grupo Matarazzo: *São Caetano é uma cidade dinâmica, disse-nos, e o seu progresso, especialmente no setor industrial, ultrapassou as mais otimistas expectativas. Devo, porém, lamentar, aqui, a falta de esgoto, ruas sem calçamento e também a falta de um jardim público. Precisamos ainda de escolas primárias, pois é grande o número de menores em idade escolar que não consegue matrículas por falta de lugares. Creio também que a construção de um ginásio viria ao encontro das aspirações da nossa grande e ordeira população. A construção de um hospital é um empreendimento imprescindível e inadiável.*

O médico Ângelo Antenor Zambom, perguntado, respon-

deu: São Caetano precisa, principalmente, de uma rede de esgoto. Precisamos também de um hospital, um centro de saúde bem montado, centro de puericultura, um jardim e um ginásio. Em síntese: parece-me que não possuímos nada e que precisamos cuidar da educação e saúde do povo de São Caetano. Outras pessoas, como vários médicos de São Caetano, referiram-se à necessidade urgente de um hospital na cidade, para que a população não ficasse dependente nem de Santo André nem de São Paulo, em casos de internação.

Na edição número 4, de 22 de Setembro de 1946, demos sustentação a esse anseio da população, manifestado na pesquisa, através do artigo: *Dêem um hospital à nossa terra. Um assunto começa a empolgar São Caetano. Latente no coração de todos, o desejo de possuímos um hospital assume, dia após dia, feições de campanha popular*, era o nosso comentário.

O jornal passava das palavras à ação: *Assumimos um compromisso moral com nosso povo desde o momento em que nos dispusemos a batalhar por um hospital. E essa luta por tão nobre melhoramento não podia, é óbvio, ficar em palavras. Movidos por essa necessidade de ações mais positivas, o Jornal de São Caetano tomou a incumbência de reunir figuras representativas da cidade, a-fim-de-que, em mesa redonda, seja o assunto analisado nos mínimos detalhes.*

A reunião, ou melhor, a mesa-redonda, foi marcada para o dia 9 de Outubro de 1946, nas dependências do Clube Comercial, às oito e meia da noite. Era um tempo em que as pessoas não estavam envolvidas em capítulos de novela, porque a televisão não existia. A tirania das novelas sobre as pessoas não era conhecida e elas podiam se dedicar mais a obras assistenciais e a visitas familiares.

A edição de 20 de Outubro não deixou o assunto esfriar. Registrou que compareceram à mesa-redonda o Dr. Marcos Nogueira Garcez, delegado de polícia no subdistrito, irmão do mais tarde governador Lucas Nogueira Garcez; Pe. Ezio Gislimberti, vigário da paróquia; Acácio Novaes, executivo da Rayon Matarazzo; Acácio Spacaquerccia, operário da Louças Cláudia; José Luiz Flaquer Neto, médico; Angelo Antenor Zambon, médico; Olderige Zanon, farmacêutico; Marcelo Zambotto, funcionário administrativo da Cerâmica São Caetano; e Bruna Cassetari Ricci, professora e delegada da LBA - Legião Brasileira de Assistência para São Caetano.



Foto de 9 de Outubro de 1946. Parte dos convidados presentes à primeira reunião destinada à fundação da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano. Da esquerda para a direita: Angelo Antenor Zambom, Accácio Spachacqueria, Mário Porfírio Rodrigues, Marcos Nogueira Garcez, Dr. José Luiz Flaquer Neto (encoberto), Padre Ézio e Acácio Novaes

O comentário do jornal na data foi: *Uma demonstração inequívoca de boa vontade e união foi a primeira reunião da mesa redonda promovida por nossa folha. Contávamos, é bem de ver-se com essa cooperação entusiasta das pessoas de nossa terra; apesar disso, não podemos deixar de registrar nosso aplauso à solicitude com que os representantes do povo se prestaram a atender nosso convite.*

Sabíamos que dessa reunião não sairiam grandes conclusões. Era um começo: *Se decisões de monta não foram tomadas por enquanto, tivemos em compensação a gênese de idéias brilhantes, que só poderão trazer benefícios aos sancaetanenses. Explicável, além do mais, é o fato de a reunião se ter cingido à exposição e discussões de idéias, enquanto ela valia como instalação de mesa redonda.*

Uma segunda reunião 17 de outubro teve lugar na semana seguinte, com pouco comparecimento. Ficou decidido, no entanto, que fossem trazidas mais sugestões de convites pessoais: *O caráter mais amplo de tal certame, verdadeira assembléia, determinou que cada um dos presentes organizasse uma lista das pessoas ou firmas que deveriam ser convidadas, a fim de (sic) lhes remetermos os convites.*

Sociedade Beneficente Hospitalar S. Caetano

O expediente de ampliar convites deu resultado acima do esperado, como narrávamos na edição de 22 de Dezembro. Os estatutos da entidade que cuidaria da construção do hospital foram aprovados: *Com a presença de aproximadamente 100 pessoas realizou-se dia 7 do corrente, às 21 horas, a Assembléia Geral convocada pela Comissão Pró-Hospital de São Caetano para aprovação dos estatutos e eleição do primeiro conselho administrativo, composto de 30 membros, dentre os quais, segundo os mesmos estatutos, seria eleita a diretoria.*

A mesa que dirigiu os trabalhos esteve assim constituída: Presidente, Dr. Marcos Nogueira Garcez, Secretários, srs. Arlindo Marchetti e Luiz Rodrigues Neves, e mais Dna. Bruna Cassetari Ricci, e srs. Accacio Novais, Avelino Polli, José Luiz Flaquer Neto, Ângelo Antenor Zambom, João Dal'Mas, José Homem Bittencourt e Mário P. Rodrigues, completava o JSC.

A diretoria que iria dirigir, em 1947, os trabalhos da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, nessa assembléia constituída, era a seguinte: presidente: Ângelo Rapahael Pellegrino; vice-presidente, João Dal'Mas; secretário geral, Arlindo Marchetti; 1º secretário, Paulo Oliveira Pimenta; 2º secretário, Mário P. Rodrigues; 1º tesoureiro, Verino Segundo Ferrari; e 2º tesoureiro, Venicio Nicolau Ricci. Na Comissão Fiscal constava nosso colega Luiz Rodrigues Neves; entre os conselheiros, Walter Thomé. Como se pode notar, o *Jornal de São Caetano* não só promovia, mas também participava ativamente dos trabalhos para construir o hospital.

Pela edição de 12 de Janeiro de 1947, noticiávamos a publicação do registro da nova entidade hospitalar. O Diário Oficial do Estado de 19 de Dezembro de 1946 oficializava o registro da Sociedade Beneficente Hospitalar S. Caetano, registro este feito no Cartório Adalberto Netto, estabelecido no Largo do Tesouro, 20, São Paulo. Essa sociedade estava, portanto, apta a comprar terreno, construir, fazer planta e tudo o mais que fosse necessário para erguer o hospital sonhado.

Terreno, uma novela com muitos capítulos

Mas a obtenção do terreno teve muitos percalços, não imagináveis à primeira vista. A doação de terreno esperada dos poderes públicos nunca se concretizou, apesar de muitas promessas. Uma primeira decepção veio de Santo André, do sr. Carvalho Sobrinho, então prefeito desse município.

Fato pouco otimista a esse respeito era dado aos leitores na edição de 2 de Fevereiro de 1947: *Apesar da (sic) diretoria e dos fundadores da sociedade terem deliberado que a angariação de fundos seja iniciada somente depois de ter sido doado o terreno pela Prefeitura Municipal, foram obrigados a modificar o seu plano primitivo em virtude da demora que está havendo neste sentido. Como os nossos leitores sabem, o sr. Carvalho Sobrinho deixou a direção do município para se candidatar a uma cadeira de deputado federal e ao contrario do que julgávamos, não tomou nenhuma providência positiva antes de deixar a prefeitura. Por esse motivo, os fundadores opinaram pelo início da arrecadação de fundos antes de possuírem o terreno.*

Havíamos, de fato, formado um pequeno comitê para conversar com o prefeito de Santo André, que era na ocasião a autoridade maior do município, já que São Caetano era um mero subdistrito. Animados pela boa causa, íamos com esperança de que o prefeito cedesse um terreno para a obra benemérita. Pobre esperança. O Dr. José Carvalho Sobrinho, então prefeito nomeado pela ditadura, nos recebeu polidamente e aderiu à idéia do hospital, prometendo-nos a doação de um terreno da Prefeitura sito em São Caetano. Carvalho Sobrinho era um velho político do Partido Social Democrático - PSD, que, todo sorrisos, prometia apoiar nossa "nobre causa".

Quando deixou o mandato para se candidatar a deputado federal, não deixou nenhum terreno da Prefeitura à disposição do hospital. E o novo prefeito ignorou o nosso pleito. Da mesma forma, esforços para receber doação de terreno por parte do governo estadual não deram em nada. Conclusão: tínhamos de nos valer de nossas próprias forças no subdistrito, ou mais precisamente no futuro município, para construir o hospital.

Em outros termos, a subscrição pública a que aludíamos na apresentação da pesquisa a favor do hospital, era a

única possibilidade real de começarmos uma construção com essa finalidade. Era desse teor a notícia que dávamos em 20 de Abril de 1947:

Em dias da semana retrasada diretores da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano autorizados pelo Conselho da mesma entidade, fecharam negócio para a compra do terreno onde se erigirá o futuro Hospital Beneficente de nossa cidade. Os irmãos Perim e a família Marinotti, proprietários da área de terreno desejada, receberam, ao todo, um sinal de Cr\$ 85.000,00, correspondentes a um valor total de Cr\$ 428.000,00, que é, portanto, o custo do terreno. Era do dinheiro arrecadado por subscrição de particulares que se conquistava o terreno para o tão almejado hospital.

Livro de Ouro

Alguns detalhes poderão dar a idéia de como evoluiu o elenco de obras do hospital. Um primeiro donativo foi feito pela Casa Bancária São Caetano, que abriu uma conta de Cr.\$1.000,00, conforme JSC nº 9, de 8 de Dezembro de 1946. Foi também criado um Livro de Ouro Popular e a primeira "assinatura" foi do Sr. Antônio Flaquer que, em lugar do seu nome, escreveu o nome do seu sobrinho-neto Luiz Antônio, filho do médico José Luiz Flaquer Netto, com a soma de Cr.\$1.000,00. Após duas assinaturas, assinou novamente, agora com seu próprio nome, contribuindo com mais Cr.\$1.000,00. Foram 29 assinaturas na abertura do Livro, com valores de Cr.\$1.000,00 e Cr.\$2.000,00, conforme JSC nº 10, de 22 de Dezembro de 1946. Esses exemplos não são os únicos, mas são ilustrativos da adesão ao Livro de Ouro.

Celso Marchesan e Jacob João Lorenzini, diretores da Casa Bancária São Caetano, eram os encarregados do Livro de Ouro. Em 24 de Maio de 1947 era de Cr.\$ 44.470,00 o valor arrecadado por esta forma.

Comissão Feminina da SBHSC

A Comissão Feminina da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano era formada por várias senhoras, especialmente as esposas de diretor e conselheiros da entidade. Alguns nomes: Mafalda Lorenzini Casella, Celestina Dal'Mas, Bruna C. Ricci, Yone L'Abatte Flaquer, Diamantina Rodrigues Neves, Bruna

Constantino, Hercília Cambaúva, Anésia Lorenzini Puccetti, Elba de Barros Marchesan, Macaria Garcia Rodrigues, Iracema Vincenzi, Odete Fraissat Paes, Sofia Sampaio, Zuleika Barile e várias outras.

Dois meses e meio após a fundação da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano foi organizado, pela comissão de senhoras do hospital, um show artístico no cine Max, dia 25 de Fevereiro de 1947, com a presença de Arnaldo e Edy Meirelles com suas harmônicas; Lia Marques, bailarina infantil do Teatro Municipal de São Paulo; além de cantores das rádios Cultura e Pan-americana além de outros artistas. Foi grande a presença de casais da sociedade sancaetanense.

O primeiro chá beneficente com sorteio de prendas foi realizado no salão do Clube Comercial dia 8 de Março de 1947. JSC nº 16, de 16 de Março de 1947, escreveu: *Ao chá seguiu-se um interessante programa lítero - musical. Tivemos então oportunidade de ouvir números de declamação, pelo jovem Rafael Jôia Martins Jr.; de piano pela garotinha Maria Francisca Fraissat Paes e D. Dirce Guerreiro Kirche, esta em números notáveis, entre os quais Rapsódia Húngara nº 2, de Liszt e Fantasia do Hino Nacional Brasileiro.* Mais de 60 senhoras com filhas, maridos e convidados compareceram a este evento. Foi um sucesso.

No dia 12 de Março, no salão do São Caetano Esporte Clube, teve lugar o Baile da Cooperação. Houve apresentação de vários artistas de rádio, leilão de um rádio "Datrola", frangos, garrafa de champanhe francês, uma caixa de bombons finos e outros. O baile foi bastante animado, e os vários leilões serviram para motivar os presentes a criar um ambiente muito agradável. As famílias sancaetanenses estavam bastante animadas, e o baile foi mais um sucesso. Daí em diante, todas as festas organizadas pela Comissão Feminina da SBHSC passaram a ser acontecimentos sociais e a trazer boa renda para o hospital.

Além dos três festivais narrados acima, também houve, o baile *Noite de Maio*, que noticiamos no JSC nº 20, de 25 de Maio de 1947:

Culminou, indiscutivelmente, o ciclo de festas populares que se vem realizando em benefício da Campanha Pró-Hospital, com o baile "Noite de Maio", efetuado a 10 deste mês no Parque General Motors E. C. Atraindo multidão digna de nota, o acontecimento transformou-se em verdadeiro êxito social, pois elementos da melhor sociedade local, santo-andréense e mesmo paulistana, comparece-

ram à sede do clube generalense. Muito contribuiu para isso, aliás, a presença da famosa orquestra Colúmbia, e o interesse que ultimamente vêm despertando as festas pró-hospital.

Nem era esquecida a senhora esposa do governador: A convidada de honra d. Leonor Mendes de Barros compareceu, representada na figura de d. Iracema de Barros, esposa do Sr. Osvaldo de Barros, irmão e representante na festa do Governador do Estado.

Ao mesmo tempo, eram enviadas cartas para os estabelecimentos industriais e comerciais, solicitando uma contribuição para a construção da tão almejada Santa Casa.

Na edição de 27 de Julho de 1947, um outro estilo de campanha era lembrado: a do metro. Cada contribuinte pagaria uma determinada importância que, teoricamente, corresponderia a um metro quadrado do terreno necessário para construir o hospital. Sob o título *Relação nominal dos contribuintes da campanha do metro*, era publicada uma lista de nomes de diferentes doadores, que abrangia uma página e meia do JSC. Isso demonstrava uma adesão respeitável da população de São Caetano à obra do hospital.

Pedra fundamental

Com o terreno adquirido e com fundos angariados, faltava apenas um sinal, um rito para as obras de construção, a pedra fundamental. A edição de 14 de Dezembro de 1947 dava conta desse acontecimento:

O domingo último amanheceu todo ensolarado. Não sabemos se porque era o primeiro aniversário da fundação da Sociedade Beneficente Hospitalar S. Caetano ou se porque seria lançada nesse inesquecível 7 de Dezembro de 1947 a pedra fundamental do Hospital. Tudo, porém, indicava que o motivo daquela maravilhosa manhã estava ligado ao acontecimento atinente à entidade que construirá a santa casa dos sancaetanenses.

Como era comum na cidade, os atos cívicos não são dissociados dos religiosos, e não foi diferente com a pedra fundamental da nossa almejada santa casa:

Terminada a Missa celebrada em regozijo do acontecimento, com as Irmandades católicas à frente, seguiu o povo para o terreno da rua Espírito Santo, destinado à construção do Hospital

Beneficente São Caetano. Dando início às solenidades, o sr. Mário P. Rodrigues, da comissão diplomática da Sociedade Beneficente Hospitalar S. Caetano, deu a palavra ao sr. Ângelo Raphael Pellegrino, presidente da entidade, que teceu comentários sobre a primeira etapa vencida.

*E não faltou o agradecimento do presidente àqueles cujas doações tinham permitido a compra do imóvel que recebia a pedra fundamental: *Agradeceu em seguida às indústrias, ao comércio e ao povo em geral que possibilitaram a compra do terreno e disse confiar no auxílio dos operários, da indústria e do comércio para a campanha pró construção do edifício.**

Elogio ao *Jornal de São Caetano*

*Na ocasião, não faltaram elogios à atuação do nosso jornal, que foi lembrado pelo orador oficial do evento, Otávio Tegão: *Seria, porém, clamorosa injustiça - continuou o orador - não frisar nesta oportunidade e de público, a cooperação valiosa e sem preço do Jornal de São Caetano; cabe a esse órgão da imprensa paulistana os louros do vitorioso empreendimento.**

*A Sociedade dos Amigos de São Caetano, recém-fundada para apoiar a autonomia municipal, também dava seu quinhão de boa vontade em relação à pedra de lançamento da casa de saúde. Fato que a mesma edição noticiava: *Convidados pela diretoria para tomar posse, os componentes das diversas comissões técnicas compareceram à reunião do dia 5 do corrente (dezembro de 1947), na qual resolveu a Sociedade dos Amigos de S. Caetano doar ao Hospital Beneficente S. Caetano o primeiro saco de cimento empregado na construção do mesmo, ou seja, no lançamento da pedra fundamental.**

Crescimento do jornal

Pessoalmente, eu não pensava em melhorar as condições financeiras do JSC com essa campanha em prol da construção do Hospital Beneficente. Só esperava dotar a cidade de uma Santa Casa, conforme o desejo expresso pelo povo em pesquisa popular que publicamos, logo num dos primeiros números. Entretanto, devo confessar que o *Jornal*, ao assumir a campanha pelo hospital, se impôs à opinião pública, ganhou a simpatia e a

confiança da população. Esse fato acabou redundando em seu fortalecimento e, dois anos após a sua fundação, deixou de ser quinzenário e passou a circular semanalmente.

Por isso, intercalamos aqui detalhes de muitos trâmites e iniciativas para a construção do mesmo estabelecimento de saúde, de caráter comunitário. As obras, reuniões e campanhas de obtenção de recursos para o hospital eram acompanhadas por alentada cobertura de nossas páginas. Podemos até dizer que nosso *Jornal* nasceu e cresceu junto com esse hospital.

Sem esse dinamismo despertado por um hospital comunitário assumido desde suas primeiras páginas e ao longo de sua história, nosso então quinzenário não teria tido o impulso que teve. Talvez tivesse o mesmo destino do efêmero São Caetano *Jornal* de 1928, que circulou durante 2 anos, ou do natimorto jornalzinho de grêmio.

Quem pode um hospital, pode uma autonomia

Uma indagação me acompanhava. Se São Caetano podia construir um hospital sem a ajuda dos poderes públicos, por que não podia tornar-se um município próprio, autônomo, como já fora distrito por força da Lei 1.512, de 6 de Fevereiro de 1917, em tempos melhores, para depois ser humilhado como mero subdistrito de Santo André?

Se o JSC crescera moralmente através do impulso à construção do hospital beneficente, por que não poderia liderar uma campanha pela autonomia municipal de São Caetano?

Afinal, em apenas um ano e meio de existência, tínhamos já conseguido aglutinar o que poderíamos chamar de uma legião de sancaetanenses. Até o final de 1948, ano que estava se iniciando, poderíamos aumentar muito mais essa multidão. Esta era a hora de desfraldarmos definitivamente a bandeira da Autonomia Municipal.

Atraso na construção do Hospital

A respeito da demora ocorrida na construção do primeiro bloco do hospital, julgo interessante comentar as minhas impressões. Talvez pudesse ter demorado menos tempo.

Entretanto, a partir do lançamento da pedra fundamental, a campanha da Autonomia Municipal começou a se desenvolver com rapidez, uma vez que em Dezembro de 1948 seria votada na Assembléia Legislativa a nova Lei Quinquenal, que dispõe sobre a divisão administrativa e judiciária do Estado de São Paulo, ou seja, prevê a criação de novos municípios.

As pessoas que participavam da diretoria, do conselho e das comissões da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, inclusive eu e meus colegas do *Jornal*, começaram a se empenhar, de corpo e alma, no Movimento Autonomista. Tínhamos um ano somente para apresentar o processo requerendo o desmembramento de São Caetano em relação a Santo André.

Por outro lado, outras pessoas, em menor número, atenderam ao então prefeito de Santo André, Antônio Flaquer, e começaram a fazer oposição aos autonomistas de São Caetano. Em outros termos, a divisão em relação à autonomia não era de molde a unir totalmente os ânimos na obra comum do hospital. Vitorioso o Movimento Autonomista, prosseguiram os trabalhos políticos, uns em favor da candidatura de Ângelo Raphael Pelegrino, outros desejando eleger o médico José Luiz, candidato do prefeito de Santo André.

A meu ver, esses fatos podem ter influenciado no atraso de uns dois anos nas obras do primeiro bloco do hospital. Serenados os ânimos, depois das primeiras eleições municipais de São Caetano, o clima se tornou menos hostil. A própria prefeitura do novo município, sob o comando de Ângelo Raphael Pellegrino, dava apoio mais firme ao hospital destinado precisamente a seu povo.

Planta e contrato de construção

Para ser construído, o hospital necessitava de uma primeira planta. Graças à diligência de Luiz Rodrigues Neves e Acácio Novaes, o engenheiro Francisco da Nova Monteiro, das Indústrias Matarazzo, fez uma planta preliminar em 1948, utilizando o ateliê dessa indústria. Ela servia para compor o processo de encaminhamento aos órgãos governamentais, tendo em vista fins de registro. Em Dezembro de 1949, o escritório técnico do engenheiro Amador Cintra do Prado fechou contrato para construir o primeiro bloco do hospital dentro do prazo de dezoito meses.

Entretanto, esse bloco só foi inaugurado após receber os equipamentos, no dia 25 de Julho de 1954. Em seqüência, outras obras foram realizadas, entre elas, os primeiros velórios da cidade, capela, lavanderia, salas para enfermaria e o segundo bloco hospitalar.

As Irmãs Clarissas no Hospital

Antes de iniciar os seus trabalhos normais de atendimento, o hospital fechou acordo com as Irmãs Clarissas Franciscanas. Elas iriam colaborar na parte administrativa, no atendimento às pessoas, na manutenção de um clima sereno e na assistência religiosa. Para mim, o hospital, para ser completo, deveria transpirar um clima próprio, respeitoso, sério, que as Irmãs estavam aptas a criar e felizmente acabaram criando e mantendo. O hospital tinha uma capela, entregue aos cuidados das mesmas irmãs e de um capelão.

Vamos reproduzir as palavras que as próprias irmãs usavam para descrever sua situação nesse ambiente. *“E as Clarissas Franciscanas, espalhadas nesse emaranhado de coisas diversas, ouvindo e confortando os enfermos, aconselhando os familiares, tornando o silêncio dos quartos em ambiente de paz, alegria e conforto para o espírito. Desde o início essa atitude foi de uma validade extraordinária, gerou respeito e a ordem em toda a casa”, escreveu Irmã Lídia Lopes de Assis na Edição do Jubileu de Ouro do Informativo do Hospital São Caetano, pág. 16. E acrescenta a Irmã: “O amor está em toda parte e portanto aí não pode medrar a semente do ódio, da indiferença nem do desinteresse.”*

Recursos, recursos

Como explicamos anteriormente, os recursos para a construção provinham de campanhas promovidas pela Sociedade Beneficente. Além disso, autoridades públicas, seja do município de Santo André, seja do âmbito estadual, compareceram com suas doações, que se somaram ao verdadeiro mutirão local em prol da Santa Casa sancaetanense.

Tudo isso deu colorido e movimentação à cidade e fez entender que a união faz a força e proporciona alegria de participação e de sucesso. Havia o sabor de uma comunidade lutando por

uma boa causa. E isso, pormenor não desprezível, uniu o município para outras campanhas, como a da sua autonomia em relação a Santo André, a campanha sazonal do Natal em prol das crianças carentes e muitas outras.

As senhoras da sociedade sancaetanense deram grande respaldo às obras com suas quermesses, seus chás beneficentes, que muitas vezes contavam com saraus musicais e literários. Desse modo, os chás se tornavam acontecimentos sociais de grande brilho, aos quais não faltava apurada organização. A sensibilidade feminina, tão eficiente nas questões de doenças, mostrou-se, em São Caetano, com grande expressão nessa obra de saúde.

Modelo a ser seguido

Para os leitores que nos acompanham, fica no ar a questão do modelo utilizado na arquitetura e no atendimento social. Na construção do Hospital Beneficente de São Caetano, havia o propósito de copiar o modelo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e de Santo André, que era também o do Hospital Humberto Primo, das Indústrias Matarazzo. Ele consistia em que os que podiam pagar pelos serviços médicos e hospitalares pagariam para financiar as pessoas carentes e de posses modestas. Para esse fim, seria construído um bloco para pagamento dos serviços hospitalares, cuja renda sustentaria os serviços prestados às pessoas carentes.

Em linhas gerais, esse foi o modelo seguido em São Caetano. Os convênios com organizações e seguros de assistência médica, com o tempo, foram complementando a folha de serviços dessa Santa Casa em terras de São Caetano. Um primeiro convênio foi feito com o então IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), uma espécie de predecessor do atual INSS.

O hospital obedecia a um conselho de administração, eleito em assembléia geral dos sócios estatutários, e a uma diretoria executiva composta de diretor clínico, como no caso do Dr. Abib João Kirche, e de diretor administrativo, cargo ocupado, entre outros, pelo ex-presidente de (1950-52), Sr. Júlio Marcucci.

Um detalhe chama atenção na trajetória dessa obra: o nome beneficente. Valho-me das palavras do advogado Antônio Russo, que explica em minúcias o significado de beneficente agregado ao hospital: *Em primeiro lugar, porque a cidade reclamava o*

benefício de possuir um hospital onde tratar seus enfermos, não importando indagar se o tratamento seria pago ou gratuito. Muito mais do que um benefício prestado, como favor pessoal ao enfermo carente, o Hospital visava prestar, à comunidade carente, o enorme benefício de suprir aquela intolerável lacuna. Em segundo lugar porque naqueles tempos de dificuldades incontáveis, a Previdência Social não custeava internações nem tratamento médico de seus contribuintes. Em terceiro lugar porque, nem Estado nem os municípios prestavam qualquer tipo de assistência médico-hospitalar à população, exceto o Hospital das Clínicas de São Paulo, para onde acorriam enfermos de todo o Estado, formando filas intermináveis. (Edição do Jubileu de Ouro do Informativo do Hospital Beneficente São Caetano, cit., pág. 10).

Na ordem dos conceitos de organização hospitalar, deve-se citar a ação, por exemplo, do Dr. Ivanhoé Espósito, que foi diretor clínico do Hospital São Caetano por longos anos. Ele trouxe para o hospital o conceito de especialização, buscando, no início, especialistas em pediatria e obstetrícia. Mais tarde vieram especialistas como cirurgiões vasculares, cirurgiões de cabeça e pescoço, cirurgiões plásticos, neurologistas, dermatologistas. Se, hoje, a especialização é uma rotina, nos anos 60 ainda era uma conquista. Com a vinda de muitas especialidades para o hospital, a região se tornava mais independente de São Paulo, sob o ponto de vista médico-hospitalar.

Hospital e as outras melhorias

No entanto, um hospital inaugurado em 25 de Julho de 1954, construído em moldes modernos, criava um contraste com o que faltava de urbanismo e saneamento no início da sua construção. Até 1949, quando tomou posse o 1º prefeito de São Caetano do Sul, éramos uma cidade desprovida de muitos melhoramentos básicos, como a própria coleta de lixo. O hospital era uma espécie de carro-chefe para o que precisava ser feito e foi o que deixamos claro durante o movimento autonomista.

Outros benefícios, como rede de água e escolas, dependiam do Estado, ou seja, da vontade política, muito solicitada enquanto o subdistrito era generoso em arrecadações para o município de Santo André, mas muito avara em termos de retorno para benefícios locais do subdistrito arrecadador. De qualquer



Foto de 25 de Julho de 1954: diretores e conselheiros na inauguração do 1º bloco do Hospital Beneficente São Caetano

forma, a construção do Hospital, já na campanha para adquirir o terreno, deu provas da capacidade de realização do povo de São Caetano. Trouxe mais consistência ao sentimento autonomista.

Se estávamos atentos à influência urbana e social do novo estabelecimento de saúde, acompanhávamos de perto a vida interna do hospital, como os estatutos e seu influxo no cotidiano hospitalar. Quem, como nós do JSC, havia colaborado para o nascimento da criança, também estava preocupado com o seu desenvolvimento. Esse o tema do próximo capítulo.

Capítulo IV

Os pilares da SBHSC

É possível destacar o grupo que eu denominaria de os pilares que sustentaram, no início, a Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano. Os seus nomes fazem parte do primeiro conselho de administração da entidade. Em lugar de vir em busca de prestígio, eles traziam seu prestígio pessoal e o emprestavam à SBHSC, dedicando ainda trabalho e aconselhamento adquirido durante os anos vividos. Refiro-me a meia centena de pessoas, entre as quais estavam Ângelo Raphael Pellegrio, Avelino Polli, Acácio Novaes, Cláudio Perrella, João e Orlando Barille, João Dal'Mas, Jordano Vincenzi, José Bonifácio Fernandes, Matheus Constantino, Nicomedes Marcondes, Verino Ferrari e outros.

Durante os primeiros anos, mesmo após a instalação do primeiro bloco do hospital, com dificuldades, naturalmente, o funcionamento estava dentro do esperado. Os membros do conselho administrativo e da diretoria tinham conhecimento prévio de que enfrentariam trabalho e dificuldades. As diretorias da sociedade, bem como os diretores do hospital, foram se revezando e, com a colaboração de todos, o desenvolvimento foi satisfatório durante muito tempo.

Com o passar dos anos, essas pessoas foram dedicando menos tempo à sociedade que fundaram, junto com o *Jornal de São Caetano*, com tanto empenho, carinho e dedicação. Os motivos foram diversos: falta de tempo, outros compromissos, desencanto

e, principalmente, surgimento de outros associados com o desejo de ocupar cargos nos órgãos de administração. Durante dez anos eu pertenci às várias diretorias. Demiti-me quando foram decididas mudanças nos estatutos sociais, que eu ajudei a redigir, na qualidade de membro da Comissão designada para esse fim em Novembro de 1946. Os motivos da minha discordância serão narrados neste capítulo.

Luiz Rodrigues Neves, Walter Thomé e eu fizemos parte de várias diretorias do hospital. Estávamos vigilantes, procurando cuidar da obra à qual nos dedicamos com muito afinho. Durante todo esse tempo estiveram comigo os ensinamentos que recebi dos conselheiros mencionados linhas acima, quando eu colaborava na elaboração do primeiro estatuto social. Os meus conhecimentos de contabilidade e de funcionário da Ferro Enamel também eram postos em prática. Sob o aspecto de seu desenvolvimento interno, mais tarde fui tomando conhecimento de um desejo de alguns no tocante à duração dos mandatos de diretores. Exatamente o assunto que mereceu cuidados especiais em 1946, quando a comissão, da qual fiz parte, elaborou o primeiro estatuto da Sociedade Beneficente Hospitalar S. Caetano.

Esse item faz parte dos estatutos de qualquer hospital, de qualquer entidade, assistencial ou não. A rotatividade de mandatos num hospital faz parte de uma sabedoria de administração para trazer sempre novas idéias e talentos a serviço de seus usuários, além de evitar que pessoas se perpetuem no cargo. Mas essa idéia pode ficar escondida na redação de estatutos que ninguém observa ou lê. E a rotatividade pode simplesmente escapar da rotina salutar de um hospital.

E foi o que, infelizmente, acabou acontecendo na rotina do Hospital de São Caetano, não por falta de advertência. De uma determinada data em diante, os estatutos do hospital foram modificados de tal forma que permitiram a prorrogação indefinida de mandatos por décadas, com graves prejuízos dos serviços de saúde à população carente.

Atentos à construção do hospital, não o estávamos menos quanto ao seu bom funcionamento. Esse meu interesse extrapolava os limites do *Jornal* que ajudei a fundar, mas estava em continuidade com as suas causas defendidas. O leitor já o compreenderá.

O artigo 3º dos estatutos da Sociedade Beneficente do Hospital São Caetano deixa clara a sua meta: *Tem como objetivo*

fundamental ser organização própria da população local, verdadeiro patrimônio do povo, para o qual foi criado e ao qual prestará, gratuita e indistintamente, os benefícios de assistência médico-hospitalar-odontológico-farmacêutica e maternidade. Cooperará, ainda, com os poderes públicos, no socorro aos desvalidos.

Os estatutos igualmente foram claros a respeito do tempo de mandato dos cargos, como no art. 17º: *A eleição do Conselho Administrativo realizar-se-á anualmente na primeira quinzena de Janeiro, por escrutínio secreto, em Assembléia Geral dos sócios.* A eleição anual indicava que o cargo exercido no conselho administrativo era de um ano. Poderia haver reeleição consecutiva, uma única vez, para o mesmo cargo, através de convocação de assembléia para esse fim. Na verdade, essa demarcação de tempo tinha um propósito específico: não eternizar administrações pessoais, mas propiciar rodízios constantes e assim evitar o prolongamento de erros e desvios quando cometidos.

O rodízio salutar de poder seguia a sua rotina, mas num determinado momento ele foi tolhido, com sérias mazelas para a boa administração futura do nosso hospital. Divergi e me opus à mudança estatutária de um ano para dois anos de permanência nos cargos. Se ela ficasse apenas em dois anos, não haveria problema. É que depois de dois anos vêm outros dois anos e assim sucessivamente. Aí começa o problema. Vamos aos fatos.

Modificações estatutárias e reações

Em 1958 o conselho deliberativo da Sociedade prorrogou o mandato da Diretoria de um para dois anos, contrariamente ao que dispunham os estatutos originais de 1946, isto é, sem uma assembléia própria anunciada com esse objetivo. Diante disso, o *Jornal São Caetano* publicou, a 1º de Março de 1958, carta de renúncia dos dirigentes do hospital, entre os quais eu me incluía. Reproduzimos partes da carta dirigida pela diretoria ao conselho deliberativo. Ela começava nestes termos:

Prezados senhores:

Recebemos carta datada de 30 de Janeiro p. findo, assinada pelo sr. Paulo de Oliveira Pimenta, 1.º secretário da Mesa da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 do mesmo mês, pela qual fomos cientificados da aprovação dos novos Estatutos Sociais, bem como da prorrogação por mais (1) um ano de mandato

da atual diretoria. Em seguida, o texto da carta explica que a mesma carta não fora ainda enviada ao conselho deliberativo por causa da ausência de um dos diretores, o presidente Verino Segundo Ferrari. A carta só seguiria a seus destinatários, quando todos os diretores se pronunciassem sobre a prorrogação.

Agradecemos na carta a confiança que nos era concedida mediante a prorrogação dos nossos mandatos, mas firmamos nossa discordância, enfatizando, ao mesmo tempo o rodízio de todos os conselheiros e diretores no trato dos assuntos do hospital: *Ficamos realmente desvanecidos com a prova de confiança que nos depositaram os associados reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, prorrogando o mandato da atual Diretoria por mais um ano. Entretanto, o ponto de vista da diretoria foi exposto e defendido, de maneira clara, pelo secretário-geral, Sr. Mário Porfírio Rodrigues, que nos representou na Comissão encarregada de elaborar o projeto dos Estatutos ora aprovados. Este mesmo ponto de vista foi exposto no "Relatório das Atividades da Diretoria de 1957", datado de 21 de Janeiro p. findo, quando dissemos: "Aconselhável seria que todos os conselheiros e associados tivessem a grata oportunidade de servir à S. B. H. S. C. como membro da diretoria para fortalecer ainda mais os seus pensamentos sobre a sua importância em prol do povo sancaetanense."*

A seguir, a carta chama a atenção para o perigoso precedente aberto com a dilatação do nosso mandato: *Outro ponto a ser considerado é o precedente que se abriria com a prorrogação em tela. Caso isto se desse, estaríamos contribuindo para uma válvula perigosíssima que poderia ser aberta talvez até com interesses então pouco recomendáveis. O motivo mais ponderável - o principal mesmo - é de ordem moral, pois entendemos que os membros da Diretoria deveriam - se fosse o caso - ser reeleitos, mas não ter seus respectivos mandatos prorrogados de forma como foram. Em último caso, esta prorrogação deveria ser aprovada em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim ou cujo assunto constasse especificamente da Ordem do Dia. Desta forma, evitar-se-iam surpresas e comentários que só servem para por em jogo o ótimo conceito da Sociedade e os nossos próprios nomes.*

Após o exposto, só tínhamos uma decisão a tomar, a demissão: *Lamentamos ter que proceder desta forma, mas não podemos concordar com essa prorrogação.*

No entanto, a nossa demissão dos cargos da Diretoria se fez dentro da ordem, com prazo de trinta dias para que novas

eleições fossem feitas e os trabalhos da Sociedade não sofressem interrupção: *Entretanto, tendo em vista os altos interesses da nossa Entidade, concordamos em permanecer como membros da diretoria por mais trinta (30) dias - caso Vv. Ss. e os demais Conselheiros assim o desejarem - a fim de possibilitar a eleição dos nossos substitutos.*

Ao final da carta, subscreviam-se os membros da diretoria demissionária: Verino Segundo Ferrari, presidente; Mafalda Lorenzini Casella, vice-presidente; Mario Porfirio Rodrigues, secretário-geral; Nicomedes Marcondes, primeiro secretário; Giacomo Benedetti, segundo secretário; Ophelia C. Barille, primeiro tesoureira; Dr. Carlos Paes, segundo tesoureiro. A diretoria eleita em seguida teve como seu presidente Luiz Rodrigues Neves, nosso antigo companheiro.

Faço remissão a esse quesito de prorrogação pelos malefícios que essa atitude pode trazer e trouxe para o Hospital Beneficente São Caetano. Não obstante várias obras beneméritas e úteis terem sido realizadas ao tempo de mandatos dilatados, é de justiça também lembrar atitudes pouco recomendáveis tomadas durante esse mesmo tempo e que acabaram comprometendo a saúde financeira e, finalmente, por conseqüência, a própria prestação de serviços hospitalares à população mais carente.

Um salutar rodízio de poder, tal como previsto nos estatutos originais, poderia ter coibido abusos e irresponsabilidades. Nós, em carta publicada pelo JSC, como ficou registrado acima, já tínhamos alertado para o perigoso precedente.

Interesse permanente

Apesar da discordância, não abandonei minha colaboração ao hospital, que eu e meus colegas de *jornal* tínhamos impulsionado, desde os primeiros estatutos. Meus companheiros de batalha, Luiz Rodrigues Neves e Walter Thomé, optaram por aceitar a prorrogação de prazo nos cargos diretivos da entidade. Sob a minha ótica, ambos estavam deslustrando o trabalho que havíamos feito juntos. Lamentei essa atitude, que não se coadunava com o pensamento do grupo em 1946, mas a respeitei. Pessoalmente continuei como sócio contribuinte e conselheiro. No entanto, não me integrei mais à administração do hospital.

Mesmo estando fora da direção desse estabelecimento



Dr. Angelo Raphael Pellegrino 1946-1948



Dr. Angelo Antenor Zambom - 1949



Julio Marcucci 1950-1952/1956



Dr. Abib João Kirche 1953



Paulo de Oliveira Pimenta - 1954/1955



Verino Segundo Ferrari 1957



Luiz Rodrigues Neves 1958



Jordano Pedro Segundo Vincenzi 1959/1960



Francisco Locoselli 1963/1970



Nicolino Puccetti 1961-1962-1971-1996

Galeria dos Presidentes da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano

de saúde, que reergueu os brios autonomistas de São Caetano, sempre participei, de fora, sugerindo procedimentos que viessem a melhorar a obtenção dos objetivos primaciais da entidade, ou seja, a saúde dos mais carentes.

No meu sincero interesse propus, em carta endereçada ao conselho deliberativo, a criação de um conselho consultivo. Ele teria a função de sugerir soluções para problemas mais prementes com que se deparasse a Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano. A proposta desse conselho consultivo eu a expus há seis anos, em carta de 12 de Maio de 1999. *Na noite de segunda-feira, dia 10, após cumprimentar diversos Conselheiros, meu amigo Narciso Ferrari entregou-me cópia do Relatório e Balanço Geral referentes a 1998. Confesso que fiquei chocado e estarecido com os maus resultados apresentados nesse documento. E esse meu estado aumentou ainda mais no decorrer das discussões que presenciei. É lamentável a situação a que chegou a nossa Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano.*

Efetivamente, o balanço geral fazia eco dos desacertos administrativos com nefastos endividamentos a que chegara a direção do hospital, após manobras de prorrogação de mandatos diretivos. Ao confrontar-me com os problemas, salientei na carta

as medidas tomadas pelos conselheiros, a meu ver certas, mas não completas. *As providências que estão sendo tomadas de substituição do Diretor Administrativo e a contratação de uma empresa de consultoria são acertadas, mas algo mais precisa ser feito, como expliquei na reunião. Venho confirmar a minha proposta de criação de um Conselho Consultivo para colaborar com idéias e sugestões, bem como contribuir na solução de problemas de maior vulto com que a Diretoria ou o Conselho Deliberativo se defrontam atualmente e no futuro,* escrevi então nessa carta.

Não fiquei apenas na proposta genérica e fui aos detalhes. O conselho consultivo seria um órgão auxiliar e não teria finalidade executiva nem normativa. Os seus membros (dez no máximo) deviam ter notória experiência em seus ramos e contar com fortes vínculos com a Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, a exemplo de ex-presidentes da diretoria e do conselho deliberativo. Sugeri na carta ainda uma lista de dez nomes, incluindo-me (em ordem alfabética, para evitar melindres), que já tinham se devotado à causa da Sociedade.

A minha proposta era uma maneira de participar, de tentar melhorar os destinos da casa hospitalar, produto de anos de esforço comunitário e digno, portanto, de vigilância e de melhorias contínuas. Mas, até o momento, transcorridos seis anos, não recebi nenhuma resposta, positiva ou negativa, fato que me deixou constrangido, mas não surpreendido.

Às vésperas da última eleição que reelegera mais uma vez o presidente da Sociedade que esteve no cargo durante 43 anos, o jornal *Tribuna do ABCD* publicou, em 12 de Maio de 2001, um artigo assinado por mim, no qual comentei fatos sobre a Sociedade e concluí com os seguintes dizeres: *O que esperam os fundadores, especialmente aqueles que como nós redigiram os primeiros Estatutos, é que prevaleça o bom senso e que vençam os que melhor e mais puderem fazer pelo Hospital Beneficente São Caetano.*

Fatos negativos da diretoria

Nunca me moveu nenhum interesse, que não o da melhoria dessa entidade criada com muito esforço pelo povo sancaetanense para ajudar a si próprio, fato que merece o amparo das autoridades públicas e das administrações eleitas, conforme nor-

mas estatuídas para esse fim. Mas como não pode haver denúncias vazias, a não ser em locação de imóveis, passarei a demonstrar, por notícias veiculadas na imprensa da região, fatos negativos da administração da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, que eu credito ao citado desrespeito às regras estatutárias.

Prendemo-nos às notícias mais recentes, dando conta das crises vividas pelo hospital e da renúncia do presidente que, diante das contínuas reeleições, foi sucessivamente reconduzido ao cargo desde 1960. A *Tribuna do ABCD*, no dia nove de Junho de 2001, noticiava, à página sete, a reeleição até 2005 do presidente da diretoria, ocorrida dia 4 do mesmo mês. Entretanto, antes do término desse mandato, os acontecimentos acabariam se precipitando.

Em Março de 2003, o prefeito municipal pede uma auditoria para analisar as crises por que passam os hospitais Beneficente São Caetano e o da Beneficência Portuguesa. A *Tribuna do ABCD* comenta, no dia 23 de Março de 2003: *Uma comissão de estudos, que vai buscar uma solução para a crise econômica e financeira dos principais hospitais particulares de São Caetano do Sul - a Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano e a Sociedade Portuguesa de Beneficência -, foi criada por representantes da sociedade civil. A reportagem revela o teor da comunicação do prefeito municipal a essa auditoria: O Poder Público, em se tratando de empresas privadas, isoladamente pouco pode fazer. Mas a somatória de esforços de setores representativos da cidade poderá ajudar a esclarecer, apurar erros e desacertos administrativos, que culminaram com essa lastimosa situação, e indicar soluções e novos rumos para o mais rápido e completo retorno à solidez dessas instituições.*

As providências enunciadas pelo prefeito municipal não eram diferentes das que motivaram a nossa correspondência de 12 de Maio de 1999.

Como resultado das pressões de toda a ordem para que o Hospital Beneficente São Caetano voltasse à sua folha habitual de bons serviços, o presidente da Diretoria, após décadas de continuísmo, pede renúncia de seu mandato, a 5 de Junho de 2003.

Nova Administração. Novos Estatutos.

Como decorrência, a 17 de Junho do mesmo ano, publicou-se edital de convocação para, entre outros itens da ordem do dia, fazer a *indicação para Presidente e Diretor de Relações Públicas da Diretoria Executiva*. Para chegar à renúncia e à nova indicação de diretores, haviam contribuído vários fatos, inclusive passeata de protesto dos funcionários. Em 14 de Maio de 2003, o *Diário do Grande ABC* divulgava manifestação de funcionários do Hospital São Caetano reivindicando pagamento de salários atrasados, vale-transporte e cesta básica.

Em 10 de Novembro de 2003, o mesmo jornal *Diário do Grande ABC* retornava aos problemas vividos pelo Hospital São Caetano: *O presidente do Sindicato (Sindicato dos Médicos de São Paulo), Erivalder Guimarães de Oliveira, disse que teve informações de que médicos de São Caetano estão, há três meses, com os salários atrasados devido a dívidas do Hospital*. Indagado pelo *Jornal*, o vice-presidente do hospital admitiu que havia problemas, mas que a situação não era catastrófica. No entanto, um médico, também indagado pelo *Diário*, *garantiu que os salários estão atrasados até três meses e que a dívida do Hospital é muito alta*.

Por dados que recolhi de várias fontes, inclusive do meu velho companheiro e amigo, Luiz Rodrigues Neves, estaria havendo um denodado esforço para trazer o hospital à sua normalidade de décadas de excelentes trabalhos. No entanto, diante dos fatos lamentáveis, cujo desfecho descrevemos em rápidas linhas, não me furto a relembrar a sabedoria de cláusulas estatutárias, que têm a salutar finalidade de rodízio de poder na administração do estabelecimento, tanto de saúde como de outros setores. Que os fatos negativos e deploráveis que meus companheiros de diretoria e do conselho, como também outras pessoas, fundadoras ou não, tentamos evitar, nos ensinem, no mínimo, a perseguir eleições periódicas, com reeleição sim, mas conforme a necessidade e a prudência do momento, dentro de prazos estipulados e não repetitivos que se perpetuam por décadas.

Um erro, atacado no seu princípio, tende a ser mais contornável do que aquele que se avoluma com o passar dos anos, com grave prejuízo para todos. Para esse e outros fatos é que são estabelecidos estatutos. Eles não devem, necessariamente, ser intocáveis. Devem ser adaptados às necessidades do tempo. Mas

no que tange à perpetuação de poder, é preciso haver vigilância, eterna vigilância. Os estatutos poderão fazer alterações que acomodem períodos razoáveis para uma diretoria, mas jamais podem admitir mudanças de mandatos, que signifiquem, na prática, a eternização de grupos ou famílias no comando.

Já na elaboração do primeiro estatuto da SBHSC, de cuja comissão participei, comentava-se entre os seus redatores que, em município vizinho, antes de 1946, ocorrera um continuísmo bastante prejudicial na administração da Santa Casa. Guindado à presidência do nosocômio por força política, o médico perpetuou-se no cargo por longos anos, como se aquele estabelecimento do povo fosse de sua propriedade, dirigindo-o a seu talante. Diante desse e de outros exemplos, decorreram, por cautela, as cláusulas estatutárias restritivas à perpetuação em cargos.

Por isso, sempre batalhei pela estrita observância de tal procedimento. O que acontece no quintal do vizinho não vai acontecer necessariamente no nosso, pensa a nossa vã sabedoria. Mas aconteceu. Em resumo, fica uma pergunta: os estatutos da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, em sua atual redação, estão em condições de evitar o continuísmo de cargos? A esse respeito, tivemos boa notícia enquanto escrevíamos este modesto livro. A atual direção do hospital beneficente pretende reformar os seus estatutos e seu regulamento. Entre os fins perseguidos, está a delimitação rigorosa de tempo para cada mandato de administração, com cláusulas bem claras sobre eleição e reeleição. Essa iniciativa tem todo nosso apoio. Aguardamos ansiosamente pelos novos rumos dos estatutos.

O que aconteceu com o Hospital de São Caetano pode acontecer e acontece em outros hospitais e entidades. Narro todo esse episódio, para que haja maior vigilância quanto ao período de mandatos administrativos na redação dos estatutos e nas mudanças que podem ser feitas na calada da noite, ao arripio das assembléias.

A história do hospital extrapolou, assim, o estrito curso da cobertura jornalística que o *Jornal de São Caetano* sempre exerceu sobre a construção e o bom andamento desse hospital. Mas da mesma forma como o *Jornal* trabalhou para a sua efetivação, a vontade e a determinação pessoal que prevaleceram no JSC para a construção do hospital não exauriram o meu interesse e vigilância por seu bom desempenho. Era como que uma con-



Foto de 24 de Outubro de 1996: Inauguração da Exposição Comemorativa dos 50 anos da SBHSC. Mário Porfírio Rodrigues, Accácio Spachacquercia (fundadores) e Irmã Lídia desatam a fita inaugural, sob o olhar do presidente Nicolino Puccetti e do diretor Felício De Petta

tinuidade, uma paternidade adquirida e responsável, que ultrapassava os limites do *Jornal*.

Nova Diretoria

O novo presidente da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, advogado Álvaro Paez Junqueira, é neto do casal Odete Fraissat - Carlos Paes, casal que pertenceu à diretoria e ao conselho da SBHSC em vários mandatos e muito contribuiu para o engrandecimento da entidade. Em entrevista ao *Olho Clínico - Informativo da Associação Paulista de Medicina - Regional de São Caetano do Sul*, de Março de 2004, o novo presidente informou que estava diligenciando no sentido de melhorar a credibilidade da SBHSC e que já se encontrava em andamento a reforma dos estatutos sociais.

No dia 25 de Julho de 2004 a diretoria da SBHSC

comemorou o 50º aniversário da inauguração do primeiro bloco do Hospital Beneficente e prestou homenagem aos seus três fundadores: Walter Thomé, Luiz Rodrigues e Mário Porfírio Rodrigues. Na oportunidade, entre outros, discursaram a Profª Sônia Maria Franco Xavier, presidente da Fundação Pró-Memória, que elogiou o trabalho dos três fundadores do *Jornal de São Caetano* e do hospital, e o Sr. Luiz Rodrigues Neves. Esse nosso companheiro de batalhas citou os nomes de Walter e Mário, fez um rápido histórico dos acontecimentos de 1946 e disse que a campanha vitoriosa do Hospital Beneficente São Caetano mostrou que a população podia levar a sério o pequeno semanário que, com essa credibilidade, deslanchou e liderou o glorioso Movimento Autonomista.

Capítulos sobre a Autonomia Municipal

Paralelamente à campanha de 1946 para a construção de um Hospital Beneficente, crescia outra campanha, de caráter político, a autonomia municipal do então mal-amado subdistrito de São Caetano. Nela, o JSC colocou toda a sua energia disponível para o desempenho de uma missão difícil e dramática, que honrou suas páginas e seus redatores.

Capítulo V

Do Tijucuçu à Autonomia Municipal

Os rumores da formação de um Movimento Autonomista se tornaram mais fortes, como dissemos, durante as reuniões para organizar a construção do hospital beneficente. À boca pequena, o tema foi tomando corpo.

No entanto, ao invés de nos enveredarmos diretamente para a campanha da emancipação municipal de São Caetano, promovida pelo nosso *Jornal*, mostraremos antes um breve panorama desse canto de terra. Acreditamos que ele servirá para melhor se entender certas particularidades de que se revestiu o nosso Movimento Autonomista.

Dois traços, creio eu, podemos discernir nos estudos já feitos. Em primeiro lugar, uma realidade geológica: a presença de argila, cuja exploração acabou favorecendo a industrialização e o adensamento populacional nos limites municipais. A existência do tijuco barreiro, terra alagada no caso abundância de argila, deu ensejo à indústria cerâmica, primeiro explorada pelos monges beneditinos e na seqüência pelo núcleo nascente da colônia italiana. Vários colonizadores aqui chegados em 1877 ou deles descendentes possuíram olarias em nossa cidade.

Um segundo traço que eu gostaria de salientar é a coesão interna, uma vocação coletiva mais pronunciada dentro

desse povoamento. Em meu parecer, é ele que explica a boa recepção que as mensagens lançadas pelo *Jornal São Caetano*, a partir de 1946, o único na cidade na época, encontraram nas campanhas em prol do hospital beneficente e do Movimento Autonomista. Essa coesão coletiva foi determinante para o sucesso de vários eventos coletivos de São Caetano.

Em termos de infra-estrutura, não podemos deixar de considerar o influxo imenso trazido pela ferrovia São Paulo Railway para os destinos desta cidade. Seja para o núcleo colonial, seja para sua industrialização. Acentuei os presentes temas apenas para lançar alguma luz sobre o momento histórico em que São Caetano conquistou sua independência político-administrativa. E para a qual nosso *Jornal* exerceu certa liderança servindo de porta-voz e incentivador.

Alma coletiva de São Caetano

A experiência que eu vivi em 1930, quando cheguei à cidade, foi no bairro da Fundação. Fui residir na rua 28 de Julho, próxima à Igreja Matiz Velha. O pequeno imóvel se situava ao lado da residência da família Morselli, que na época representava os produtos Brahma com exclusividade. Mais tarde compreendi a razão da demora - de alguns meses - que antecedeu a percepção de minha presença no bairro. Afinal, minha família era uma espécie de "intrusa", que chegara sem pedir permissão.

Não era somente no bairro da Fundação, onde estavam localizados os italianos e seus descendentes. Na realidade, toda São Caetano era uma família só. Todos se conheciam e, quando aparecia algum desconhecido, principalmente se fosse para ficar no bairro, todos queriam saber quem era o forasteiro, de que família, se mereceria confiança etc.

Todos se conheciam

As pessoas tinham uma vida sadia e se apresentavam sempre de bom humor, apesar de a cidade carecer de tudo, como já comentamos anteriormente. A água contaminada não era problema aparente e, se alguém ficava doente, ferviam a água. Os fogões eram a lenha, que retiravam do próprio quintal. O Grupo Escolar Senador Flaquer era suficiente para a maioria do bairro da

Fundação, que não pensava em curso acima do primário. Quase todos possuíam assistência médica da Sociedade de Socorro Mútuo Príncipe de Nápoles ou da Sociedade Internacional União Operária.

Quando um ou outro, maior ou menor, homem ou mulher, deixava de aparecer no trabalho, na Igreja ou nos clubes existentes, os demais procuravam saber se estava doente e se necessitava de alguma coisa. Era, de fato, uma união impressionante na qual ninguém acreditaria nos dias de hoje.

Os clubes existentes promoviam bailes todos os sábados ou domingos. Os jogos de futebol se realizavam aos domingos em campos de várzea. Poucos possuíam seu próprio estádio. Nos dias de semana, à noite, o Lazio E.C. (sucessor do Tropica F. C.) oferecia aos seus associados aulas de ginástica. O Grupo Instrutivo e Recreativo Ideal, além de baile, periodicamente apresentava peças de teatro muito bem montadas e dirigidas.

Em verdade, todos sabiam que seria praticamente impossível ter os melhoramentos necessários e continuavam levando, com humor, a vida possível, digna e com muitos amigos.

Esse espírito coletivo do grupo de imigrantes e seus descendentes explicaria, em grande parte, a pronta adesão a causas coletivas, que ajudamos a promover através das páginas do *Jornal de São Caetano*: o hospital beneficente, o Movimento Autonomista, a Creche das Irmãs Clarissas, o Rotary Clube, a Companhia Telefônica Borda do Campo e tantas outras. Se formos observar mais de perto, São Caetano nunca teve personalidades políticas que se notabilizassem fora de seus domínios. Mas, em compensação, quanta garra meus colegas e eu pudemos observar nas causas comunitárias locais. Uma coesão e uma disposição de causar admiração. Uma cidade se constrói certamente com essas qualidades.

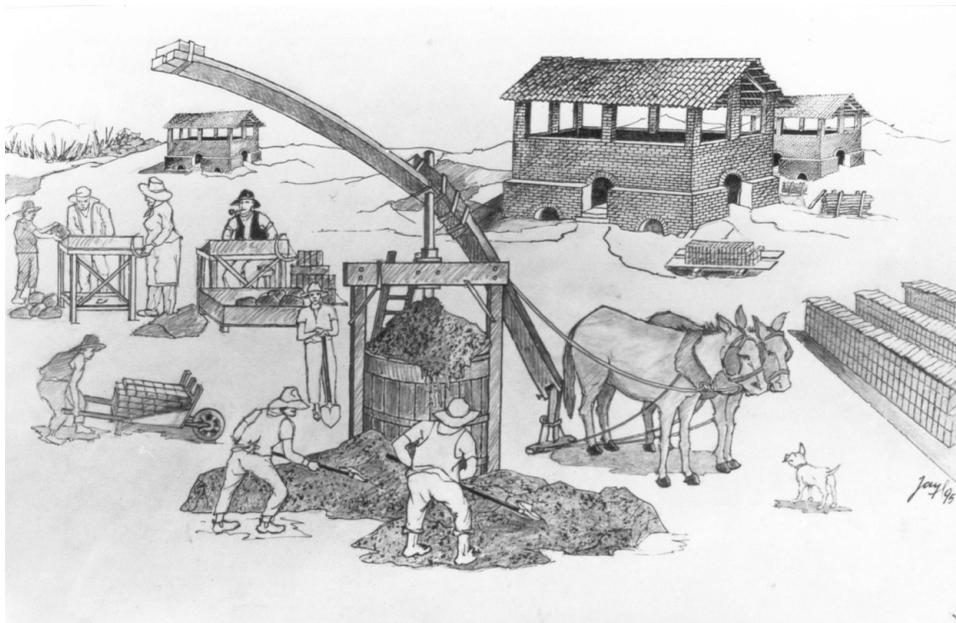
Tal coesão coletiva se manifestava na criação de sociedades de apoio mútuo, criadas pela iniciativa de particulares. A primeira surgida no núcleo colonial foi a Irmandade de São Caetano, que tinha a função de auxiliar no sepultamento de seus membros e no apoio a viúvas e órfãos. *A única organização disponível era a organização religiosa (Irmandade de São Caetano) que, com base na crença e sua ética, articulava os colonos em torno do princípio da caridade*, diz José de Souza Martins em *Subúrbio* (pág. 188).

Teve vida longa, porém, ao contrário da primeira, a Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, surgida em 1892. Era uma sociedade beneficente para proporcionar assistência médica nas doenças e nas exéquias a italianos e seus descendentes. E se tornou também um ponto da cultura italiana para os oriundi. Em 1907 seria criada a União Internacional Operária, com os mesmos propósitos, para atender outras etnias. Era internacional porque pluralista quanto à origem de seus membros, a maioria dos quais era, porém, de origem italiana.

Na manutenção das estradas e vias por mãos particulares, vemos outro bom exemplo característico da união do novo núcleo. Para esse pormenor, nos valem do historiador Ademir Médici. Ele traz o depoimento de um antigo morador do núcleo, que fala de união de muitos profissionais e trabalhadores para deixar as vias públicas em bom uso. *João Molinari diz que havia muito interesse dos moradores, dos oleiros, dos chacareiros, em manter as estradas e caminhos. Já que o poder público fracassava na manutenção, eram os usuários dessas primitivas vias quem se encarregavam de torná-las permanentemente trafegáveis. Daí os usuais mutirões, normalmente realizados aos domingos. Porque nos dias de semana, incluindo-se os sábados, era tempo de batente pesado, Migração e Urbanização, pág. 41. (Editora Hucitec e Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul)*

Mais um exemplo de espírito coletivo podemos ver na criação do cemitério local, que só foi estabelecido através de iniciativa particular. *Cemitério, São Caetano só veio a ter em 1911, construído por subscrição pública. É o atual cemitério de Vila Paula, consoante Martins em Subúrbio (pág. 152). Foi com abaixo-assinado que São Caetano, também em 1911, solicitou às autoridades uma delegacia de polícia.*

Com esses freqüentes exercícios de esforço coletivo para conseguir benefícios sociais, São Caetano se preparava, inconscientemente e de longa data, para sua autonomia municipal. Com o passar do tempo, o povo do Tijucuçu descobriu que não bastava reivindicar benefícios através de abaixo-assinados. Eles tinham de ser feitos por própria mão, isto é, através de uma administração autônoma. Mas o espírito de união, de iniciativa, já estava latente na vontade do distrito ou bairro, enquanto não chegava o momento de maturidade política, representado pelo Movimento Autonomista.



*Olarias de São Caetano produziam tijolos e telhas
Ilustração de Jayme da Costa Patrão*

Da lavoura para as cerâmicas

Trazidos para desenvolver lavouras donde saíssem alimentos para a Capital, os colonos logo se decepcionaram com a precariedade dos meios locais. Em uma década, os imigrantes e *oriundi* abandonaram a agricultura. De todas as produções, a que mais se expandiu foi a da vide. A uva *in natura* e o vinho eram vendidos para a Capital e cidades vizinhas. Teve boa fama o vinho de São Caetano, cuja carreira foi interrompida por pragas que dizimaram e desestimularam a produção da uva na região.

Entretanto, os colonos italianos tinham na própria fazenda loteada especialmente para eles o exemplo de atividade preexistente à sua vinda: as olarias nas quais continuavam produzindo telhas, tijolos e artefatos de barro. A matéria-prima das várzeas fora aproveitada para a atividade cerâmica pela ordem beneditina. Os colonos não tardariam em retomá-la, tornando São Caetano famoso no Brasil pela excelência de sua cerâmica. As *ola-*

rias eram tocadas, seja por colonos, seja pelos capitais chegados à região, atraídos pelos terrenos contíguos à ferrovia. Entre as grandes indústrias cerâmicas locais avulta a Cerâmica São Caetano, durante muito tempo a maior do Brasil, com pioneirismo em vários produtos, especialmente os ladrilhos.

O pioneirismo da Cerâmica está na utilização do taguá, um tipo de argila com pigmentos de ferro, que conferia a produtos cerâmicos como a ladrilhos sextavados uma cor avermelhada característica. À frente da Cerâmica São Caetano estava um grande líder empresarial, Roberto Simonsen, que cooperou na área pública como colaborador do Governo de Getúlio Vargas, vindo, mas tarde, a ser eleito Senador da República. Simonsen, preocupado com a formação do operário nacional, instalou nos domínios da Cerâmica uma escola profissionalizante, que serviria de protótipo para a criação do Senai. Um outro vanguardismo da Cerâmica está em que foi a primeira produtora nacional de refratários para fornos de alta temperatura, atendendo a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, recém-criada por Getúlio.

Por muito tempo, até a década de 1960, a Cerâmica São Caetano era símbolo da indústria cerâmica do país e da cidade de São Caetano. E ela tem ainda um significado político. Dela saiu um dos líderes do primeiro movimento autonomista de São Caetano, no ano de 1928: Armando de Arruda Pereira, que não foi bem-sucedido nesse empreendimento com outros líderes. Ao tempo da autonomia efetiva, liderada pelo *Jornal de São Caetano* em 1948, a Cerâmica estava no auge de sua produção e projeção, mas um pouco ausente da campanha autonomista.

Entre outros produtos cerâmicos, como as louças de uso doméstico, criou fama a Louças Adelinas, de propriedade da família portuguesa Barros Loureiro, grande empregadora em São Caetano. O Grupo Matarazzo não esteve alheio à realidade cerâmica, criando em São Caetano a pujante Indústria de Louças Cláudia.

*Gradativamente o trabalho artesanal das olarias foi sendo substituído por máquinas e instalações modernas, aperfeiçoando-se os produtos e aumentando-se a sua produção. Surgiram, então, as indústrias cerâmicas que notabilizaram São Caetano até a metade do século, constituindo-se na sua principal atividade econômica, comenta Sônia Maria Franco Xavier, em *Arte, Argila e Cerâmica, raízes do nosso crescimento* (Raízes nº 24, p.161).*

A própria mão-de-obra preparada pela indústria cerâmica acabou servindo para outras indústrias, principalmente do setor metalúrgico. Este teve extraordinário crescimento, entre outros fatores, pela instalação em São Caetano de uma montadora internacional de automóveis, como a General Motors, e de indústrias de auto-componentes, como Brasinca, Unionrebites, ZF Brasil e muitas outras.

Ivo Pellegrino, empresário que fornece matérias-primas para a indústria cerâmica, especialmente a argila e o caulim, comenta essa contribuição da indústria baseada na argila do Tijucuçu: *Com o avanço tecnológico em outras áreas, os trabalhadores que vinham do campo para as cerâmicas - e em pouco se habilitavam - passaram a se preparar melhor e, obviamente, a fazer jus a melhor ganho. Grande parte dos operários metalúrgicos foi outra trabalhadora da indústria cerâmica (Raízes nº 24, p. 16).*

Desse traslado de operários habilitados beneficiou-se também a montadora de automóveis aqui instalada, com o seu séquito de fornecedores de peças. A General Motors, gigante da indústria automotiva, chegou a São Caetano um quarto de século antes que o ABC se tornasse a capital da indústria automobilística do Brasil, através do impulso dado por Juscelino Kubitschek. A GM primeiro se instalou no Ipiranga, bairro de São Paulo. Em 1930, já tinha se consolidado em suas novas instalações de São Caetano, mais precisamente em Vila Paula, hoje bairro Santa Paula. A GM produz, em 1950, o primeiro caminhão nacional; em 1968, seu primeiro carro de passeio, o Opala. Além de responder atualmente pela fabricação de vários modelos de veículos na sua sede, mantém em São Caetano do Sul a administração de todos os seus negócios no Brasil, valorizando a cidade.

O grupo está, atualmente, entre os maiores arrecadadores de impostos do município. Mas esse aspecto não esgota o seu intenso envolvimento com a cidade, que é visível nas várias formas de apoio à comunidade, que vão das atividades esportivas, suas ou de terceiros, às educativas.

Grupo Matarazzo e São Caetano

Ao tempo de 1948, quando alcançamos o direito à autonomia, a IRFM (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo) era o maior empregador da cidade e o maior grupo industrial do país.

Aqui, a IRFM montou o chamado Grupo São Caetano, (indústrias com atividades integradas entre si), que tinha como líder a fábrica de fios rayon (Viscoseda). Incluía a indústria cerâmica Louças Cláudia, papel e celulose, soda cáustica, ácido sulfídrico, etileno e um leque imenso de outros produtos químicos, inclusive a IME - Indústria Matarazzo de Energia. A IME produzia sua própria energia para alimentar o imenso grupo industrial.

A IRFM era a Meca de muitos trabalhadores, e eu esperei, até 16 de Janeiro de 1940, a minha vez para ingressar nessa empresa. *Em nove de Janeiro de 1942, com 16 anos de idade, consegui meu emprego em escritório, como Office-boy, deixando para trás o meu bom patrão e a maravilhosa indústria Matarazzo, onde aprendi realmente os primeiros ensinamentos necessários para iniciar gratificante vida profissional*, assim me expressei em artigo de *Raízes* nº 25. Era minha maneira de evocar os bons momentos vividos na Matarazzo e penso que muitos sancaetanenses têm esse mesmo sentimento.

Um dos indicativos da crescente industrialização de São Caetano era a ocupação que esta fazia dos campos de futebol de várzea. *Nos anos 50, porém, a maioria dos terrenos outrora utilizados como campos de futebol estavam ocupados*, diz Alexandre Toler Russo no artigo *Das cabras aos 43 milhões de cruzeiros* (Revista *Raízes* nº 22, pág. 18). O historiador, na seqüência, fornece um panorama de São Caetano dessa época que coincide com a primeira administração municipal autônoma: *De fato, havia 240 indústrias na cidade, divididas entre as de montagem de automóveis, cerâmica, tecelagem, fundição, metalurgia, gêneros alimentícios e outras.*

Dentro de um panorama econômico de São Caetano, não podia faltar um grupo que nascia, em 1952, precisamente numa via de nome ilustre, avenida Conde Francisco Matarazzo. Samuel Klein começava seu império de lojas no Brasil adquirindo um pequeno estabelecimento comercial, com apenas duas portas, no nº 567 dessa avenida. A loja vendia muitos cobertores para nordestinos. Daí o nome de Casa Bahia, identificada com essa primeira grande corrente de seus clientes. Hoje, na mesma avenida, na esquina com a rua João Pessoa, imenso e luxuoso edifício de seis andares administra mais de 390 filiais. São lojas em São Paulo, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Brasília e outros estados. O número de 390 lojas, até 15 de Novembro de 2004, consta de entrevista de Samuel Klein ao *Diário do Grande ABC* da

referida data.

Estimamos que quando este livro for lançado, em outubro de 2005, este número de lojas seja superior a 400. Essa e outras são contribuições do setor comercial dos arraiais de São Caetano.

Para concluir meu rápido vôo sobre a exuberância econômica de São Caetano, manifesta em tantos ramos da indústria e do comércio, retorno ao historiador, Prof. José de Souza Martins. *O núcleo colonial de São Caetano, em particular, teve uma função estratégica, sobretudo na difusão da idéia de superioridade do trabalho livre em relação ao trabalho escravo*, diz ele na Introdução de Subúrbio.

Parodiando o Prof. José de Souza Martins, fico pensando na transferência maciça de rendas do subdistrito para a sede (Santo André), sem que houvesse um retorno em benefícios, que honrasse a dignidade dos artifices da riqueza de São Caetano. O sentimento que nós tínhamos então não era muito distinto daquele dos escravos. A Autonomia Municipal é que finalmente nos daria um sentimento de trabalho livre, para o qual fora pensado originariamente o núcleo colonial.

Considerações sobre autonomia

Desse breve e desinteressado comentário sobre o núcleo industrial em que se tornou São Caetano, destaco algumas considerações finais deste Capítulo, que têm especial interesse para se compreender o momento autonomista.

O grande progresso industrial em plagas sancaetanenses, a exemplo de outras regiões, como ficou evidente na Revolução Industrial, não foi acompanhado de progresso social. As reclamações vinham de muitas procedências, como do campo de melhorias urbanas. O problema maior que atingia São Caetano concentrava-se no que hoje se chama saneamento básico: água potável tratada e rede de esgotos. A água, tirada de poços e fontes, frequentemente era poluída, constituindo grande foco de doenças, desde tifo, tuberculose, verminoses generalizadas até outras que aconteciam pelo mesmo motivo: água deteriorada.

Era nessa lamentável situação que eu e meus familiares vivíamos, juntamente com os demais sancaetanenses, antes da emancipação político-administrativa desta terra.

Diagnóstico: água de botão

A respeito de águas servidas, provenientes de indústrias da época, relatamos um comentário interessante que corria a nível popular, mas ilustrativo, do péssimo estado das águas que estavam à disposição do povo em São Caetano. A história gira em torno de um médico conceituado que residia na Cidade, competente e famoso, e de suas maneiras pouco ortodoxas de diagnosticar as doenças, como no caso a seguir.

Na década de 1930, apenas uma ou duas vezes por semana, o médico Dr. Batista atendia as pessoas em seu consultório ao lado da farmácia do Fischer, localizada na esquina da atual Avenida Conde Matarazzo e a Rua Heloísa Pamplona. O único médico aqui residente, na época, Dr. José Paolone, além de gozar de muito bom conceito, era proprietário de farmácia bem fornida no centro de São Caetano, na atual Av. Conde Matarazzo nº 165. Em sua homenagem uma travessa da Avenida Goiás tem hoje o nome do ilustre facultativo.

Lembro de comentários que se faziam em torno da figura do Dr. Paolone. Quando ele examinava uma pessoa, ia logo perguntando: *A bevuto acqua di buttone* (bebeu água de botão?). Se a resposta fosse afirmativa, a sua conclusão era fulminante: *Allora è tifo* (então, é tifo). Expliquemo-nos. A Indústria Aliberti, que fabricava botões, estava localizada numa várzea, por onde corria o afluente do Rio dos Meninos, num local em que se localiza atualmente a Av. Guido Aliberti.

Justamente nesse afluente eram despejadas as águas poluídas da indústria de botões. Se o ilustre doutor era informado de que alguém bebia daquela água, o médico não tinha dúvidas: estava com tifo. A conclusão tem algo de anedótico, mas reflete bem as preocupações com os despejos industriais e seu influxo na saúde. Em realidade, quase todas as fábricas poluíam a cidade.

Quintais e outras realidades

À falta de canalização, os esgotos corriam a céu aberto, deixando um odor desagradável no ar. Até chegar o benefício de fossas negras ou sépticas ou do recolhimento canalizado de esgotos, os costumes praticados na higiene não eram de molde a manter boas condições de saúde. A cidade era composta de operários,

as residências eram bastante modestas, em suma, moradias de subúrbio, na definição de José Martins. Em geral, as casas tinham grande quintal com plantas frutíferas e flores. Era comum a presença de margaridas, lírios e até de rosas nos arredores de moradias. As frutas mais encontradas eram laranjas, mamões e pêras.

A tradição de pomares vinha de muito longe, da Fazenda São Caetano que abastecia São Paulo, e depois continuada pelos imigrantes italianos, principalmente através da viticultura, com resultados em vinhos que marcaram época.

Os pomares nos quintais tinham terreno propício, mas outros fatores certamente intervieram para sua fertilidade, como o uso de privadas. Essas consistiam de um caixão, onde cabiam duas latas de 20 litros. Em qualquer empório obtinha-se esse caixão. Eram colocados nas chamadas "casinhas". Fazia-se um buraco no caixão, colocava-se uma lata embaixo e ali eram feitas as necessidades fisiológicas. A cada semana ou quinze dias a lata era retirada e enterrada nos quintais.

As conseqüências para a saúde eram danosas, porque, perto desse enterro de latas, muitas vezes ficavam as cisternas, que abasteciam as casas. Não é que o povo não soubesse dos malefícios advindos desses hábitos de higiene. Simplesmente, as autoridades, as de Santo André especificamente, não instalavam água encanada e tratada, tampouco redes de esgotos, ou só instalavam em escala muito pequena, longe de atingir o grosso da cidade. Com esgoto a céu aberto, as doenças oriundas de águas contaminadas permeavam o cotidiano de uma cidade de grande produção industrial, mas literalmente abandonada. A criação de um município independente era uma esperança de sair de situações desumanas, humilhantes. Vivendo essas situações em nossos lares, a autonomia se tornava uma obsessão para mim e meus colegas, como já tenho mencionado.

As ruas, esburacadas, não eram calçadas. Lamaçais nas ruas eram um vexame para as pessoas e mesmo para empresas, que tinham dificuldades no escoamento de seus produtos. Quando a estação das chuvas chegava, aumentava o sofrimento dos pedestres, que freqüentemente tinham roupas respingadas de barro no trajeto para o trabalho ou para o lazer. Cidades vizinhas tinham ruas bem calçadas, iluminadas, mas o sancaetanense, não. Era um luxo fora do alcance deste abandonado subdistrito.

Educação deficiente

Um terceiro foco de reclamação recaía sobre a deficiente rede escolar de educação. Com toda a pujança econômica, naquele tempo, São Caetano só tinha quatro estabelecimentos na rede pública de ensino primário. Quem quisesse fazer o secundário tinha de se deslocar principalmente para São Paulo. Era uma desqualificação para o município. Com tantas indústrias locais a exigir melhor instrução compatível com os novos cargos industriais ou administrativos, devia-se buscar o conhecimento longe dali, com notórios sacrifícios de estudo noturno em outras cidades, como na capital. Uma triste realidade conhecida por mim e meus companheiros, que regressávamos do Brás no famoso trenzinho das onze horas da noite.

Um quarto motivo de reivindicação se reportava ao desrespeito político. Mesmo com o progresso obtido pela industrialização, havia ostensivo desprezo pela nossa cidade.

Esse desprezo era visível em medidas legislativas de rebaixamento do seu status político. Quando Santo André desbancou São Bernardo para simples distrito, em 1939, São Caetano era humilhado para a condição de segunda Zona do Distrito de Santo André, sem menção ao seu nome tradicional. Pouco mais tarde, São Caetano passa a ser mero subdistrito. Mudava o nome, não mudava a vexatória situação.

Com o tempo, ficou firmada uma certeza na cabeça dos sancaetanenses: só a autonomia municipal traria soluções para os problemas que sentiam em sua pele e em seus brios. Nosso *Jornal* nasceu percebendo essa inquietação, misto de desespero e impotência, como a ressuscitar os fantasmas dos maus momentos vividos pelos imigrantes italianos no início do núcleo colonial. Na ocasião, D. Pedro II aparecera em pessoa para acalmar os ânimos. Mas essa figura providencial não existia mais. O que valia agora era a união do povo em torno da emancipação. Para ela estava voltado o *JSC*, formando o tema dos próximos capítulos.

Capítulo VI

Plebiscito e conquista da autonomia

A campanha, liderada pelo *Jornal*, tornou-o um instrumento de primeira linha para a comunicação entre os diferentes líderes e interessados a levar avante a emancipação municipal de São Caetano. A contribuição do JSC não se esgotou nessa arte comunicativa. Foi muito mais além. Ele forneceu, em suas páginas, os argumentos levantados pelos adversários da autonomia, entre eles, e em especial, o líder político e prefeito de Santo André. Outro problema, não menor, é que havia antiautonomistas dentro do próprio município que queria ficar independente. Eram velhos moradores da cidade, adeptos do Sr. Antônio Flaquer, cacique político, que possuía no subdistrito o único cartório existente.

A autonomia municipal de São Caetano estava, há quase 20 anos, engasgada na garganta dos sancaetanenses, mesmo antes da tentativa de Armando de Arruda Pereira e seus companheiros. Embora as pessoas mais amadurecidas na idade tivessem esse sentimento, julgamos oportuno esclarecer que nenhum dos diretores do JSC tinha conhecimento dos fatos ocorridos em 1928. Com pouca divulgação, passados vinte anos, o assunto acabou ficando desconhecido da juventude da minha época.

Toda a luta autonomista terá aqui, neste capítulo, trechos da estreita e direta cobertura do nosso *Jornal*. Assim, será

freqüente encontrar, nas reportagens da época, respostas aos falsos argumentos contra a autonomia, criação de entidade para dirigir a campanha autonomista, coleta de assinaturas para embasar a adesão à autonomia, debates em prol da mesma na Câmara de Vereadores de Santo André, na Assembléia Legislativa, nas ruas, nos bares, nos comícios. Transmitiremos também o parecer jurídico do professor Ataliba Nogueira, peça importante para fundamentar juridicamente a campanha civilista da nossa emancipação político-administrativa.

Esse parecer foi de alcance muito grande porque respondia, em termos jurídicos e constitucionais definitivos, às principais dificuldades levantadas pelos adversários, entre elas a passagem da condição de subdistrito, que era a de São Caetano, diretamente para município, sem passar por distrito. Estava aberta a porta para a emancipação, amparada em termos jurídicos, incluídos os da Constituição de 1946.

A cobertura do *Jornal* abrangeu um ciclo brilhante do povo de São Caetano, que aproveitou a oportunidade de tornar-se município, aberta com a nova Constituição de 1946, depois da queda da ditadura de Vargas. A palavra de ordem era fortalecer a célula municipal, base da nação. O *JSC* alertou a população sancaetanense para essa possibilidade inescapável e liderou a campanha autonomista.

Subdistrito a caminho de dias melhores

Para que mais claramente se veja como surgiram as condições para a conquista da autonomia municipal seria conveniente uma rápida digressão. Nela serão repassados os cenários políticos que vão do ocaso da ditadura getulista, em 1945, até a reorganização democrática sob o governo de Eurico Gaspar Dutra. E aí veremos como se compôs o xadrez político no reino de São Caetano. Ou melhor, no sub-reino, no conceito de nossos adversários.

Em 1889, pouco antes da proclamação da República, São Caetano passou a fazer parte do território do novo município de São Bernardo, quando este foi desmembrado de São Paulo. No ano de 1905, São Caetano se torna distrito fiscal de São Bernardo e, em 1916, distrito de paz do mesmo município.

Com o crescimento acentuado de sua indústria e das



Fabrica de Louças Adelinas - Acervo: Fundação Pró-Memória

rendas que entravam nas burricas municipais, estaduais e federais, São Caetano pensou que era hora de gerir sua própria administração. Condições intelectuais e econômicas havia com sobra. Era o tempo em que a Cerâmica São Caetano, a Fábrica de Louças Adelinas, a Texaco, a Indústria de Fios Artificiais Rayon Matarazzo e a General Motors do Brasil, que ali estavam se instalando, além de tantas outras, espalhavam a fama da cidade. No âmbito da Cerâmica de São Caetano, pela visão social de Roberto Simonsen, seria experimentado um modelo de escola, que seria utilizado na implantação do Senai, em prol do aprendizado profissional.

Da mesma indústria cerâmica sairia um dos líderes que tentaria a emancipação política do subdistrito em 1928. Era Armando de Arruda Pereira, que, ao lado de outros políticos do distrito sancaetanense, como José Mariano Garcia Junior, Antônio Flaquer, Mateus Constantino, João Bisquolo, Bonifácio Paulino de Carvalho, fundou uma associação chamada Centro Cívico de São Caetano, que teria a seu cargo representar o povo de São Caetano, em seus intuítos autonomistas, diante das instâncias governamentais.

E para dar corpo e divulgação às novas idéias o grupo criou o *São Caetano Jornal*, de Raimundo Cyriaco de Carvalho. O projeto de emancipação foi levado à apreciação da Assembléia Legislativa. Entretanto, as pressões de Saladino Franco, cacique político de São Bernardo, foram mais fortes e a tentativa de autonomia fracassou. Apesar disso, a semente de autonomia

municipal plantada então deixou fortes marcas, para não dizer fortes rancores, nos corações dos sancaetanenses.

Vargas emerge na política nacional na Revolução de 1930 e implanta o Estado Novo em 1937. As eleições deixam de existir, as Câmaras Legislativas de qualquer grau e âmbito são fechadas. Prefeitos e governadores são nomeados. Prevalece a política dos interventores. Para o ABC são feitas vagas promessas de rede de esgotos. Mas poucas redes são instaladas, muito aquém das necessidades reais, que são atendidas em parte por fossas higiênicas em lugar de fossas negras. Com a entrada do Brasil na guerra contra as nações do Eixo, ocorrem muitas perseguições a italianos, alemães e japoneses radicados no Brasil, por obra de várias colonizações, incluída a dos vênnetos em São Caetano. Pânico em muitos lares do distrito.

Modificações trazidas pela ditadura varguista se refletem no ABC. Pelo Departamento de Municipalidades são feitos novos arranjos, à revelia das populações. Pelo Decreto Estadual 9.775, São Caetano, distrito de paz desde 1916, passa a ser segunda Zona do Distrito de Santo André, que se torna município, com o rebaixamento de São Bernardo a mero distrito. Consternação geral no ABC. São Caetano tinha ainda a lamentar o fato de que seu nome tradicional não era mais mencionado nos documentos oficiais. Só era referido como segunda Zona, conforme comenta amargamente o grande historiador do ABC, Ademir Médici.

Mas São Bernardo não desiste. Apoiado por Wallace Cochrane Simonsen, vai à luta e através do interventor Ademar de Barros, em 1944, consegue reaver sua condição de município. Santo André, no entanto, segue como município e São Caetano continua na mesma desventura: passa de segunda Zona para segundo subdistrito de Santo André. O desprestígio político era evidente e trouxe muita mágoa para São Caetano. As últimas reviravoltas e arranjos municipais, forjados nos porões da ditadura, se ajustaram no bojo do quinquênio administrativo-judiciário (1944-48) do Estado de São Paulo.

Com a queda da ditadura getulista, em 1945, novas esperanças. Eurico Gaspar Dutra, presidente eleito, procede à nova Constituição em 1946 e a um refortalecimento da célula-base da nação, o município. O novo ordenamento constitucional se reflete na Constituição Estadual. Incorporada a esta, a Lei Orgânica dos Municípios prevê, em 1947, a criação de novos municípios em territórios que queiram se desmembrar para

unidades municipais autônomas. A porta da esperança, finalmente, estava aberta para São Caetano.

As condições políticas, as únicas que realmente faltavam, eram propícias. Urgia trabalhar com determinação e rapidez. Como tinha dito Júlio César, ao atravessar o Rubicão, a sorte estava lançada.

Sociedade Amigos de São Caetano

A emancipação, acenada pela Lei Orgânica, devia se processar em três etapas : 1) Organização de processo autonomista com abaixo-assinado de dez por cento dos habitantes do território a desmembrar, prova de renda mínima, mínimo de população e outras exigências que deveriam ser cumpridas e apresentadas à Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa. 2) Parecer da Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa homologando o processo separatista. 3) Envio do processo homologado para votação em plenário da Assembléia Legislativa, tendo em vista a autorização de plebiscito final pró-município.

Aqui entra em cena a liderança, o pioneirismo do *Jornal de São Caetano*. Desde o início de sua existência, ele propugnava pela autonomia, que era um de seus principais objetivos quando o fundamos. Agora, no entanto, tratava-se de passar para uma ação mais efetiva, e o *jornal* não se furtou a assumir iniciativas. Era necessário criar uma associação, uma entidade, que organizasse os trâmites da autonomia e que pudesse liderar essa campanha. Que não somente organizasse o processo autonomista, mas também representasse a população de São Caetano perante a Assembléia Legislativa, a quem cabia dar o veredicto final sobre as novéis autonomias municipais.

Nessa hora, a experiência adquirida com o hospital beneficente ia ser posta em ação. Da mesma forma que naquela ocasião, enviamos então carta a cinquenta pessoas representativas da vida comunitária e política de São Caetano, convidando-as para uma reunião em que se discutisse a criação da dita entidade, com o nome de Sociedade Amigos de São Caetano. A carta foi publicada em nossa edição de 24 de Agosto de 1947, e a reunião prevista para o dia 2 de Setembro no Clube Comercial, à Rua Santa Catarina, 97. O mesmo endereço da primeira convocação em favor do hospital.

A necessidade dessa entidade já tinha sido abordada por nós, no *Jornal*, em 4 de Maio de 1947: *Já dissemos por nossas colunas que falta aos moradores da cidade união e temos certeza absoluta de que não nos enganamos. Necessitamos de uma associação idêntica às existentes em quase todas as cidades, uma Sociedade Amigos de São Caetano, que seja realmente amiga deste povo sofredor que trabalha de sol a sol para o engrandecimento do Estado de São Paulo e do Brasil e que nada recebe em troca* (JSC, 4 de Outubro de 1947).

Nessa ocasião, salientávamos a criação dessa sociedade para apontar um subprefeito à administração do prefeito Alfredo Maluf, de Santo André, que ocupou o cargo por alguns meses, entre a saída de Carvalho Sobrinho e a posse de Antônio Flaquer. A bem de Maluf, devemos comentar que, mais tarde, no episódio dos vereadores de São Caetano, na Câmara de Santo André, Maluf foi simpático e decente com os autonomistas. Naquele momento, procurava-se um subprefeito que cuidasse dos interesses de São Caetano. O objetivo agora, porém, era mais ambicioso: termos o nosso próprio prefeito.

Quanto às sociedades já formadas para unir o povo de São Caetano, o nosso *jornal* tinha analisado o seu fracasso. *Desde o início desta folha vimos pedindo aos sancaetanenses que se unam, para que possam conseguir os melhoramentos de que necessitamos. Algumas iniciativas tem surgido com a finalidade de congregar as forças locais. Entretanto como elas, em geral, possuem finalidades diferentes da anunciada, nas quais surgem sempre os interesses particulares e o característico individualismo, ou mesmo, finalidades políticas, nenhuma delas logrou conseguir algo por São Caetano. Poderíamos citar, entre outras, a União Autonomista de São Caetano e a Sociedade Amigos da Cidade de São Caetano, a primeira composta de elementos dissidentes do PSP local e a segunda de componentes de diretório local do PSD* (JSC, 24 de Outubro de 1947).

Em seguida, o *jornal* salientava a tarefa de criar a Sociedade Amigos de São Caetano, no endereço e horário já mencionados, enfatizando que nessa reunião se formasse a comissão encarregada de elaborar os estatutos. O JSC concluía: *A Sociedade Amigos de São Caetano não terá cor política, sendo a sua única finalidade reivindicar junto aos poderes públicos as necessidades da nossa terra e lutar pela elevação do nível cultural dos sancaetanenses. Incluía-se, obviamente, nesse nível, o amadurecimento*

político, em termos de autogestão. Não podíamos ser claros demais para não suscitar a sanha dos inimigos. Ainda nessa edição conclamávamos: *Às pessoas de boa vontade dirigimos este apelo. Não permitam que vivamos eternamente subordinados política e administrativamente a Santo André. Unamo-nos a fim de que possamos conseguir o que queremos e precisamos.*

Reunião histórica para a autonomia

De fato, no dia 2 de Setembro de 1947, chegavam para a reunião por nós convocada moradores, profissionais liberais, comerciantes, trabalhadores, enfim, pessoas de diferentes origens sociais. O local era o mesmo onde tinham começado as *démarches* para a construção do hospital beneficente. Mas com uma diferença. A unanimidade que houve naquela ocasião estava longe de se concretizar nessa reunião. Ela era aberta, e os amigos e inimigos da autonomia mostraram seus argumentos e desafios. Mais cedo que esperávamos, os inimigos entraram em cena. O joio aos poucos se separou do trigo e sabíamos, então, com quem medir forças. Diversas pessoas presentes faziam o jogo de Antônio Flaquer, que era anular qualquer vealidade autonomista. Coube-me abrir a sessão, quando falei de seus objetivos e pedi que os presentes indicassem alguém para dirigir os trabalhos. Por unanimidade, foi escolhido o professor José Bonifácio Fernandes, pedindo este que Walter Thomé e eu trabalhássemos como secretários.

A discussão sobre a formação da sociedade foi calorosa naquela noite. Paulo Gonçalves Pereira, um dos presentes à reunião, afirmava que já existia uma sociedade semelhante na cidade, diz Valdenizio Petrolli, na revista Raízes 24 de Outubro de 1998. E ela havia sido fundada, segundo o aparteante, para tomar a dianteira a um partido extremista que queria fundar agremiação desse gênero. Não haveria, portanto, necessidade de nova Sociedade, conforme dizia Paulo, sob os aplausos do grupo de Antônio Flaquer. Diante dessa afirmação, Mauro Corvello respondeu que aquela sociedade tinha fins de política partidária, fato que implicava menosprezo à idéia de continuidade, e a nova sociedade que se queria fundar era rigorosamente apolítica.

Mauro Corvello é alvo de vaias, começam as discussões. Secundando Corvello, acrescentei que a primeira sociedade, de finalidade partidária, nem tinha registro em cartório e, portanto,

seus atos não tinham suporte legal. Por fim, com o esforço dos autonomistas que estavam coesos em seu objetivo, colocou-se em votação a criação da Sociedade dos Amigos de São Caetano e ela foi aprovada por folgada maioria (90%). A reunião acaba escolhendo uma comissão para elaborar os estatutos da nova sociedade. Essa comissão era presidida pelo dentista José Homem de Bittencourt, com o apoio de Octávio Tegão, Severino Alves Guimarães (diretor do jornal *O Município*), Arlindo Marchetti, Mauro Corvello, José Garrido Lourenço e Walter Thomé. Assinaram o livro de presença trinta e duas pessoas. No entanto, apenas treze dessas pessoas se tornariam autonomistas convictas, segundo comenta Wilson Loduca em *São Caetano - Das várzeas alagadiças a príncipe dos municípios*.

Na edição de 21 de Outubro do JSC dávamos notícia de como andavam os estatutos: *Está sendo elaborado o estatuto da Sociedade dos Amigos de São Caetano. Neste deverão ser consubstanciados os objetivos da sociedade, que, em síntese, são a defesa de São Caetano.*

Também acenávamos para nossas boas possibilidades, dentro da nova Lei Orgânica dos Municípios. *É fora de discussão, no entanto, a possibilidade de conseguirmos a autonomia, pois um plebiscito poderá ser respondido com o "sim" em favor da emancipação, ainda mais que os eleitores não serão apenas os qualificados até aqui. Como se sabe, no plebiscito poderão votar maiores de 18 anos, indistintamente, estrangeiros ou não.*

Anexação à Capital ?

Um outro obstáculo, o da possível anexação à Capital, era constantemente levantado por nossos adversários. Mas nós o descartamos sumariamente: *A lei a que nos referimos pôs por terra, também, o fantasma da anexação à capital, uma vez que também a anexação dependerá de consulta ao povo atingido pela medida e, em conseqüência, a menos que os sancaetanenses não saibam o que querem, pode-se considerar afastada a hipótese.* (JSC, 21 de Setembro de 1947).

Em seguida, outro argumento contra a autonomia foi desfiado pelos seus inimigos. Ventilava-se contra ela o argumento de que, divididas as rendas de Santo André e São Caetano, ambos os municípios se enfraqueceriam. Fomos direto ao assunto ainda

na edição do dia 21 de Setembro de 1947: *Não vemos, apesar disso, inconveniente na autonomia de São Caetano. Afinal de que adianta a quarta colocação entre os municípios, se essa exuberância não se converte em benefícios para a população? Veremos nossa terra jogada em posição um pouco inferior, mas teremos a satisfação de nos governar e, assim fazendo, cuidar efetivamente das necessidades locais.*

Íamos fornecendo, pelas colunas de nosso jornal, argumentos à autonomia, rebatendo outros contrários, para que a chama da autonomia não mais fenecesse: *Dissiparam-se com a promulgação da Lei Orgânica dos Municípios os poucos obstáculos legais que se antepunham à autonomia de São Caetano. Com o abandono acertado, por parte dos legisladores, da exigência de extensão territorial para a formação de município, extinguiu-se o entrave número um de nossa liberdade político-administrativa. Realmente, não tínhamos área de terras suficiente para nos erigir em município, se bem que nos sobrassem outros predicados importantíssimos. Concluíamos mais à frente: São Caetano é uma fortaleza em arrecadações tributárias, basta-se a si mesma e está perfeitamente capacitada a se administrar. Logo, sua autonomia era coisa perfeitamente razoável, agora, perfeitamente possível com o disposto na Lei Orgânica dos Municípios. (JSC, 5 de Outubro de 1947).*

Nossa atenção se voltava à Sociedade em formação para atingirmos nossos objetivos; num primeiro momento, o plebiscito. *A solução é a autonomia de São Caetano. Precisamos trabalhar para ela e já podemos contar com um meio de iniciar a campanha. Falamos da Sociedade dos Amigos de São Caetano, ora em formação. A essa entidade será submetida, por proposta do JSC, a autonomia municipal de São Caetano. Esse será o primeiro assunto que nossa folha apresentará para ser discutido pelos órgãos técnicos da Sociedade dos Amigos de São Caetano. Temos certeza de que a proposta será aprovada, única decisão compatível com o descortino e a capacidade dos homens que irão compor a novel sociedade.*

"Elevar os foros de São Caetano"

A 24 de Outubro de 1947 eram aprovados os estatutos da Sociedade dos Amigos de São Caetano - SASC, entidade que representaria, daí para a frente, nossos anseios de independência.

Em seu artigo segundo, éramos bem claros: *Visando simultaneamente os interesses de São Caetano, a elevação social e cultural de seus habitantes, a Sociedade se constitui com o objetivo de: ... d) estudar e difundir os meios de elevar os foros de São Caetano.* Um ano após essa data, estava sendo votado o plebiscito. Mas até lá muita água iria rolar.

Na edição de 2 de Novembro de 1947, voltávamos nos-
sas atenções para as eleições de 9 de Novembro, incluindo prefeito e vereadores para Santo André. Alertávamos na ocasião: *A agitação que a proximidade de 9 de Novembro provoca em todos os setores da vida pública local tem afastado da ordem do dia a discussão do anseio maior de São Caetano: sua autonomia.* O prazo fatal para entregar o processo autonomista na Assembléia era então lembrado: 30 de Abril de 1948. Os argumentos contra a autonomia eram constantes, e o *Jornal* respondia pontualmente a eles. Era uma luta, uma disputa intelectual num plano superior, e o *Jornal* apresentava dados concretos e com eles argumentava. Graças a Deus e com alma lavada, sentíamos que nossa publicação era acompanhada atentamente por seus leitores, como se ditássemos a eles o ritmo da campanha autonomista.

Renda mais que suficiente

Uma das coisas lembradas mais insistentemente contra nossa autonomia era a alegação de que, juntas, as cidades de Santo André e São Caetano ocupavam colocação privilegiada entre os municípios do Estado. *Realmente, o município ocupa o segundo lugar, excluindo-se a capital, em rendas totais, - municipal, estadual e federal. Só o sobrepuja Santos, devido à Alfândega. Em rendas municipais, os doze milhões de cruzeiros apresentados pelo orçamento do ano corrente nos situam no terceiro lugar. Apesar disso, São Caetano, independente, deve contribuir com quarenta por cento no mínimo da renda municipal, o que equivale a uma arrecadação de cinco milhões de cruzeiros. Vendo-se na classificação as colocações imediatas às de Santo André, verificamos que um ou dois municípios apenas arrecadam quantia superior à da nossa cidade. Quer dizer, na pior das hipóteses, São Caetano desceria na tabela das arrecadações para quinto ou sexto lugar, em rendas municipais. Nas estaduais, ficaríamos em quarta ou quinta colocação.* (JSC, 2 de Novembro de 1947).



Prof. José Bonifácio Fernandes

Voltemos às gestões da Sociedade que nos representaria na Assembléia Legislativa. Dois dias depois das eleições, realizou-se assembléia para votar a diretoria da Sociedade. Para presidir a assembléia, novamente José Bonifácio Fernandes foi reconduzido. Fernandes seria um dos esteios, um dos baluartes da autonomia. Foi uma peça importante da SASC para fazer frente aos antiautonomistas que faziam o jogo de Flaquer e nos roubavam a cena no interior da SASC. A mesa das Assembléias Gerais ficou constituída de José Bonifácio Fernandes, presidente, presidente; Mário P. Rodrigues, primeiro secretário, Walter Thomé, segundo secretário. Para presidente foram eleitos: José Luiz Flaquer Netto, com 28 votos; primeiro vice, Roberto Gomes Caldas Filho; segundo vice, José Homem Bittencourt. Para o conselho foram eleitos Acácio Novais, Faustino Pompermayer, Rafael Luiz, Luiz Rodrigues Neves, Vinício Nicolau Ricci e Paulo de Oliveira Pimenta. O *jornal* não era omisso nessas ocasiões. Nós sabíamos, embora sem alarde, o que se passava na SASC.

Erro de percepção

O comportamento dos autonomistas era pautado por grande abertura democrática durante as assembléias da Sociedade. Com esse procedimento honesto, deu-se espaço para pessoas que, mesmo sendo amigos meus, de Walter Thomé, de Luiz

Rodrigues Neves e de muitos autonomistas, faziam o jogo político da autocracia de Santo André. A condução das sessões da SASC por Flaquer Netto, que procurava não contrariar o seu tio, Antônio Flaquer, era feita por uma atitude um tanto dúbia, que chamamos de *corpo mole*. As reuniões não tinham quorum, ou, quando tinham, não discutiam coisa nenhuma a respeito dos interesses para os quais a Sociedade tinha sido constituída. Nossos inimigos estavam enquistados dentro da nossa fortaleza. Mas nossa determinação e criatividade acabaram por vencer mais esse obstáculo, vindo de uma percepção errônea. Mas consertamos o erro em tempo e isso nos serviu de lição para o momento da escolha de candidato a prefeito que reunisse maiores qualidades para o cargo.

O *Jornal* mais uma vez tinha de entrar em ação, através de uma carta aberta dirigida à Sociedade dos Amigos de São Caetano para que esta liderasse a campanha da autonomia. Era uma pressão de fora para dentro, porque dentro a situação não era cômoda para nossos interesses maiores.

Antes, porém, um acontecimento político de grande impacto havia ocorrido. Nas primeiras eleições para prefeito, após a Constituição de 1946, elegera-se prefeito de Santo André o candidato comunista Armando Mazzo, de São Caetano. Ganhou, foi diplomado, mas não foi empossado. O prefeito e os vereadores comunistas eleitos tinham-se abrigado no Partido Social Trabalhista, dado que o Partido Comunista fora posto na ilegalidade pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Como o TSE tinha cassado o registro do Partido Social Trabalhista e dos seus candidatos nas últimas eleições, numa manobra escusa e polêmica, após as eleições, Armando Mazzo e seus colegas vereadores de mesma ideologia não puderam assumir seus postos em Santo André. A alegação foi que seus votos foram considerados nulos. Assume a prefeitura andreense, em lugar do comunista, o segundo nas votações, Antônio Flaquer, justamente o adversário mais temido da nossa autonomia.

O *JSC* foi contra essa medida e publicamos em nossas páginas, com destaque, várias notícias e editoriais violentos sobre o assunto.

SASC lidera movimento autonomista

Na edição de 22 de Fevereiro de 1948, o *JSC* volta à

carga e propõe a discussão da autonomia no seio da Sociedade dos Amigos de São Caetano - SASC. Na seqüência de pronunciamentos que fez em favor da autonomia desde o seu primeiro número, o *Jornal* havia enviado, em 31 de Janeiro, carta ao presidente da diretoria da SASC, por mim redigida e publicada na primeira página do *JSC*:

Cumprindo uma promessa que assumimos com o povo de São Caetano em nossa edição em 5 de Outubro de 1947, vimos propor que esta Sociedade estude, com a urgência necessária, a possibilidade de nos desligarmos de Santo André e formarmos um município autônomo.

Estamos anexando à presente vários exemplares de edições do Jornal de São Caetano, inclusive da data acima mencionada, os quais possivelmente auxiliarão as Comissões da entidade que V. S. dirige no estudo que certamente farão sobre o assunto, em atenção ao nosso pedido.

Pelos motivos acima expostos e porque a Assembléia Legislativa Estadual só receberá as representações neste sentido até 30 de Abril de 1948, confiamos em que V. S. encaminhará a presente missiva para a Comissão de Justiça da Sociedade dos Amigos de São Caetano, afim de que ela possa opinar sobre o assunto dentro do menor prazo possível.

Pela atenção que V. S. certamente dispensará à presente, como presidente da Diretoria da Sociedade dos Amigos de São Caetano, apresentamos-lhe os nossos sinceros agradecimentos.

Clareando o caminho

Os diretores da Sociedade, diante da polêmica produzida pela carta, convocaram uma assembléia para o dia 3 de Março de 1948. Como das outras vezes, assumiu a presidência da assembléia o professor José Bonifácio Fernandes, secretariado por mim e por Walter Tomé.

José Luiz Flaquer Netto, numa evidente manobra dilatória, manobra dilatória, levantou o problema do posicionamento da sociedade diante do processo de autonomia: deveria tal posicionamento ser público ou secreto? Com isso, tinha o propósito de encobrir os votos contrários à autonomia. Ficou célebre o aparte de Mauro Corvello, que exclamou: *A votação deve ser descoberta, para que o povo conheça seus inimigos.* José Bonifácio

Fernandes aproveita o aparte, determinando que a votação seja aberta. Na ocasião, as pessoas presentes à seção decidiram que a Sociedade devia liderar o Movimento Autonomista de São Caetano, em nome dos moradores. Diante dessa situação, José Luiz Flaquer Netto pediu licença de 90 dias, no que foi prontamente atendido. A reunião, que havia começado às vinte horas e trinta minutos, terminaria tarde da madrugada. O presidente licenciado não voltaria mais. O caminho para o plebiscito finalmente estava aberto.

Nesse ínterim, o prefeito Antônio Flaquer, logicamente, não havia ensarilhado as armas e planejou um novo ataque. Veio todo untuoso junto à Sociedade para prometer ao subdistrito, até então às moscas, um centro de puericultura, galeria de águas pluviais, iluminação, rede de águas, desde que desistíssemos da autonomia. Essa proposta foi apresentada à SASC em cinco de Março por Paulo de Oliveira Pimenta, seu representante. Ninguém se sensibilizou com essa bondade repentina, e a proposta foi recusada.

Transcorridos mais uns dias, o primeiro vice-presidente, Roberto Gomes Caldas Filho, pediu demissão e assumiu então o segundo vice-presidente, o dentista José Homem de Bittencourt. A oposição aberta havia terminado, e os trabalhos do processo separatista, que nunca tinham permanecido em ponto morto, tiveram seguimento mais desembaraçado.

Enquanto se desenrolava essa luta entre autonomistas e antiautonomistas, prosseguiram, discretos mas ativos, os trabalhos para conseguir assinaturas, reconhecer as firmas e outros conexos, em atendimento ao processo de requerimento de autonomia à Assembléia Legislativa.

Luta na Câmara de Santo André

Na edição de sete de Março, enfocávamos outro lado da trincheira da campanha autonomista, que era a Câmara em Santo André: *Ficamos surpresos com o ataque que o vereador Syr Martins dirigiu ao povo de São Caetano por pretender ser autônomo. O representante socialista queria a inserção em ata de um voto de pesar por pretendermos nos erigir em município. Mas nossos edis não dormiam durante as sessões. Contestando a aparente incongruência dos vereadores defendendo a autonomia de São Caetano, lembraram nossos edis que eram representantes do povo e por isso*

acompanhavam a tendência desse mesmo povo, que é libertar-se de Santo André, era o nosso comentário.

A quatro de Abril, já em cima do prazo para entregar o processo autonomista, expressávamos a vibração com que as listas de dez por cento de adesão eram preenchidas: A autonomia de São Caetano, como qualquer pessoa, por mais ignorante que seja, poderá ver, não está sendo imposta por alguns "incautos e irresponsáveis". Muito ao contrário. Quem foi, como nós, de lar em lar, pedir assinaturas sem obrigar e sem mesmo gastar muito tempo com explicações para conseguir assinaturas, pois o tempo é exíguo, pôde verificar a vontade que o povo trabalhador desta cidade tem de ficar independente de Santo André. As expressões que empregam, como o "já vem tarde", e os agradecimentos aos que andam com listas, são provas insofismáveis de que os sancaetanenses de há muito desejavam que houvesse um movimento como esse, com a finalidade de dar a São Caetano aquilo que essa nossa terra dadivosa e boa merece e que jamais, em tempo algum, lhe foi dado (JSC, 4 de Abril de 1948).

Em onze de Abril, dizíamos que nossas críticas iam para os políticos de Santo André e não para o povo da sede municipal: Não descansam os políticos andreenses em seu afã de impedir a concretização do maior ideal da população de São Caetano: sua elevação à categoria de município. Dizemos especificamente os políticos andreenses porque, efetivamente, não é o povo da vizinha cidade, sede do nosso município, que se antepõe à realização de nossa aspiração; este assiste sem animosidade o desenvolvimento do processo emancipador de Tijucuçu, vendo-o talvez com simpatia.

Pela edição de dezoito de Abril, fazia-se saber que a Câmara de Santo André estava em pé de guerra. O vereador Syr Martins preparou um ambiente verdadeiramente teatral para a oração que pronunciou na hora do expediente em defesa de seu ridículo pedido de voto de pesar pela articulação em São Caetano do movimento autonomista, agora acompanhado de pedido de envio de um memorial à Assembléia Legislativa contra o movimento já vitorioso de nossa população.

Mas as reações não demoraram em vir na Câmara: O vereador udenista Anacleto Campanella foi arrasador em seu pequeno discurso que provocou nova suspensão dos trabalhos. Insurgiu-se contra o autor da proposta em discussão, dizendo-lhe

que soubera pedir votos aos sancaetanenses, mas traía agora seus eleitores: estava “contra o povo que o elegeu”, como bem disse em aparte o Sr. João Dal’Mas.

Ainda na edição de dezoito de Abril do nosso Jornal, fazia-se eco ao discurso de Lauro Garcia na mesma Câmara. Dizia o ilustre vereador, entre outras preciosidades: Por esta razão que um subdistrito com quase quarenta e cinco mil habitantes, com perto de seis mil prédios, com uma renda municipal aproximada de oito milhões de cruzeiros, com uma Coletoria Federal que arrecada anualmente quarenta milhões de cruzeiros, elementos esses que oitenta por cento dos municípios do Estado de São Paulo não contam, dificilmente se submeterá à tutela de Santo André.

São Caetano, cuja política honesta é uma lição, um exemplo, há de ser vitorioso no seu desejo. Desmembrado, a coroado pelo aplauso de seu povo, será mais uma força a garantir a preponderância econômica desta unidade Federativa.

Diante da força, a astúcia

Enquanto os debates iam acesos na Câmara de Santo André, o processo ia chegando a seu formato final. Um dos problemas encontrados era que os comprovantes de residência tinham de ter firma reconhecida, e não seria no cartório de São Caetano, pertencente ao antiautonomista por excelência, Antônio Flaquer, que os adesistas da autonomia iriam conseguir esse pormenor burocrático. A solução foi encontrada no terreno do próprio inimigo, em Santo André. João Evangelista de Paiva Azevedo, proprietário de um cartório naquela cidade, atendeu aos autonomistas nesse quesito, fora do expediente normal, nada cobrando pelos serviços.

Outra peça indispensável do processo separatista era a prova de renda mínima. Não seria Antônio Flaquer a fazer-nos esse favor. No entanto, essa exigência era essencial, inarredável. A saída foi achada também em Santo André, na terra do inimigo.

Clodomiro Gusmão Rocco, funcionário da Prefeitura, trabalhava em uma pequena agência da municipalidade em São Caetano, cuja missão era coletar impostos e taxas para a sede do município. Depois de ouvir as explicações pormenorizadas e o apelo bastante insistente de Luiz Rodrigues Neves, ele forneceu o precioso comprovante da renda do subdistrito.

Sob uma condição: devolver no mesmo dia os documen-



Foto histórica tirada em 29 de Abril de 1948 na entrega do requerimento à Assembléia Legislativa

tos. Jacinto Raio Rodrigues, fotógrafo do nosso *Jornal*, tirou fotocópias dos comprovantes, e os originais foram devolvidos imediatamente ao Sr. Rocco. Ao saber do fato, Antônio Flaquer puniu seu funcionário, removendo-o para a região afastada de Paranapiacaba. Mas os autonomistas sempre souberam honrar esse herói que colaborou num momento crucial, incluindo-o, mais tarde, na lista dos noventa e cinco Líderes Autonomistas.

Pedido de plebiscito na Assembléia

Com o processo pronto, uma caravana, formada pela Sociedade Amigos de São Caetano, foi entregá-lo na Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa. Naquele tempo, a Câmara Estadual dos Deputados estava instalada no Palácio das Indústrias, Parque D. Pedro II. O processo recebeu o número cento e noventa e um, em 29 de Abril de 1948. *"Estava assinado por cinco mil, cento e noventa e sete pessoas, todas maiores de dezoito anos e residentes aqui havia mais de dois anos. Esse abaixo-assinado representava 12,7% dos moradores que residiam no subdistrito, pois de acordo com o Departamento Estadual de Estatística a população local era de quarenta mil e trinta e nove habitantes, em primeiro de Maio de 1947, diz José de Souza Martins.*

Do ato da entrega, foi tirada foto histórica, a partir de plano mais alto do Palácio das Indústrias. Essa foto, reproduzida inúmeras vezes em jornais do ABC e da capital, é uma vez mais

mostrada aqui, em razão do denso significado de que era revestida para a nossa sofrida gente. Tudo era trabalhoso, mas o expediente mínimo e necessário para a obtenção final do plebiscito estava entregue. Era mais uma etapa vencida, e esse ar de esperança e vitória estava estampado na fisionomia do grupo que aparece na foto.

São Caetano: Suíça brasileira

O processo seguia sua tramitação, com os bastidores da Assembléia servindo de palco de renhido embate entre autonomistas e antiautonomistas. A edição de 23 de Maio de 1948 transmitia declarações favoráveis de deputados sobre a autonomia de São Caetano, nas sessões da Assembléia Legislativa.

Em aparte a Sebastião Carneiro, o deputado Gabriel Migliori, um denodado defensor da nossa autonomia, não escondia seus pendores: *Sabe V. Excia. por que digo isso? É porque São Caetano, um distrito pequeníssimo, é o que oferece, entre aqueles que pleiteiam a sua elevação a município, a maior receita, tem a maior população. Entretanto, quanto às suas dimensões territoriais, é pequenino: é uma espécie de Suíça, não quanto ao saber e cultura, mas quanto ao desenvolvimento geral. É uma espécie de Suíça dentro de São Paulo.*

O deputado Castelo Branco vai no mesmo diapasão: *Nem será motivo de incompreensão e de revolta ver-se destacado de um município, um distrito que já pode viver por si, elevar-se à categoria de cidade, procurando abrir caminho do futuro, graças à energia de seus filhos.*

Na edição de seis de Julho de 1948, informávamos sobre o andamento do processo: *Consoante informações que obtivemos no “Palácio Nove de Julho”, os processos que a Comissão de Estatística tem são inúmeros, o que implicará em relativa demora para o estudo do caso sancaetanense. Entretanto, espera-se que a representação dos sancaetanenses seja apresentada em plenário no fim de Julho ou início de Agosto, para que os deputados decidam se existe possibilidade de São Caetano se tornar independente e, em caso positivo, será marcada a data para a realização do plebiscito.*

A vinte e cinco de Julho, fizemos uma edição especial de festejo de fundação da cidade. E renovamos o apelo para estarmos vigilantes: *“É necessário, porém, que a população continue nos au-*

xiliando nesta nossa jornada. As duas principais campanhas iniciadas por esta folha encontram-se pela metade. O Hospital Beneficente São Caetano precisa ser construído e o plebiscito para a decisão da autonomia municipal deverá ser iniciado dentro de breves dias. Resta agora que o povo continue conosco para continuarmos também lutando em benefício desse mesmo povo.

Parecer jurídico de Ataliba Nogueira

Diversos pareceres vinham fortalecer o empenho autonomista de São Caetano, e outros eram contra a criação desse novo município. Um deles era colhido pela UDN para formar sua opinião sobre a autonomia sancaetanense, no interior da Assembléia Legislativa. Outro foi encomendado pela SASC para nos prevenir contra dificuldades jurídicas de última hora, que poderiam ser aventadas pelos adversários. Antônio Flaquer tinha bom trânsito entre parlamentares e juristas, chegando a tomar um parecer jurídico do então famoso professor Honório Monteiro favorável às suas pretensões. Não ficamos a reboque. Encomendamos o nosso para fazer frente a qualquer emergência.

Com efeito, a edição do JSC de 22 de Agosto de 1948 lançava luz sobre um parecer do professor Ernesto Leme fornecido à UDN. Depois de apresentar as receitas do município, nos vários âmbitos governamentais, diz o professor: *O que São Caetano quer é reivindicar o direito de ser elevado a município. Além das exigências da Lei Orgânica dos Municípios, São Caetano está perfeitamente escudado para pedir seu desmembramento, visto que há longos anos vem contribuindo eficazmente, sem que seja retribuído com um serviço de esgotos e uma assistência social.*

Um estudo mais aprofundado sobre as dificuldades que poderiam ser contrapostas à autonomia municipal de São Caetano foi-nos fornecido por um ilustre jurista, professor José Carlos de Ataliba Nogueira. Ele nos deu uma fundamentação jurídica adequada às condições político-sociais do nosso distrito prestes a emancipar-se.

Na mesma edição de vinte e dois de Agosto, publicávamos o parecer do citado professor: *A Sociedade dos Amigos de São Caetano formulou uma consulta ao Prof. Ataliba Nogueira, catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, propondo-lhe as seguintes questões:*

1) *Pode ser elevado a município o simples subdistrito, ou importa, primeiro ser elevado a distrito para ser promovido, só depois disso, a município?*

2) *Pode haver um aglomerado urbano dividido por dois municípios?*

3) *Para um povoado ser elevado a município é preciso possuir território para expandir-se futuramente?"*

Após uma exposição sobre a realidade do município, o ilustre professor e jurista lavrou as seguintes conclusões:

Em face do exposto, tudo está a indicar que a associação dos vizinhos, uma vez preenchidos os dois requisitos mencionados e manifestada inequivocamente a sua vontade (simples requerimento não basta, pois as assinaturas podem ser obtidas por coação), deve ser proclamada autônoma.

1) *Não pode ser exigida nenhuma escala de promoções, nenhuma hierarquia, de tal maneira, que o subdistrito somente pudesse passar a município depois de constituir distrito. Se tal exigência existir em qualquer lei ou decreto-lei, quer federal quer estadual, anterior à Constituição de 1946, os artigos relativos foram tacitamente derogados pelas vigentes Constituições federal e estadual. Bem diferentes eram os princípios da Constituição de 1937, que reduzia o município a mera circunscrição administrativa e mediante os quais o Conselho Nacional de Geografia e Estatística e o governo estadual retiraram a maioria das atribuições municipais liquidando com a autonomia local (cf. o nosso opúsculo "O município e os munícipes na Constituição federal de 1946", São Paulo, 1947). Assim respondemos afirmativamente à primeira parte do item 1º da consulta.*

2) *Quanto ao segundo item, também há de ser afirmativa a resposta. Basta ter bem presente que se trata de interesse dos vizinhos em gerir os próprios negócios para se concluir que, preenchidos os requisitos legais, não pode obstar àquela vontade o fato da contigüidade de grupos sociais, ou da continuidade urbana, como rezam os papéis que acompanham a consulta.*

Se em dois municípios podem crescer tanto as respectivas zonas urbanas, que as cidades venham a juntar-se através de ruas que se prolongam de uma para outra, por que não admitir que possa proclamar-se a autonomia de um grupo social contíguo a outro?

Deixando de lado numerosos exemplos, queremos recordar apenas a rua Rivadavia, em Buenos Aires, que mede mais de trinta quilômetros. Sai da cidade de Buenos Aires, que é o distrito

federal, e continua pela cidade contígua da província limítrofe.

Precisamos é despir-nos do espírito de estatismo, que há vários decênios vem influenciando no nosso direito público. Volvamos ao respeito dos direitos do homem, não desconhecendo os vários grupos em que se associa, entre os quais o município, baluartes naturais contra o totalitarismo do Estado.

3) *Relativamente ao 3º item da consulta, havemos de ponderar que a questão é ou não de direito. Se é de direito, basta que a associação dos vizinhos preencha os requisitos legais para ser-lhe reconhecida a autonomia e, assim, possa ela exercer livremente o seu direito. Trata-se, portanto, do presente e não do futuro.*

A expansão, a dilatação futura das cidades nem é condição jurídica de existência do município, nem tampouco lhe é condição de felicidade. Aliás, no exame dos papéis que acompanham a consulta, notamos grande confusão entre os conceitos de município e cidade. Ora, a cidade é apenas uma parte do município.

Respondo, pois, negativamente, ao último item, tanto mais que as leis não fazem nenhuma exigência de ordem territorial para o reconhecimento da autonomia local.

O parecer de tão ilustre e respeitado mestre de direito, defensor da nova feição democrática do país, após 1945, incutiu em nós, da sociedade autonomista, mais segurança nos próximos passos da emancipação municipal. Era uma espécie de salvaguarda contra alegações estranhas e casuísticas, que podiam ser esperadas de Antônio Flaquer e seus seguidores.

Comissão de Estatística aprova autonomia

Grande e auspiciosa notícia do JSC, em cinco de Setembro de 1948: o plebiscito para pedir o consentimento da população sancaetanense em erigir-se município finalmente passara na Comissão de Estatística: *Em dois de Setembro, a Comissão de Estatística aprova, por cinco votos a um, a pretensão de São Caetano a município. Foi o relator, deputado Décio de Queiroz Telles, que leu o processo, dando voto favorável. Acompanharam o parecer do relator Joviano Alvim, Vicente de Paula Lima e Porfírio da Paz. Voto desfavorável foi o do deputado Euclides de Castro Carvalho. O deputado Antônio Sylvio da Cunha Bueno despiu-se da condição de presidente e falou como membro da comissão, fazendo na ocasião*

um discurso de elogios a São Caetano. Aliás, de Cunha Bueno, sempre tínhamos recebido estímulo e apoio no andamento do processo que culminou com a autonomia.

Em dezesseis de Setembro noticiávamos a aprovação do processo autonomista pela Assembléia Legislativa, confirmando o parecer da Comissão de Estatística. Essa aprovação do plenário da AL ocorrera a quatorze de Setembro: São Caetano comemorou condignamente o primeiro passo dado em direção à nossa autonomia político-econômico-administrativa, quatorze de Setembro ficará no coração da nossa gente, como o marco imponente de civismo de uma população que sabe lutar pelo que de direito lhe pertence. Estrugiu a cidade, em verdadeira comoção de alegria, quando soube do impressionante “score” com que a Assembléia Legislativa ratificou inteiramente a decisão tomada no dia anterior e invalidada por falta de número. Quarenta a dez foi uma prova incontestada de que a maioria absoluta do Legislativo Estadual, fiel a suas tradições de justiça, está com São Caetano.

Na verdade, a decisão da Assembléia Legislativa convalidava o pleito de São Caetano e de outras localidades do Estado de São Paulo para se tornarem municípios autônomos, já anteriormente aprovado pela Comissão de Estatística. A decisão do plenário da AL abria caminho para um plebiscito definitivo a ser marcado proximamente. Com o plebiscito favorável das populações consultadas, seria montado plano administrativo quinquenal, que teria de ser aprovado até trinta e um de Dezembro de 1948.

A edição de vinte e seis de Setembro do JSC espelhava alegria e apreensão. Alegria pela vitória na AL e temor pelos ataques de Tônico Flaquer. A expectativa pela aprovação do plebiscito era geral, porquanto esperava-se que isso acontecesse na segunda-feira, dia treze. Como nesse dia faltou número, no dia seguinte deveria ser aprovada a representação de nossa Cidade. E naquela memorável tarde, quando o resultado acusou quarenta a dez, inúmeros deputados dirigiram-se ao local destinado à assistência, a fim de cumprimentar os sancaetanenses. E nós que lá estávamos tivemos a oportunidade de ver os olhos de velhos companheiros do Movimento Autonomista verterem lágrimas. São pessoas idosas, frias e endurecidas pelos anos árduos de trabalho intenso, que não puderam se conter.

Já os métodos empregados pelo chefe do Executivo de Santo André traziam um travo de amargura: *“Usando das suas atribuições de Prefeito, proprietário do Cartório local e chefe político*

convocou os comerciantes desta localidade para uma reunião que seria realizada anteontem à noite, na agência da prefeitura, à rua Pará. E o Sr. Antônio Flaquer que, segundo notícia da Folha da Noite deverá impetrar mandado de segurança contra a íntegra decisão da augusta Assembléia Legislativa, expôs os motivos: "queria que os comerciantes lutassem contra a autonomia de São Caetano. Na ocasião, reagiram com palavras candentes o Sr. Jordano P. S. Vicenzi e o vereador Anacleto Campanella, que foram ameaçados de expulsão pela camarilha do prefeito. O ato deprimente em nada contribuiu para os objetivos de Flaquer, porque os comerciantes, em sua maioria, apoiavam o Movimento Autonomista.

Comícios em prol do plebiscito

Mas nada disso impedia os comícios pelos bairros em prol do plebiscito definitivo da autonomia. Tinha havido um comício de Antônio Flaquer na Vila Barcelona, com ameaças de pesadas multas para construções irregulares se o povo persistisse na idéia da autonomia. Mas somente pequena platéia o ouvia.

No entanto, os comícios nossos estavam a pleno vapor, como o do bairro da Cerâmica, no salão da sede da Cerâmica F.C.: *O Sr. Jacomo Lorenzini, presidente da Comissão de Propaganda da Sociedade Amigos de São Caetano, abriu a sessão com rápidas palavras, saudando o povo do bairro e dizendo que foi escolhido o local onde viveu o Dr. Armando Arruda Pereira, um dos pioneiros do movimento autonomista de 1928, para a realização do primeiro comício sobre a independência desta terra. (JSC, 26 de Setembro de 1948).*

Indiferentes à posição neutra de Armando de Arruda Pereira, antigo líder do Movimento de 1928, nesta campanha, tínhamos escolhido o bairro da Cerâmica, donde havia partido a luta autonomista vinte anos atrás, para fazer um comício esclarecedor. Em nome do JSC, tomei a palavra dizendo que os comícios sobre a autonomia não eram necessários para a consciência do povo, mas para *pulverizar o trabalho que os inimigos desta terra estão fazendo, dentre eles o Sr. Antônio Flaquer, que, em 1928, assinou um manifesto pedindo ao povo que lutasse pela emancipação de São Caetano.* Eu pedia a todos que votassem na chapa branca do sim, pela independência do nosso subdistrito.

Mandados de segurança: inócuos

Na edição de dezessete de Outubro o nosso *Jornal* informava: *Confirmando o que noticiamos em nosso penúltimo número, o Sr. Antônio Flaquer impetrou mandado de segurança contra a resolução da Assembléia Legislativa que manda realizar plebiscito em São Caetano. Dá assim, o Prefeito de Santo André, provas de que está lançando mão de todas as armas que pode, para impedir a livre manifestação do povo sancaetanense. Reconhece que tem medo do resultado que sairá das urnas, no dia do plebiscito, lamentando-se de estarmos vivendo num regime onde o poder emana do povo para o povo.*

Defendendo-se das acusações dos sancaetanenses, justifica-se o Sr. Antônio Flaquer dizendo que consultou o Tribunal e que este reconheceu que o Prefeito tem o direito de lutar contra a emancipação do distrito. Talvez seja este o pensamento do Judiciário, mas o Poder legislativo tem modo de pensar completamente oposto.

A Assembléia Legislativa já respondeu ao prefeito de Lucélia, que impetrou mandado de segurança contra a Autonomia de seu distrito, dizendo ser a AL autônoma e insistindo em que o plebiscito seja realizado. O mesmo deverá acontecer com São Caetano, a Assembléia ratificará o que ficou resolvido e o Judiciário não irá ferir a autonomia da Câmara dos Deputados. E o Sr. Antônio Flaquer e seus prosélitos que se acautelem porque o deputado Carvalho de Barros já deu o brado de alerta dizendo que "a Assembléia está vigilante sobre o que se passa e saberá condenar qualquer manobra suspeita".

Plebiscito: vitória inesquecível

Na mesma edição do dia dez de Outubro, noticiava o JSC sobre a qualificação das pessoas ao plebiscito: *Foi encerrada dia nove a qualificação das pessoas que deverão votar no plebiscito que, consoante o edital abaixo publicado, realizar-se-á domingo próximo, dia vinte e quatro do corrente. Foram qualificados dez mil, setecentos e quarenta sancaetanenses, dentre os quais espera-se que mais de nove mil votem com a cédula branca, respondendo "sim", ou seja optando pela criação do município de São Caetano.*

Entusiástica foi a edição de trinta e um de Outubro, que



Antônio Flaquer, seu sobrinho José Luiz e esposas. Eles lutaram, enquanto puderam, contra o Movimento Autonomista

dava a notícia do transcorrer do plebiscito: São Caetano vestiu-se com trajes de festa nesse domingo memorável que as folhinhas registravam como sendo o dia vinte e quatro do primavera mês de Outubro desse bissexto ano de 1948. E era preciso mesmo essa roupagem especial para participar da autêntica festa que foi a realização do plebiscito.

Especialmente para assistir ao plebiscito chegou a São Caetano, às 10h15min., o juiz Teodomiro Dias, presidente do Tribunal Eleitoral que percorreu diversas seções eleitorais, acompanhando assim, pessoalmente, o andamento dos trabalhos. Interpelado a respeito, pela reportagem do JSC, assim se externou o Sr. Teodomiro Dias: *Está correndo tudo normalmente, o que acredito acontecerá até o fim do plebiscito, pois confio na consciência cívica do povo desta localidade. Este é o maior de todos os plebiscitos realizados no interior do Estado de São Paulo.*

O presidente da Comissão de Estatística, deputado Cunha Bueno, declarou à nossa reportagem ter ficado muito bem impressionado com a votação. Na sua opinião, ultrapassou as expectativas o interesse demonstrado pela população de São Caetano pela consulta plebiscitária.

Um pormenor interessante era registrado pelo jornal: a guarda montada pelos autonomistas no Tribunal de Justiça:

Afinal, às 8 horas, tendo sido entregues todas as urnas, foram levadas para São Paulo, para o Tribunal de Justiça, onde ficaram aguardando a segunda-feira, quando foi iniciada a apuração. Um grupo de autonomistas passou a noite no Tribunal, fazendo guarda, em companhia dos dedicados membros do Corpo de Bombeiros, aos votos que consagrariam nossa elevação a Município.

Os últimos acontecimentos na reta final do plebiscito aconselhavam essa cautela. Fiscais de Santo André haviam tentado tumultuar o pleito, contestando, por exemplo, o voto de analfabetos, estrangeiros, claramente contemplado pela lei para efeitos de plebiscitários municipais. Esta e outras contestações foram prontamente rebatidas pelas mesas de votação.

Apurada a última urna no cartório da Sexta Zona Eleitoral em São Paulo, o enorme número de autonomistas lá presente, dirigiu-se imediatamente para nossa cidade, a fim de dar o resultado final à população que, ansiosa, acompanhava atentamente os resultados parciais, nos quais já se delineava com clareza a soberba vitória da população e que apresentam o seguinte resultado das urnas:

Pró-autonomia 8.463

Contra autonomia 1.029

Euforia de liberdade

A mesma edição dava notícia da euforia que tomou conta das ruas de São Caetano: *A verdadeira caravana de automóveis que chegou de São Paulo, foi acolhida na Barra Funda sancaetanense com foguetes e entusiásticos vivas à nossa autonomia. De novo, o espetáculo comovente dos abraços e apertos de mãos ocorreu. A alegria era geral e todos clamavam por uma comemoração à vitória nítida das urnas.*

O Dr. Leopoldo Mendes da Costa, delegado interino em São Caetano, no entanto, pedia ao povo e aos autonomistas que desistissem de grandes comemorações públicas, porque poderiam provocar o grupo adversário.

Acedeu, contudo, o Dr. Leopoldo Mendes da Costa, na realização de uma improvisada sessão solene na sede do São Caetano Esporte Clube. Em poucos minutos, com uma volta muito rápida pelo centro da cidade, os carros autonomistas se encheram de populares e atraíram incalculável massa à sede do São Caetano

E. C., onde teve início a sessão solene.

O JSC acompanhou a vibração popular por uma vitória, pela qual tinha lutado sem trégua, sem esmorecimento: *Com a mesma ordem, que é característica do povo sancaetanense, a população, cerca de dez horas, retirou-se da sede do São Caetano E. C., dirigindo-se para seus lares, envolvida ainda pelo halo de insopitável entusiasmo causado pela vitória incontestável das urnas.* (JSC, 31 de Outubro de 1948)

Pode-se observar que o povo, mesmo contente com a vitória do plebiscito, não se excedeu, já escaldado por tantas artimanhas dos antiautonomistas. As urnas tinham aberto o caminho para uma emancipação irrevogável. Mas faltava um detalhe importante: o município de São Caetano devia constar do novo plano quinquenal, 1949-1954. E, na montagem do plano, poderia haver fraude. E ela foi tentada, mas a Assembléia Legislativa e a nossa Sociedade estavam atentas.

Assim, é justo afirmar que a euforia dos primeiros momentos, após o plebiscito, foi nublada por muitas dúvidas a respeito de toda a burocracia envolvida. De fato, as atenções se voltavam para um plano quinquenal nebuloso, de contornos pouco conhecidos, que daria a última palavra sobre uma autonomia já conquistada pelas urnas. Parecia a muitos que a vitória definitiva, a aurora autonomista, era uma meta inatingível. Entretanto, mais uma vez o JSC estava a postos até a vitória final, esclarecendo, motivando, mantendo a chama por meio de suas páginas.

Capítulo VII

Nova estrela: São Caetano do Sul

Recorrendo ao *Jornal de São Caetano* e a outras fontes, relato as peripécias ocorridas desde a aprovação do novo município até a escolha de um candidato suprapartidário para dirigir a nova unidade municipal.



Capa do *Jornal de São Caetano* de 31 de outubro de 1948

Nossa cobertura jornalística abrangeu a tumultuada tramitação do plano quinquenal de 1948, na Assembléia Legislativa de São Paulo, que incluía São Caetano do Sul, nome oficial do nosso município. As nossas visitas ao Palácio das Indústrias, em São Paulo, no Parque D. Pedro II, onde funcionava a AL, tiveram início em Março, quando fomos em busca de deputados que nos esclarecessem tudo sobre autonomia municipal, e só terminaram em Dezembro do mesmo ano de 1948. As festas cívicas, a alegria do povo, na seqüência do auspicioso fato, foram devidamente comentadas por nós. O *Jornal* teve a honra de transmitir a dura luta dos vereadores autonomistas de São Caetano no interior da Câmara Municipal de Santo André. E aqui reproduzimos alguns trechos de discursos desses combativos representantes do povo.

O novo município de São Caetano do Sul, criado na mencionada data de 24 de Dezembro de 1948, só seria instalado 100 dias depois, em três de Abril de 1949. Por isso, os vereadores da Câmara Municipal de Santo André, a que ainda pertencia São Caetano, eleitos pela população sancaetanense, continuavam vereadores naquele município.

Agitação na SASC

Outro assunto palpitante aqui coberto foi a eleição na SASC - Sociedade dos Amigos de São Caetano. Os ecos dessa eleição teriam efeito direto na apresentação de um candidato único, Ângelo Rapahael Pellegrino. O clima em São Caetano, após o plano quinquenal, era outro, alegre e descontraído, ostentando uma certeza em forma de lei.

Mas até esta lei chegar, durante nove meses, o clima era tenso e turvo nos arraiais do Tijucuçu. Mesmo conquistada pelas urnas, a autonomia precisava ainda ser sacramentada por uma lei quinquenal, que começaria a ter vigência a partir de 1º de Janeiro de 1949. Mas, para a maioria da população, essa lei não era suficientemente clara. A lei quinquenal, já elaborada com todos os novos municípios, seria submetida à apreciação da Assembléia Legislativa e depois seguiria à sanção do Governador do Estado. Para esse povo que sofrera muitas frustrações políticas, não havia motivo para tanta burocracia, justo agora que o plebiscito fora majoritariamente a favor de São Caetano município.

O JSC, mais uma vez, ajudou a tirar dúvidas e orientar a população para as atitudes corretas que deveriam ser tomadas. E estava atento também às artimanhas dos inimigos da autonomia, os agora já chamados de "chapas pretas", que agiam nos corredores da Assembléia Legislativa querendo anular a vitória das urnas, das "chapas brancas" e da vontade de um povo. Sub-repticiamente, os adeptos do prefeito Antônio Flaquer tentaram incluir uma alínea na lei qüinqüenal, insistindo em manter São Caetano como subdistrito.

De acordo com a Lei, os analfabetos também tinham o direito de participar do plebiscito e manifestar sua opinião sobre a criação ou não dos novos municípios. Para possibilitar a distinção, duas eram as cédulas de votação: uma branca com a palavra "sim" em letras pretas; outra preta com a palavra "não" em letras brancas. Os que não quisessem que fosse criado o novo município votavam com a chapa preta. Os que fossem favoráveis à criação do novo município votavam com a chapa branca. Daí serem os contrários à autonomia denominados pejorativamente como "chapas pretas".

Em nove de Dezembro de 1948, ou seja, dezenove dias antes da promulgação da Lei nº 223 que criou o nosso município, Cunha Lima e outros deputados do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro - apresentaram, na Assembléia Legislativa, a seguinte emenda: *Conserve-se no município de Santo André o subdistrito de São Caetano*. O autor não apresentou justificção, e a emenda foi despachada para a Comissão de Estatística. O grupo autonomista, aliado a deputados amigos, acompanhava os trâmites da Assembléia e, em tempo hábil, detectou a manobra feita na sombra, e a referida emenda foi rejeitada pela egrégia Comissão.

Lei Qüinqüenal, o próximo passo

Na edição de quatorze de Novembro de 1948, noticiávamos que a Comissão de Estatística enviara ofício ao presidente da Assembléia Legislativa contendo os territórios que pleiteavam sua elevação a município e cujas populações haviam se manifestado favoravelmente em plebiscito. Como em outras ocasiões, recorremos ao deputado Cunha Bueno: *Movidos pela divulgação desse ofício e curiosos por saber até onde havia verdade entre as várias versões correntes a respeito dos novos municípios, procuramos entrar*

em contato com o deputado Antônio Sylvio da Cunha Bueno, que tão bem vem dirigindo a operosa Comissão de Estatística, escrevemos no JSC desse dia.

E prosseguiu nosso Jornal. Indagamos então do deputado sobre o andamento da Lei Qüinqüenal. Respondeu-nos: "O prazo fatal expira em 31 de Dezembro do corrente ano. cremos, contudo, que em meados do próximo mês será a Lei Qüinqüenal submetida ao plenário. Podemos afiançar mesmo que a sua aprovação deverá ocorrer, provavelmente, no dia 10. Sua vigência inicia-se a 1º de Janeiro de 1949. Em consequência de sua promulgação, deverão ser criados 65 novos municípios".

Perguntado pelo JSC sobre as eleições, respondeu o ilustre parlamentar:

As eleições serão efetivamente realizadas somente no mês de Março. É o tempo necessário para a realização do pleito. Para sermos mais precisos, diremos que as eleições serão processadas no dia 6 ou 13 daquele mês.

Candidato único

Na mesma edição, alertávamos para a necessidade imperiosa de coligação dos partidos em torno de um candidato único a prefeito, à altura do momento:

Resta, entretanto, muito que fazer. A votação, que indubitavelmente será confirmada pela Assembléia Legislativa durante a votação da Lei Qüinqüenal, é apenas parte da grande tarefa que os sancaetanenses têm pela frente. Uma outra parte está afeta, não sabemos se feliz ou infelizmente, aos partidos políticos. Temos já alertado os dirigentes de facções partidárias no sentido de que façam uma coligação para eleger um prefeito digno e à altura das necessidades do sempre esquecido povo de São Caetano. Consolidem os próceres políticos a vitória da população local, mostrando que dirigem partidos do povo, imitando esse próprio povo que soube se unir para conseguir aquilo que há muitos anos desejavam, ou seja, a autonomia desta terra.

A unidade que desejávamos era em torno de um candidato único com reais possibilidades de consolidar a autonomia: Os entendimentos no sentido de ser uma chapa única continuam. Manifestamos nossa esperança de que a maioria dos partidos acabará concordando em apresentar um único nome como candida-

to ao cargo de prefeito deste novo município.

Chapa única era recomendada por nós também para os vereadores: *Com um candidato único a uma só chapa para vereadores, teremos um prefeito eleito pela maioria do povo, governando com uma câmara municipal composta por pessoas capazes, que auxiliará grandemente o futuro chefe do executivo tal como necessita esta terra.*

O que fazer com a autonomia?

Um único objetivo tínhamos então: o que fazer com a autonomia? *Meditem bastante os dirigentes de facções partidárias e façam-no racionalmente. Caso contrário, não poderemos responder satisfatoriamente à pergunta que fazemos a nós mesmos e que à primeira vista parece irrespondível: “Que devemos fazer com a autonomia de São Caetano?”*

Nossa permanente preocupação com a autonomia desde o início do JSC era destacada ainda nesta edição de 14 de Novembro de 1948. E era mais uma justificativa para nossas ponderações e teses, entre as quais a de candidato único para as históricas eleições em vista: *A partir de nossa primeira edição, procuramos auscultar a opinião pública sobre o magno assunto. Assim no nosso primeiro número, ao passo que na primeira página assegurávamos que haveríamos de interpretar os desejos da população, posto que era nosso escopo ser seu porta-voz, na última página abordávamos a questão da autonomia de São Caetano.*

Também nessa edição de 14 de Novembro relatávamos alguns ecos da vitória do plebiscito, ecos que provinham da Assembléia Legislativa pela voz do deputado Gabriel Migliori: *Sr. presidente. Embora houvesse provocações, embora houvesse coação de ordem moral, que provaríamos se porventura o debate assim o exigisse, embora as circunstâncias pretendessem escurecer um bocadinho a belíssima demonstração de civismo dos sancaetanenses, toda a população local comportou-se de tal forma que aqui estamos hoje para dizer que, como paulista, nos orgulhamos dos sancaetanenses.*

O candidato da Coligação

Nossos apelos em favor de uma candidatura única a ser

apresentada pelos autonomistas surtiram o efeito esperado. Era nossa edição de 28 de Novembro de 1948 que dava a boa notícia:

A dezessete de Novembro os partidos que formam a Coligação Autonomista de São Caetano, em memorável decisão escolheram definitivamente o nome do Dr. Ângelo Raphael Pellegrino, para candidato ao cargo de prefeito. Ato contínuo, dirigiu-se para a residência do candidato uma caravana de seis automóveis, composta de todos os elementos participantes daquela reunião, ou seja, o Deputado Gabriel Migliori, os srs. João Teixeira de Souza, Mario P. Rodrigues, Heitor Bisquolo, Lauriston Garcia, Arlindo Marchetti, Venicio Ricci, Daniel Giardullo, Daniel Perrela, Antônio Dardis Neto, Dario Ranoya, Antônio de Toledo Piza, Mauro Corvello, Walter Pinheiro, Walter Thomé, Jordano P. S. Vicenzi, Bento Vellanes Regis, Concetto Constantino, Antônio Ladeira Filho, Matheus Constantino, Bruno Bisquolo e outros, cujos nomes não conseguimos anotar.

Chega a caravana ao sobradinho localizado na esquina da rua Espírito Santo com a rua Monte Alegre: Bem recebidos pelo Dr. Pellegrino, os componentes da Coligação foram introduzidos em sua residência, onde em nome da Coligação o deputado Gabriel Migliori comunicou ao presidente da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano a decisão tomada pelos partidos. Após brilhante oração do parlamentar petenista [PTN-Partido Trabalhista Nacional], o Dr. Pellegrino usou da palavra para dizer que aceitava a candidatura. Esta afirmação foi calorosamente aplaudida.

A palavra foi passada ao candidato da Coligação: Prosseguindo, declarou o dr. Pellegrino, visivelmente comovido, que se manteria equidistante de todos os partidos, ao mesmo tempo que reclamava de todos a indispensável colaboração.

Chapa única de vereadores: dúvida

Finalmente, os partidos políticos desta localidade firmavam um compromisso de honra para defender e trabalhar pela candidatura de um cidadão que por sua conduta bem merece o posto de prefeito municipal de São Caetano do Sul. Em outro local desta edição [28 de Outubro de 1948], os nossos leitores encontrarão uma reportagem cheia de detalhes sobre este assunto. A Coligação Autonomista de São Caetano integrada pelo PR, PSP, UDN, PSD, PRP, PTN e PDC deverá agora fazer acordo para lançar

uma chapa única de candidatura a vereadores. Felizmente, porém, houveram por bem tratar do caso do futuro chefe do executivo, para depois discutirem o caso dos vereadores. Dizemos felizmente porque senão até agora não se teria resolvido nem uma coisa nem outra.

Os partidos que aderiram à Coligação eram, por extenso, os seguintes: Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano Paulista (PRP), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e parte do Partido Democrata Cristão (PDC).

Do candidato Pellegrino, acabamos ouvindo suas metas de trabalho à frente da Prefeitura: *Não obstante suas palavras, insistimos e afinal o candidato dos sancaetanenses estabeleceu três pontos principais do trabalho que pretende fazer desde que eleito pela nossa população. São eles:*

1º - Organização da nova prefeitura, de maneira racional;

2º - Harmonização da política local, com a conciliação de adversários e adeptos da autonomia;

3º - Realizar uma política de boa vizinhança com os municípios limítrofes.

As metas de Pellegrino, revelavam, de fato, a alma de um grande estadista.

Um convite desvanecedor

Enquanto os presentes a essa reunião, realizada na casa do candidato a prefeito, se confraternizavam felizes pelos resultados obtidos, o anfitrião solicitou que eu o acompanhasse a uma pequena sala da sua residência. Como eu havia recebido, um ano antes, o diploma de contador, o Dr. Ângelo Raphael Pellegrino convidou-me para ocupar o cargo de Diretor da Fazenda, se ele fosse eleito. Fiquei envaidecido, agradei e recusei. Sugeri que eu pensasse melhor e lhe desse uma resposta dentro de alguns dias. Reiterei que não aceitaria nenhum cargo público e que continuaria como diretor do *Jornal de São Caetano*. Permaneci, assim, fiel às normas de conduta que havíamos firmado, no início do jornal.

O Projeto de Lei nº 691/48

Além das reportagens do JSC sobre o Plano Quinquenal,

em meus antigos arquivos possuo cópia autenticada do Projeto de Lei nº 691/48 da Comissão de Estatística, com as assinaturas dos deputados Cunha Bueno, Euclides de Castro Carvalho, Vicente de Paula Lima, Joviano Alvim e Porphyrio da Paz. Esse projeto encaminhava à votação da Assembléia Legislativa a criação do município de São Caetano do Sul, entre outros. Devo a preciosidade dessa cópia ao meu saudoso amigo Antônio Sylvio da Cunha Bueno que, em 29 de Junho de 1978, solicitou à Assembléia Legislativa que me remetesse esse documento.

Junto da exposição de motivos e da minuta do projeto de lei, que foi aprovado pelo Presidente da A. L., Lincoln Feliciano, e encaminhado ao Governador Adhemar de Barros, que o converteu na Lei nº 233, encontram-se duas emendas. Uma do deputado do PTB Cunha Lima, que pretendia manter São Caetano como sub-distrito, como já referido, e outra que foi assinada por Gabriel Migliori e outros deputados, a maioria da Comissão de Estatística. Cunha Bueno é o segundo signatário e sua data é 14 de Dezembro de 1948, dez dias antes da promulgação da Lei nº 223, que referendava os novos municípios, incluído o nosso.

O teor dessa outra emenda refere-se ao nome oficial que tomaria São Caetano e era nestes termos: *Retifique-se para "SÃO CAETANO DO SUL" o nome do município de São Caetano. Justificação: Já existe, em Pernambuco, unidade administrativa com o nome de São Caetano. O acréscimo "do Sul", impõe-se como elemento discriminador, tendo em vista dispositivos da legislação federal disciplinadores da matéria.*

Relativamente ao assunto, Luiz Rodrigues Neves, meu colega de *Jornal*, curiosamente, escreveu na revista "Raízes" de Outubro de 1998, página 69: *Depois de promulgada a Lei, o deputado Cunha Bueno telefonou-me e disse para eu escolher, em 30 minutos, se queríamos ser São Caetano do Sul ou São Caetano Paulista, porque em Pernambuco já havia um município chamado São Caetano. Fiz uma consulta rápida com uns dez líderes autonomistas, e optamos por São Caetano do Sul. Será que ainda haveria tempo de uma mudança para São Caetano Paulista ?*

Promulgada a Lei nº 233

Finalmente, para a felicidade geral do povo sancaetanaense, sai a tão aguardada Lei nº 233, que oficializa o município

de São Caetano, com o acréscimo "do Sul". Era a edição de vinte e cinco de Dezembro de 1948, que dava este presente de Natal para seus leitores:

O longo ano de lutas que foi 1948 culminou felizmente nesse monumental êxito que foi a criação do Município de São Caetano do Sul. Os anseios guardados pelos corações sancaetanenses durante tantos anos, a estafante luta travada contra inúmeros fatores e um adversário profundamente desleal, tudo isso constitui o impressionante monumento que o povo de São Caetano hoje pode erguer orgulhoso no alicerce soberbo de sua autonomia municipal.

O monumento que prognosticamos nessa publicação foi construído 50 anos depois, pela Prefeitura Municipal, na avenida Goiás, entre as ruas Espírito Santo e Manoel Coelho, e inaugurado em 24 de Outubro de 1998.

A referida edição de Natal de 1948 trazia também detalhes da tramitação da Lei Qüinqüenal na Assembléia Legislativa, entre os quais a emenda, já citada, que pretendia manter São Caetano como subdistrito:

A segunda discussão do projeto da Lei Qüinqüenal da Assembléia Legislativa centralizou nos primeiros dias de Dezembro as atenções da população de Tijucuçu. Todos acompanharam aflitos o desenrolar dos trabalhos. É que, sub-repticiamente, o PTB, a bancada getulista da Câmara Estadual, com a honrosa exceção do major Porfírio da Paz, arquitetara mais um golpe traiçoeiro contra nossa autonomia. Introduziu o deputado Cunha Lima uma emenda supressiva, visando manter São Caetano na condição de 2º sub-distrito da cidade de Santo André. É a emenda 104 que manteve os sancaetanenses em estado de alerta até o último momento da batalha. Quando foi a votos, contudo, lá vimos o espírito democrático dos paulistas vencer a batalha, esmagadoramente, reduzindo o grupo de deputados inimigos de São Caetano à sua ínfima expressão. Contra os 41 votos que mantiveram o município de São Caetano do Sul, apenas os seis votos dos falsos trabalhistas se opuseram.

À primeira vista, pode parecer repetitiva a menção à emenda, que os adversários da autonomia de São Caetano pensaram em anexar à Lei Qüinqüenal, eternizando São Caetano como subdistrito. Tratava-se naquele momento de uma luta sem tréguas para alçar São Caetano à condição de município. Uma pequena emenda colocada à última hora derrubaria todos os so-

nhos de uma população. Daí a ênfase que quisemos dar ao tema ao longo deste capítulo. Era um detalhe que o jornal soube captar na cobertura dos trâmites legislativos para a criação da nova estrela municipal do ABC.



O Governador Adhemar de Barros recebeu os autonomistas de São Caetano do Sul - Acervo: Fundação Pró-Memória

Cartão de ouro para Adhemar de Barros

Uma vez promulgada a referida Lei nº 233, era a hora dos agradecimentos. Lá se foi uma comitiva até o Palácio do Governo Estadual. Tratava-se de matéria da edição de 9 de Janeiro de 1949, a primeira daquele ano, a primeira do Município de São Caetano:

Rejubilosos com a promulgação da Lei Quinquenal, que, entre outros, criou o município de São Caetano do Sul, uma Comissão de autonomistas rumou de nossa cidade para o Campos Elíseos, na tarde do último 24 de Dezembro. É verdade que era desejo tributar uma manifestação de apreço ao Governador quando da assinatura daquele diploma legal. Em virtude, porém, da antecipação inesperada da sanção do snr. Adhemar de Barros à lei aprovada pela Assembléia, decidiu-se realizar a homenagem posteriormente.

O governador demonstrava tratamento oposto ao apresentado pelo prefeito de Santo André: *Recebidos com muita distinção no Palácio do Governo, os autonomistas sancaetanenses foram introduzidos numa das salas da Casa Civil do Governador, onde ficaram aguardando a chegada de S. Excia. Saudando os visitantes, o presidente do Estado manifestou a todos a sua satisfação em receber a demonstração de carinho que lhe era feita. Sentenciou que, como que numa homenagem de justiça a São Caetano e outros territórios importantes, é que apusera sua sanção à Lei Qüinqüenal. Não faria, não fosse essa circunstância, isso porque se havia justiça nesses casos, injustiças gritantes se cometiam em relação a outros lugares do Estado ou pela desconsideração do resultado dos plebiscitos, ou pela inconveniência da criação de novas unidades. Se vetasse a Lei, todavia, todos seriam prejudicados, e entre essa alternativa e a de fazer justiça a alguns territórios, optou pela hipótese mais honesta, ou seja, a última.*

A seguir, foi entregue ao Governador um cartão de ouro: *Coube ao vereador Antônio Dardis Neto, em seguida, oferecer ao Sr. Governador, em nome da Sociedade dos Amigos de São Caetano, um cartão de ouro, no qual essa entidade manifestava seu agradecimento pela aprovação do estatuto qüinqüenal.* (JSC, 9 de Janeiro de 1949)

Festa no arraial: inaugurado o município

Após as festas natalinas, celebradas de coração jubiloso, vinha a inauguração da nova unidade municipal, conquistada com muita união e sofrimento: *De acordo com a disposição da Lei Qüinqüenal, a 1º de Janeiro de 1949, em todos os novos municípios, dever-se-ia realizar a solenidade de sua inauguração oficial. O ato seria presidido, no caso de São Caetano do Sul, pelo Prefeito de Santo André ou um seu representante [...] Para cá mandou o snr. Prefeito Antônio Flaquer, como representante, o Sr. Carlos Pezzolo, que orientou os trabalhos oficiais.*

Era o momento de agradecer a Deus pelo benefício da autonomia e o palco do agradecimento foi a Igreja Matriz, com padre Êzio Gislimberti à frente, de quem os sancaetanenses recebiam assistência nos momentos difíceis.

Antes do ato solene, por iniciativa da Sociedade dos Amigos de São Caetano, foi oficiada missa de ação de graças pela

vitória do movimento autonomista, na Igreja Matriz de nossa cidade. À cerimônia religiosa compareceu elevado número de pessoas. O vigário da Paróquia, pronunciou vibrante sermão, destacando o valor do feito e exortando a população a trabalhar pelo progresso do novo município.

Encerrada a cerimônia religiosa, segue-se a cívica: Cerca de 10 horas, após queima de inúmeros rojões e de uma bateria de 21 tiros, o Sr. Carlos Pezzolo, cumprindo o dispositivo legal, abriu os trabalhos, realizados na Agência da prefeitura, à Rua Pará, esquina de Rio Grande do Sul. Esclarecendo que, pela solenidade em curso, estava oficialmente inaugurado o município de São Caetano do Sul, o presidente terminou em seguida sua oração, pondo a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso.

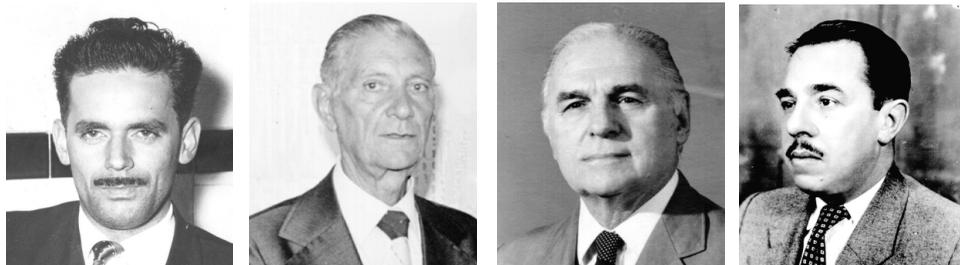
O porta-voz da SASC: O Prof. José Bonifácio Fernandes falou em nome da Sociedade Amigos de São Caetano - SASC, como Presidente da Mesa das Assembléias Gerais dessa entidade, e pôs em relevo a extraordinária significação do acontecimento, manifestando sua satisfação pela consumação do ideal mais acarinhado pela gente do Tijucuçu.

A seguir fizeram uso da palavra o deputado Gabriel Migliori e o deputado Porfirio da Paz. No final dos trabalhos, chegou e assinou o livro da ata o deputado Antônio Sylvio da Cunha Bueno, intensamente ovacionado. Junto com Cunha Bueno estava Benedito de Arruda Vianna, consultor jurídico da Comissão de Estatística e grande amigo de São Caetano.

A saga dos vereadores autonomistas

Com a realidade de dois municípios, São Caetano do Sul desprendendo-se da tutela de Santo André, ocorreram dificuldades que, através de bom senso, poderiam ter sido facilmente superadas. Mas os inimigos da autonomia de São Caetano exploraram as providências iniciais da nova realidade, com exasperação inusitada, cometendo injustiças. Por ora, enquanto não se instalasse a estrutura funcional do novo município, a Câmara de Santo André teria de conviver com vereadores eleitos por São Caetano, vários deles ativos autonomistas. Antônio Flaquer e seus comandados não tornaram fácil a vida desses vereadores, apoquentando-os de várias formas e finalmente cassando seus mandatos.

No entanto, os vereadores de São Caetano, fiéis à orien-



Anacleto Campanella, Lauro Garcia, João Dal'Mas e Antônio Dardis Neto - Acervo: Fundação Pró-Memória

tação de Antônio Flaquer, tiveram seus mandatos conservados. Era a consumação do ditado: aos amigos tudo, aos inimigos a lei. Mesmo que os vereadores cassados fossem reconduzidos por mandado de segurança, os ânimos estiveram bastante acirrados pela manifesta parcialidade. Era o tema trazido pela edição do JSC de 22 de Janeiro de 1949:

A Câmara Municipal de Santo André ocupou mais uma vez a imprensa paulistana com uma atitude de triste notoriedade. Como que estigmatizada desde a inauguração de seus trabalhos pelo ferrete da usurpação, por não caminhar ao lado do povo, que teoricamente, representa. Persiste num divórcio suicida.

O que observamos neste caso da cassação dos mandatos dos vereadores autonomistas foi pouco mais que a confirmação cabal do que estamos afirmando. Resvalou a edilidade no plano inclinado de que sua maioria tanto parece gostar.

Por que só os vereadores autonomistas foram cassados e os outros, não, era a questão crucial: *Ademais repousa flagrante o interesse e caráter nitidamente políticos dessa cassação de mandatos, na unilateralidade de seu alcance: atingiu apenas aos vereadores residentes em São Caetano, mas adversários do prefeito de Santo André e autonomistas. Os demais, longe de serem atingidos, foram antes chamados a colaborar na consumação do atentado à representação popular.*

Os edis cassados eram Anacleto Campanella, Lauro Garcia, João Dal'Mas e Antônio Dardis Neto, cujas fotos fizemos questão de ostentar em nossa edição, para que São Caetano do Sul os conheçam. Eles reaparecem neste livro, numa justa homenagem pelo seu trabalho parlamentar exercido em ambiente bastante hostil. No entanto, devemos dizer, a bem da justiça, que vários vereadores de Santo André tiveram comportamento exem-

plar nesse triste episódio da cassação. Aludimos às figuras de Alfredo Maluf e principalmente do dr. Sylvio Franco, vereador trabalhista da Câmara de Santo André, que fez a seguinte declaração de voto na comissão de justiça:

Quando esses vereadores sentiram que o povo de S. Caetano, aproveitando-se do ensejo que lhe oferecia a Lei Qüinqüenal ia pleitear a sua autonomia, não puderam deixar de comungar na luta para a conquista dessa aspiração. Comportaram-se então esses legítimos representantes do povo como fiéis mandatários e se assim não o fizessem, então sim teriam sido traidores.

Nobres colegas, Lauro Garcia, João Dal'Mas, Anacleto Campanella e Antônio Dardis Neto, antes que vos afasteis deste recinto que honrastes com a vossa presença e de onde uma resolução ilegal e violenta acaba de vos expulsar, devo dizer-lhes que até aqui sempre cumpristes o vosso dever, com dignidade, inteligência e dedicação à causa pública. E que não saís daqui como réus de nefando crime; mas sim aureolados como heroes da defesa dos interesses do povo que vos elegeru.

Nobres Colegas, Lauro Garcia, João Dal'Mas, Anacleto Campanella e Antonio Dardis Neto, ao despedir-me de vós, meus dignos companheiros, permiti que vos não diga adeus, mas apenas até logo! Porque sei que em breve voltareis a este recinto, trazidos pela Justiça Eleitoral que vos saberá restituir o mandato que recebestes do povo e que acabam de vos roubar.

O vaticínio de Sylvio Franco realmente se concretizou. Os quatro edis voltariam à Câmara por força de mandado de segurança, expedido pelo TRE - Tribunal Regional Eleitoral. Mas isso não era indício de paz. As provocações eram constantes e eles dificilmente conseguiam falar ao microfone. Do episódio da reentrada dos vereadores cassados na Câmara andreense, Wilson Loducca faz um relato em seu livro *São Caetano - De Várzeas Alagadiças a Príncipe dos Municípios*, pág. 206:

O mandado foi concedido, os quatro voltaram a suas cadeiras, acompanhados pelo povo de São Caetano que estava lá, dando apoio a seus representantes. A Câmara estava superlotada e muitas vezes os investigadores do Departamento de Ordem Política e Social -DOPS - intervieram para "manter a calma". Freqüentemente havia discussões acirradas que chegavam à beira do enfrentamento entre vereadores "contra" e os sancaetaneneses que lotavam as gerais.

Foi nesse clima de guerra que o vereador João Dal'Mas

fez bela peça de oratória em defesa de si e de seus colegas reintegrados, chamados de traidores por colegas mais extremados. Extraímos parte de seu discurso naquela casa, cuja íntegra publicamos na edição do dia 10 de Março de 1949:

Trabalhei em prol da Coletividade Andreense porque muitos projetos de lei aprovei em seu benefício, como bem pode fazer prova os anais desta Casa. Fui contrário ao subsídio me debatendo contra o mesmo com ardor, por considerá-lo ilegal e infringente ao artigo 3 da Lei Orgânica dos Municípios. Pergunto agora aos meus colegas que se dizem defensores de Santo André: é legal o subsídio aprovado por esta Câmara? Não, meus senhores, não o é.

Fazendo um parêntesis, faz-me este momento lembrar as palavras de um tratadista e filósofo francês: Jacques Maritain, que num de seus famosos livros intitulado “Os direitos do homem”, disse que o progresso das cidades vizinhas e o desenvolvimento econômico dos municípios limítrofes dependem da Amizade Cívica. Mas esta Amizade tão sadia, tão profícua, infelizmente nesta Augusta Câmara foi deturpada e substituída pelo capricho vaidoso e mesmo pela ignorância de certos vereadores. E isto não é ser traidor de Santo André? Se os meus nobres colegas continuarem com essa luta inglória, não tão somente o futuro município de São Caetano do Sul sofrerá as graves conseqüências, mas também o nobre município de Santo André e ainda digo mais, a nossa própria Pátria que tanto amamos e veneramos.

A eloqüência dos vereadores sancaetanenses cassados nessa oportunidade infeliz é, segundo eu penso, uma grande lição cívica. Se aqui reproduzi trechos dela, é porque nos dias atuais ainda têm o seu mérito e atualidade. São Caetano, como qualquer outro município, pode beber nela uma inspiração constante para superar desafios em prol do bem comum. A saga dos vereadores de São Caetano em Santo André, ao tempo da autonomia, é um dos memoráveis capítulos da nossa história.

Eleições na SASC: tumultuadas

Como se percebe, os momentos imediatamente anteriores às primeiras eleições dos governantes municipais do novo município foram muito agitados. Também no seio da própria Sociedade Amigos de São Caetano - SASC ganharia desfecho um drama que por muito tempo vinha se prolongando. Dentre os

autonomistas, figurava o dentista José Homem de Bittencourt, que certamente alimentava a força da autonomia, mas, aparentemente, segundo o juízo de vários autonomistas, seria em termos de outros interesses. Ele almejava, de acordo com comentários que surgiram logo após a promulgação da Lei nº 233, se tornar o líder de um grupo ligado a Antônio Flaquer. Como já referimos anteriormente, os autonomistas tiveram um erro de percepção, que agora tentavam consertar. O erro de percepção era o de não ter vislumbrado as reais intenções de alguns amigos que faziam o jogo político da autocracia de Santo André, contrários à autonomia.

No caso atual, embora soubéssemos de sua luta pró-autonomia, não víamos em José Homem de Bittencourt todas as qualidades que sabíamos serem necessárias para enfrentar, de igual para igual, os inimigos da autonomia e o próprio prefeito de Santo André. Qualidades que nós víamos nitidamente no íntegro Ângelo Raphael Pellegrino. Não podíamos cometer novo erro de percepção. A lição tinha sido muito dura, porque, no caso já comentado, tínhamos de conviver com o adversário da autonomia nas entranhas da própria SASC, sociedade criada para encabeçar a campanha autonomista de São Caetano. E isso exigiu de nós muita perspicácia e paciência.

Para resumir, não podíamos permitir novamente a eleição do atual presidente da Sociedade, para não expor a novo perigo a frágil nau da nascente autonomia, que certamente seria enfraquecida com dois ou mais candidatos. A reeleição de Bittencourt punha em risco uma candidatura única, pois ele lutaria pela sua. A edição de vinte e dois de Janeiro estava atenta a esse pormenor:

Confirmaram-se inteiramente nossas previsões referentes ao pleito do último dia doze [Janeiro], em que se disputou a direção da Sociedade dos Amigos de São Caetano. Até mesmo a suspeita de que se tramava um golpe político, destinado a apossar-se da entidade, cuja fundação patrocinamos. Certo, porém, é que grande número de pessoas se acumulava naquela quarta-feira nos salões do São Caetano E.C.

Notavam-se entre os presentes inúmeros elementos alheios aos quadros sociais e pertencentes em maioria esmagadora ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB local. Foi com surpresa, no entanto, que, apesar disso, viu-se o Sr. José Homem de Bittencourt, chefiando esse grupo, com o deliberado intuito de reeleger-se, tanto o provando as chapas que circulavam impressas tipograficamente e

encabeçadas pelo mesmo.

Bittencourt, que havia assumido a presidência devido à desistência do presidente e do seu 1º vice, tenta colocar novos sócios na Sociedade, no caso o grupo de petebistas de Antônio Flaquer, para reforçar a sua reeleição. Mas os autonomistas agiram dentro dos limites do regulamento. Foi apresentado um ofício à mesa para admitir novos sócios, de última hora, os petebistas, à Assembléia Geral. Foram então levantadas questões estatutárias: a admissão de sócios era assunto de diretoria, não de Assembléia. E o assunto só podia ser ventilado no último item da ordem do dia: outros assuntos de interesse social. Por insistência, o assunto foi votado democraticamente, mas foi decidido que só podiam votar os sócios atuais e quites com a sociedade. E esses decidiram colocar a admissão de novos sócios para o final da sessão.

Essa resolução eliminava integralmente a possibilidade de reeleição, eis que, por força de suas últimas atitudes tinha referido senhor perdido a confiança de seus amigos da SASC, restando-lhe como única esperança a possibilidade de os elementos petebistas votarem. Como as propostas desses senhores seria apreciada após as eleições, não poderiam votar. Assim desapareceram as últimas esperanças de reeleição.

Manifesto esclarecedor

A despeito de não ter conseguido se reeleger presidente da SASC, quarenta dias depois, José Homem de Bittencourt lançou um manifesto que deixou clara a sua posição. O seu desejo era que a SASC apoiasse o candidato do prefeito de Santo André. Esse documento se encontra no Museu Municipal de São Caetano do Sul e tem o seguinte teor:

Trabalhadores de São Caetano do Sul. A escolha de José Luiz Flaquer Neto para prefeito é a que corresponde verdadeiramente aos altos interesses do proletariado.

Os diretórios de todos os partidos locais oficialmente pediram a autonomia de São Caetano do Sul à Assembléia Legislativa do Estado, inclusive o Partido Trabalhista Brasileiro.
(sic)

José Luiz Flaquer Neto não exige coligação de partidos - apenas confia na vontade soberana do povo - assim respondeu quanto certos autonomistas, fora da orientação da Sociedade

Amigos de São Caetano lhe ofereceram a futura prefeitura de São Caetano do Sul, com a condição de obterem a sua adesão ao movimento, menosprezando a vontade popular !...

José Luiz Flaquer Neto e os vereadores trabalhistas jamais se elegerão através da proteção dos tubarões que veladamente custearão as despesas dos candidatos afim de posteriormente exercerem ação indireta na Câmara Municipal.

Votar, pois, em José Luiz Flaquer Neto é desejar ver solucionados os problemas de INSTRUÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL e SANEAMENTO de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, 22 de Fevereiro de 1949. (a) José Homem de Bittencourt, PRESIDENTE DA S. A. S. C. no Exercício de 1948 A firma está reconhecida em cartório. Mantive a grafia do original e alguns erros de concordância não foram corrigidos.

Consolida-se candidatura de Pellegrino

Felizmente, na eleição de 12 de Janeiro de 1949, para a presidência da Sociedade Amigos de São Caetano, foi eleito o Prof. José Bonifácio Fernandes, um cabo de guerra de muita qualidade para a sedimentação dos propósitos da autonomia. Com isso, a SASC trabalharia unida, com determinação, em torno da candidatura da coligação partidária: Ângelo Raphael Pellegrino. Tínhamos de trabalhar com pessoas imbuídas de sentido cívico, que colocassem o interesse comum acima de suas ambições particulares. Foi com pessoas desse perfil que a autonomia foi coroada de êxito. E tais pessoas, a nosso ver, servem de exemplo, não só para nossa comunidade política, mas também para qualquer outra que queira paz e progresso.

A autonomia corria em bons mares, embora ondas de certa força ainda quisessem fazer naufragar a nova nau autônoma. A persistência em manter um candidato único, com pleno apoio do JSC, foi essencial para os passos, ainda um pouco hesitantes, do novo município. O capitão dessa nau era o candidato único da coligação da grande maioria dos partidos: Ângelo Raphael Pellegrino. Sua eleição seria a consolidação da criação do município de São Caetano do Sul em bases consistentes. Demorara a autonomia. Urgia fazê-la solidamente.

Capítulo VIII

Eleições para um radioso futuro

O plebiscito estava consolidado por lei, a Lei Qüinqüenal, como vimos. Agora, o município de São Caetano do Sul podia tomar as iniciativas de sua própria administração. E isso começava através de eleição de seus mandatários políticos. O nosso candidato de uma coligação partidária estava já indicado. Comícios e carreatas entraram pelas ruas a todo vapor. O *Jornal de São Caetano* acompanhava esse despertar cívico do novel município, pregando a união, alertando para as manobras dos adversários da autonomia. O papel subalterno da cidade tinha de ser ultrapassado. Assim, eleger um prefeito e uma Câmara à altura dos destinos da nova entidade autônoma era uma tarefa histórica, da qual o JSC não declinou.

Para enfrentar nosso candidato de coligação, Ângelo Raphael Pellegrino, Antônio Flaquer impõe, como candidato adversário, seu sobrinho, o médico José Luiz Flaquer Netto. Isso criou mais motivo de desassossego para o povo sancaetanense. Em outras palavras, o prefeito de Santo André, mais uma vez, tentava anular a autonomia, à sua maneira, impondo um candidato de sua confiança, para ter controle sobre o distrito recém-emancipado.

Mas nossas orientações, à primeira vista personalistas, tinham por fim exclusivo salientar a busca do bem comum através

de candidatos preparados que trabalhassem por ele, em São Caetano do Sul, acima de interesses particulares. Nossas reportagens e editoriais confirmavam essas intenções, amparadas em ideais e princípios políticos. Nessa reta final da maratona da autonomia, eles é que deviam triunfar, cruzando as faixas os candidatos mais capazes e devotados à causa comum.

Enfim, o *Jornal* teve essa alegria, cultivada em meio a trabalhos e muitos dissabores. Ele comemorava com o povo a vitória do candidato da coligação partidária. Reproduzo aqui, neste capítulo, generosos trechos de nossa cobertura jornalística sobre o espetáculo das eleições e a subsequente posse do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino e da Câmara de Vereadores eleitos. Era uma alegria, sem mescla, de uma liberdade radiosa que acabara de chegar.

Orientação final

Na edição de doze de Fevereiro de 1949, a tônica era de convite para uma votação coerente com o bem comum do novo município: A autonomia somente será complementada com a eleição de um prefeito à altura de São Caetano do Sul. E, pensando como todos desse modo, iniciamos o movimento autonomista tendo em mira a indicação do nome daquele ilustre engenheiro para 1º prefeito de nossa cidade. Nada mais natural, portanto, que o apoiemos a essa altura, fiéis ao sentimento autonomista que sempre nos animou. Se tudo isso não bastasse, a simples certeza que temos de, por essa forma, estar servindo a São Caetano do Sul, impelir-nos-ia a tal situação.

Fazíamos questão de lembrar, nessa edição, as qualidades que deviam possuir os membros da futura Câmara: O vereador deve ser a combinação ideal da honestidade com a capacidade. Insistimos nesse ponto, porque temos à nossa frente, todos os dias, a conduta dos vereadores santoandreenses. Na edilidade do agora vizinho município, à falta de capacidade de quase todos, junta-se desgraçadamente a ausência de honestidade. Traíram os edis de Santo André os votos de seus eleitores, aprovando várias monstruosidades, entre as quais se incluem forçosamente os próprios subsídios.

Era a esses subsídios que João Dal'Mas se referira em seu discurso na Câmara de Santo André. Os subsídios ou paga-

mentos aos vereadores, nos termos da lei vigente à época, eram ilegais, porque as rendas de Santo André não chegavam a 25 milhões de cruzeiros. Conforme estatuiu a Lei Orgânica, essa era a renda mínima, a partir da qual era permitido remunerar vereadores em qualquer município do país. Os subsídios, embora ilegais, eram uma maneira de cooptar os vereadores aos interesses do prefeito Antônio Flaquer, entre os quais impedir a autonomia de São Caetano.

Na falta de uma chapa única para os vereadores, salientávamos nós, outras vantagens deveriam sobressair. Era o nosso argumento na edição de dezenove de Fevereiro de 1949:

Em nossa opinião, julgamos que qualquer que seja o partido majoritário dentro da nossa edilidade, uma coisa deveria ser feita e poderia até ficar desde já assentada. Já que não foi possível a apresentação de uma chapa única, julgamos que deveria ser feito um acordo entre os principais partidos para que houvesse harmonia e muita disposição para o trabalho. Se os nossos vereadores conseguirem se compreender, estiverem dispostos a trabalhar e colocarem acima de questões pessoais os importantes assuntos que temos a resolver, acreditamos que alguma coisa de útil possa ser feita. Mas, em caso contrário, não sabemos o que acontecerá. Exemplo frizante possuímos aqui bem perto, onde conseguiu a Câmara, em um ano apenas, dar mostras de não se interessar um pouquinho que seja pelo povo que elegeu os seus componentes.

Outro desejo não possuímos senão o de ver a futura Câmara Municipal de São Caetano do Sul, composta de 21 sancaetanenses honestos, probos, capacitados, trabalhadores e bem intencionados.

Uma vez que nossa autonomia tinha demorado para chegar, pelo menos ela deveria ser exercida de uma maneira dignificante e conforme o interesse comum, dentro de um padrão bem mais elevado que aquele que víamos ao nosso redor.

A imprensa paulistana não estava alheia ao que se passava nos arraiais de Tijucuçu. A mesma edição de 19 de Fevereiro trazia opinião emitida por aqueles dias em *O Correio Paulistano*: *Logo que se conheceu o resultado do Plebiscito ali realizado, formou-se uma Coligação de todos os partidos, com exceção do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a qual indicou, depois de diversos entendimentos, o nome do sr. Ângelo Pellegrino para o posto de prefeito.*

Há três dias os integrantes do diretório municipal [PTB] se reuniram e indicaram, menosprezando as recomendações superiores, o nome do Dr. José Luiz Flaquer Netto, sobrinho do atual prefeito de Santo André, um dos elementos que mais se destacaram na luta contra a autonomia de São Caetano.

Tendo conhecimento da resolução do diretório o deputado Porfírio da Paz, presidente da Comissão Executiva Estadual, esteve em São Caetano do Sul, onde, na presença do candidato e daqueles que apresentaram seu nome, fez um verdadeiro comício apontando as falhas da indicação do sr. Flaquer, ao qual fez sérias restrições de ordem política e acentuando que persistir nessa candidatura seria levar o partido para uma derrota.

As previsões de Porfírio da Paz acabariam por se concretizar. Mas, diante da coligação que tínhamos conseguido formar, qualquer candidato adversário estaria fadado a perder as eleições. O que o deputado Porfírio da Paz queria era um pleito equilibrado, com um candidato mais talhado para a ocasião, mais ligado, por exemplo, às causas trabalhistas, num reduto predominantemente de operários, o que não era o caso do médico Dr. Flaquer Netto.

Vitória de Pellegrino

Nosso Jornal, que apoiara decididamente a autonomia, estava a postos nas eleições de Março. A mostra desse trabalho pode ser vista na edição de dezenove de Março de 1949: A 13 de Março, São Caetano do Sul, jogou a cartada decisiva de sua existência livre. Tratava-se de confirmar, de certa forma, o resultado do plebiscito. Diriam as urnas se valera a pena lutar pela nossa emancipação política, ou se, para a maioria, aquela nobre campanha não fora mais que mero expediente para satisfação de emoções primárias. Nesse ambiente de expectativas viramos as primeiras horas do último domingo.

Desde cedo começou o ativo trabalho dos cabos eleitorais. Não eram ainda oito horas e os carros de ambas as grandes facções, a que apoiava Ângelo Raphael Pellegrino e a de seu opositor, se encontravam a postos para o transporte dos eleitores. As seções por outra parte estavam instaladas, notando-se grande disposição e boa vontade dos que foram chamados a exercer atividades nas mesas eleitorais.



O povo festeja a vitória de Pellegrino
Acervo: Fundação Pró-Memória

O clima do fim de eleições também era comentado: *Depois de horas, na avenida Conde Matarazzo começou um interessante espetáculo. O carnaval das cédulas. Toda aquela infinidade de papel, até minutos antes distribuída com tanto cuidado, foi destruída impiedosamente. Montes e montes de cédulas eram arremessadas ao ar, forrando na queda a artéria principal da cidade. Concomitantemente, adeptos da candidatura Pellegrino reuniram-se defronte ao ponto de ônibus para Santo André e começaram manifestações de júbilo antecipadas pela vitória do dr. Pellegrino, ao mesmo tempo que vaiavam os carros que haviam trabalhado para o sobrinho do prefeito de Santo André, à sua passagem pela rua.*

Os adversários intentaram um contra-movimento com vivas a Flaquer e vaias a Pellegrino, reunindo-se diante do cartório. Não houve tempo de ocorrer algum atrito porque o hábil policiamento, gerido pelo dr. Leopoldo Mendes da Costa, compareceu imediatamente, reforçado por piquete de Força Pública e garantiria a ordem pública.

Contagem de votos em São Paulo

Na segunda-feira cedo já era grande o número de sulsancaetanenses que se mostravam curiosos por conhecer o resultado do pleito. A apuração, entretanto, de acordo com o que havia sido anun-

ciado pelo Juiz, só teve início as treze horas desse dia. A essa hora dezenas de pessoas se encontravam na ex-biblioteca, à Rua 7 de Abril, na capital paulista, onde está instalado o Tribunal Regional Eleitoral, afim de tomar conhecimento dos primeiros resultados. Entre os presentes notavam-se adeptos de ambos os candidatos, inclusive o próprio candidato do PTB.

Logo no início verificou-se que o candidato da Coligação Autonomista venceria o pleito, uma vez que todas as urnas acusavam uma maioria de aproximadamente dois terços dos votos a favor do dr. Ângelo Raphael Pellegrino.

Terminada a apuração das doze primeiras urnas, às dezoito horas da segunda-feira última, retiraram-se os Juizes apuradores, para só recomençar no dia seguinte as nove horas da manhã. Nas primeiras doze urnas foram encontrados um mil quatrocentos e quarenta e nove votos para o candidato da Coligação e trezentos e setenta e nove para o candidato do PTB (...) Às nove horas da terça-feira, abertas as outras urnas, a proporção continuou sendo a mesma e assim foi, num mesmo ritmo, até aproximadamente dezoito horas quando, terminadas as vinte e quatro urnas restantes, verificou-se o seguinte resultado:

Ângelo Raphael Pellegrino 4.094 votos

José Luiz Flaquer Netto 1.017 votos"

Formados, assim, os dois poderes, executivo e legislativo, que dirigirão os destinos do novo município de São Caetano do Sul só resta manifestar a confiança que o povo tem de ver realizada uma administração sadia, honesta, eficiente e produtiva, pois afinal de contas, para isso foram gastos tantos esforços e tantos anos de luta. O povo desta localidade confia nos seus representantes e espera que eles não o decepcionem.

Posse dos vereadores e do prefeito

A edição de nove de Abril do JSC era uma edição de ouro, que dava ampla cobertura da posse das novas autoridades sulsancaetanenses, recém-eleitas para dirigir o município. A solenidade foi realizada num domingo, dia três de Abril de 1949. Uma nova história começava. O destino desta cidade dependia agora do desempenho dos novos eleitos. E a posse deles foi cercada de muita festa e pompa:

A natureza, que em nosso Estado é sempre fértil em sur-

presas, poderia ter-se mostrado mais amiga de São Caetano do Sul. Não o fez, porém. Tivemos um domingo feio, com ventos e chuvas desafiando a boa vontade daqueles que desejavam dar maior brilhantismo às solenidades cívicas que assinalavam a posse do prefeito e dos vinte e um vereadores. O tempo, entretanto, não foi fator suficientemente forte para empanar o brilho das festividades. Todos indistintamente, a partir das oito horas, principalmente crianças desde seis anos de idade, esqueciam a garoa que caía e se dirigiam para a Praça Comendador Ermelino Matarazzo, para de lá, do bairro da Fundação, sair em direção ao local onde se realizaria a missa campal.

Chegando o desfile à Praça Cardeal Arco Verde, iniciou o Padre Ezzio Gislimberti, vigário da paróquia local, a celebração da solene missa campal. No palanque colocado ao lado do altar, que foi improvisado defronte à porta principal da Igreja Sagrada Família, viam-se o prefeito eleito e os vereadores, além de outras autoridades locais. O sacerdote saudou os novos dirigentes desta localidade, exaltando a democracia e lembrando o quanto ainda deve ser feito em São Caetano do Sul.

O prefeito eleito, por sua vez, enfoca seu programa: Agradecendo a deferência dos sulsancaetanenses, por terem elevado sua pessoa a tão importante cargo, disse o Dr. Ângelo Raphael Pellegrino que reafirmava o seu firme propósito de lutar para que o programa apresentado fosse cumprido na íntegra.

*Ao final da cerimônia religiosa, Walter Thomé, nosso companheiro de *Jornal*, convidou os presentes a comparecerem à solenidade de posse, às quinze horas, no prédio da edilidade. São Caetano do Sul já é município. Desde as 15h10min., do dia três de Abril, quando ocorreu o empossamento de seus poderes legitimamente eleitos, está instalado o nosso município.*

Marco de uma grande jornada - a da primeira administração livre de São Caetano do Sul - a festa de domingo foi também um imponente espetáculo de civismo que dignificou a população.

Cerca de 15 horas, o recinto da Câmara Municipal de São Caetano do Sul estava inteiramente tomado, notando-se no plenário os convidados oficiais. Entre as personalidades presentes destacamos o Sr. Synesio Rocha, representante do Governador Ademar de Barros; o capitão Lafayete Moreira Frei, representante do prefeito da capital; o capitão José Moreira Cardoso, representante do Sr. Secretário de Segurança.

Entre os convidados destacávamos uma notável personalidade artística, a virtuose pianista Guiomar Novaes, acompanhada de seu marido. Guiomar era irmã de Acácio Novais, que assumiu vários compromissos políticos, como veremos a seguir.

O JSC estava presente a essa primeira fornada de políticos que ia assumir os destinos de mais uma unidade autônoma do Estado paulista:

Precisamente, às 15h10min. do dia 3 de Abril de 1949, debaixo de calorosa salva de palmas, o Juiz Plínio Gomes Barbosa anunciou que estava instalado oficialmente o município de São Caetano do Sul.

Imediatamente após, solicitou que cada vereador e, finalmente, o prefeito, fizessem entrega à mesa de seus diplomas, a fim de lhes ser dada a posse. Em meio a numerosas palmas, os edis chamados pelo Sr. Giacomo Garbelotto Neto - nomeado pelo Sr. Juiz, secretário dos trabalhos preliminares - compareceram um a um e, diante do magistrado, prestaram o juramento de fidelidade ao cumprimento do mandato popular. Dados como empossados os vereadores, passou-se à eleição da mesa que presidirá o trabalho do legislativo durante 1949.

(...) Assim, o Sr. Acácio Novais foi eleito presidente, cargo que disputou com o Sr. Jacob João Lorenzini. O Sr. Moises Chapaval foi eleito o 1º Secretário, derrotando o Sr. Lauriston Garcia. E, finalmente, o Sr. Mário Rades perdeu para o Sr. Vitório Marcucci, eleito 2º Secretário.

(...) O juiz Plínio Gomes Barbosa, em seguida, empossou em seus cargos os componentes da mesa, retirou-se logo após. Para acompanhar S. Excia., o Sr. Acácio Novais, já no exercício da Presidência, nomeou uma Comissão composta dos vereadores Luiz Rodrigues Neves, Antônio Dardis Neto e Jacob João Lorenzini.

Nomeia então o Sr. Presidente uma Comissão composta dos vereadores Conccetto Constantino, Alfredo Rodrigues e Olga Montanari de Mello, que introduz o Sr. Ângelo Raphael Pellegrino, prefeito eleito, a fim de prestar o compromisso de posse. A cerimônia é vivamente aplaudida, passando o Dr. Ângelo Raphael Pellegrino a tomar assento na Mesa.

Acácio Novais, na condição de presidente da Câmara, dá posse ao primeiro prefeito do município recém-constituído. A história de São Caetano tinha novos horizontes, um novo perfil. Começava um novo período histórico para um município que há muito tempo reunia as condições econômicas, políticas e sociais

para gerir-se sozinho, provendo as necessidades de seus cidadãos. O JSC soube entrever o momento propício para esse despertar autonomista e por ele lutou bravamente.

Jornal e SASC cumpriram sua missão

Felizmente, a fase do segundo subdistrito ficara para trás. A nova mentalidade política, que enfatizava a célula municipal como eixo da democracia, beneficiou São Caetano do Sul. E isso deveria transcorrer de um modo pacífico como um direito líquido e certo à nova unidade municipal. Não era bem assim. Os hábitos ditatoriais incrustados na vida política então vigente dificultaram ao máximo, a obtenção de status municipal para um dos municípios mais ricos do Estado, com grupos empresariais estratégicos ancorados em seus domínios.

Jornalzinho estudantil x semanário famoso

Hoje, ainda, me emociono e me surpreendo. O sonho deste menino que assistia a filmes de jornalistas. O jornalzinho estudantil que não vingou e, afinal, o quinzenário modesto que reuniu as forças vivas do município. A tese autonomista, encampada pelo *Jornal* e pela SASC - Sociedade Amigos de São Caetano, tinha sido vitoriosa com a eleição de um candidato que, antes de tudo, congregava os sancaetanenses em torno de uma autonomia afirmativa. Se a autonomia tardava a chegar, mais razão havia para torná-la eficiente e generosa a seu povo. A eleição do primeiro prefeito, obtida no bojo de uma forte coligação de partidos políticos, realizou esse sonho. São Caetano deixou as amarras do estaleiro. Estava pronto para navegar por si próprio.

A SASC - Sociedade Amigos de São Caetano, por nós fundada e, posteriormente, por nós convocada para liderar o movimento, tinha realizado sua meta principal. Após alguns anos, sem maiores desafios pela frente, deixou de existir. Mas teve um papel preponderante na concretização da autonomia municipal. A História certamente lhe fará justiça.

Da mesma forma, o *Jornal de São Caetano*, que dera plena cobertura para a criação e atuação da SASC, tinha-se desincumbido de uma tarefa histórica, por duas maneiras, primeiro ajudando na obtenção da autonomia; segundo, promovendo um can-

didato que, sem demérito para outros políticos nessa aurora municipal, consolidou as bases do novo município. Mais detalhes sobre a personalidade e obra de Pellegrino podem ser vistos nas páginas adiante.

Penitencio-me por me estender um pouco nos comentários sobre o primeiro prefeito de São Caetano do Sul. Julgo importante o registro, para a história de nossa cidade, de dados sobre quem foi o homem que o JSC batalhou para que ocupasse esse importante cargo nessa hora crucial para a sedimentação da



Ângelo
Raphael
Pellegrino

independência da cidade.

Ângelo Pellegrino, alicerce do novo município

O modestíssimo começo da administração não assustou o prefeito recém-eleito, Ângelo Rapahael Pellegrino. Uma pequena sala, com mesa, uma cadeira e um vaso de flores doados pela vereadora Olga Montanari de Mello.

Quando viu a cena, cercado de novos vereadores e muitos amigos, teve um momento de tristeza. Mas não era homem para desanimar. Uma de suas primeiras medidas foi mandar alguns fiscais, juntamente com os autonomistas Bruno Bisquolo e Júlio

Marcucci, a uma feira das proximidades para recolher taxas, que resultaram em soma humilde. Talhado por muitos desafios, esse era apenas mais um.

Pellegrino nasceu a 26 de Julho de 1891. Veio à luz em Jaqueira, distrito do município de Maraial, Estado de Pernambuco. Eram seus pais Francesco Pellegrino e Dominga Anunziata Masulo, italianos imigrados para o Brasil e radicados naquele Estado nordestino.

Em Recife, cursou o Ginásio Sagrado Coração de Jesus, dirigido pelos Padres Salesianos. Passou-se à Itália, terra de seus pais, em 1911, para continuar estudos no Instituto Técnico de Caserta, cidade próxima de Nápoles. Em 1915 entra na Universidade de Turim, mas permanece lá somente dois anos. Em função da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial contra a Áustria, sai da Itália e matricula-se na École D'Ingénieurs da Universidade Lausanne, Suíça. Nessa universidade, acaba se formando em engenharia eletromecânica. Era o ano de 1918.

Volta ao Brasil. Como em Pernambuco havia pouca oferta de emprego industrial, (Estado predominantemente agrícola), vai ao Rio, onde não encontra emprego. Dirige-se a São Paulo e é admitido na Companhia Nacional de Juta, no vizinho bairro do Ipiranga, como desenhista técnico e auxiliar de administração. Dessa empresa, passa à função de gerente da famosa Cerâmica São Caetano, após ser aprovado em disputa com outros 8 candidatos ao cargo. Permanece na Cerâmica de 1921 a 1922, ocasião em que a empresa passava para o comando de Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira.

Com Pedro Gianotti, seu cunhado, Pellegrino constrói, a partir de 1923, casas populares para operários em Campos do Jordão. Em 1925, assume, como titular, a Diretoria de Obras da Prefeitura de Amparo (SP). No ano seguinte está de malas prontas para São Caetano, donde não sairia mais. Pellegrino adquire ali, em sociedade com José Rossetti e outros sócios, vários terrenos. Neles, são rasgadas novas ruas, como a São Francisco, a Margarido Pires, Joaquim Nabuco, entre outras. Nesses arruamentos, são construídas centenas de casas de operários, que Pellegrino vende à base de prestações baixas.

É nesse empreendimento que aparece a sua face humana, que pode ser avaliada, entre outros, por este episódio. Na Revolução de 32, muitas famílias tiveram dificuldade em pagar as

prestações das casas. Pellegrino alonga os prazos, para que elas fossem liquidando aos poucos seus débitos e quitassem a casa de seus sonhos. Tal fato trouxe muito prestígio e popularidade para o engenheiro, que se tornou querido na cidade. Depois dessas construções, passa em 1926 para negócios de lavra de caulim e posteriormente de argila. Em 1957, já familiarizado com o ramo, funda em São Caetano, com José Rossetti e outros sócios, a Cerâmica Itabasil.

Ângelo Raphael Pellegrino começa a ser lembrado para prefeito do novo município de São Caetano, no bojo das iniciativas para construir o Hospital Beneficente de São Caetano, do qual foi o primeiro presidente, em 1947. Nas reuniões em favor da criação do hospital, prosperavam os ideais autonomistas para elevar São Caetano a município. E muitos se perguntavam nessas ocasiões se não seria ele o nome ideal para primeiro prefeito da nova unidade municipal acalentada.

Era tido como personalidade íntegra, de grande capacidade empresarial. Amante do trabalho. Fora o apoio dos autonomistas, outro fato veio corroborar a sua lembrança para o cargo. Uma pesquisa feita pela FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo dava conta de que Pellegrino era o preferido de todos os gerentes industriais locais para chefiar o executivo do novel município. Foi o próprio presidente da Fiesp na época, Morvan Dias de Figueiredo, que o avisou de que seria procurado pela SASC - Sociedade Amigos de São Caetano. Proposta: ser candidato de uma coligação suprapartidária, incluindo seis partidos. Para alegria dos líderes autonomistas, aceitou o convite e se elegeu com folgada margem de votos.

Mãos à obra

O novo prefeito conhecia de perto os problemas da população e enfrentou-os um a um. Altas arrecadações vinham para São Caetano do Sul, procedentes de uma industrialização crescente no pós-guerra. Esses recursos foram postos a serviço do novo município. Faltava luz elétrica em vários bairros, e Pellegrino providenciou novas linhas da preciosa energia. As principais vias de acesso receberam pavimentação, dando um aspecto mais urbano e estético à cidade.

Com o avanço das empresas na cidade, avulta o proble-

ma das habitações operárias. Em 1950, com a iniciativa do prefeito Pellegrino, cria-se uma lei de incentivos municipais para habitações populares até 60 m².

O problema da água era um dos mais cruciais. O município continuava a depender de Santo André, cujo abastecimento era insuficiente para as necessidades da nova unidade municipal. Pellegrino entrou em contato com os prefeitos de Santo André e São Bernardo, para estudar uma solução em conjunto, que demoraria. Fez então um acordo com São Paulo, pelo qual São Caetano do Sul receberia água por meio de uma ligação tubular com a adutora de Rio Claro. Mas essa ligação tubular exigia a construção de um tanque de cloração, custeado por São Caetano Sul e São Bernardo do Campo, que receberiam parte do fornecimento. Esse acordo foi feito e renovado várias vezes com o então secretário de Viação de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, mais tarde Governador do Estado. Isso não impediu Pellegrino de tentar soluções definitivas para o problema de água.

Na educação, também a iniciativa do primeiro prefeito se fez notar. Entre outras obras, três grupos escolares foram erguidos nos bairros. E as crianças pobres foram lembradas através de uma lei municipal que lhes fornecia bolsas de estudo.

Muitas obras de Pellegrino foram iniciadas em sua gestão e terminadas em gestões seguintes. O importante na sua gestão foi que todos os grandes problemas da cidade foram atacados, sem vacilações. São Caetano do Sul criava riquezas, mas tendo, agora, consciência de que elas redundavam em seu benefício. A austeridade de Pellegrino era notória. Deixou dinheiro em caixa para o Prefeito Anacleto Campanella, e um orçamento em torno de 43 milhões para o primeiro ano do segundo prefeito.

Harmonização da política local

A maior obra do primeiro prefeito de São Caetano do Sul, no entanto, estava consubstanciada nos três itens que apresentou no primeiro encontro político que teve, após o plebiscito. O seu item 2º era: "Harmonização da política local, com a conciliação de adversários e adeptos da autonomia". Esta foi uma obra humana que soube realizar com maestria.

Na montagem da sua equipe, incluiu algumas pessoas -



Inauguração do busto de Ângelo Raphael Pellegrino. Ano 1998

Acervo: Fundação Pró-Memória

técnicas recrutadas em São Paulo - e também elementos que trabalharam contra a criação do Município, logicamente, com predominância de autonomistas. Essa sua atitude fez com que os vereadores do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro não fizessem oposição ao seu governo. Elementos da chamada chapa preta, inclusive o candidato derrotado, Dr. José Luiz Flaquer Netto, voltaram a colaborar na construção do Hospital Beneficente São Caetano, fundaram juntos o primeiro Rotary Clube de São Caetano do Sul, enfim, as duas correntes se harmonizaram. Foi ótimo para a cidade, que continuou a crescer e demonstrou o acerto da criação do Município de São Caetano do Sul e da escolha do primeiro prefeito.

Dados pessoais

Ângelo Raphael Pellegrino era casado com a Sra. Nelly Guilhermina Akersson Pellegrino. Tiveram um filho, Ivo Pellegrino. (Químico e Advogado, casado com a Sra. Dalva Mattos Pellegrino, Ivo dedica-se à comercialização de matéria-prima para a indústria cerâmica). Com quase 100 anos de idade, Ângelo Raphael Pellegrino encerrou, em 1990, sua vida de muitos serviços prestados a São Caetano do Sul e ao ABC.

Capítulo IX

Ecoss da autonomia

Após a façanha da autonomia houve, de tempos em tempos, o esforço da comunidade de São Caetano do Sul em homenagear os Líderes Autonomistas e repensar os ideais do bem comum que eles defenderam. Assim, é justo dedicar um capítulo que abarque todo um leque de iniciativas desse gênero. Além de um trabalho histórico e jornalístico, trata-se de um ato de gratidão e de justiça aos responsáveis pela emancipação do subdistrito. E também de pedagogia para as novas gerações, que têm oportunidade de meditar nos bons exemplos de seus conterrâneos. Líderes não distantes, mas crescidos dentro do seu próprio meio comunitário.

Já no Jubileu de Pérola de 30 anos de autonomia, em 1978, houve muito festejo e, na época, estive engajado, com outros companheiros, em prestigiar a lista dos 95 líderes, homenageados com uma placa especial na Praça Cardeal Arcoverde. Os líderes vivos, na época em número de 63, seriam reunidos para uma sessão solene da Câmara Municipal em sua honra. Nessa ocasião, discurssei levantando algumas questões para a reta utilização da autonomia, até então, a meu ver, nem sempre convenientemente dirigida. Por ela eu tinha lutado e por ela eu zelava.

No auditório Santos Dumont, avenida Goiás, 1.111, o Prefeito Municipal realizou uma solenidade em 24 de Outubro de 1989 em comemoração ao 41º aniversário da Autonomia

Municipal. Na oportunidade entregou a cada Líder Autonomista uma Medalha de Honra ao Mérito e um Certificado *por sua dedicação e amor à Campanha Autonomista*.

Aos 50 anos de autonomia, em 1998, muitas festas efusivas foram realizadas em alusão ao acontecimento. Eventos pródigos em homenagens aos Líderes Autonomistas. Monumentos, missa de ação de graças, concertos sinfônicos e uma primorosa edição especial da revista *Raízes* foram algumas das maneiras com que o povo e as autoridades manifestaram seu júbilo pela emancipação de São Caetano do Sul.

A tentativa autonomista de 1928

Antes, porém, de dar desenvolvimento às homenagens dessas e de outras datas, bem como à listagem dos líderes, gostaria de tecer alguns comentários sobre a primeira grande tentativa de emancipar São Caetano, em 1928. Esses primeiros sancaetanenses não podem ser esquecidos. No entanto, embora reverenciemos seu esforço cívico naquela ocasião, fazemos restrições à participação quase nula de alguns deles na arrancada final do movimento vitorioso. É como se eles tivessem parado no meio do caminho.

Para comentar essa participação, valho-me de estudos de Ademir Médici, em seu livro *Migração e Urbanização - A presença de São Caetano na região do ABC*. Ele evoca aquele primeiro punhado de homens liderados por Armando de Arruda Pereira que, em 1928, organizou um movimento autonomista em São Caetano. E também comenta que alguns desses homens não engrossaram as fileiras na etapa final da autonomia.

Todos os nomes que fundaram o Centro Cívico de São Caetano faziam parte do Partido Independente Municipal (pró - autonomia). Dentre os nomes do novo partido, dois se colocavam na oposição ao movimento autonomista que saíria vitorioso 20 anos depois, em 1948: Antônio Fláquer e Francisco Massei. E o fiscal José Mariano Garcia Junior, seria claramente perseguido em 1928, mesmo com sua transferência de São Caetano para Ribeirão Pires, diz Médici em Migração e Urbanização, pág. 38.

A respeito do comportamento de Antônio Flaquer em 1948, julgo desnecessário repetir o que já tcomentei em capítulos anteriores. Em nenhum momento ele escondeu seus propósitos de

fazer malograr a emancipação de São Caetano, na condição de prefeito de Santo André. Nada a opor que tomasse uma posição contrária à independência do subdistrito. O que nós criticamos nele é sua maneira abrupta e abusiva de impedir a campanha autonomista e a contradição entre sua posição favorável à autonomia de São Caetano, em 1928, e sua obstinação contrária à mesma, 20 anos depois.

Francisco Massei posicionou-se claramente contra a campanha de emancipação de 1948. Seu filho, Oswaldo Samuel Massei, seguiu a posição do pai, tendo sido um dos defensores de Flaquer e da candidatura do seu sobrinho a prefeito nas eleições de 1949. No mesmo pleito foi eleito vereador na chapa do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, partido do candidato derrotado, José Luiz Flaquer Netto.

José Mariano Garcia Junior, citado por Médici, foi perseguido por sua adesão à autonomia em 1928. Isso não o impediu de incentivar seu filho, Lauro Garcia, que, como vereador em São André, lutou corajosamente pela independência de São Caetano. O mesmo aconteceu com as famílias de Matheus Constantino e Bruno Bisquolo. A posição de 1928 foi confirmada vinte anos depois, e seus filhos Concetto e Oswaldo, respectivamente, foram eleitos vereadores nas eleições de 1949.

João Rella, que também foi favorável à autonomia em 1928, dezanove anos depois, em Novembro de 1947, elegeu-se vereador com os votos dos sancaetanenses e, apesar de residir em São Caetano, no plenário da Câmara Municipal de Santo André votava e manifestava-se contra a criação do nosso município.

O que surpreendeu, no entanto, foi a atitude de Armando de Arruda Pereira, líder da tentativa autonomista de 1928. Quando o nosso Movimento Autonomista estava no auge, telefonei para o escritório da Cerâmica São Caetano, na Rua Boa Vista, capital, para falar com o antigo líder autonomista de 1928. Não fui feliz. Voltei a ligar várias vezes e consegui marcar um encontro, que só poderia ser no horário de almoço, porque sua agenda estava lotada. Horário bom para mim, pois permitia sair de meu serviço em São Paulo, na Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro, situada na Rua Florêncio de Abreu, 779, no horário de almoço e ir direto à entrevista.

Depois de aguardar um pouco, fui recebido em pé. Expliquei rapidamente o motivo da minha visita, expondo com bas-

tante entusiasmo o movimento autonomista em curso. Lembrei a sua participação na luta pela Autonomia em 1928 e pedi seu apoio para esta nova etapa que desenvolvíamos. Não houve reciprocidade. Respondeu que estava com muitos afazeres, agenda cheia e sem condição, portanto, de colaborar. Insisti. Talvez se pudesse usar seu nome no *Jornal de São Caetano*. Convidei-o a assinar o Livro de Ouro da autonomia. A nenhuma das solicitações acedeu o líder autonomista de 1928. E a reunião foi rapidamente encerrada.

Armando de Arruda Pereira ocupava, na época, a vice-presidência da Cerâmica São Caetano, fazia parte da diretoria do Sesi - Serviço Social da Indústria, tinha sido presidente do Rotary Internacional em 1940-41 e era muito citado na imprensa como um empresário de destaque. Foi prefeito da cidade de São Paulo, seis anos depois da efetiva Autonomia de São Caetano, em 1954. Urames Pires dos Santos, que ocupou cargos de gerência na Cerâmica São Caetano desde essa época, procurou justificar a atitude do seu então vice-presidente.

Urames declarou, em entrevista a Wilson Loducca, incluída em seu livro *São Caetano - De Várzeas Alagadiças a Príncipe dos Municípios* (Pág. 213), que industriais como Armando viam com simpatia o Movimento Autonomista de 1948: *Só não podiam aparecer muito, por causa das ameaças de represálias*. Mas ameaças de represálias houve também na primeira tentativa. Para nós, autonomistas, a atitude de Armando de Arruda Pereira souu estranha e não enalteceu a sua pessoa nem o seu passado de autonomista.

Independentemente do titubeio de alguns dos primeiros autonomistas da tentativa de 1928, na segunda e definitiva etapa da emancipação político-administrativa, é justo que sejam mencionados por seu desprendimento nessa causa comunitária e cívica em 1928.

A lista dos líderes autonomistas

Uma das primeiras preocupações nas homenagens prestadas aos líderes da campanha definitiva de 1948 foi fazer uma lista daqueles que dedicaram muito de seu tempo e atividade para levar avante o processo autonomista.

Dada a participação espontânea de muitos na campa-

nha vitoriosa da autonomia, de pouco cacique e muito índio, ficou difícil definir, com o tempo, aqueles e aquelas que se notabilizaram mais nessa luta. Mas havia continuamente a questão dos méritos da luta bem-sucedida. Ou seja, numa determinada hora, deveria surgir a lista dos autonomistas, dos líderes que ficariam gravados na memória coletiva, como os abolicionistas que prepararam a aurora libertadora dos escravos negros do país.

A essa participação popular eu me referi, na comemoração dos 50 anos de autonomia: *Durante dois ou três meses, diariamente, especialmente aos sábados, domingos e feriados, dezenas e dezenas de abnegados percorriam as ruas da cidade, batendo de porta em porta e colhendo as 5 mil assinaturas necessárias, cujas firmas teriam que ser reconhecidas em Tabela, para instruir o processo a ser entregue na Assembléia Legislativa de São Paulo. Foi uma verdadeira lição de civismo, ABC - Jornal do Povo (24 de Outubro de 1998)*

Em regra geral, foram autonomistas todos os 8.463 cidadãos que sufragaram o *sim* do plebiscito. Mas sempre paira a pergunta: quais foram os líderes, os promovedores da autonomia, aqueles que foram de casa em casa coletar assinaturas para o pedido da autonomia, que organizaram comícios, que arrecadaram dinheiro para as despesas do processo e de sua papelada, que estiveram nas reuniões da SASC para fazer frente aos antiautonomistas? Foi analisando essas participações mais efetivas na campanha de emancipação que se chegou à confecção de uma lista de nomes.

Resolução da Câmara Municipal

Para elaborar uma lista definitiva de líderes, a Câmara Municipal teve de tomar posição. O vereador Nicolau Delic solicitou providências para serem conhecidos os Líderes Autonomistas. O presidente da Câmara Municipal, Floriano Leandrini, assinou Portaria de 13 de Outubro de 1965, instituindo uma Comissão composta de Ângelo Raphael Pellegrino, Júlio Marcucci e JSC (representado por Luiz Rodrigues Neves, eu e Paulo de Oliveira Pimenta, este último, diretor da Câmara Municipal, representando o saudoso Walter Thomé), com o fim de produzir uma lista dos autonomistas mais atuantes.



Na praça Cardeal Arcoverde, a Prefeitura e a Câmara Municipal inauguraram, no dia 24 de Outubro de 1978, dentro do programa de festejos do Jubileu de Pérola do plebiscito, o Memorial Histórico aqui reproduzido. Transcrevemos abaixo os dizeres, aos quais se seguem os nomes dos 95 Líderes Autonomistas.

Homenagem aos Autonomistas

Pelo transcurso do JUBILEU DE PÉROLA do plebiscito de que resultou a emancipação político - administrativa da cidade, foi inaugurada esta placa, simbolizando o eterno reconhecimento das Autoridades e do Povo sancaetanense aos Líderes Autonomistas, que escreveram com o trabalho e o ideal a brilhante página da história do nosso município.

Dr. Raimundo da Cunha Leite, Prefeito Municipal. Dr. João Dal'Mas, Vice-Prefeito. Dr. Roberto Leandrini, Presidente da Câmara.

São Caetano do Sul, 24 de Outubro de 1978.

- + *Accácio Spachacquercia*
- + *Adhemar Pereira de Barros*
- + *Alfredo Malateux*
- + *Américo Cavallini*
- + *Anacleto Campanella*
- + *Ângelo Raphael Pellegrino*
- + *Antônio Caparrós Guevara*
- + *Antônio Dardis Netto*
- + *Antônio Ezequiel Lincoln Feliciano*
- + *Antônio Lojudice*
- + *Antônio Sylvio da Cunha Bueno*
- + *Antônio Paulo Silvestre*
- + *Arlindo Marchetti*
- + *Arnaldo Sigolo*
- + *Arthur Garbelotto*
- + *Auro Soares de Moura Andrade*
- + *Avelino Benedito Poli*
- + *Benedito de Moura Branco*
- + *Benedito Moretti*
- + *Bento Vellannes Regis*
- + *Bruno Bisquolo*
- + *Carlos Paez*
- + *Celso Wlademiro Marchesan*
- + *Claudio Perrella*
- + *Clodomiro Gusmão Rocco*
- + *Concetto Constantino*
- + *Décio Queiroz Telles*
- v Desirée Malateaux Netto*
- + *Ermelino Locoselli*
- v Ettore Dal'Mas*
- + *Fábio Vieira de Souza*
- + *Faustino Pompermayer*
- + *Fernando Piva*
- + *Firmino Garbelotti*
- + *Gabriel Migliori*
- + *Geraldo Benincasa*
- + *Geraldo Plates*
- + *Giacomo Garbelotto Netto*

+ *Helena Musumeci*
+ *Heitor Bisquolo*
+ *Idalino Moretti*
v *Ítalo Dal'Mas*
+ *Jacob João Lorenzini*
+ *Jayme da Costa Patrão*
+ *João Antônio Curtis*
+ *João Barile*
+ *João Dal'Mas*
+ *Joaquim Zanini*
+ *José Carlos de Ataliba Nogueira*
+ *Jordano Pedro Segundo Vincenzi*
+ *Alfredo Maluf*
+ *José Astolphi*
+ *José Bonifácio Fernandes*
+ *José Homem de Bittencourt*
+ *José Porphyrio da Paz*
+ *José Verticchio*
+ *Julio Marcucci*
v *Laura Moretti*
+ *Lauriston Garcia*
+ *Lauro Garcia*
+ *Lincoln Feliciano da Silva*
+ *Lourenço Martorelli*
+ *Luiz Fiorotti*
+ *Luiz Martorelli*
v *Luiz Rodrigues Neves*
+ *Manoel de Moraes*
v *Mário Dal'Mas*
v *Mário Porfírio Rodrigues*
+ *Matheus Constanino*
+ *Mário Bortoletto*
v *Mauro Corvello*
+ *Miguel Marcucci*
v *Militino Azzi*
+ *Moacyr Firmino Correa*
v *Nelson Infanti*
+ *Nicomedes Marcondes*
+ *Odette Paschoal*
v *Olga Montanari de Mello*
+ *Olindo Quaglia*

+ *Orlando Candido Barille*
+ *Orlando Fiorotti*
+ *Orlando Sousa*
v *Oswaldo Bisquolo*
+ *Oswaldo Giampietro*
+ *Paulo de Oliveira Modesto*
+ *Paulo de Oliveira Pimenta*
+ *Pedro Pardo Oller*
+ *Raphael Grespan*
+ *Raphael Pandolfi*
+ *Silvio Fernandes*
+ *Sofia Sampaio*
+ *Thadeu de Agostinho*
+ *Valentim Ignácio da Silva*
+ *Vicente Orlando*
+ *Walter Thomé*

Tomei a liberdade de indicar com uma cruz (+) os 83 autonomistas falecidos e com a letra "v" os 12 Líderes Autonomistas que ainda se encontram vivos.

A Comissão, para desempenhar suas elevadas responsabilidades, considerou que líder é um guia, um condutor, aquele que representa uma corrente de opinião e, neste caso, é líder o cidadão que trabalhou, que se colocou à frente, que lutou, que contribuiu para influenciar uma parcela da população em prol da causa emancipacionista. Com esta ótica, consultou pessoas, examinou atas de reuniões de 1948, jornais da época, registros diversos, documentos, cartas, telegramas, fotografias, enfim, fez um levantamento histórico completo de todo o Movimento Autonomista. Este trabalho se prolongou até 1971.

Finalizado o trabalho, a Comissão entregou a relação para o presidente da Câmara que, juntamente com o autor da proposição, Nicolau Delic, assessorados ambos por Paulo de Oliveira Pimenta, diretor da Câmara Municipal, consultou a Comissão sobre a conveniência de incluir nomes dos deputados que auxiliaram os Autonomistas. Como não foi colocada objeção, a Câmara Municipal concluiu a lista que no final totalizou 95 pessoas.

Discurso de João Dal'Mas

Por iniciativa do vereador Oswaldo Martins Salgado, realizou-se uma sessão solene na Câmara Municipal, no dia 20 de Novembro de 1971, para homenagear e entregar títulos de Cidadão Sulsancaetanense aos 95 Líderes Autonomistas de 1948. Para agradecer, falou, em nome dos homenageados, João Dal'Mas. Após discorrer competentemente sobre os trabalhos realizados em 1948, disse em sua peroração:

A outorga destes títulos representa para nós, que hoje recebemos esta homenagem, uma advertência; advertência de que com o evento da Autonomia, pelos fatos que se sucederam, os Líderes haviam deixado sua espada em repouso. De fato, a certa altura, verdade seja dita, colocamos a espada da luta na bainha, cientes de que os guardiões e portadores da Autonomia soubessem dar continuidade aos nobres ideais. Nem sempre, todavia, esse ideal fora respeitado.

E prosseguiu: Daí, agora, entregarem em nossas mãos o título que é o ressurgimento daquelas espadas permanecidas tanto tempo em repouso. Desembainhemos as espadas, Autonomistas, companheiros, assim como outrora! Não esmoreçamos! Não nos acomodemos! É chegada novamente a hora de empunharmos a nossa espada. Não para injustiças. Não para perseguições. Não para a corrupção, mas, sim, desembainhemos a espada para que nos conduzamos a punir aqueles que eventualmente prevaricaram. Desembainhemos a nossa espada para que possamos conduzir o povo ao seu verdadeiro destino.

Questionamentos sobre a lista

Transcorridos 34 anos desde a sua elaboração pela Câmara Municipal, julgo ser este o momento de fazermos importante comentário sobre este assunto. Inúmeras pessoas me procuraram, em diferentes épocas, pedindo explicações sobre o porquê de determinado nome não ter sido incluído; outras queriam explicações do porquê ter sido incluído este ou aquele nome. Cito importante nome de autonomista que me questionou a esse propósito: o Prof. Sylvio Fernandes, que falou em seu nome e também como filho do Prof. José Bonifácio Fernandes.

Anteriormente à iniciativa do vereador Nicolau Delic de

organizar essa relação de autonomistas, existia a idéia de eleger alguns poucos nomes dos mais importantes condutores do Movimento de 1948, não mais do que cinqüenta. O pensamento era homenageá-los com o nome de Líder Autonomista, que corresponderia, para eles, a um título mais ou menos semelhante ao de herói. É bem verdade que heróis são os que, com risco da própria vida, desenvolvem uma ação excepcional em benefício da coletividade, sem nenhum propósito de qualquer tipo de retribuição ou recompensa.

Na elaboração final da lista me parece que houve alguma confusão entre verdadeiros e ativos militantes da causa autonomista e alguns “pegadores de carona”, como, por exemplo, o então Governador do Estado e a maioria dos deputados integrantes dessa lista. Essas pessoas foram apoiadoras importantes da causa e até decisivas, porém, não me parecem que chegaram a se sacrificar a ponto de merecer o título de Líder Autonomista de São Caetano. Na realidade eles estavam do lado de lá, onde fomos procurá-los e implorar para que votassem a favor da nossa pretensão de tornar o subdistrito independente. Ao notar que nosso pleito era legítimo e que seríamos vencedores, optaram pelo caminho mais conveniente, e a maioria esteve em São Caetano uma ou duas vezes, voltando apenas em busca de votos às vésperas de eleições.

É bem verdade que o grupo que se sacrificou, que trabalhou ativamente em 1948, não esperava nenhum título e queria somente a criação do nosso município e o bem da população local. Entretanto, hoje, aos 80 anos de idade, após refletir durante décadas, concluí que a Câmara Municipal de São Caetano do Sul, ajudada por estudiosos da nossa história, poderia tomar uma posição para rever essa lista, tornando mais digna e honrosa a designação de Líder Autonomista.

Jubileu de Pérola

Em 24 de Outubro de 1978 foi comemorado o Jubileu de Pérola da Autonomia. Fui nomeado pelo Prefeito Municipal como presidente da comissão de festejos. Entre os vários eventos, que duraram uma semana, foi rezada num domingo, Missa em Ação de Graças pelos 30 anos de Autonomia Municipal. Após a cerimônia religiosa, foi inaugurada, na Praça Cardeal Arcoverde, uma placa de bronze, em forma de livro, com os nomes dos 95 Líderes

Autonomistas. Discursaram o prefeito Raymundo da Cunha Leite, Roberto Leandrini, presidente da Câmara Municipal, deputado autonomista Antônio Sylvio da Cunha Bueno e eu, na qualidade de pre-sidente da Comissão de Festejos.

Comemoração na Câmara Municipal

Como parte dos mesmos festejos comemorativos dos 30 anos da Autonomia, a Câmara Municipal realizou uma sessão solene no dia 20 de Outubro de 1978. Fui orador, também na qualidade de presidente da Comissão dos Festejos. Fiz um relato sobre o Movimento Autonomista. Tomo aqui a liberdade de destacar alguns tópicos desse discurso que proferi então na Câmara Municipal, em homenagem aos líderes ainda vivos na época - 1978 -, no qual lembrei os já falecidos.

Comecei a alocução nestes termos: *Existem momentos como este, em que seria mais adequado guardar silêncio, meditar, lembrar e refletir sobre sonhos e realidades de 30 anos atrás.*

O silêncio, por certo, seria mais significativo do que palavras. Na realidade, não existem grupos de fonemas com significação tão elevada para relatar, com cores vivas e da forma merecida, a verdadeira epopéia de 1948.

Sabemos, por outro lado que, nesta contemplação, em seu íntimo, a maioria dos 63 líderes autonomistas vivos estaria fazendo, a si próprio, indagações como as que nós também formulamos a nós mesmos a respeito deste nosso São Caetano do Sul.

Para realçar mais o meu pensamento, trouxe para esta minha oração parte de discurso de João Dal'Mas, então vice-prefeito, em Novembro de 1971: *O Movimento Autonomista não revelou o esforço de um homem apenas, mas, revelou a soma incontestável do desejo de nosso povo em assumir a responsabilidade e a posição de mando. Reside aqui a essência desse movimento que, em conseqüência, se tornou, pelos resultados, autêntico fato histórico. Portanto, em verdade, não se pode ressaltar, propriamente, a figura de um político, o prestígio de um magnata, senão apontar, com sinceridade, a soma de um grupo de homens dispostos a dar a São Caetano do Sul a personalidade de seu acalentado destino.*

Em continuação, destaquei o grupo dos 95 autonomistas: *E esse grupo de homens são exatamente estes 95 líderes - 32 deles, infelizmente, já falecidos - cujos nomes estarão gravados em*

uma placa de bronze que inauguraremos dia 22 próximo no Largo da Matriz Nova, com frente para a Igreja Matriz, e que ali ficarão para a posteridade.

Faltava fazer um agradecimento póstumo aos líderes ausentes: Os Líderes Autonomistas que faleceram estarão agora, junto ao Todo-Poderoso, julgando o resultado do valoroso trabalho que aqui desenvolveram. A eles, a essas 32 heróicas pessoas, as nossas homenagens póstumas. Outros não puderam aqui comparecer por motivos diversos, a maioria deles justificáveis. Todos estes líderes autonomistas, porém, como nós, se tivessem que retroagir no tempo e fazer tudo, temos certeza absoluta de que o fariam hoje, com o mesmo ardor.

Apelei para um exame de consciência cívica: E aos presentes, que estiveram ao meu lado há 30 anos, lutando pela criação do Município de São Caetano do Sul, volto àquelas perguntas, que no início desta oração disse estar cada autonomista fazendo a si próprio, no seu íntimo, e que eu também formulo:

- Valeu a pena?

- Foi este o Município com que sonhamos?

- Os acontecimentos que temos presenciado são aqueles que prevíamos e almejávamos?

- Existe bom entendimento entre os sulsancaetanenses que não permitem sejam os altos interesses da Cidade prejudicados pela política?

- Têm sido os interesses particulares colocados em segundo plano, sempre que o assunto diz respeito à coletividade de São Caetano do Sul?

Acredito que as respostas estão com os nossos atuais homens públicos.

Esse discurso foi publicado na íntegra no JSC em 28 de Outubro de 1978.

Jubileu de ouro

Em 1998, fez-se uma série de festejos em comemoração aos 50 anos de autonomia. Muitos eventos tiveram lugar no antigo arraial do Tijucuçu, como por exemplo a inauguração de monumentos aos Líderes Autonomistas, uma missa em Ação de Graças e a declamação de poema enaltecendo as glórias de São Caetano. Nada faltou para o brilho dos festejos e a justa alegria do



Monumento aos Autonomistas inaugurado dia 28 de outubro de 1998 na Avenida Goiás, entre as ruas Espírito Santo e Manoel Coelho

povo. O prefeito municipal nomeou uma comissão para organizar esses eventos, presidida por Luiz Rodrigues Neves e composta por Lauro Garcia, Mário Porfírio Rodrigues, Jayme da Costa Patrão, Jordano P. S. Vincenzi, Mário Dal'Mas e Olga Montanari de Mello.

No dia 24 de Outubro, data em que se comemora os 50 anos da Emancipação Político-administrativa de São Caetano ocorreram diversos eventos. Começou com o lançamento de um carimbo postal comemorativo ao Cinquentenário, depois a inauguração do busto de Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito da cidade, onde seu filho Ivo Pellegrino fez especial homenagem, assim narra-va a Tribuna do ABCD, em sua edição de 1º de Novembro de 1998. E continuava o jornal: Os eventos prosseguiram com uma Missa em Ação de Graças e se encerraram com a inauguração do Monumento dos Autonomistas.

O monumento inaugurado teve a autoria de Adélio Sarro

Sobrinho, de São Bernardo do Campo. Foi confeccionado em concreto e tem 10 metros de altura. Está situado na avenida Goiás, entre as ruas Espírito Santo e Manoel Coelho, e foi construído por iniciativa da Prefeitura para marcar, de modo solene, a passagem do Cinquentenário da Autonomia Municipal.

O Poder Legislativo também teve importante participação. A Câmara Municipal aprovou projeto de resolução denominando *Plenário dos Autonomistas* o local onde se realizam suas sessões plenárias. Para ajudar na memória histórica, ali foi posta uma placa de vidro-cristal com os nomes dos Líderes Autonomistas, exatamente no local onde se realizam as reuniões dos vereadores.

Para a imprensa: a data mais importante

Editorial publicado em 22 de Outubro de 2000 no semanário *Tribuna do ABCD* trouxe o título *São Caetano do Sul graças aos autonomistas*. Registrando o 52º aniversário da emancipação político-administrativa da cidade, seu diretor, Antônio Júlio Pedro de Moraes, redigiu vibrante editorial, do qual destacamos este trecho: *Nunca é demais repetir que, na nossa ótica, o dia 24 de Outubro é realmente a data mais importante de São Caetano do Sul. Basta ainda lembrar que se não fosse o heróico feito dos autonomistas, o município não teria prefeito nem vereadores.*

Em 17 de Outubro de 2003, a *Tribuna do ABCD* publicou um artigo de minha autoria intitulado *A mágoa do autonomista*. Transcrevi nesse artigo um pronunciamento que fiz em 25 de Outubro de 2001, na TV São Caetano, sobre a falta de atenção dos poderes constituídos para com os autonomistas que estão reduzidos a 15. Finalizei esse meu artigo da seguinte forma:

24 de Outubro de 1948 continuará sendo sempre a mais importante data da cidade, mas as atenções de uma parte dos poderes públicos responsáveis por homenageá-la estão diminuindo. Os Líderes Autonomistas vivos também estão. Infelizmente hoje somos apenas 12 remanescentes. Aumentam a frustração e a mágoa dos companheiros que lutaram pela vitória do inesquecível Movimento que fez de São Caetano a maravilha que é hoje.

O que quis realmente frisar é que, homenageando os responsáveis pela campanha cívica de 1948, sejam rememorados ao mesmo tempo e na mesma oportunidade os ideais políticos que

nortearam o vibrante Movimento Autonomista. O testemunho dos que ainda estão vivos certamente será um motivo a mais para aprofundar e tornar efetiva a participação das novas gerações no bem comum do município e da pátria .

A data de 24 de Outubro

Os jornais de 25 de Outubro de 2003 publicaram várias notícias sobre o 55º aniversário da Autonomia Municipal e a homenagem prestada pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Os líderes do Movimento, que ainda vivem, receberam uma placa de prata, com seu respectivo nome gravado e com os agradecimentos pela devoção à causa. Após essas homenagens a Fundação Pró-Memória deu início a sua 2ª Caminhada da Memória.

O semanário *São Caetano Agora*, fundado em Junho de 2003, dirigido por jovens formados em jornalismo, finaliza o seu editorial de 28 de Julho de 2004 com palavras que nos sensibilizaram bastante. Após falar sobre o aniversário da cidade e dos seus 127 anos de vida, o *jornal* menciona que *é imprescindível cultural e homenagear os fundadores do Jornal de São Caetano*, e termina com as seguintes palavras:

Hoje comemoramos um dia muito importante, mas o São Caetano Agora defende que o aniversário deveria ser festejado no dia 24 de Outubro, para que este dia maravilhoso possa ser ainda mais lembrado e para que a obra daqueles jovens idealistas inspire e sirva de exemplo para mais moradores da cidade.

Dia da Autonomia

Nas comemorações do 56º aniversário da Autonomia Municipal, registramos mais duas importantes manifestações da imprensa local, a propósito da importância da data de 24 de Outubro.

O diretor da *Tribuna do ABCD*, jornalista Antônio Júlio Pedroso de Moraes, em seu *Ponto de Vista*, publicado na edição de 23 de Outubro de 2004, defendeu a criação do Dia do Autonomista. Citamos trecho do seu artigo: *volto a sugerir que algum vereador apresente Projeto de Lei no sentido de instituir o “Dia da Autonomia de São Caetano do Sul”, em caráter oficial, com*

feriado municipal, missa, cultos de ação de graças e outras manifestações culturais, como por exemplo: peça de teatro para, todos os anos, marcar o evento, como é feito com o dia 28 de Julho, aniversário de fundação. Mais adiante afirmou, em seu artigo, que isso completaria a homenagem aos inesquecíveis 95 Líderes Autonomistas, sem os quais, por certo, não haveria nem vereador e nem prefeito em São Caetano do Sul.

Feriado Municipal para 24 de Outubro

Em sua primeira página, o semanário São Caetano Agora, de 22 de Outubro de 2004, escreveu: Há 56 anos, um grupo de moradores da cidade conseguiu com muita luta fazer com que São Caetano, que era um subdisrito, se separasse de Santo André. O golpe final se deu por meio de um plebiscito, quando a população democraticamente escolheu a autonomia. O 24 de Outubro sequer é considerado feriado municipal.

E prossegue o jornal: Em homenagem a este dia histórico, o São Caetano Agora passa a levantar a bandeira de que se realize outro plebiscito, nos mesmos moldes do feito há 56 anos, para decidir qual das duas importantes datas deve ser a do aniversário.

Inspirado poema sobre a autonomia

Na inauguração do monumento aos Autonomistas, acima mencionada, em 1998, houve também a participação da poesia para enaltecer os heróis da emancipação de São Caetano. Na ocasião, Mário Dal'Mas declamou seu poema *Lembrando a autonomia*, sendo intensamente ovacionado pelo povo presente à inauguração do monumento. Como o presente capítulo tem um caráter comemorativo, julgo oportuno terminá-lo reproduzindo partes significativas desse notável poema:



Lembrando a autonomia [fragmentos]

Mário Dal'Mas

*Uma explosão de alegria envolve a população,
Fruto do trabalho de uma plêiade de Autonomistas,
Atentos,
Firmes,
Vigiando e defendendo os reclamos do povo.
Escrevendo com seus feitos
Luminosas páginas da nossa história.
É a marcha cívica.
É a chapa branca.
É a chapa preta.
A luta se desenha entre o sim e o não.
É o confronto dos contrários,
É a liberdade,
É a escravidão,
É o progresso,
É a regressão.
O povo diante do sim e do não,
Com fé e esperança aguarda o plebiscito.
24 de Outubro de 1948.
Domingo.
Aos sons de pássaros cantores, a cidade desperta.
Linda! Calorosa e alegre manhã.
Brilha o sol,
Radioso céu azul!
O povo com o coração transbordando de emoção,
Solta o grito.
O grito da salvação,*

*O sim da liberdade.
A autonomia adquire corpo e vida.
É a tarde da vitória.
Crepúsculo,
A noite chega languidamente,
O céu suavemente cerra as pálpebras.
A luz prateada da Lua, emoldurada pelo véu das estrelas
Abraça a cidade.
Sucedem-se os dias.
Ansiosamente o povo espera a homologação.
Véspera de Natal.
A justiça e a paz se entrelaçam,
Da terra surge a verdade,
Do céu a justiça lança seu olhar, enviando o presente
A merecer,
Corações tocados, que alegria!
Abraços,
Euforia,
Que a notícia da assinatura vem trazer,
A confirmação.
Materializa-se o sonho.
É a criação do município,
Renasce novo São Caetano,
Resplende São Caetano do Sul.*

Capítulo X

Outras campanhas: CTBC, Creche, Rotary

Vários capítulos foram dedicados, e com forte razão, para campanhas de vulto promovidas pelo JSC, como o Movimento Autonomista e o Hospital Beneficente. Após as homenagens prestadas aos heróis autonomistas e comentários conexos, tomo a liberdade de apresentar ao leitor outras campanhas lideradas pelo *Jornal*. Apresentando-as, faço justiça, não só ao nosso semanário, mas também a todas as pessoas e entidades que se empenharam para efetivar serviços indispensáveis e trabalhos de solidariedade e cultura. Ei-las:

✓ Às amplamente citadas e comentadas, incluo as campanhas para a formação de uma empresa telefônica para São Caetano e o ABC, a Cia. Telefônica da Borda do Campo - CTBC, uma iniciativa particular num setor preponderantemente ocupado por multinacionais, na época, década de 1950.

✓ As Irmãs Clarissas Franciscanas, de grande presença na educação de São Caetano, eram nossas conhecidas no recinto sereno do Hospital Beneficente. Apoiamos a construção da Creche Nossa Senhora da Glória, a cargo das mesmas Irmãs.

✓ O xadrez mereceu as atenções do *Jornal*. Sob seus auspícios, surgiu o Clube do Xadrez, que proporcionou e continua

proporcionando boas oportunidades a jovens e aficionados de desenvolverem habilidades de raciocínio e, ao mesmo tempo, de lazer.

✓ O mesmo apoio de divulgação e promoção do JSC foi dedicado para constituir no novel município um clube de companheirismo, de lutas pela melhoria da coletividade e pela paz universal, o Rotary Clube. A essas campanhas, cito de passagem outras que promovemos: a delegacia regional da CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e o Natal das crianças desvalidas. Estivemos sempre presentes, colaborando e participando. Um *Jornal*, por simples que seja, pode ser uma luz. Basta querer.

Cia. Telefônica Borda do Campo

Entre as dificuldades e mazelas freqüentemente comentadas em São Caetano, estava o precário serviço de telefones. Vimos como o prefeito Angelo Raphael Pellegrino, Anacleto Campanella, recém eleito deputado e outros, tentaram resolver o angustiante problema de comunicação, próprio de um centro industrial, indo até o Rio de Janeiro na Companhia Telefônica Brasileira. Contudo, não alcançaram os resultados esperados. São Caetano já se habituara a resolver os problemas por própria iniciativa, como no caso do Hospital, objeto de nossas campanhas no JSC. O *Jornal* voltou-se também para os telefones, logo após a conquista da Autonomia Municipal.

Sobre a deficiência dos serviços telefônicos nos redutos do Tijucuçu, já nos manifestávamos na edição de 3 de Novembro de 1951, através de um artigo de Theophilo S. Carvalho: *Duas das mais poderosas empresas estrangeiras exploram concessões neste município sob contratos inegavelmente pouco vantajosos para o nosso povo. Entretanto, ao que supomos, trata-se de compromissos assumidos pelo município de Santo André e dos quais São Caetano do Sul não pôde fugir quando do desmembramento territorial em 1948. Light e Telefônica são duas empresas que servem mal ao nosso povo, como de resto a todo o Estado; fazem toda sorte de exigências aos clientes e, no fim de contas, nunca apresentam um melhoramento que possa beneficiar o público de maneira direta.*

Em 20 de Agosto de 1952, voltamos à carga na primeira página do JSC, nº 248, com o título *Deficiente o serviço telefônico em São Caetano*. Os subtítulos prosseguiram: *Em um ano foram*

instalados apenas 22 aparelhos - Denúncia feita na Assembléia Legislativa pelo deputado e candidato a prefeito Anacleto Campanella. A reportagem comentou seu discurso em que afirmava possuímos em 1950 somente 374 aparelhos instalados e, um ano depois, em 1951, 396 aparelhos, havendo 800 pedidos de telefones pendentes de instalação. O orador falou dos problemas dos bairros e do sufoco que isso representava para o desenvolvimento do município recém-criado.

Eleito prefeito de São Caetano do Sul, Anacleto Campanella, juntamente com Fioravante Zampol, prefeito de Santo André, foi à sede da empresa, no Rio de Janeiro. Regressaram dessa viagem com a certeza de que os acionistas canadenses da Cia. Telefônica Brasileira não tinham mais interesse em continuar com a empresa no Brasil e estavam aguardando o término do seu contrato, em 1959, para sair desse ramo de negócio em nosso país.

Diante desse panorama, os presidentes dos Rotary Clubes de São Caetano do Sul, Mário Porfírio Rodrigues, e de Santo André, Vicente Martins Júnior, tiveram várias reuniões com os dois prefeitos, com vistas em solucionar o problema. Na primeira página do JSC nº 406, de 13 de Março de 1954, noticiei a reunião do Rotary Clube de São Caetano do Sul, ocorrida no dia 8 de Março de 1954, informando que o prefeito Anacleto Campanella tinha em mãos um plano elaborado pelos dois referidos Rotary Clubes para resolver o problema dos telefones locais.

Duas semanas após, no dia 22 de Março de 1954, em seguida à reunião-jantar do Rotary Clube de Santo André, foi realizada a Assembléia Geral de Fundação da Companhia Telefônica da Borda do Campo - CTBC. Indicado pelo Rotary Clube de São Caetano do Sul, presidido por mim na época, como mencionei, foi aprovado o nome do engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino para ocupar o cargo de diretor técnico. Os demais diretores foram indicados pelo Rotary Clube de Santo André. Eu fiquei membro do Conselho Consultivo com outros rotarianos de São Caetano do Sul.

Depois de muitos serviços prestados à região do ABC, a CTBC, erguida pela iniciativa particular, foi absorvida pela estatal telefônica do Estado de São Paulo. Para mim, que participei assiduamente de sua implantação, como também de sua administração, havia ficado a convicção de que uma telefônica podia ser perfeitamente tocada pela iniciativa privada.

A prova demorou apenas alguns anos para chegar. Hoje,



Em primeiro de Setembro de 1956: Na cobertura do pavilhão do primeiro almoxarifado da CTBC, os Conselheiros da Companhia: João Simões, Dante Gerodetti, R. Amorim, Gino Gambini, Keigo Toyoda e Mário Porfírio Rodrigues

essa estatal telefônica é tocada por empresa particular, na Grande São Paulo, da mesma forma que a maioria das outras do setor no Brasil. A CTBC dignificou e mostrou a força do empresário particular nesse setor. O JSC acompanhou e estimulou o nascimento e crescimento dessa telefônica no âmbito do ABC Paulista.

Creche Nossa Senhora da Glória

Entrecruzando com as campanhas do hospital e da autonomia municipal, o JSC veiculava uma outra campanha, desta vez voltada para as crianças. Assim, em 21 de Outubro de 1950 (edição nº 152), o *Jornal*, estampando o título *Será construída uma Creche no bairro Gonzaga*, dava a seguinte notícia:

Quinta-feira, anteontem, no escritório comercial do Sr. Jacomo Benedetti, com a presença do Sr. Ângelo Raphael Pellegrino, Prefeito Municipal, Reverenda Irmã Julieta de Lourdes, Sr. Arnaldo Rodrigues Reis e sua esposa Sra. Isaura Rosa de Jesus, vereadora Olga Montanari de Mello, Sr. Verino Segundo Ferrari, vereador à Câmara de Santo André, prof. Benedito de Moura Branco, chefe de gabinete da Prefeitura e outras pessoas, realizou-se a solenidade de

assinatura do contrato de doação de terreno destinado à construção de creche, ambulatório médico e dentário, escola primária e profissional, sob a direção das Irmãs Clarissas Franciscanas.

A respeito do importante acontecimento discursaram Irmã Julieta, Prof. Moura Branco, em nome do Prefeito Pellegrino, e a professora Olga Montanari de Mello, em nome do Poder Legislativo. Concluiu a vereadora fazendo "votos para que se torne realidade a brilhante obra que as Irmãs Clarissas têm em mira levar avante nesta localidade".

Teve início, a partir daí, uma série de eventos em benefício da obra. Irmã Julieta, auxiliada por Irmã Rosália, que também assinou a escritura de doação, era de uma atividade ímpar. Em 13 de Dezembro de 1950 já fazia realizar uma reunião no salão Paroquial da Matriz Nova, estabelecendo as bases das campanhas beneficentes para construção da obra idealizada.

Concursos de boneca viva, concertos musicais, rifas de automóveis, bingos e quermesses eram os meios utilizados para angariar recursos. E, num determinado evento, até o leilão de uma leitoa fez sucesso. Ela foi oferecida pelo Dr. Ângelo Raphael Pellegrino no concerto lírico realizado em 25 de Janeiro de 1951. O arrematante da iguaria foi o casal Anésia - Nicolino Puccetti, que a ofereceu para novo leilão. Desta vez, o maior lance foi o da mesa onde se encontravam o vereador Jordano P. S. Vincenzi, Otávio Tegão, Raphael Pandolfi e Diogo A. Silva. Tudo isso provocava alvoroço e animação, num clima de amizade e de benemerência.

No lançamento da pedra fundamental da Creche N. S. da Glória, o JSC esteve presente com a divulgação. Era a edição de 20 de Outubro de 1951: *Não cansamos de louvar a iniciativa das Irmãs Clarissas Franciscanas, de construir em São Caetano do Sul uma creche onde os filhinhos e filhinhas de operários possam aprender a ser realmente úteis à comunidade. Em verdade o plano que essa instituição religiosa tem em mente e que sem sombra de dúvida haverá de realizar é vastíssimo não se limitando apenas a receber as criancinhas por algumas horas.*

Deixando para outra oportunidade explicar esse plano, de natureza religiosa e civil simultaneamente, demos notícias da pedra fundamental: *"Limitar-nos-emos a divulgar, hoje, uma notícia alvissareira que nos foi transmitida por essa incansável Irmã Julieta, que se encontra à frente do benemérito empreendimento. Disse-nos Irmã Julieta que amanhã, domingo, dia 21, às 4 horas da*

tarde, será lançada a pedra fundamental do edifício onde será construída a creche, à Rua Amazonas, nº 1930.

Um ano após a assinatura da escritura de doação, em 14 de Junho de 1952, o JSC publicava minha entrevista com Irmã Julieta, que informava já ter arrecadado Cr\$412.000,00, faltando Cr\$850.000,00. E ela completou: *A Creche será uma auxiliar das indústrias e das operárias e preencherá uma lacuna existente na maioria das fábricas locais, já que deveria ter uma creche em cada indústria. Justamente por isso tenho certeza de que os dirigentes dessas indústrias não se negarão em nos auxiliar a levar avante este empreendimento.*

De fato, graças à valiosa e generosa ajuda da população sancaetanense, sempre presente em eventos de caráter beneficente como esse, em 2 anos a creche estava construída e chegou a abrigar quase 200 crianças. Funcionou de 1953 a 1970, sempre sob o comando das Irmãs Clarissas Franciscanas. Com satisfação, o *Jornal* estimulou mais uma obra beneficente, que amparava e educava as crianças das mães operárias.

De 1965 a 1980, por motivos profissionais, trabalhei e residi fora de São Caetano do Sul. Quando voltei a freqüentar nossa cidade, constatei que a creche já não existia. No local estava funcionando a Universidade do ABC. Lembrei-me, então, das muitas campanhas do JSC, juntamente com outras entidades, como o Rotary, a Matriz Nova, as senhoras da cidade, para angariar os fundos necessários. E também da alegria do generoso povo de São Caetano em ajudar a erguer mais essa instituição a serviço da sociedade. E, particularmente, não fiquei feliz com o término de atividades da creche.

Na revista *Raízes* de Julho de 1998, o sociólogo José Roberto Gianello trouxe uma explicação para o fato. O artigo *As irmãs clarissas em São Caetano do Sul* traz depoimento da irmã Julieta, feito em 6 de Agosto de 1996, e menciona: *A partir dos anos 60, São Caetano cresceu muito, e com o surgimento de jardins de infância, parques infantis, mantidos pelo poder público municipal, entendemos que não era mais necessária a permanência delas na escola. E prossegue mais adiante: A partir daí, em 1970, as irmãs resolveram encerrar as atividades da Creche Nossa Senhora da Glória, alugar as instalações e aplicar o rendimento em obras missionárias.*

Quando Arnaldo Rodrigues Reis e sua esposa Isaura Rosa de Jesus doaram o terreno para a creche e Verino Segundo



Irmã Julieta de Lourdes, Madre Superiora da Irmandade

Ferrari, Giacomo Benedetti, Ângelo Rafael Pellegrino, eu e outras pessoas trabalhamos para conseguir fundos para essa finalidade, deveríamos ter lembrado de incluir, na escritura e na fundação da creche, uma cláusula criando um conselho administrativo, que poderia ter impedido a descontinuidade de uma obra, muito útil para a educação de crianças, construída com o dinheiro do povo de São Caetano do Sul.

Vem-me à mente o caso dos estatutos do hospital, quanto às reeleições. Da mesma forma, aqui, deveria haver algum estatuto através do qual um conselho velasse pela permanência da doação no fim especificado; no caso, a creche das crianças. Cessado o fim previsto, cessaria o caráter de doação. À parte esse incidente, em que lamento a descontinuidade de um notável serviço para o povo, coloco-me entre os primeiros a louvar o grande trabalho educativo e assistencial prestado pelas Irmãs Clarissas Franciscanas à comunidade de São Caetano.

Xadrez, estímulo intelectual

Entre as campanhas, gostaríamos de incluir o apoio que demos ao Clube do Xadrez. Eu não sou enxadrista, pelo menos em

termos competitivos. Mas isso não impediu, quando a ocasião se apresentou, de dar forte suporte ao jogo, quer pelo JSC, quer por iniciativa pessoal, influenciando na criação desse clube.

Para nossa alegria, recebi do Clube de Xadrez de São Caetano do Sul, em 20 de Dezembro de 1955, uma carta de agradecimento assinada por seus dirigentes, Edward Nahkur e Carlos Paez, da qual reproduzo aqui um trecho:

A diretoria do Clube de Xadrez de São Caetano do Sul sempre encontrou em V.S. um grande amigo e colaborador, sempre pronto a nos dispensar toda sorte de atenções por intermédio do conceituadíssimo “Jornal de São Caetano”, atenções essas que jamais poderão ser esquecidas, pois as mesmas fazem parte integrante da história do clube e cuja fundação também se deu no decorrer de uma das brilhantes iniciativas de V. S., ou seja, quando se verificou o grande torneio individual e popular de Xadrez nesta cidade, sob o patrocínio do Jornal de São Caetano.

Quando recebi essa carta, eu era praticamente demissionário do *jornal*, já não era mais seu proprietário. Apesar dessa condição, o clube se colocava à minha disposição, gesto que retribuo fazendo-o constar nesta obra.

O 1º Rotary Clube de São Caetano do Sul

A criação do município de São Caetano do Sul, com a eleição do seu primeiro prefeito em 13 de Março de 1949, trouxe para a nossa cidade entidades importantes como o Rotary e outras associações. Procurado pelos rotarianos de Santo André, tendo à frente o seu presidente João Evangelista de Paiva Azevedo, o prefeito Ângelo Raphael Pellegrino prontificou-se a colaborar no que fosse necessário para o estabelecimento do Rotary em terras do outrora Tijucuçu.

Consciente do valor comunitário do empreendimento, o JSC apoiou essa iniciativa, desde o primeiro momento. Entidade voltada para a ética, a paz e o companheirismo, vislumbramos a importância da fundação desse clube dois anos após a eleição do primeiro prefeito. De fato, o Rotary foi decisivo na consolidação da união das duas facções: chapa preta e chapa branca (antiautonomistas e autonomistas). Assim, na edição de 24 de Fevereiro de 1951, noticiávamos: *Um grupo de pessoas de destaque de nossa cidade está promovendo a fundação de um Rotary Clube com sede*

em São Caetano do Sul. A fim de orientar os primeiros passos, estiveram nesta localidade terça feira última vários rotarianos de Santo André acompanhados do dr. Adalberto Bueno Neto, do Rotary Clube de São Paulo.

Em 11 de Março de 1951 foi instalado, em caráter provisório, o primeiro Rotary Clube de São Caetano do Sul. O fato era comentado pelo JSC na edição de 17 de Março de 1951: *Com a presença dos srs. Adalberto Bueno Neto, Francisco Garcia Bastos e Herbert de Arruda Pereira, foi oficialmente instalado na última segunda-feira o Rotary Clube de São Caetano do Sul.*

A seguir, era divulgada a primeira diretoria do clube recém-fundado, na qual constava como primeiro presidente eleito José Luiz Flaquer Neto. Eu era diretor do protocolo. O *Jornal*, como em outras ocasiões, não só divulgava, mas também participava.

A admissão oficial do Rotary Clube de São Caetano do Sul no Rotary Internacional dar-se-ia dois meses após, em 19 de Maio de 1951, com um festa grandiosa realizada nos salões do General Motors Esporte Clube. E disso deu notícia o JSC em 26 de Maio daquele ano: *Teve lugar sábado último o festival organizado pelo Rotary Clube de São Caetano do Sul, durante o qual lhe foi entregue a “carta constitucional” que autoriza oficialmente o seu funcionamento como entidade filiada ao Rotary de Chicago. No início do banquete, a bandeira foi hasteada pelo sr. Aerobaldo de Oliveira Lima, de Araçatuba, governador do distrito 119, ao qual está filiado o clube local. Em seguida fez-se ouvir o Hino Nacional, que foi saudado com brilhante salva de palmas. Acredito que, ao reproduzir parte dessa notícia, trouxe à luz um pouco da história do Rotary de São Caetano guardada nos arquivos do JSC.*

O diploma recebido naquela data significava o ingresso em uma entidade que conta, no mundo, com mais de um milhão de rotarianos. No Brasil são 52.000 rotarianos em 2.400 clubes. Todas essas pessoas trabalham na busca de um mundo melhor, de paz e de mais igualdade entre os homens. A última estatística que tenho em mãos informa que, em Junho de 2004, existia no mundo 1.217.000 rotarianos, em 32.000 clubes localizados em 166 países.

No âmbito internacional, o Rotary incentivou a criação da ONU - Organização das Nações Unidas, luta pela preservação do meio ambiente, praticamente acabou com o problema da poliomielite no mundo, prega a ética entre os profissionais, man-



Armando de Arruda Pereira e Charles L. Wheeler, ex-presidentes do Rotary Internacional, participaram de jantar no Rotary de São Caetano do Sul, presidido por Mário Porfírio Rodrigues, ao qual esteve presente também o casal Adalberto Bueno Neto. Foto de 1954

têm intercâmbio de jovens, institui clubes de jovens, reúne os seus membros em conferências anuais locais e internacionais para um intercâmbio maior entre os associados do mundo inteiro.

Em palestra que pronunciei no Rotary, em 21 de Maio de 1962, lembrei que tive o privilégio de ocupar a presidência no terceiro ano de fundação do Rotary Clube de São Caetano do Sul (1954) e comentei o trabalho realizado pelo clube com as seguintes palavras:

Ocorre no momento citarmos o apoio decidido que nosso Rotary emprestou à Creche do Instituto Nossa Senhora da Glória, às campanhas de Natal das Crianças Pobres, às promoções do Hospital Beneficente São Caetano, à fundação da APAMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, à construção do primeiro Posto de Puericultura de nosso município, à construção do Monumento aos Expedicionários Brasileiros de 1945, à fundação da Biblioteca Pública Paul P. Harris, construção da herma de Armando de Arruda Pereira, fundação da delegacia local do CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Comemora (comemoração anual da Semana da Criança com concurso de robustez infantil),

campanhas educativas de trânsito, caixas escolares, Escotismo, Associação de Cegos Santa Luzia, Abrigo Irmã Teresa à Velhice Desamparada, fundação da CTBC - Cia. Telefônica da Borda do Campo, patrocínio do primeiro livro do prof. José de Souza Martins "São Caetano do Sul em IV Séculos de História", Exposição de Artes Plásticas, organização do Clube Pan-Americano, do Orbis Clube e outras iniciativas em favor da coletividade.

O JSC não economizou espaço em suas páginas para divulgar o Rotary sancaetanense, ao mesmo tempo que apoiou as iniciativas do clube. Da mesma forma recebeu estímulo do Rotary para campanhas que tinham o patrocínio do *Jornal*, dentro de um clima de reciprocidade. Tudo em prol de São Caetano e de sua gente.

Capítulo XI

Família, trabalho e São Caetano

Nesse desempenho do JSC e de suas campanhas, em que estive comprometido, paira uma pergunta que eu reputo justificável. Em que medida fui preparado para ajudar nesse desempenho? A resposta se encontra neste capítulo, que mostra como fui me desenvolvendo para enfrentar esses desafios que foram surgindo em minha vida.

Ao passar para uma etapa do livro em que acentuo um pouco mais o campo de minha vida pessoal, tenho em mente duas coisas: meu ambiente familiar e minha formação para desempenhar tanto as tarefas e campanhas de jornais, especialmente o JSC, como outras tantas de empresas e da comunidade.

Meu ambiente familiar é tecido de tal forma que envolve sempre a cidade de São Caetano, em sua realidade de subúrbio. Nessa cidade meu pai teve oportunidade de sanar sua saúde, encontrar trabalho para si próprio e seus filhos. Foi nela que, finalmente, encontrei o horizonte de minha infância e de meus colegas de escola e de rua. Numa cidade industrial como São Caetano, fatalmente, escola e trabalho se misturam, se dão as mãos. Bem cedo a infância e a adolescência são levadas a freqüentar os galpões de indústrias e de outras empresas. É o trabalho para a subsistência da família que impele os jovens a desenvolverem pre-

cocemente alguma profissão. Foi nessa condição que eu cresci para a vida.

Além desse cenário de muito trabalho e pouco lazer para crianças, tive um fator que me empurrou mais cedo para o trabalho: a morte de minha mãe. A sua falta me fez amadurecer mais cedo e a tornar-me mais persistente na procura de meu caminho. Em resumo, São Caetano e minha infância se juntam numa só realidade. Esse é o pano de fundo deste capítulo. Nos próximos, pretendo comentar a minha carreira empresarial como administrador de empresas e de negócios, de mistura com trabalhos jornalísticos, numa simbiose de atividades que permeia minha vida pessoal.

Infância no subúrbio

Tratarei, agora, mais diretamente, da minha família, de mim mesmo, da minha infância e juventude. Mas rever essa realidade explica um pouco de meu ser e também de minhas atuações. Não posso dizer que minha infância foi apenas de carência material, de poucos recursos, de poucos brinquedos. Isto não diria tudo, porque quem possui uma boa família tem um bom princípio, tem uma orientação, um farol na vida. Tal farol eu tive em meus pais, por seu carinho, por sua dedicação, e nos meus irmãos, que verdadeiramente tinham o sentido de irmãos. Éramos uma família unida.

Olhando para trás, do alto de meus oitenta anos, revejo a realidade de bairro pobre em que vivíamos em São Caetano, vindos de outro estado. Houve dureza nos primeiros anos, mas ela foi matizada pelo empenho de meus pais em trazer prosperidade para nós, seus rebentos. A insistência de meu pai, que queria sempre que eu me formasse, que tivesse um diploma, uma profissão decente e honrosa, foi uma bússola para minha carreira.

Estudar e trabalhar foi praticamente um hábito que adotávamos em casa, mas uma rotina bastante eficiente para progredir. Ainda no curso primário, quando saía da aula, muitas vezes mal almoçava para chegar no horário ao trabalho, por pequeno que fosse. Era a necessidade familiar que pedia. Contudo, procedia dessa forma com normalidade, automaticamente. Na minha infância, era uma rotina normal trabalhar durante o dia e estudar à noite. Foi nessa rotina, trabalhando em São Caetano e à noite me

deslocando para o Brás, em São Paulo, para fazer o curso de contabilidade, que forjei a minha carreira profissional.

Estudando e me esforçando por alcançar maior graduação, tive também a visão do que faltava para que o bairro pudesse ser, não apenas um subúrbio de abandono, mas um lugar de vida digna. Na minha rotina de estudante noturno, comecei a verificar, a discutir os meios para que a realidade do subdistrito tivesse mudanças efetivas. E o *jornal* começou a despertar as minhas atenções, como a de meus colegas.

Pelo *jornal* poderíamos lutar e unir as pessoas para conseguir as melhorias necessárias para a saúde, o estudo, o lazer e a formação profissional. Por isso, faço uma descrição de meu ambiente familiar e de meus primeiros trabalhos. Até chegar a ter um emprego de fato, não um bico, e um jornal de minha edição, muitas águas correram. E para elas volto agora minha atenção.

Nesta breve descrição, não posso deixar de aludir a parentes e amigos que foram grandes benfeitores. Refiro-me, em especial, ao meu tio, irmão de meu pai, que o trouxe para São Caetano, para que conseguisse os recursos da medicina para superar seus males renais. O nome dele era Antônio Horácio Rodrigues. Foi uma figura admirável, buscando, além dos recursos de saúde, trabalho para meu pai. Quando falo de minha família, incluo nela meu tio, por justiça e gratidão. Antônio Barile também é um nome a destacar, pois foi um grande benfeitor de nossa família.

São Caetano à vista

Poucas lembranças restaram dos meus primeiros quatro anos de vida. Passei-os na cidade de Ribeirão Claro (PR). Em 1924 papai juntou todas as suas economias e vendeu uma pequena olaria que havia herdado do seu pai, em Nova Europa, no estado de São Paulo, próximo a Ibitinga. Com a esposa e três filhos, Zaira, José e Antônio, partiu para Ribeirão Claro, no Paraná, onde nascemos eu e minha irmã Maria. Foi transportar café em carroças grandes de seis rodas, puxadas por seis ou oito burros. Ganhou dinheiro, construiu duas casas, mas foi obrigado a parar de trabalhar. E os tempos áureos terminaram. Doente e debilitado, ele começava a passar necessidade, *a tal ponto que eu, aos três anos de idade, passava fome, pois minha família não tinha dinheiro*



Papai, mamãe e meus irmãos Zaira, José e Antônio, quando se mudaram para o Paraná, em 1924

sequer para o pãozinho diário.

Depois de andar de cidade em cidade à procura de um médico que o curasse, inclusive em Botucatu SP, internando-se em hospitais e gastando muito dinheiro, meu pai, já quase desesperado, lembrou-se de escrever para seu irmão Antônio, que residia em São Caetano. Foi chamado, viajou e o irmão levou-o ao Hospital Humberto Primo, mantido pelas Indústrias Matarazzo. Resultado: estava com um rim necrosado, a bexiga comprometida e precisava ser operado com urgência.

Foi assim que chegamos a São Caetano, no bairro da Fundação, há mais de 75 anos. Alguns meses depois, mudamos para Vila Bela, ao lado da Vila Alpina. Meu tio procurava uma casa de aluguel baixo, já que era ele quem o pagava para nós. Depois da Vila Bela, fomos morar em um cortiço (uma vila de cinco pequenas casas) no bairro da Fundação, na rua Rio Branco, ao lado da sede do Clube Ideal.

Nesse cortiço, morávamos de favor, sem pagar aluguel, graças à generosidade do sr. Antônio Barile, dono de uma metalúrgica. Recebíamos do meu tio, Antônio Horácio Rodrigues, que era

motorista de caminhão da Texaco, uma pequena cesta de alimentos para passar o mês. Papai ficou quatro meses internado no Hospital Humberto Primo e mamãe cuidava dos cinco filhos. Após ter alta, papai teve um longo período de recuperação e de acompanhamento médico. Regressou sem um rim, com meia bexiga e nunca mais foi o homem forte que transportava café no norte do Paraná.

Em seu último ano de primário, meu irmão mais velho, José, conseguiu um bico na farmácia do Sr. Alberto Fischer, cunhado do meu tio Antônio. Com onze anos de idade, José viajava de trem duas vezes por semana, até a Capital, após sair da escola e almoçar, para trazer os medicamentos comprados, por telefone, de duas drogarias-atacadistas de São Paulo pela farmácia sancaetanense. Por esse trabalho recebia uns trocados. Ao se diplomar, com doze anos completos, meu irmão foi trabalhar na Metalúrgica Barile.

Meu pai, recém-operado, após quatro meses de tratamento, procurou trabalho, sem grande sucesso. Magro e debilitado, ele demonstrava precário estado de saúde e, naquele tempo, o aspecto físico fazia diferença. Por indicação de meu tio Antônio, consultamos um dos chefes políticos da cidade, Antônio Barile, dono de metalúrgica, e Accacio Novais, executivo de Recursos Humanos da Rayon Matarazzo, para conseguir alguma vaga de trabalho para nosso pai. Não conseguimos. O pessoal olhava o papai e desistia, pensando que ele não resistiria ao esforço demandado.

O Sr. Antônio Barile, porém, bondosamente, ofereceu um quarto e cozinha em seu cortiço, na Rua Rio Branco, para nossa família morar, sem pagamento de aluguel. O cortiço, naquele tempo, era uma espécie de vila, com várias casas para um mesmo quintal. Ali moramos durante muitos anos e ali vivi a minha infância. Havia, na vilinha, um grande quintal, onde as roupas das famílias eram lavadas e secadas. Também ali as crianças faziam suas brincadeiras e subiam nas árvores, ainda abundantes naquela época.

Como já narramos, ao lado da vila havia um clube elitista, Grêmio Instrutivo e Recreativo Ideal, freqüentado pela sociedade mais fina da cidade. Talvez por ser elitista, o Grêmio Ideal teve vida efêmera e deixou de existir após alguns anos de funcionamento. O local foi ocupado pelo Clube Esportivo Lazio. Durante a Segunda Guerra Mundial, o clube precisou mudar sua

denominação, de origem italiana, e adotou o nome da rua, passando a chamar-se Clube Esportivo Rio Branco.

Quando meu irmão começou a trabalhar na Metalúrgica Barile, após dois anos, aproximadamente, da mudança para o cortiço ou vila, começamos a pagar ao proprietário do modesto imóvel um módico aluguel, e assim saíamos de uma incômoda dependência. Embora fôssemos gratos a esse senhor que nos acudiu em horas amargas, ficávamos mais à vontade podendo pagar alguma coisa. Após alguns meses da entrada de meu irmão na Metalúrgica Barile, minha irmã mais velha, Zaira, conseguiu emprego na Rayon Matarazzo. Assim, os pequenos salários recebidos pelos irmãos nos respectivos empregos ajudavam na manutenção da casa administrada por nosso pai.

Tempos de orfandade

Em 1933, quando ainda lutávamos com dificuldades de toda ordem, mamãe foi internada no Hospital Humberto I e faleceu no dia sete de Agosto. Foram tempos tristes e de muitas dificuldades. Meu pai assumiu os deveres da casa, pois minha irmã mais velha ingressara na Rayon. Mesmo assim, ela colaborava com papai na administração da casa, pois trabalhava em turnos: das seis às quatorze horas ou das quatorze às vinte e duas horas. Meu pai fazia todo o serviço doméstico, menos lavagem de roupa. Ele recebia o dinheiro que vinha do trabalho de meus irmãos e com isso sustentava a família. Com isso saíamos também da dependência do seu irmão Antônio.

No entanto, a ausência do carinho materno, aliada a todas essas dificuldades por que passávamos, marcou muito o restante da minha infância e de toda a minha juventude. A falta do ente querido, a cumplicidade da mãe, a quem se está sempre recorrendo, mas que para mim estava ausente, obrigaram-me a procurar sozinho os caminhos certos e mais adequados. Não havia lugar para erros. Aprendi, daí para frente, que tudo dependia de mim, só de mim mesmo.

Mamãe não estava ali para me aconselhar, nem para me receber quando eu chegava da escola, dos meus folguedos e do meu trabalho. Essa situação plasmou minha adolescência e me influenciou vigorosamente para que eu amadurecesse com menos idade do que as outras pessoas.

Papai consegue trabalho

Papai se mostrou sempre muito solidário com a família. Só voltou a se casar após 20 anos, quando todos os filhos já haviam se casado. Ele não tinha desistido de conseguir um emprego. Achava-se, como ele costumava dizer, em condições de assumir alguma atividade. E chegou a sua oportunidade. Meu tio era casado com a Sra. Catarina Fischer, de família descendente de alemães. O irmão dela era proprietário da farmácia que empregou meu irmão José, cuja tarefa era buscar remédios na Capital. E outro seu irmão era capitão da Força Pública, que conseguiu para meu pai um pequeno emprego na cantina da Força Pública do Estado, no bairro da Luz.

Fazia pequenos serviços no balcão, como pratos rápidos, lanches, café e leite para os soldados. Na medida em que meu pai assumia a nova atividade na cantina, quem assumia os deveres de casa era eu. Esta situação perdurou durante quase um ano, até minha irmã mais velha, que trabalhava na Rayon Matarazzo, se casar, em 17 de Setembro de 1938.

Eu já havia terminado o curso primário. Fazia almoço e todos os outros serviços rotineiros de casa, menos lavar roupa, que ia para fora. Durante quase um ano, fiz as vezes de papai. Minha irmã menor, Maria, me ajudava. Entre o irmão mais velho que trabalhava na Metalúrgica Barile, de nome José, e eu, havia outro de nome Antônio. Ele ajudava em pequenos serviços na oficina de bicicletas dos irmãos Perucchi, na rua Rio Branco, ganhando também alguns trocados.

Meu relacionamento com meus irmãos era ótimo. Nunca tive atritos com eles. Meu pai era austero e transpirava autoridade. Com um simples olhar dele, sabíamos o que queria que fizéssemos. Era reservado, não mantinha muitas amizades, mas era respeitado e muito estimado pela vizinhança.

Após permanecer pouco mais de um ano em seu trabalho na Cantina da Força Pública, meu tio Antônio Horácio Rodrigues conseguiu-lhe um emprego de frentista no posto de gasolina do Touring Clube do Brasil, uma entidade elitista com sede na Europa. Entre outros serviços, essa entidade proporcionava assistência turística aos sócios nacionais que viajavam para o exterior em viagens que o Touring organizava. Sua sede era na rua 24 de Maio, esquina com a rua Conselheiro Crispiniano, em São



Nas oficinas Perucchi, em horário de almoço: Angelo Pressinotti, Mário Porfírio Rodrigues, Antônio Almeida e Vicente Gallo. Ano 1938

Paulo. Nesse mesmo endereço, um luxuoso posto de gasolina, mantido pelo clube, atendia seus associados com tratamento diferenciado, que também incluía desconto no preço do combustível.

Papai trabalhou trinta anos no Touring. Além do modesto salário inicial, recebia boas gorjetas que ajudavam a manter a casa e os três filhos estudando, cada um no seu emprego. Foi promovido ao cargo de gerente e, ao completar vinte e cinco anos de firma, recebeu significativa homenagem com coquetel, medalha e soma em dinheiro. Ele trabalhava ainda nessa entidade quando se aposentou, aos setenta anos de idade.

Meus primeiros empregos

Logo após me diplomar no curso primário, minha irmã mais velha, Zaira, casou-se com um vizinho, Antônio Almeida. Vieram morar conosco e assim as tarefas caseiras a meu cargo foram transferidas a ela. Fiquei liberado, a partir daí, para buscar um emprego e não apenas um biscate.

A necessidade me impulsionou a fazer coisas úteis e procurar ganhar algum dinheiro. Nos primeiros empregos, aos que eu só comparecia depois da aula, após um almoço rápido, não houve registro oficial. Primeiramente, foi no salão de barbeiro do Sr. Dante Néri, na rua 28 de Julho, onde eu varria o salão após

cada corte de cabelo. Aprendi a fazer barba, e alguns clientes mais corajosos serviam de cobaia.

Após alguns meses saí e fui trabalhar nas Oficinas dos Irmãos Perucchi, na Rua Rio Branco, bem perto da minha residência. Com os Perucchi já trabalhava meu irmão Antônio. Além de bicicletas, lá se consertavam carroças e os burros recebiam feraduras. Eu auxiliava os irmãos Antônio e José Perucchi e outros dois funcionários.

Faltando meses para completar quatorze anos, já diplomado no curso primário pelo Grupo Escolar Senador Flaquer, consegui emprego na Fábrica de Louças Adelinas, que na época, 1938, possuía algumas centenas de funcionários. Conheci uma das empregadas, Macária Garcia, que viria a ser minha esposa. Foi ali também que conheci Aracy Torres, que se casaria com o prefeito Anacleto Campanella. Macária e Aracy trabalhavam no setor de expedição de louças, cujo chefe era o Sr. Júlio de Mello, eleito vereador em São Caetano do Sul, na 4ª Legislatura (1961/1965). Também trabalhava nessa empresa Jayme da Costa Patrão, que foi um grande colaborador no JSC, como exímio ilustrador e cartista.

Trabalho de doze horas noturnas

Nas Louças Adelinas, trabalhei uns dias no setor de produção, e, como já possuía corpo reforçado como o de um adulto, nos meus quatorze anos, fui designado para ser "batedor de bigoli". Entrava às dezoito horas, saía no dia seguinte às seis da manhã, ganhando um salário muito reduzido e sem carteira assinada. Permanecia em uma bancada, recebia uma peça de barro, previamente preparado, do tamanho de uma pedra de gelo, ou seja, com um metro de comprimento e espessura quadrada de 0,15 x 0,15 m. Eu era o "batedor de bigoli", conforme a gíria usada na empresa. E estava feliz, porque tinha um emprego, uma fonte de renda para ajudar em casa.

A minha função era cortar essa peça horizontalmente em quatro tiras, formando quatro "bigolis". Em seguida, cortar cada tira em pedaços de um centímetro de espessura. Cada pedaço era batido com as palmas das mãos e colocado em pilhas, ao lado dos tornos que se alinhavam na minha frente. Os torneiros colocavam os pedaços de "bigoli" no torno e puxavam uma alavanca

que fazia descer a parte de cima do torno, formando um prato, um pires ou uma xícara, conforme a programação da empresa.

As peças já formatadas permaneciam secando em uma estufa e seguiam para o forno, a fim de receber a primeira queima. Às seis horas da manhã ia para casa, com dor nas palmas das mãos, cansado, com sono e fome, pois o lanche que eu levava para comer de madrugada não era suficiente para as doze horas seguidas de trabalho contínuo. Afinal, eu precisava alimentar os tornos com os pedaços de "bigoli". Tempos duros, de muita luta, porém, necessários para ajudar a ganhar o pão do sustento da família. Aliás, o mesmo pão que não conseguira comer em Ribeirão Claro, no Paraná, quando tinha três anos de idade. Transcorridos quatro meses, papai achou que eu deveria mudar de emprego, porque trabalhava de madrugada. O ideal era trabalhar de dia e estudar à noite. E nisso papai estava certo.

Julgo oportuno esclarecer que "bigoli" é uma palavra usada na região do Vêneto, Itália, para denominar uma massa alimentar (macarrão) em forma de vermicelo (massa para sopa em forma de filamento mais ou menos longo).

Indústrias Aliberti S. A.

Conseguí o meu primeiro emprego com carteira profissional assinada nas Indústrias Aliberti S.A., trabalhando, como programara, durante o dia. Primeiramente trabalhei na fabricação de baquelita, material usado para produzir botões, jogos de dama, de dominó e outros fins. Posteriormente, a baquelita acabou sendo substituída pelo plástico.

Tomava conta de uma máquina extrusora. Do lado de cima do eixo helicoidal, em cavidade situada em uma extremidade, eu colocava grânulos de baquelita que o eixo helicoidal aquecido ia comprimindo até expulsá-los na outra extremidade, em forma de um bastão de baquelita. A espessura era semelhante a um cabo de vassoura. Cortado em pequenas moedas, era prensado novamente, em outra máquina, para fazer botão de baquelita, além das peças e jogos mencionados.

A empresa produzia outros tipos de botões mais finos, como os de madreperola, feitos com discos de madreperola pescados no rio Amazonas e trazidos do estado do Pará.

Para fabricar outro tipo de botão, derivado de um

coquinho muito duro, as Indústrias Aliberti S/A. acolhiam centenas de meninos que iam para lá durante o dia para "bater coco", ou seja, descascavam coquinhos com um pedaço de ferro, semelhante às limas usadas para desbastar ferro. A mesma operação era feita por mulheres e homens adultos, durante a noite, das dezenove às vinte e duas horas. Muitos, após o trabalho normal, iam para lá "bater coco" e receber algum dinheiro (um tostão para cada quilo de coco descascado). Meu pai também esteve muitas vezes lá, enquanto não tinha uma ocupação estável, como na cantina da Força Pública. Esse coco era cortado em discos, a partir dos quais eram feitos os botões.

Nas Indústrias Aliberti S. A, devido ao meu corpo reforçado como o de um adulto, também me pediram para trabalhar à noite, mas papai, inteligentemente, insistiu que eu deveria pensar em estudar à noite e trabalhar durante o dia, como meus irmãos já faziam.

Ao cabo de poucos meses nessa empresa, meu irmão, Antônio, que já trabalhava na Fábrica de "Rayon" Matarazzo, chamou-me para ocupar uma vaga de ajudante de carpinteiro. Trabalhei junto com Onofre Russo, irmão mais velho de meu prezado amigo, o advogado Antônio Russo, e também avô do jornalista Alexandre Toler Russo. A minha rotina era a que papai nos ensinou: trabalho de dia e aula à noite. Saía às dezessete horas da Rayon Matarazzo, ia para casa, tomava banho, jantava rapidamente para, em seguida, ir ao curso de datilografia, às dezoito horas.

Para mim foi um sacrifício aprender datilografia, porque meus empregos eram de trabalho braçal, meus dedos e minhas mãos eram enrijecidos e de pouca agilidade, devido ao trabalho duro e pesado que executava diariamente. Mas quem quisesse progredir tinha de aprender a "bater à máquina". Do contrário, permaneceria o resto da vida com trabalhos braçais, pouco remunerados. Depois da aula de datilografia, corria para pegar o trem que ia ao Brás e viajava com outros colegas, aqueles mesmos com quem eu discutia melhorias para um subdistrito de muitas empresas, mas também muito abandonado.

Acredito que, juntamente com a descrição desses meus primeiros ambientes de trabalho, está um pouco da rotina de atividade e de luta comum a todos, numa determinada época de São Caetano. No entanto, fazia meus estudos ao mesmo tempo que tra-

balhava, para ter uma condição melhor que a de "batedor de bigoli" ou de carpinteiro de caixas de embalagem, como na Matarazzo.

Minha Família

Com 21 anos de idade casei-me, em 04 de Maio de 1947, com Macária Garcia que, como relatei, conheci na Fábrica de Louças Adelinas. Tivemos dois filhos registrados no Cartório de Paz de São Caetano do Sul: Roberto Mário, em 12 de Janeiro de 1949, diplomado em administração de empresas, e Rubens Marcos, em 28 de Abril de 1950, advogado. Foram 34 anos de muita felicidade.

Em 13 de Abril de 1981, a triste notícia do falecimento de minha esposa. Foi um abalo enorme. Tive um descontrole emocional que por pouco não mudou os rumos da minha vida. Meu filho Roberto Mário trabalhava na construção da Usina de Tucuruí, no Estado do Pará. Rubens Marcos, com sérios problemas renais e de visão, em consequência de diabetes juvenil, gerenciava uma fazenda que eu havia adquirido em Minas Gerais. Aos 56 anos, sem família, fiquei só em São Paulo. Foi um ano muito triste e bastante difícil, que para mim pareceu durar uma eternidade.

Meu segundo casamento

Conheci Maria Wilma Toledo Barros Rodrigues, viúva, no edifício onde residíamos, em São Paulo. Ambos pertencíamos ao conselho fiscal do condomínio. Tínhamos amizade e acabamos notando coincidências em vários pontos de vista, o que nos levou ao matrimônio. Transcorridos 22 anos mantemos, até hoje, uma união bastante feliz.

Transplante renal

Nos últimos meses de 1984 agravou-se o estado de saúde do meu filho Rubens, em razão da diabetes juvenil. O seu problema de visão havia sido resolvido, em 1979, com a retirada do líquido vítreo dos seus olhos. Em 1985, seus dois rins deixaram de funcionar. Fiquei sabendo que um transplante renal daria a meu filho mais cinco anos de vida, no mínimo.

Não permiti que se cogitasse de outro doador e insisti

que eu deveria doar o meu rim. O transplante foi feito com sucesso, no Hospital das Clínicas de São Paulo, dia oito de Abril de 1986. Fiquei feliz e, graças a Deus, lhe dei mais dezesseis anos de vida. Rubens Marcos, o nosso "Binho", faleceu em 26 de Setembro de 2002, aos 52 anos de idade, levando o meu rim, que doei a ele com muito amor e carinho.

Após narrar este fatos marcantes da minha vida familiar, retorno à minha carreira empresarial, iniciando com comentários relativos ao meu primeiro emprego de escritório. A função era de office boy, o salário era pequeno, mas eu estava feliz em trabalhar de terno e gravata, como os executivos que eu admirava naquela época.

Capítulo XII

Empregado de escritório, um progresso

Até aqui eu me contentara em ter sido um mero trabalhador braçal. Eram as oportunidades que eu ia aproveitando. E não tinha muita escolha. Não que desprezasse os empregos que tinha conquistado. Trabalhar na "Rayon" Matarazzo era um orgulho pessoal. Mesmo em serviço braçal, pregando caixas e trabalhando nos cortes de madeira, participar do grupo mais poderoso naquele tempo era uma proeza. Mas eu estava estudando e podia, portanto, almejar algo mais na minha iniciante carreira profissional. Transcorridos dois anos de serviços na Matarazzo e sendo eu datilógrafo e estudante, veio a oportunidade que eu queria: trabalhar em escritório.

Um amigo da época, José Belloti dos Santos, que trabalhava no laboratório da Ferro Enamel, indicou-me para uma vaga de "office-boy" nessa empresa. Fiquei feliz porque era o meu primeiro emprego em escritório. Comecei a trabalhar em Janeiro de 1942, e tinha completado dezesseis anos de idade em Outubro. Limpava a mesa dos gerentes e diretores, servia café e datilograva cartas de três linhas anexando documentos de embarque ferroviário para os clientes. E eu me orgulhava de ser a pessoa que datilograva essa correspondência.

O escritório era na avenida Goiás nº 884, esquina com a rua Oswaldo Cruz, onde hoje se situa a Praça Di Thiene. A Ferro Enamel fabricava esmaltes de alta temperatura para louça e ferro, além de corantes especiais também para alta temperatura. Vendia ouro líquido para decoração, fabricado na Alemanha pela "Degusa", cones pirométricos para medir temperaturas e outros artigos destinados a cerâmicas e metalúrgicas. A matriz se situava em Cleveland, Ohio, EUA. Por isso, a língua inglesa era muito usada por gerentes e diretores.

O presidente, um suíço muito inteligente, comparecia ao escritório duas vezes por semana, no período da tarde, pois era diretor de outras empresas em São Paulo. Uma manhã, limpando sua sala, encontrei um arquivo de anos atrás com cópias de relatórios do gerente de vendas. Esse arquivo tinha informações relacionadas à assistência técnica prestada normalmente aos clientes. Havia sido organizado por um ex-gerente brasileiro, Jack Von Ockel Tebiriça, que já havia deixado a firma. Embora fosse fluente na língua inglesa, ele os havia redigido em português. Foram para mim de grande valor. Explicavam como se realizava uma venda, descreviam os argumentos usados, quais as resistências dos clientes, as qualidades, onde e como eram aplicados os produtos que a firma vendia. Tudo estava naquela infinidade de pastas que dormiam há anos numa gaveta, como se fosse um arquivo morto.

Comecei a chegar ao escritório 30 a 45 minutos antes do horário previsto para ler e aprender tudo o que estava ali escrito com farta argumentação. Sozinho, limpava rapidamente as mesas e lia avidamente cada página daquelas pastas. Alguns meses depois, por minha iniciativa, eu já sabia muitas coisas da empresa que me acolheu. Nessa altura, com a saída de uma antiga secretária da diretoria, deram-me a função de datilografar outras correspondências, além de, todo final de mês, copiar um relatório confidencial completo, em inglês, com umas oito ou dez folhas de papel de seda e papel carbono. As cópias iam para a diretoria de Cleveland, vice-presidência internacional, auditoria externa, escritório de advocacia internacional e setores internos da empresa, como diretoria, contabilidade e tesouraria .

Em Dezembro de 1943, com 18 anos de idade, tendo quase dois anos de empresa, fui convidado para o jantar de Natal, na Caverna Santo Antônio, na rua do Ouvidor, próximo à rua Riachuelo, no centro de São Paulo, com toda a diretoria, gerentes



Considererei uma deferência especial participar do jantar natalino da Ferro Enamel. Dezembro de 1943

e administradores. Considererei uma deferência especial e fiquei muito feliz.

Ao tempo da Ferro Enamel, conheci o professor Fernand Dubois-Köhne, um francês poliglota que era secretário do diretor geral da Rayon Matarazzo e foi-me apresentado pelo meu amigo Luiz Rodrigues Neves. Com ele fiz um curso intensivo de inglês. Ele costumava dizer que não ensinava francês porque ficava muito triste quando falavam mal a sua língua pátria. No terceiro ano de empresa, era eu que atendia os clientes no escritório de São Caetano. Realizava vendas, prestava informações e, quando o assunto se tornava muito técnico, eu pedia a um colega do laboratório que me auxiliasse no atendimento.

Emprego em São Paulo

Sendo eu fluente no inglês e com a experiência adquirida no meu trabalho, Eugene Dubois-Köhne, irmão do meu professor de inglês, convidou-me para trabalhar como secretário de um engenheiro austríaco, Joseph Lateiner, na firma de importação de máquinas pesadas, "Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro", na rua Florêncio de Abreu nº 779, São Paulo, onde a empresa ocupava três andares. Salário bastante compensador. Eu respondia as cartas em inglês e traduzia catálogos recebidos dos EUA. O engenheiro Lateiner havia percorrido diversos países trabalhando em firmas multinacionais e, fugindo da guerra, chegou ao Brasil. Ficamos amigos e ele me transmitiu uma parte considerável da experiência que amechou como cidadão do mundo.

Foi durante o período em que estava na "Serva Ribeiro", nos anos 1946-1949, que eu me movimentava em São Paulo, em meus horários de almoço, para tomar providências relacionadas com o JSC e o Movimento Autonomista. Começava para mim uma outra etapa de minha vida, a de jornalista, conforme os leitores já tiveram oportunidade de conhecer. Era uma mescla de atividades, que me acompanharia durante meio século, até me aposentar. Daí em diante, o jornalismo continua me acompanhado, como fiel amigo de todas as horas.

O regresso à Ferro Enamel

Três anos depois, já casado e pai de dois filhos, fui convidado para voltar a trabalhar na Ferro Enamel, com melhor salário. A empresa havia progredido, tinha mais funcionários do que antes, quando a deixei. O presidente suíço de 1942-1946 havia-se retirado e, em seu lugar, assumiu o ex-diretor técnico, que eu já conhecia. Nessa altura dos acontecimentos, Setembro de 1949, eu deveria trabalhar no escritório que a firma instalara em São Paulo, na rua Marconi nº 23, 10º andar. Em São Caetano, na avenida Goiás, havia ficado a parte industrial da empresa.

Permaneci na Ferro Enamel mais três anos e foi outra temporada de muito aprendizado. A minha convivência com os executivos da firma, nos anos 1949-1952, foi muito benéfica. Várias vezes ouvi o pensamento dos norte-americanos naquela época: ao entrar no trabalho, pendure seu coração no cabide e pegue-o na saída. Explicavam que a empresa é uma pessoa jurídica, não física, e por isso não pode ter sentimentos. O trabalho tem de ser executado pensando no resultado financeiro da firma e, se a empresa não for bem, se não tiver um retorno do capital investido, o empregado também não poderá ir bem.

Lembro quando, no início do ano de 1952, chegou dos EUA o Sr. Ben McDermott e informou ao diretor-presidente no Brasil que deveria ir a Cleveland, Ohio, a chamado da Matriz. Ele foi e não mais voltou à empresa. Era uma maneira discreta, sem alarde, de demitir um importante colaborador, mesmo que ocupasse o cargo de diretor-presidente. Em seguida, o Sr. McDermott disse ao gerente técnico que deveria ir fazer um estágio na Matriz. Após o embarque do gerente, ainda no aeroporto de Congonhas, ele disse a mim e a outros circunstantes: *Agora que o despachamos*

posso fazer, com mais facilidade, as mudanças que pretendo. Pelo menos nessa vez, ele foi mais explícito em sua maneira de agir.

Entre as mudanças feitas por Ben McDermott estava o encerramento das atividades do escritório de São Paulo, no ano de 1952. Os funcionários que residiam em São Paulo foram dispensados e outros, de São Caetano do Sul, foram trabalhar na avenida Goiás, 884. Mas, como não havia lugar para todos, acabou havendo outro corte e, em 30 de Maio de 1952, fui dispensado, com todos os meus direitos pagos.

Procurei-me valer dessa oportunidade para transformar o JSC em bissemanário, ou seja, publicá-lo às quartas feiras e sábados, mas a experiência não vingou. A Câmara Municipal de São Caetano do Sul havia perdido seu funcionário Walter Thomé, que se transferira para a General Motors do Brasil, e fui admitido em seu lugar como revisor de Anais da Edilidade. Lá permaneci somente 11 meses e solicitei exoneração.

Executivo da Pan

Ainda tocando a pleno vapor as edições semanais do JSC, tive um convite inusitado para ser um executivo de empresa. Fui convidado pelo presidente da Pan - Produtos Alimentícios Nacionais, Oswaldo Falchero, para ser diretor comercial da empresa. Tomei posse em 24 de Fevereiro de 1954. Deixei essa firma em 9 de Março de 1963. Todos os meus conhecimentos, as experiências acumuladas na parte administrativa na Ferro Enamel, na Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro e, principalmente, na direção do *Jornal*, podia agora aplicá-los na nova função recebida na fábrica de chocolates Pan.

Por insistência minha, mudamos o gerente de vendas, admitimos novos vendedores, viajantes e representantes, diminuímos o número exagerado de produtos para baratear custos, modificamos embalagens, lançamos novidades e ensaiamos um pouco de promoção e propaganda. O volume de vendas aumentou e os resultados melhoravam a cada final de ano. Para amenizar a resistência do diretor presidente aos investimentos em propaganda, criamos uma empresa da qual ele era presidente e eu diretor comercial. Um competente desenhista de propaganda, que trabalhava para a Pan como avulso, Joel Minervino Linck, era o diretor técnico. A empresa tinha o nome de Komander.

A Komander - Promoção e Propaganda Ltda. fez o lançamento da segunda loja de eletrodomésticos da cidade, a Copagel, na rua João Pessoa, relançou a camisaria Ivany, com o nome de Lojas JV, quando foi nomeada representante dos produtos masculinos Renner, do Rio Grande do Sul. A Komander atendia também e, em especial, a Pan, produzindo novas embalagens, cartazes promocionais e outros serviços.

No final de Março de 1961, o diretor-presidente da Pan estava na Europa e eu o substituí na direção da empresa, com mais poderes. Na ocasião o presidente da República, Jânio Quadros, renunciara ao cargo e houve um princípio de insegurança e convulsão no país. O acionista majoritário da Pan, engenheiro Aldo Aliberti, também dono das Indústrias Aliberti, telefonou-me perguntando se eu precisava de alguma ajuda. Ele estava temeroso com a situação política no Brasil. Respondi que estava tudo em ordem na Pan e sob o mais perfeito controle. Não permiti que a instabilidade política afetasse os negócios da Pan.

Dificuldades: promoção e propaganda

Logo depois de entrar na casa, detive-me nos custos e no orçamento. Movido pelo exemplo de multinacionais que eu conhecera, como a Ferro Enamel, insisti com o presidente da Pan em aplicar 1,5 a 2% dos custos em propaganda e promoção. Conhecia o exemplo da Nestlé que naquela época dedicava 3% do orçamento da empresa para esse fim. O presidente acabou concordando comigo, só que não aprovava os gastos em promoção e publicidade, ficando aquela percentagem como lucro do balanço anual.

Ele não compartilhava a minha tendência à adoção de uma estratégia empresarial de publicidade. Numa ocasião propus-lhe imprimir vales de café com o logo da Pan e distribuí-los em grandes pontos consumidores da bebida, como o Café Havaí, na galeria Califórnia, entre a Barão de Itapetininga e a D. José de Barros, na época um centro nervoso do comércio paulistano.

Minha idéia era fortalecer a marca da empresa na memória dos consumidores de café, que por extensão eram consumidores de chocolates, dos quais éramos fabricantes. Ele me perguntou: *Vai dar tudo isso de graça? E o que nós ganhamos?* Ele não atinava que eu desejava, com o processo de gravação de imagem da marca dos produtos na mente dos consumidores,

aumentar as nossas vendas. Era engenheiro, entendia do produto, que sempre foi de ótima qualidade, da manutenção da fábrica, de finanças, mas não conseguia compreender os processos de formação de imagem, um dos pilares do marketing.

Um dos objetivos da fundação de uma agência de propaganda como a Komander era fazer com que se compreendesse o valor que a imagem representa na venda de um produto popular. Produzir chocolates, cuidar da fábrica, pagar as contas rigorosamente em dia, construir, fazer reformas de prédios era com ele. Fazia isso com rigor e competência. Honesto, trabalhador e muito dedicado à empresa, sempre teve um lema: seriedade e trabalho. Entretanto, a promoção, o marketing e vendas, decisivamente, não eram sua praia. E isso era muito importante na época. Eu já havia aprendido com os norte-americanos na Ferro Enamel que, se a empresa progredir, o empregado também irá progredir.

Foi nesse ambiente difícil em que trabalhávamos que a Nestlé comprou a maior fábrica de chocolates do Brasil, a Gardano, e inundou o país de propaganda de seus chocolates, o inverso do que fazia a Pan.

Cito os concorrentes do ramo. Eu os conhecia, porque não me isolava, reunia-me com eles periodicamente, em encontros constituídos também por multinacionais. Eu fiquei sabendo que havia reuniões dos grandes produtores de chocolates e confeitos: Nestlé, Lacta, Falchi, Sönksen, Mirabel. Aproximei-me, num primeiro momento, dos diretores da Sönksen, Hans e Augusto, e acabei sendo convidado para participar dessas reuniões. Ali se discutiam preços, condições de venda, matéria-prima, atitudes da política econômica do governo que atingiam nosso ramo e outros assuntos de interesse comum das empresas do ramo.

Cada participante defendia abertamente seus pontos de vista e prevaleciam as decisões que favorecessem a maioria. Dessa forma eu sabia como me comportar perante a concorrência e relatava os resultados das reuniões à presidência da Pan. A própria promoção não era assunto alheio a essas reuniões e era um prato constante.

As dificuldades que eu encontrava não terminavam nos detalhes de promoção e propaganda.

O sistema de vendas também encontrava resistência, como no caso de devoluções de mercadorias. Chamei um dia um vendedor que atendia os supermercados Peg e Pág e SirvaSe, os

únicos existentes à época, e fiquei sabendo que não vendíamos mais para eles. Quis saber por quê. Os supermercados compravam nossas balas de goma, embaladas em saquinhos de celofane transparente. Como nossa marca não era muito conhecida, as vendas eram demoradas e as balas permaneciam melando na prateleira.

Com o tempo, os grãos de açúcar cristal que envolvem as balas de goma grudavam entre si, por força da umidade do meio ambiente, deformando o produto. Aí mesmo é que ninguém comprava. Os supermercados pediam, então, que trocássemos esse produto por outro mais novo e em condições de venda. Mas a nossa diretoria relutava em fazer a troca, prejudicando assim as vendas nesses pontos excepcionais, que estavam surgindo no Brasil.



Jubileu de Prata da Pan. Aldo Aliberti, Oswaldo Falchero e eu, na tribuna, falando, aos empregados e convidados

Ganhando clientes

Pedi ao vendedor para ver a quantidade e o valor dessas balas. Valores relativamente pequenos, autorizei a troca. Alguns dias depois, o presidente viu as balas devolvidas e chamou o vendedor para explicações. Por ordem de quem você fez as trocas? Nesse momento entrei na conversa, assumi a troca e propus pagar de meu bolso o valor das balas devolvidas. Não houve resposta. Após curto intervalo de tempo, recebi vários pedidos de compra dos supermercados, a que se sucederam muitos outros.

Minha atitude de trocar o produto teve o condão de

atrair a boa vontade dos supermercados. Tínhamos reaberto um grande mercado. Em vez de balas de goma, que eram problemáticas, forneci a esses pontos-de-venda outros produtos da Pan, mais vendáveis e menos sujeitos à deterioração, como balas Paulistinha, pão de mel, confeitos e outros, mais resistentes ao tempo. Se nesse caso, consegui contornar as dificuldades, em outro não tive o mesmo sucesso. Os produtos, repetimos, sempre foram de primeira qualidade, mas faltava propaganda e promoção para completar o trabalho da equipe de vendedores.

Conforme entrevista concedida ao jornal *Diário do Grande ABC*, em 18 de Julho de 1999, o presidente da Pan disse: *É muito difícil de manter uma liderança que soube resistir e crescer, comendo pelas beiradas*, dando a entender que ocupava os nichos rejeitados pelos concorrentes. Na minha opinião, isso denota falta de ousadia, demonstrada em outras oportunidades.

A empresa sempre foi resistente a exportações, jamais se preocupou com elas, enquanto outras firmas faziam o caminho inverso, abrindo mercado no exterior para contrabalançar momentos mais críticos de venda aqui no país. Para evitar as exportações, o presidente invocava o fraco argumento de que há muitos entraves para colocar produtos no mercado internacional. Em 1º de Julho de 1999, dizia enfaticamente ao jornal *Gazeta Mercantil*: *Já vi muita firma fechar por se preocupar demais com exportação*. Esquecia os muitos exemplos positivos.

Resumindo: eu havia crescido na empresa e batido no teto, não havendo mais como progredir. Não havia condições para um desenvolvimento maior, em função da pouca abertura da empresa, o que era uma atitude em desacordo com a evolução do mercado para a globalização. Entre outras iniciativas na empresa, troquei o logo tradicional do antigo foguete por uma elipse vermelha, logomarca de nome mais visível da empresa e mais fácil de gravar na memória.

Diminuição nas vendas

O jornal *Valor Econômico* de 02 de Julho de 2000 publicou entrevista com o presidente e o diretor de marketing da firma. Titulou a matéria de "Chocolates Pan, uma odisséia do passado". O redator concluiu ter estado em um cenário de reconstituição histórica. O jornal reconheceu que não houve, até recentemente,

modernização de ambiente na fábrica. Os telefones ainda eram de disco e máquinas de escrever com seu toque martelado eram ouvidas nos corredores da empresa, explicou o jornal.

Nada contra a história. Mas diante da competição atual, esse caráter histórico tem pouca margem para eficiência. A respeito de vendas, publicou o jornal *Valor Econômico* de 03 de Julho de 2000: *Atualmente a Pan não chega a ter 3% do mercado de chocolates. Chegou a ter 8% há 35 anos.* Foi quando pedi demissão, em 9 de Março de 1963. Desde que me demiti, o consumo de chocolate aumentou, e julguei que esses 8% se tivesse mantido ou, talvez, aumentado, como aconteceu na Dulcora, para onde me transferi, e também nas outras indústrias do ramo. Entretanto, a porcentagem de 35 anos atrás foi diminuindo.

O meu pensamento é que toda experiência é válida. Com acertos e também com erros, a gente aprende e eu aprendi bastante nessa empresa. Como fazer algumas coisas e como não fazer outras.

Foi ao tempo do trabalho na Pan que me desvinculei do JSC, que havia cumprido grandes campanhas, como a própria Autonomia Municipal e o Hospital Beneficente. Durante algum tempo, tentei conjugar as duas atividades, mas minha função administrativa era bastante absorvente.

A direção da empresa não via com bons olhos que eu tocasse simultaneamente meu trabalho na Pan e as edições do *Jornal*. Coincidentemente, nessa época, os meus companheiros de campanhas queriam que eu assumisse a presidência da diretoria do Hospital. Optei por me dedicar somente à empresa, passando o JSC para terceiros e declinando da presidência do Hospital. Afinal, o *Jornal* já tinha superado as expectativas e dado os frutos esperados. Para o cargo de presidente da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, foi eleito o nosso amigo Jordano P. S. Vincenzi.

Essa pausa no jornalismo foi momentânea. Pouco demorou para que eu assumisse novamente as rédeas de uma redação, com todas as expectativas e imprevistos que cercam cada edição. Mas era uma rotina, da qual eu me afastava só por algum tempo, para depois retomá-la com seu dinamismo próprio. A campanha do JSC, com todos os seus desafios, deixara uma ponta de saudade, difícil de esquecer. Essa retomada do jornalismo vai ser vista no próximo capítulo, que também trata de novos desafios empresariais.

Capítulo XIII

Dulcora e Ars Curandi

Passo a narrar a rica experiência administrativa e empresarial que vivenciei nos anos da Dulcora, fabricante de famoso drops, que fez época. Minha estada nessa empresa teve episódios marcantes, desde o início, como as habilidades que tive de desenvolver na definição de meu salário e na administração do caixa para manter a liquidez financeira da firma.

Ali pude perceber também que o que é bom para a Itália ou, como se dizia, para os EUA, nem sempre é bom para o Brasil. Outro episódio desafiante foi o de recuperar uma marca já vendida e, propositadamente, desatualizada pelo adquirente dessa marca.

O vírus do jornalismo estava latente em minhas veias, e na primeira oportunidade assumi a direção de uma revista, a *Ars Curandi* (Arte de Curar), com a participação dos proprietários da Dulcora. Ao fim do capítulo, farei ligeiro balanço dessa dupla atividade, empresarial e jornalística, uma apoiando a outra.

De São Caetano do Sul, passei para São Bernardo do Campo, na Chocolate Dulcora S. A., cuja trajetória teve altos e baixos, mas para a qual dediquei muito de meu esforço e de minha arte. Os mais de nove anos na Pan tinham amadurecido um pouco mais a minha maneira de pensar e de agir, adquiridas no *JSC* e na Ferro Enamel. Estava pronto para outros desafios, que não tardaram a surgir na minha vida. Tive, especialmente na Dulcora, o

intuito de me superar na profissão de administrador de negócios.

Em 1963, recebi convite para um jantar com os irmãos Gardano que haviam fundado a indústria de balas e drops chamada Dulcora, depois de seu pai vender a sua então famosa Chocolate Gardano S. A. para a poderosa empresa suíça Nestlé. Antes, porém, de dar detalhes do jantar/encontro, gostaria de narrar brevemente como se deu minha aproximação com os irmãos Gardano.

Alguns rotarianos e eu fundamos o Rotary Clube de São Bernardo do Campo em 1952, dois anos antes de eu ingressar na Pan. Um dos fundadores e depois diretor do novo Rotary, era o conceituado advogado de São Bernardo do Campo, Otto João Gustavo Bethke, de quem me tornei amigo.

Mais tarde Ezio Gardano foi admitido nesse Rotary. Em certa ocasião, Ezio declarou a Otto que *precisava de um executivo na sua nova empresa que tivesse as habilidades do Mário Rodrigues, que praticamente fazia tudo na Pan*. Ele hesitava, segundo deu a entender a Otto, de chamar-me, julgando que eu era sócio da indústria de São Caetano do Sul. Otto achava que não, mas em todo caso falaria comigo. Foi assim que entramos em contato com os irmãos Gardano, o que culminou num convite para um jantar.

Perguntaram-me, logo no início do encontro, se eu era sócio ou acionista da fábrica onde eu trabalhava. *Absolutamente, respondi, sou apenas um diretor empregado. Você aceitaria trabalhar conosco? Depende, foi minha resposta. Seria indiscrição saber quanto você ganha atualmente? Você viria trabalhar conosco, ganhando o dobro? Já estou trabalhando com vocês*, disse eu, não dando chance para arrependimento. Aparentemente, as coisas estavam bem arranjadas. A proposta de ganho não era para se jogar fora. No entanto, surgiu aí uma primeira dificuldade para resolver.

Na hora de acertar o salário, Ezio Gardano, presidente da empresa, propôs que parte fosse paga em quantia fixa e o restante em comissão: 3% sobre o acréscimo de vendas que eu promovesse na empresa. Mas, em contrapartida, se no balanço anual ficasse evidente que eu não tinha atingido o valor que fora combinado, a empresa pagaria a diferença. Era uma maneira mais complicada de receber; embora pudesse ser mais, exigia, além de muito trabalho, um pouco de argúcia, para não dizer astúcia.

Já no primeiro ano o volume de vendas superou em

larga margem os tetos até então mantidos, e eu constatei que havia ultrapassado os rendimentos que os outros diretores, donos do negócio, recebiam. Fiquei constrangido porque, no final das contas, eu percebi que havia criado uma situação constrangedora perante a direção, a cargo dos dois irmãos Gardano e de um primo deles. Matutei muito e aguardei alguns meses. Eu queria mudar minha forma de remuneração. Contra essa idéia, eles alegavam que havia um contrato escrito em andamento. Como passar por cima desse contrato?

Apresentei-lhes uma solução que já havia imaginado: cancelar esse contrato, fazendo constar o cancelamento numa ata de reunião de diretoria assinada por todos, inclusive por mim, e substituir por outro que dimensionaria minha remuneração segundo a retirada dos outros diretores. Acrescentei na mesma ocasião outra proposta: ninguém retiraria mais que US\$ 4.000,00 (quatro mil dólares americanos) por mês. Com essa medida queria evitar a sangria do caixa da empresa, pois já havia constatado que os diretores faziam retiradas para fins pessoais, muitas vezes acima do que a empresa podia comportar. A sugestão foi aceita. Daí em diante passei de gerente geral de vendas para o cargo de diretor comercial.

O que é bom lá fora é bom aqui?

Comecei, aos poucos, a conhecer melhor os meandros da empresa. Fiquei sabendo que a firma estava nas mãos de agiotas. Com a finalidade de se livrar dos agiotas, antes de me admitir, os irmãos Gardano fizeram um contrato de investimento com um empresário italiano, que tinha negócios de hotelaria de águas termais na Europa.

Esse investidor tinha um primo estabelecido no Brasil que tocava uma pequena empresa, a Italdoce. Por intermédio desse primo, o investidor veio ao Brasil para ver de perto os negócios da Dulcora. O capitalista incluiu em sua negociação que seu primo, residente no Brasil, deveria ocupar uma diretoria na empresa. Para aumentar a receita da firma, o investidor sugeriu que se produzissem na Dulcora produtos alimentícios italianos de bom êxito comercial na península e outros que seu primo da Italdoce mencionou.

No entanto, aqui os costumes são outros, o clima é

outro, a cultura é outra. E as idéias de novos produtos trazidos da Itália para cá não tiveram o sucesso esperado, criando por isso problemas comerciais e financeiros. A consequência foi que Êzio e Paulo Gardano tiveram dificuldade para remunerar o investimento do empresário italiano, e as divergências culminaram no rompimento judicial da incipiente parceria comercial.

A Dulcora teve, então, de estudar como poderia devolver o valor investido, que era de grande monta. Eu havia iniciado minhas atividades na empresa no exato momento em que os produtos italianos, como farofa para sorvete, confeitos de chocolate em caixinha e outros, eram comercializados pela empresa brasileira. O que vendia mesmo era o *drops*, com pastilhas embrulhadas uma a uma. Essa novidade havia sido lançada pelo próprio Carlo Mario Gardano, falecido, pai de Êzio e Paulo, e fundador da nova empresa, a Dulcora, em seqüência à venda que fez da Chocolates Gardano para a Nestlé. Nesse caso, o mérito do *drops*, que vendia muito bem, não era do empresário italiano. Mas as dificuldades não pararam por aqui. Estavam apenas começando.

Houve uma autêntica batalha judicial movida pelo italiano para se ressarcir do investimento feito. Ele tinha alguma ligação com a hierarquia da Igreja Católica aqui no país e, através desse relacionamento, foi-lhe indicado como advogado um antigo desembargador. Eu acompanhava, apreensivo, todas as *démarches* judiciais em torno do caso. E me aproximei desse causídico importante para ver até onde iam as possibilidades de vitória dos Gardanos.

Um dia, após uma reunião, ofereci-me para levar o desembargador para casa, no Jardim América. Nesse lapso de tempo, durante a viagem até a sua residência, em conversas reservadas, fiquei sabendo que só havia um meio para acabar com essa pendência: fazer um acordo. E foi o que sugeri à diretoria da empresa.

Nesse ínterim, o diretor técnico, primo do investidor italiano, desligou-se da empresa. Com ele cheguei a ter algumas diferenças. Como diretor técnico, ele produzia *drops* em sabores que não vendiam bem, em detrimento daqueles que vendiam muito, mas se ressentiam de estoques no pico das vendas. Ou seja, ele não ouvia o setor comercial para traçar a estratégia de produção.

Por fim, os irmãos Gardano chegaram à conclusão de que o melhor era, de fato, fazer um acordo com o investidor da

Itália. Assumiram a dívida, aliás fartamente documentada, para pagá-la em parcelas de longo prazo, com o aval dos bens dos próprios diretores da Dulcora. Com um agravante: se uma parcela não fosse paga, venceriam todas as demais ao mesmo tempo. Até aí, as coisas marchavam bem, mas havia um detalhe incômodo, que não hesito em adicionar, por causa de suas conseqüências. As parcelas eram pagas normalmente com dinheiro conseguido de agiotas, a juros muito elevados.

Enquanto as pendências tinham curso, a minha missão era tocar a área comercial da empresa. Na hora de fazer acordo, o investidor italiano exigiu que o presidente da firma, Ezio Gardano, fosse ao seu país, na cidade de Padova, para assinar o acordo definitivo. E o presidente da empresa, por sua vez, exigiu que eu fosse com ele à Itália para assessorá-lo. Para equilibrar o orçamento, prejudicado por esse acordo, tive de cortar convênios médicos, cozinha do refeitório e outros benefícios que os trabalhadores tinham conquistado, em épocas melhores. O clima de cooperação já não era o mesmo.

Recuperação da marca Gardano

Estava terminando o prazo de quinze anos em que os Irmãos Gardano estavam impedidos, por contrato, de usar seu nome em produtos de chocolate. Numa das reuniões para debater o assunto, sugeri que fosse criado um pequeno departamento à parte para tornar a ser fabricado chocolate com o nome Gardano, que havia sido cedido à Nestlé. A reação à minha proposta de iniciar um pequeno departamento foi decepcionante. Ao contrário, os donos da Dulcora queriam uma fábrica enorme para vender chocolates às toneladas, mas com um nome propositadamente esquecido pelos consumidores. O realismo aconselhava um trabalho lento de recuperação, para tornar conhecida novamente a marca que dez anos antes fora famosa.

Depois de muita discussão, a decisão ficou para outra reunião. Nesta, Ezio Gardano veio com uma idéia que não me deixou feliz. Ele tivera contato com uma empresa de crédito e financiamento, que se dispôs a fazer lançamento de ações da Dulcora na Bolsa de Valores, ou seja, ao grande público. O dinheiro da venda das ações seria o capital para construir uma grande indústria de chocolates usando a marca recuperada.

Aí começaram grandes complicações. Eu discordava desses novos negócios, feitos com muita pompa, em bases irrealistas, sem uma estimativa mais correta do mercado. Em tudo isso, eu sentia que estava perdendo espaço nas decisões.

No final da história, foi construído um grande pavilhão e importadas da Itália máquinas modernas e de grande produção. Tudo isso demandou muito dinheiro. E este custava a entrar através de lento trabalho de venda das ações. Como os agiotas tinham prioridade no recebimento desse dinheiro, em função dos compromissos assumidos com o investidor italiano, o novo dinheiro das ações não cobria adequadamente as despesas da construção em andamento.

BNDE entra em ação

Tal situação levou os Gardanos a procurar novas fontes de financiamento. Fomos bater às portas do então BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, depois BNDES, para conseguir empréstimos a juros subsidiados. Nessa altura dos acontecimentos, o BNDE estava às voltas com outra empresa em situação precária, a Duchen, de biscoitos e bolachas. Nossa argumentação junto ao BNDE era que nossos custos de distribuição eram muito altos, daí a dificuldade de concorrer com a Nestlé, que tinha centros de distribuição, nas grandes praças do país para todos os seus produtos alimentícios.

A Duchen, fabricante de bolachas e biscoitos, alegava dificuldade semelhante. Depois de muitos estudos e vistoria de nossas instalações, o BNDE resolveu financiar uma distribuidora nacional para produtos, tanto da Dulcora, quanto da Duchen. Criou-se, por sugestão do banco, uma nova empresa chamada Codina - Companhia Distribuidora Nacional de Produtos Alimentícios.

Até aí parecia tudo bem: novo dinheiro, novas perspectivas. Pelo menos em tese, pois, antes de acertar as bases do empréstimo do BNDE, a Dulcora havia feito empréstimos nas companhias de crédito e financiamento, a juros extorsivos, para dar conta de compromissos inadiáveis. Nessa série de empréstimos, o primeiro foi endossado por todos os diretores, inclusive por mim. O segundo empréstimo recusei-me a endossar, criando uma situação bastante constrangedora perante a empresa.



Os diretores da Dulcora em reunião com vendedores e representantes de todo o país. Ano de 1965

Quando foi criada a Codina, os Gardanos sugeriram que eu fosse o diretor representante da sua empresa, ao lado de um representante da Duchen, Sr. Alberto Soller Bezerra. Na minha opinião, isso era uma maneira de me manter distante das decisões da diretoria da Dulcora, cujos desenvolvimentos não estavam me agradando. Eu já imaginava as tempestades que viriam, mais cedo ou mais tarde.

Faltava um cliente grande

Uma das grandes contrariedades ocorreu quando estava na direção da Codina. No movimento de vendas, eu notava a ausência de um grande parceiro de negócios, já conhecido meu e da empresa. Um dos maiores clientes da Dulcora era um atacadista do bairro do Pari. Meus vendedores não conseguiam mais vender *drops* a essa empresa. Mensalmente esse cliente comprava milhares de caixas, com um desconto especial, para depois revendê-las a comerciantes menores.

Enviei o gerente de vendas da Codina, Sr. Oscar Funcke,

para visitar o referido atacadista e saber das razões que o impediam de continuar comprando nosso produto, já que éramos os distribuidores exclusivos no Brasil dos produtores de *drops* com pastilhas embaladas separadamente. A resposta veio pelo gerente: ele não está trabalhando com outra marca de *drops*, tem estoque suficiente e, quando precisar, nos telefonará. Era um mistério que eu precisava desvendar, já que a Codina era a única distribuidora dos produtos da Dulcora. Oficialmente.

No dia seguinte, fui pessoalmente conversar com o proprietário da distribuidora, que era meu velho amigo e cliente. Recebeu-me muito amavelmente, tomamos um cafezinho e ele disse que tinha estoque suficiente de *drops*. Constatei com meus próprios olhos, muito surpreso, que os seus estoques estavam bem abastecidos. Fiz saber a ele que a Codina era a única autorizada para fazer as vendas dos *drops* Dulcora diretamente da fábrica. Logo, ele não poderia ter outro fornecedor, em melhores condições do que as nossas.

O proprietário sorriu e me respondeu: *Você me conhece há muitos anos e sabe perfeitamente que esses drops não foram roubados nem falsificados, mas foram pagos*. Moral da história: os diretores da empresa, passando por cima do contrato feito com o BNDE, vendiam diretamente para o atacadista. Consciente do que estava ocorrendo, falei com o presidente da Dulcora, mas não obtive uma explicação convincente. Não tive dúvidas: deixei a empresa.

Risco do endosso: perder a casa

Mas os meus problemas não terminaram com a minha saída. Como era endossante de um primeiro empréstimo da empresa com entidade financeira, que exigiu o aval de todos os diretores, fiquei sabendo que estavam à minha procura para cobrar a dívida não paga pela Dulcora. Após deixar a Codina, fui avisado por um amigo, gerente do Banco do Brasil, que os advogados do banco estavam à minha procura, pois todos os endossantes do empréstimo, os Gardanos e eu, estavam sendo processados.

A Dulcora não quitara seu débito. Eu tinha sido apenas um diretor empregado, não tinha parte no capital da firma. Mas tinha endossado o empréstimo pela empresa e agora estava envolvido na cobrança judicial. Minha casa, arrolada como endos-

so real, ia entrar no arresto para quitar a dívida. Tinha de correr para evitar a perda da minha própria casa.

Um dos advogados do contencioso do Banco do Brasil era amigo meu, Dr. Ítalo Zaccaro. Expliquei-lhe que o endosso dado ao empresário era conseqüência da relação de meu emprego com a Dulcora. Como eu havia me desligado da empresa, residia fora do município sede - São Bernardo do Campo - e não era justo ser penalizado, mesmo porque o aval dos três diretores da empresa, os irmãos Gardanos e seu primo, era suficiente para cobrir o valor da dívida.

Ele prometeu fazer o possível para resolver o meu problema, que era salvar o imóvel onde eu morava e que por trapalhadas da empresa tinha sido colocado em risco. Ítalo Zaccaro deu parecer favorável a meu pleito, alegando que havia garantia suficiente com os imóveis dos Gardanos e já não possuía domicílio na comarca onde corria o processo (São Bernardo do Campo). Graças ao senso de justiça de Ítalo, estava livre de um grande pesadelo, que era perder minha própria casa. Pode o leitor imaginar quantos problemas teria eu tido de enfrentar caso tivesse endossado o segundo empréstimo, como me havia sido sugerido? Só um endosso fora mais do que suficiente para me estressar.

O triste fim de uma grande empresa

Saí da Dulcora em Março de 1972. Negras nuvens não tardaram a se adensar sobre a empresa, como infelizmente eu tinha renunciado. Discordei da gestão temerária. Aconselhei. Fiz o meu papel de profissional consciente. Ajudei a empresa a atravessar períodos difíceis, mas eu sozinho não podia nadar contra a maré. Já não era escutado. A falência da Chocolates Dulcora S. A era uma questão de tempo e, infelizmente, foi decretada em Março de 1980.

Um desacerto da Dulcora, entre outros, foi levantar uma grande fábrica para um diminuto mercado de chocolate para a marca Gardano, que teria de reconquistar o mercado, do chão, do ponto zero. Os consumidores já tinham esquecido a marca, depois de dez anos de recesso imposto pelo contrato de venda com a Nestlé. Do meu ponto de vista, a marca teria de ser desenvolvida com pequeno investimento, com um discreto departamento, até ser novamente memorizada como nos áureos tempos. Para conseguir

êxito com mais rapidez, seria necessária uma grande campanha publicitária que custaria uma soma de dinheiro que a firma não possuía. A lição aprendida? Tenho minhas dúvidas, mas vale a pena ser considerada.

Revista Ars Curandi

Durante minha permanência na Dulcora, tive uma recaída em atividade jornalística. Fala-se que o jornalismo é uma cachaça, da qual é difícil se livrar. Essa cachaça estava de volta. E nessa aventura entraram também os Gardanos. Relato a nova aventura nos meios de comunicação, porque, de alguma forma, sempre entrelacei a atividade empresarial com a jornalística. E não foi diferente na Dulcora.

A história começou da seguinte forma: eu conhecia em São Caetano do Sul um personagem que navegava bem entre italianos e brasileiros. Coisa típica de um núcleo colonial feito com italianos como era São Caetano. Era Giuseppe Michelino, que tinha as duas nacionalidades mencionadas. Voltou ao Brasil após a II Guerra Mundial, da qual participou ativamente.

Fluente no inglês, através de anúncio, Michelino começou a colaborar com o grupo editorial americano de Robert Lund, que foi sucedido pelo filho Christopher. Robert (Bob) Lund representava o grupo Visão, dos EUA. Depois de algum tempo no Brasil, fundou a sua própria editora, desligando-se da outra. Foi então que criou revistas de sucesso como *Dirigente Moderno*, *Dirigente Industrial*, *Supermercado*, entre outras.

Numa ocasião, Lund lançou anúncio pedindo diretor industrial, e Michelino foi escolhido. Ao mesmo tempo, Robert Lund convidou um grupo de professores da Fundação Getúlio Vargas para seu conselho editorial na revista *Dirigente Industrial*. Foi um sucesso. Muitas matérias vinham dos EUA, e esse conselho acabava triando as matérias mais interessantes para nossa realidade ou fazendo adaptações nos artigos americanos para alcançar o nosso público de executivos empresariais.

Depois de ter atuado alguns anos na *Dirigente Industrial*, Michelino apareceu em meu escritório na Dulcora, propondo formar uma sociedade para editar revistas especializadas. Os irmãos Gardano foram envolvidos no novo negócio. Entrava na empreitada Randolfo Marques Lobato que, na ocasião, editava o

Caderno de Cidades do jornal *O Estado de S. Paulo* e era amigo de Michelino, além dos médicos prof. Mário Degni, Agnaldo Quaresma e outros. Fui arrastado para essa nova safra editorial que prometia resultados. Pelo menos o entusiasmo de Michelino mostrava isso. O novo grupo decidiu atacar a área de medicina e, a exemplo do que Bob Lund havia feito, foi escolhido um conselho editorial de médicos e professores de várias áreas da medicina.

O presidente do Conselho era o prof. Mário Degni, que se dedicava muito a congressos médicos. Sua especialização era em angiologia. A revista idealizada chegou ao mercado com o pomposo nome de *Ars Curandi*, em latim "Arte de Curar". A empresa que a editava tinha o nome de Medisa Editorial S. A. O capital dos Gardanos também estava lá. Eu era o diretor responsável e Michelino, diretor executivo. Todos os médicos do Brasil recebiam a revista, que era paga pelos vários laboratórios e indústrias farmacêuticas anunciantes.

Alguns perguntarão como eu conciliava as duas atividades. Eu saía da Dulcora, ao redor de 17 ou 18 horas, e depois me dirigia à Medisa. Nesta eu ficava até às 20 ou 21 horas. Fazer baldeação de uma atividade a outra eu conhecia muito bem desde o trenzinho que nos levava para o Brás. Ao longo da vida, acostumei-me a vários turnos, e ali na Medisa estava à vontade.

No entanto, a nova revista de nome latino, de sabor clássico, não deu lucro. Nós, os tocadores da revista, não éramos especializados nesse ramo. Nosso objetivo era angariar os anúncios dos grandes laboratórios e indústrias farmacêuticas. Mas nem tudo foi insucesso. Um vendedor do Grupo Lund, que também atuou na *Ars Curandi*, teve êxito na área médica. Era o cearense José A. Melo. Criou no Rio de Janeiro uma revista própria, na área da medicina. Foi bem e, com o iate que comprou, recebe ainda hoje os clientes anunciantes da sua revista. Entre um passeio e outro, em alto mar, acaba conseguindo o combustível que move a sua revista: a publicidade.

Hora de sair

Vendo que as dívidas cresciam e não havendo meio rápido de estancá-las, reuni os sócios da *Ars Curandi*. Propus passar a terceiros um empreendimento que, para nós, não havia sido bem sucedido. Minha idéia foi aceita e, ato contínuo, vendemos o título

Ars Curandi, por preço simbólico, para pessoas do ramo de comunicações. Era uma maneira de nos livrarmos de descapitalização maior. Os novos proprietários tiveram relativo sucesso com a revista, que foi parar, há alguns anos, nas mãos de um grupo do Rio de Janeiro, que edita *Ars Curandi* até hoje. Pelo menos, nossa idéia não morreu; mas não deixou saudades.

Empresas x jornais

Na fase pioneira do *Jornal de São Caetano*, não me considerava um bom administrador de negócios. Quando fundei o *jornal* com os companheiros já referidos, trabalhava na Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro, depois de três anos na Ferro Enamel. Retornei alguns anos após à Ferro Enamel, que para mim foi uma grande escola de negócios.

O *jornal* me trouxe uma vantagem que gostaria de destacar neste momento. Eu surgira num ambiente bastante humilde e mantinha uma certa distância das pessoas mais idosas e/ou de posição social mais elevada. Era um respeito, um tratamento cerimonioso, meio desconfiado, de muito *sim senhor*. Assim fui criado pelos meus pais no ambiente humilde de minha infância e juventude. No *jornal* comecei a tocar, com meus amigos, as campanhas do hospital e da autonomia. E esses senhores com os quais mantinha esse respeito cerimonioso passaram a vir conversar comigo, trocar idéias e traçar planos. Assim comecei, graças ao JSC, a lidar com todas as pessoas, ainda com humildade e de forma respeitosa, mas, agora, de igual para igual.

E, de repente, elas se dirigiam a mim, como na campanha da autonomia. O *jornal* me proporcionou coragem para ousar. Essa nova postura, de mais coragem e desinibição, que felizmente chegou cedo na minha vida, foi decisiva para o desenvolvimento satisfatório de minhas atividades de dirigente de empresas médias e grandes.

Foi assim que eu mesclei a minha habilidade e conhecimentos jornalísticos com a experiência empresarial que, em grande parte, eu havia adquirido na Ferro Enamel. No entanto, o meu salto como executivo foi dado na Dulcora, onde pude desenvolver grandes campanhas de vendas, paralelamente a programas administrativos de muito fôlego. Na Pan, eu não tinha esse ambiente para assumir tarefas de maiores responsabilidades como na

Dulcora.

No *jornal*, aprendi também a conhecer melhor a sociedade em que vivemos, quesito que faz diferença na administração de uma empresa. Nos embates com os amigos e com os inimigos da autonomia, a humanidade tinha aparecido com todo o seu rosto, o seu leque de grandezas e misérias. E isso ajudou para conhecer as pessoas, pois é principalmente com elas que se constrói uma empresa.

Capítulo XIV

Ferros Tupy, Sancaetanense *Jornal*, Eletropaulo

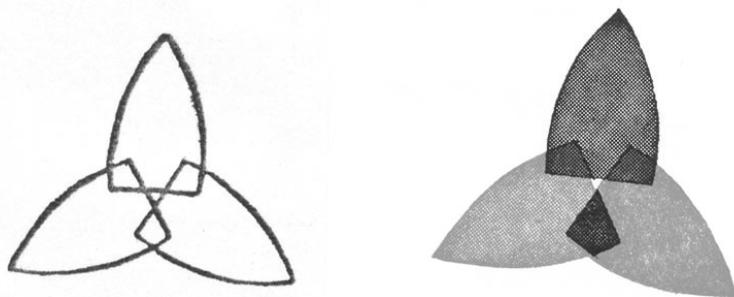
Continuo a narrar e comentar minhas passagens por empresas e publicações. A firma Ferros Elétricos Tupy deu-me a noção de como as empresas assimilaram a idéia das exportações, difundida pelo ministro Antônio Delfim Neto. A Eletropaulo proporcionou-me a experiência administrativa numa empresa estatal, onde as influências políticas predominam, muitas vezes, sobre uma sadia administração de um bem ou serviço público.

E como para manter um fio condutor que perpassasse minhas atividades e igualmente os capítulos desse livro, não deixarei de comentar minhas atividades editoriais. Nunca as abandonei de todo, desde minha saída do *Jornal de São Caetano*, de tão gratificantes recordações, e da revista *Ars Curand* (Arte de Curar). Um outro jornal me aguardava, o *Sancaetanense Jornal*, após minhas atividades na Ferros Tupy e antes da minha admissão na Eletropaulo.

Novo desafio: Ferros Elétricos Tupy

Ao me demitir da Dulcora, fui convidado para trabalhar

na fábrica de ferros elétricos Tupy. Antônio Virgílio Infante, meu velho amigo desde os tempos do JSC e meu companheiro de Rotary Clube, era o presidente e, com sua esposa, mantinha todas as ações da empresa. Fabricava uma linha de cinco tipos de ferros elétricos. Infante convenceu-me de que sua indústria estava em muito boas condições. Contou-me que iniciara a exportação para países da América do Sul e desejava vender também para a África.



A marca Tupy do ferro elétrico Standard

A firma Ferros Tupy estava localizada em área industrial, na Alameda São Caetano nº 2.803, onde atualmente se encontra um depósito das Casas Bahia. Nesse local, estava sendo ampliada a produção. Lá, Infante instalou uma grande fundição, setores de tornearia, prensa, galvanoplastia, uma pequena carpintaria e passou a produzir, de forma integrada, os ferros elétricos. Adquiria de terceiros somente resistências elétricas, que vinham de Minas Gerais, onde se concentram as maiores minas do isolante mica.

Em 1970, comentava-se nos altos escalões do Governo Federal o chamado milagre brasileiro, e o ministro Antônio Delfim Neto dizia ter a fórmula para resolver o problema do país: exportar é a solução. Crédito para o Imposto de Renda, isenção de Imposto de Produtos Industrializados - IPI, diminuição do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, enfim, uma série de vantagens fiscais foram oferecidas para os exportadores. Feitos os cálculos e com a mão-de-obra mais barata na época, era possível vender o ferro elétrico Tupy Standard, de menor custo, por pouco mais de três dólares americanos, preço FOB (free on board), produto posto na fábrica.

A Tupy produzia vários tipos de ferros elétricos: automático, Bastos, Wagner, Viagem, mas o chamado Standard representava dois terços do total vendido. Possuía também um setor que fabricava aquecedores de ambiente, grelhas de ferro fundido, porém, em quantidades menores. A fabricação de painéis de pressão, de alumínio, foi descontinuada.

O ferro elétrico Standard era simples e surgiu para substituir os ferros a carvão. Consistia em duas chapas de ferro fundido, tendo no meio uma resistência de cobre protegida por mica, uma capa de chapa de ferro prensado e niquelado e o cabo de madeira. Pesava 1,8 kg e era fornecido em 120, 220 ou 240 volts, de acordo com o pedido do comprador.

A força de venda da Ferros Elétricos Tupy estava concentrada nesse item de custo baixo e, portanto, talhado na medida para venda a países pobres. Virgílio Infante reestruturou a empresa em 1972 e contratou dois gerentes: eu me tornei o responsável pelos setores administrativo e de vendas, incluindo exportação, e Norberto Magnusson, pela parte técnica. A parte de finanças continuava a cargo do diretor presidente.

A empresa possuía representantes e postos de assistência técnica em todo o território nacional. Como encomendas de diversos países começaram a chegar à fábrica, cuidou-se de estabelecer representantes no exterior. A grande relação de países onde, durante muitos anos, eram encontrados os ferros elétricos Tupy, atesta que o modelo Standard tinha preço compatível com o poder aquisitivo dos importadores. Exportações foram direcionadas para o Equador, República Dominicana, Jamaica, Honduras, Haiti, África do Sul, Angola, Moçambique, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá, Peru, Porto Rico, Venezuela, Bolívia, Nigéria e Paraguai. Outros países faziam apenas importações esporádicas.

Para atender os clientes do exterior, fiz muitas viagens a esses países, conseguindo encomendas, melhorando o faturamento em dólares e aumentando os meus conhecimentos do mundo dos negócios.

Fim do milagre brasileiro

Após oito anos, aproximadamente, de ebulição, o chamado milagre brasileiro, descartado pelo ministro Delfim Neto,

acabou, e os inúmeros benefícios fiscais deixaram de existir. A mão-de-obra foi ficando cada vez mais cara, em razão da concorrência da indústria automobilística. A moeda brasileira estava mais escassa no mercado e cada vez mais distante do dólar americano. Por outro lado, os impostos internos e os juros aumentaram em proporções difíceis de enfrentar.

Além desses acontecimentos, a multinacional norte-americana GE - General Electric inaugurava, em Santo André, uma grande e moderna fábrica de ferros elétricos automáticos modernos, com componentes de plástico e desenho atualizado. A fábrica tinha capacidade para produzir um milhão de unidades por ano. Na mesma linha, outra multinacional, a holandesa Philips, estava lançando o seu moderno ferro elétrico automático marca Walita, também com componentes de plástico.

Com propaganda maciça e promoções apoiadas em um forte *marketing*, o consumidor foi dando preferência aos modernos ferros automáticos. Como conseqüência, o faturamento da Tupy e de outras concorrentes foi diminuindo. As retiradas de valores, por conta de futuros lucros, entretanto, continuaram a ser feitas pelos acionistas, e o passivo da empresa foi aumentando.

Ao encerrar o seu balanço contábil anual, relativo ao exercício de 1980, o acionista majoritário, Antônio Virgílio Infante, admitiu a possibilidade de vender sua empresa. Alguns contatos foram feitos e várias reuniões realizadas com três grupos que se mostraram interessados em adquirir a firma.

A venda da Tupy

Após estudar as propostas, Virgílio Infante havia chegado a uma conclusão quanto à venda da sua indústria. Conforme Ata da Assembléia Geral realizada em 15 de Agosto de 1981, na Alameda São Caetano nº 2.803, a diretoria renunciou e assumiram os novos diretores que haviam, na realidade, adquirido o controle acionário da empresa. O quadro dos novos controladores e da diretoria era assim composto: diretor presidente, Adahyl Mendes Cordeiro; diretor vice presidente, Walter Pierino Squadroni; diretor comercial, Mauro Martins; diretor industrial, Cesare Squadroni.

Na mesma data, 15 de Agosto de 1981, Norberto Magnusson e eu nos demitimos, juntamente com Antônio Virgílio Infante. Após alguns meses, os irmãos Squadroni se retiraram,

permanecendo somente Adahyl Mendes Cordeiro e seus filhos na direção da Tupy. Os irmãos Squadroni, que permaneceram pouco tempo nesse ramo, continuaram, com sucesso, na empresa que possuíam desde 1949, em São Caetano do Sul, fabricando peças especiais de plástico.

Sob nova administração, com o seu departamento comercial enfraquecido e com a grande concorrência dos ferros elétricos automáticos das multinacionais, não somente a Tupy, mas também as fábricas Cofega e Vilanova, que produziam no Brasil o produto não automatizado, foram obrigadas a encerrar suas atividades.

Profissão: jornalista

Quando saí da firma Ferros Tupy, deparei-me novamente com a minha profissão de jornalista, que eu relegara para um segundo plano, mas da qual nunca consegui me afastar em definitivo. Antônio Russo, meu velho amigo, veio ter comigo para que eu dirigisse um jornal, que ele havia fundado há poucos meses, juntamente com amigos.

Por falta de alguém que tivesse mais tino para dirigi-lo, o *jornal* estava parado. Atendi a solicitação e, em seguida, a 19 de Março de 1983, saía a primeira edição do *Sancaetanense Jornal*, sob a minha direção.

As novas atividades jornalísticas

De algum modo, era uma felicidade grande retomar a atividade que acompanhou a minha vida e que tinha me proporcionado sucesso e alegria. Desta vez, no novo nicho jornalístico, dei mais enfoque a notícias de interesse da coletividade, bailes, reuniões sociais, aniversários, delegacia de polícia etc. Para isso, enviava um repórter semanalmente para noticiar as sessões da Câmara Municipal, entrevistar pessoas na rua e colher notícias nas delegacias de polícia, o que não acontecia em jornal local naquele tempo.

No *Sancaetanense Jornal*, eu fazia de tudo: escrevia as matérias, corria atrás de anúncios, pagava os empregados e orientava a contabilidade. Procuramos adotar, dentro do possível, uma linha eclética de interesse popular, como durante minha per-

manência no JSC. Assim, na edição de 19 de Março de 1983, apareceram assuntos como estes: "Preços de ônibus aumentaram", "As obras do prefeito Dal'Mas", "Falsos carnês de impostos", "OAB denuncia falso advogado", "Fundação das Artes de São Caetano do Sul" e para completar: "Ocorrências policiais".

Embora possa citar muitas áreas do cotidiano tratadas pelo *jornal*, um dos assuntos que mais frisei durante minha gestão no *Sancaetanense* foi a história do município. Os aniversários da cidade se prestavam à memória histórica e deles me utilizei para iniciativas do gênero. Assim, em 28 de Julho de 1983, lancei um concurso sobre personalidades históricas locais. O autor vencedor foi Eric Tomé Patarro, que discorreu sobre o primeiro presidente da Sociedade Beneficente Príncipe de Nápoles Silvério Perrella.

A histórica mesa-redonda

No entanto, a edição do aniversário da cidade, um ano depois, a 28 de Julho de 1984, marcou um início de pesquisas que levariam a um maior conhecimento do passado da cidade. O *Sancaetanense Journal* reuniu uma equipe de personalidades ilustres e estudiosos para esse propósito.

Abriamos a primeira página dessa edição com os seguintes dizeres: *O alvorecer traz sempre renovadas esperanças e horizontes mais amplos. Cidades existem que fazem fulgurar sua história através de ricas tradições e exemplos marcantes. O passado de nossa terra está cheio de exemplos, de lutas, de sacrifícios, esperanças, idealismos e realizações.*

Comentando a mesa-redonda de estudiosos, reunida sob minha iniciativa, o *Jornal* registrava os assuntos que mereciam pesquisa: *"O caminho do passado ficou claro. Surgiram também fatos contestadores e que abrem novos horizontes para a elucidação histórica de São Caetano do Sul. Os pioneiros, as famílias fundadoras, seus primeiros passos, a epopéia agrícola, a pesca, o comércio, as primeiras indústrias, as escolas e igrejas, a expansão da cidade, os bairros e os costumes, os clubes recreativos, a política marcante e acesa buscando a autonomia, a alimentação, os surtos epidêmicos, os transportes, as primeiras greves são aspectos marcantes que o limiar do passado esconde zelosamente, mas que a inteligência do homem e sua curiosidade descobrem através do estafante trabalho de pesquisa.*

Em seguida, eram apontados os participantes da mesa-redonda, de caráter evocativo: *O atestado dos fatos não poderia vir de pessoas mais qualificadas e respeitadas como Conccetto Constantino, Firmino Garbelotti, José de Souza Martins, Oscar Garbelotto, Geraldo Plates, Jordano Vincenzi, João Dal'Mas, Lauro Garcia, Manoel Cláudio Novaes, Irina Vassilieff, Laerte Gonçalves Fernandes.*

Os assuntos da mesa-redonda

Dizia, por exemplo, José de Souza Martins: *A cidade nasceu sem burguesia, porém, com um amplo relacionamento familiar por serem as levas de imigrantes oriundas das mesmas regiões da Itália. Posteriormente, quando a cidade passou a crescer e a tornar-se um núcleo operário é que vieram os chamados burgueses. As primeiras fábricas tinham mão-de-obra reduzida e a cidade era pobre.*

Jordano P. S. Vincenzi fala com amplo conhecimento da cidade: *Cita por exemplo que em 1929, quando tivemos a maior crise do café, verificou-se a maior enchente de todos os tempos e que a várzea onde hoje se situa o Hospital Heliópolis (São João Clímaco) virou um autêntico rio. A fábrica Aliberti (botões) que tinha suas rodas giradas pela água de uma cascata proporcionava uma pescaria incrível e os latões de vinte litros ficavam cheios de lambaris.*

Lauro Garcia deu uma aula, a respeito de sua família: *Nascido em 1916, é de terceira geração de sancaetanenses. A família chegou em 1872, cinco anos antes dos colonizadores italianos, estabelecendo-se onde hoje é a Alameda São Caetano. Moravam numa casa de pau a pique. O forte da época era o comércio de lenha e a venda de leite. Seu pai, José Mariano Garcia Junior, foi muito respeitado pelos imigrantes que nutriam muita amizade por si.*

Geraldo Plates falou da vida esportiva do município: *O primeiro clube esportivo da cidade chamava-se Raquete Clube e foi fundado em 1910. Quatro anos depois surgiu o São Caetano Esporte Clube.*

Manoel Cláudio Novaes dá outras informações de história local: *Em 1925 foi iniciada a instalação da General Motors do Brasil. O projeto de construção da Matriz Nova foi do padre*



O Sancaetanense Jornal de 1983

Alexandre Grigolli que também era músico e poeta. Antes da vinda do padre Luiz Capra para nossa cidade as missas eram rezadas por padres que vinham do Brás e tinham suas passagens pagas pela população.

Muitas outras preciosidades históricas foram transmitidas, na ocasião, pelos estudiosos e personalidades convidados. O importante a extrair-se dessa mesa-redonda organizada pelo *Sancaetanense* foi a criação de um núcleo de pesquisas para valorizar mais o passado de São Caetano.

Enquanto eu me dedicava a publicar as edições semanais do jornal, vários meses depois fui levado a trabalhar na Eletropaulo, por convite de Antônio Russo, que, no início de 1983, havia sido escolhido pelo governador André Franco Montoro para o cargo de diretor de administração da empresa.

Eletropaulo: o maior desafio

Dentro de toda a experiência adquirida nas firmas onde exerci atividades administrativas, foi na Eletropaulo que encontrei o maior desafio. Habitado ao sistema de empresas privadas, não esperava que fosse tão diferente ser administrador em uma estatal. As ações da canadense Light & Power haviam sido adquiridas pelo Governo Federal, e depois pelo do Estado de São Paulo, e, embora mudando de nome, a empresa continuou sendo uma sociedade anônima, de economia mista. A última palavra, porém, era do maior acionista: o Governo do Estado de São Paulo.

Fui convidado para participar da equipe de Antônio Russo como chefe da Divisão de Administração de Imóveis, onde, disse-me ele, havia problemas sérios que eu poderia resolver. Admitido em Julho de 1983, demiti-me em 30 Setembro de 1997, quando a empresa foi dividida em quatro para ser privatizada. Foram quase quinze anos de trabalho difícil e muito árduo. Em Dezembro de 1984, fui promovido a gerente do Departamento de Aquisição e Alienação de Imóveis.

Diretor Superintendente da SBEL

Em 1987, mudei de atividade na Eletropaulo. Fui designado para diretor superintendente da Sociedade Beneficente dos Empregados da Eletropaulo - SBEL. O principal benefício que a entidade prestava aos quase vinte e cinco mil funcionários era a venda de produtos alimentícios, a preços baixos, cujo montante era descontado na folha de pagamento, quarenta e cinco a sessenta dias após as compras. Como estávamos ainda na época da inflação bastante alta, esse prazo representava mais um ganho substancial para os empregados. Eram dois os postos de abastecimento da SBEL: um no bairro do Cambuci, em São Paulo, e o outro no município de Cubatão.

Como freqüentemente intercalei atividades jornalísticas e empresariais, na Eletropaulo deu-se o mesmo fato. Até o momento em que me dediquei à administração dos imóveis da companhia de serviços elétricos, não tive maiores problemas em conjugar as duas atividades. No entanto, quando entrei para a SBEL, encontrei muito trabalho e dificuldades para conciliá-las. Para a fundação e gerenciamento de novas lojas, por todo o Estado de São Paulo, eu

permanecia ausente da redação e já não podia dirigi-la do modo mais adequado, conforme a minha orientação. Achei conveniente deixar o *jornal*.

Dirigi a minha última edição no *Sancaetanense Jornal*, a 21 de Março de 1987, após ano e meio de trabalho na SBEL. Entre os títulos que faziam parte da edição havia: "Finalmente será erguido o monumento ao imigrante italiano", de sabor histórico, e "Cultura e Arte em Nova Gerti", de caráter humanístico. Mas ainda não seria a aposentadoria das minhas atividades jornalísticas. Mais incursões no gênero me espreitavam.

A SBEL precisava criar mais receita para se equilibrar, e o meio encontrado foi aumentar o número de postos de atendimento. Por isso, criamos mais oito unidades (pequenos supermercados em várias cidades), elevando o número total para dez, o que representou um aumento expressivo no faturamento. O sindicato dos funcionários negociou com a Eletropaulo a distribuição mensal de uma cesta de alimentos para cada funcionário. A SBEL se prontificou a produzir e distribuir as quase vinte e cinco mil cestas básicas todos os meses. Por entendimentos que mantive com a diretoria, a Eletropaulo permitiu também que a SBEL fornecesse os produtos utilizados nos restaurantes para alimentação dos milhares de empregados da empresa. Com essas providências, o faturamento da SBEL chegou a atingir três milhões de dólares por mês.

Esse trabalho foi feito em quatro anos de gestão. Em 20 de Outubro de 1991, para atender a acordos políticos, do Governo do Estado, o afilhado de um vereador de São Paulo foi designado para ocupar meu cargo, e eu voltei a exercer minhas antigas atividades administrativas na Eletropaulo.

Durante os primeiros anos da gestão do governador Franco Montoro, que terminou em 1987, a Eletropaulo atravessava um período normal, equilibrando receita com despesa, e a ingerência externa na administração quase não se fazia sentir. Alguns anos após, entretanto, ficou difícil, para mim, atender as ordens vindas do governo para satisfazer a pedidos de políticos. Casos, como o de colocar uma pessoa estranha na direção da SBEL, se sucediam com freqüência. Solicitações esdrúxulas eram, muitas vezes, atendidas, contra a vontade dos administradores que, contrariados, deviam obedecer às ordens superiores.

Por outro lado, os presidentes da empresa e a maioria dos diretores eram mudados constantemente, com prejuízo para o

desenvolvimento regular dos negócios de eletricidade. Em média, cada presidente permanecia à frente da firma um ano, e os lobistas se aproveitavam disso para apresentar projetos prontos e com condições de pagamento que deixavam a desejar. Tal fato ensejava os funcionários de todos os escalões a tirar ilações pouco lisonjeiras das decisões superiores. A Eletropaulo, que, normalmente, era superavitária em seus balanços anuais, começou a apresentar prejuízos, chegando a um desequilíbrio financeiro impossível de ser recuperado.

Ao assumir o Governo de São Paulo, Mário Covas decidiu preparar essa e outras estatais para a privatização, em virtude da situação deficitária em que se encontravam. Foram feitas revisões nos contratos existentes, providenciou-se a dispensa de funcionários apadrinhados de políticos, que inchavam o quadro da empresa, criou-se um plano de demissões incentivadas (PDI) e várias outras providências, como dividi-la em quatro para facilitar a venda a terceiros, no caso, investidores privados. Nessa oportunidade, aderi ao PDI. Deixei a Eletropaulo, depois de quase quinze anos de muita atividade e de muita contrariedade.

A fase de trabalhos de administração de empresas tinha passado. Permanecia, no entanto, o jornalismo, como uma atividade difícil de abandonar. Prossegui. Sempre com renovadas alegrias, motivadas por diversas contribuições a jornais do ABC e a publicações do Rotary Clube de São Paulo.

CAPÍTULO XV

Frutos da autonomia e evocações

Descritos os fatos conexos com os jornais em que atuei, em especial o *Jornal de São Caetano*, e também aqueles relacionados à minha família, minha formação e minhas realizações profissionais, falta a tarefa de dar um fecho a este meu livro. Não penso que seja tarefa das mais fáceis. Minha narrativa se ateve a alguns trabalhos em que penso ter zelado pelo progresso de meu subúrbio, da minha gente, da nossa grandiosa São Caetano do Sul.

Por isso, ao finalizar este breve ensaio, lanço um olhar nostálgico sobre a cidade que mostra bom progresso. Mas que teve de lutar com muita determinação e astúcia para se tornar independente. Como demonstramos, condições para tal não lhe faltavam. Nem recursos financeiros nem pessoal preparado. Com o surgimento de nova aurora democrática, depois do ocaso da ditadura de Getúlio Vargas, São Caetano, a do Tijucuçu e do Caminho do Mar, reivindicou e alcançou a sua autonomia, que lhe fora recusada sucessivamente desde 1928, data da primeira investida autonomista mais séria.

Fico feliz por ter também contribuído, através de um pequeno jornal, como o *JSC*, para a autonomia municipal nos idos de 1948. É uma alegria que compartilho com muitos amigos e companheiros de "conspiração". Virando as páginas deste livro, mis-

turo-me ao cotidiano da cidade que me acolheu e a quem acabei dedicando boa soma de meus esforços pessoais.

História pessoal e a cidade

Muitos progressos, materiais, humanos e cívicos, obtidos pela cidade, misturam-se com momentos particulares meus. Por isso, para mim foi difícil, se não impossível, separar a minha trama pessoal da trama dessa cidade, que aprendi a amar, batalhando pela superação de condições menos humanas em favor de outras mais humanas.

Os progressos da cidade são meus progressos, meus e dos meus companheiros do JSC, da SASC, do Hospital Beneficente, da creche Nossa Senhora da Glória, com os quais tive a honra de lutar ombro a ombro. Acredito, assim, que de qualquer currículo ou folha de serviços de uma pessoa deve constar essa cota pessoal em prol do progresso de sua gente, enfim, de sua cidade ou bairro.

Meu sentimento para com a cidade leva-me finalmente a tecer justos e merecidos elogios às láureas conquistadas por ela, na esteira de sua autonomia. Mas, ao mesmo tempo que exalto notáveis feitos, não me eximo de repensar sempre o que perguntava, como editor do JSC, nas comemorações do jubileu de pérola da vitória do plebiscito:

- *Para que serve a autonomia?*

- *Em que ela pode melhorar a nós mesmos, a nossos vizinhos, a nossos semelhantes?*

Os mutirões cívicos, como o da autonomia, continuam a desafiar-nos para novas frentes, e isso exige união e desprendimento. O bom Índice de Desenvolvimento Humano reconhecido pela ONU é completo? Ou é um estímulo para melhorarmos os ideais humanos em nosso meio, em municípios vizinhos e na nossa nação? Tendo em mente essas indagações que tencionam apenas um posicionamento vigilante para novas missões e desafios, volto-me para realizações de nossa cidade que foram objeto de reconhecimento nacional e internacional.

Passado x presente

No entanto, antes que descrevamos essas láureas e condecorações recebidas por São Caetano do Sul, tomo a liberdade de fazer um contraponto, de mostrar o contraste entre o passado e o presente. Entre o passado humilde, tal como se apresentava na primeira administração, e os progressos ostentados atualmente. Alexandre Toler Russo nos d  uma mirada desse passado em seu artigo, publicado na Revista *Raízes* n  22, "Das cabras aos 43 milhões de cruzeiros":

O caráter rural da cidade não era atestado apenas por animais como cabras, mulas ou galinhas, mas principalmente, pela falta de um serviço de esgotos, de redes de águas pluviais, de pavimentação em várias ruas e de energia elétrica em muitos bairros.

Recorro a essa descrição por seu forte contraste com a industrialização operada nessa mesma área sancaetanense, naquele tempo. *Os maiores esforços da primeira administração foram empregados na tentativa de resolver esses problemas básicos*, diz o autor desse artigo, referindo-se ao trabalho do primeiro prefeito de São Caetano do Sul. *Em 1952, uma grande enchente causou a morte de uma pessoa, a inundação de vários prédios, e quase 100 mil cruzeiros em prejuízos. Na época das chuvas, a cidade era de fato bastante castigada e, por isso, a construção de redes de águas pluviais, com vistas em fazer escoar a água das chuvas para o Rio Tamanduateí, tornava-se cada vez mais urgente*, descreve Alexandre Toler Russo em continuação.

 ngelo Raphael Pellegrino atacou de frente todos os problemas com que se deparava, à frente da humilde mesinha que teve depois da posse: nível mais elevado de escolaridade, redes de águas pluviais, água encanada e tratada, coleta e tratamento de esgotos, energia para os bairros, moradias para os trabalhadores, mister este em que já tinha mostrado toda a sua capacidade. Era uma obra imensa, que não seria resolvida de pronto, numa administração, mas ao longo de algumas gerações.

O mérito principal do nosso primeiro prefeito acredito que foi o de colocar uma plataforma razoável de trabalho, pela qual os problemas pudessem ser paulatinamente equacionados. A sua obra, felizmente, teve escola, teve seq ncia nas administrações subseqüentes, que lhe deram uma continuidade visível no progresso geral do município, em t picos como o  ndice de

Desenvolvimento Humano de Município, o Índice de Alfabetização medido pelo IEME, a vocação para boa carreira profissional e o acesso digital.

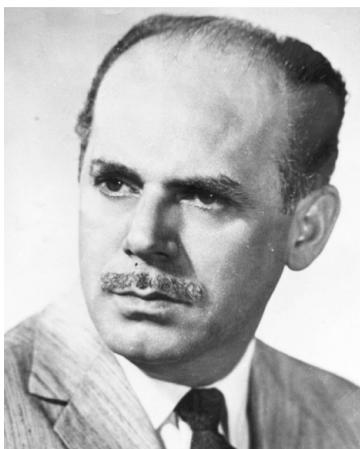
Prefeitos eleitos de São Caetano do Sul

Os responsáveis pela obra realizada nestes 56 anos, em benefício da cidade, são os seguintes prefeitos eleitos democraticamente, (aqui incluído o escolhido nas eleições de três de Outubro de 2004 pelos eleitores, Dr. José Auricchio), aos quais rendo as minhas homenagens.



Ângelo Raphael Pellegrino

3 de Abril de 1949 a
3 de Abril de 1953



Anacleto Campanella

4 de Abril de 1953 a
3 de Abril de 1957

4 de Abril de 1961 a
3 de Abril de 1965



Oswaldo Samuel Massei

4 de Abril de 1957 a
3 de Abril de 1961

4 de Abril de 1969 a
3 de Abril de 1973



Hermógenes Walter Braido

4 de Abril de 1965 a
3 de Abril de 1969

1º de Fevereiro de 1973 a
31 de Janeiro de 1977

1º de Fevereiro de 1983 a
31 de Dezembro de 1988



Raimundo da Cunha Leite

1º de Fevereiro de 1977 a
14 de Maio de 1982

O vice João Dal'Mas assumiu
15 de Maio de 1982 a
31 de Janeiro de 1983



Antônio José Dall'Ánese

1º de Janeiro de 1993 a
31 de Dezembro de 1996



Luiz Olinto Tortorello

1º de Janeiro de 1989 a
31 de Dezembro de 1992

1º de Janeiro de 1997 a
31 de Dezembro de 2000

1º de Janeiro de 2001 a
31 de Dezembro de 2004

Como se verifica pela demonstração acima, os prefeitos de São Caetano do Sul Anacleto Campanella e Oswaldo Samuel Massei exerceram dois mandatos cada um. Hermógenes Walter Braidó e Luiz Olinto Tortorello exerceram três mandatos de prefeito cada um.



José Auricchio Júnior

1º de Janeiro de 2005 a
31 de Dezembro de 2008

José Auricchio, o primeiro médico a governar o município de São Caetano do Sul, está cumprindo, desde 1º de Janeiro de 2005, o seu primeiro mandato. Em seu 100º dia de governo, referindo-se ao seu slogan de campanha “continuando no caminho certo”, declarou ao semanário *São Caetano Agora* que pretende usar sempre o mesmo slogan “ porque São Caetano é uma cidade que vem se modernizando ao longo dos anos, tem trazido para o seu povo cada vez mais qualidade de vida, tentando dinamizar a questão do desenvolvimento econômico, se preocupando com questões fundamentais da assistência aos serviços públicos. A certeza é que, além de continuarmos no caminho certo, produziremos de fato um norte duradouro e seguro à população.”

Câmara Municipal

Ao enfatizarmos os trabalhos realizados pelos prefeitos, em nenhum momento deixamos de ignorar os membros do Poder Legislativo, constituído pela nossa Câmara de Vereadores. Na verdade, muitas obras realizadas pelos prefeitos derivam de projetos lançados, discutidos e depois aprovados pelo espaço legislativo dos vereadores. Essa mútua colaboração entre prefeitos e vereadores é de tal monta e significado que muitos prefeitos, antes de assumirem esse cargo executivo, haviam militado na Câmara Municipal, que é a escola eficaz para sentir os problemas e anseios da população.

Aos vereadores que desde 3 de Abril de 1949 até os dias atuais passaram pela nossa *Casa de Leis*, o meu reconhecimento pelos trabalhos realizados em benefício da nossa São Caetano do Sul.

O Progresso de São Caetano

1-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

Em 2002 São Caetano do Sul foi a cidade escolhida em primeiro lugar no Brasil segundo os critérios do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Criado pela ONU (Organização das Nações Unidas), o IDH-M serve para avaliar a qualidade de vida das cidades ao redor do mundo. Ele leva em consideração vários índices, como por exemplo a renda. Ela é calculada através do PIB per capita, expresso em dólares, e ajustado para refletir a paridade de poder de compra entre os países comparados.

Outros fatores levados em conta no IDH-M, além da renda: a longevidade da população, expressa pela esperança de vida ao nascer; o grau de maturidade educacional, que é definido pela taxa da alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino.

É a terceira vez que a cidade de São Caetano do Sul, mesmo inserida em uma área problemática como a metropolitana de São Paulo, recebe esse índice da ONU para mensurar a qualidade de vida das cidades. Anteriormente, em 1991 e 1998, São Caetano do Sul já havia recebido o mesmo IDH municipal, indicador de melhor cidade do Brasil para se viver.

Pelo IDH-M de 2002, nossa cidade lidera a classificação geral, ficando com o primeiro posto na dimensão longevidade. O município proporciona aos seus habitantes uma esperança de vida calculada em 78,2 anos, média igual à da Grécia, país que é o 14º entre 173 nações. São Caetano do Sul recebe o segundo lugar nos

critérios de educação e renda. Mas, como apresenta o índice mais equilibrado entre as dimensões longevidade, educação e renda, foi classificada como a melhor cidade ou o melhor município do Brasil em qualidade de vida, segundo critérios analisados pela ONU.

2- Líder de alfabetização

No setor educativo, São Caetano do Sul obteve reconhecimentos no próprio país, como o do IEME - Instituto de Estudos Metropolitanos, em 2003. Dessa forma, a cidade aparece em primeiro lugar no índice de alfabetização da Região Metropolitana de São Paulo, conforme indicadores do IEME, que abrange os 55 municípios economicamente mais importantes do Estado de São Paulo.

Essa liderança da nossa cidade reflete a menor porcentagem de chefes de família de baixa renda tidos na condição de analfabetos, segundo estudos comparativos do IEME. A base de dados de que se vale o IEME para estabelecer a classificação desses municípios no índice de alfabetização é o Atlas de Exclusão Social no Brasil. Este tem a participação de acadêmicos das universidades USP, Unicamp e PUC, que levam em conta os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da ONU, o IDH-M citado acima.

Vale comparar a classificação do IEME obtida por São Caetano do Sul com outros municípios do Estado de São Paulo. Divulgada em 1º de Dezembro de 2003, ela indica que sete dos dez primeiros colocados no índice de alfabetização estão no interior do Estado, enquanto os sete últimos colocados se situam na Região Metropolitana de São Paulo e na região da Baixada Santista. São Caetano do Sul, em primeiro lugar, Santos em segundo, e Santo André, em quinto, são os únicos municípios não-interioranos a ocupar as melhores posições em alfabetização de chefes de família e de outras faixas da população.

3 - Bom local para se fazer carreira

Da realidade de subúrbio, com ruas esburacadas e precário saneamento, sem escolas à altura de seu parque industrial, nosso município evoluiu para uma cidade com condições ideais para atrair as pessoas em busca de carreira promissora. Esse é um

bom efeito que pode claramente se creditar à autonomia da cidade. Sem escolaridade, sem condições de oferecer bons empregos, sem saúde e saneamento, nenhuma cidade pode atrair em termos de carreira pessoal. Tais vetores de progresso a São Caetano do Sul autônoma desenvolveu com brio e determinação. Agora colhemos os resultados.

Esse é o pano de fundo dessa classificação recentemente obtida pelo nosso município, sexto lugar como ideal para se fazer carreira profissional no Brasil, de acordo com estudo da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Esse estudo abrangeu 5.561 cidades do Brasil. Outra vantagem dos redutos da antiga Fazenda São Caetano está em ser o único município “não capital de estado” a participar dos dez primeiros lugares do índice Local de Boa Carreira. A primeira cidade do Brasil é São Paulo, seguida de Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre e Belo Horizonte. São Caetano do Sul, em sexto lugar, foi seguida de Curitiba, Florianópolis e João Pessoa.

Para efetuar essa pesquisa, o estudo da Fundação Getúlio Vargas selecionou cidades com população superior a 170 mil habitantes. Por esse critério exclusivo, nosso município não teria chances de entrar para o seleto cotejo, pois tem apenas 142.000 habitantes. Ela foi incluída no estudo da Fundação Getúlio Vargas por seu destaque no cenário nacional, mercê de seu poderoso parque industrial, que inclui uma das maiores indústrias automobilísticas do país.

Os critérios levados em consideração pela Fundação Getúlio Vargas foram:

- Educação (cursos e matrículas),
- Saúde (número de hospitais e leitos),
- Dinamismo (valor de depósitos à vista nos bancos),
- Arrecadação (receita de tributos do município),
- Fator impulsionador de carreira (relação entre capital e trabalho) e
- Índice de Desenvolvimento Humano.

Entre os fatores relevantes para desenvolvimento de carreira, medidos de 1 a 5, a educação tem o maior peso (5). O setor educacional de São Caetano do Sul possui índices de apenas 0,7% de analfabetismo, 18,5% da população com formação superior e 100% de matrículas em pré-escola, distribuídas em 36 esco-

las de ensino infantil e três entidades assistenciais.

No tocante à saúde, a cidade dispõe de 700 leitos na rede pública e privada, média de 6,3 leitos para cada mil habitantes, o que é um índice superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 4,5 leitos para mil moradores. Entre estes estabelecimentos de saúde, sobressai-se o Hospital Beneficente São Caetano, fruto de um mutirão cívico incentivado pelo *Jornal de São Caetano*.

4 -Inclusão digital

A agilidade dos dedos revelada outrora no artesanato cerâmico se transporta agora para outro campo, o da informática. Assim agindo, São Caetano do Sul também lidera a lista da inclusão digital no Brasil, mais especificamente no quesito de acesso domiciliar.

A cidade possui a maior quantidade de moradores com computadores em casa, o que equivale a 41% da população de 140 mil habitantes. A estatística, com base em dados de 2003, consta do Mapa da Exclusão Digital, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e pela organização não-governamental Comitê para a Democratização da Informática - CDI .

Com efeito, o Mapa traça um panorama da exclusão digital no país, abrangendo 149,9 milhões de brasileiros, ou seja 84,6% da população. A pesquisa levantada pela FGV serve de suporte no objetivo maior de definir políticas públicas, investimentos de empresas privadas e ações de organizações não-governamentais. Essas políticas buscam, de fato, um desenvolvimento auto-sustentado que não pode prescindir de maior acesso da população às habilidades da era digital.

Entre os 15,4% dos habitantes do país que têm acesso ao equipamento básico de informática constam muitas pessoas do município de São Caetano do Sul. Esse acesso é facilitado por políticas públicas voltadas à inclusão digital e à informatização de diferentes faixas etárias. Dentro dessa perspectiva, foi desenvolvida a inclusão digital também de pessoas de mais de 50 anos de idade, tarefa assumida pelo Centro de Convivência da 3ª Idade João Nicolau Braido, mantido pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Outra faixa intensamente atingida pela cidade são as

crianças. Enquanto apenas 8,8% das crianças do país até 15 anos têm acesso à digitalização, segundo o IBGE, a Diretoria de Educação e Cultura do município mantém, a desde 1999, salas de informática que acolhem 25 mil estudantes da rede municipal e da estadual, atingindo cerca de 17,87% da população municipal.

Ao cabo da breve explanação sobre os atributos da cidade que valorizam o desenvolvimento humano, pode-se notar a influência de fatores de educação, como a alfabetização universal e a forte rede de estudos secundários e superiores, de saúde, que compreendem perfeito atendimento nas áreas de água potável, saneamento básico e hospitalar.

Eram exatamente esses setores que tiveram de ser atacados com firmeza a partir da administração do primeiro prefeito e seus sucessores, ante aquele quadro degradante de uma rica cidade industrial sem estrutura urbana apropriada. Realidade de subúrbio, diria o sociólogo José de Souza Martins. As excelências expressas em bom local de carreira e acesso digital só prosperam em bom pavimento de educação e saúde, a serviço de um parque econômico vigoroso, que apresenta muitas e variadas ocupações.

Pólo da Cerâmica, pólo do futuro

Além de mostrar excelentes índices de desenvolvimento de São Caetano do Sul, como os acima apresentados, não podemos deixar de assinalar perspectivas futuras. Nesse particular, é preciso salientar as muitas novas empresas que foram registradas recentemente. Entre esses novos empreendimentos, existe um que merece um pouco mais de atenção. É o Pólo Tecnológico da Cerâmica. Ele tem um pouco do sentido restaurador de um passado brilhante, como o da indústria cerâmica, mas também o sentido de uma urbanização que integre história, atividade econômica, cultura e lazer. Tendência que tem prosperado em centros urbanos ao redor do mundo.

Esse Pólo em formação mostra uma curiosidade histórica, pois tem lugar na antiga área industrial da Cerâmica de São Caetano. Após décadas de pioneirismo no setor cerâmico, essa indústria foi assumida pela empresa Magnesita, situada em Minas Gerais e concorrente da Cerâmica São Caetano.

A Magnesita, ao invés de continuar produzindo em São Caetano, optou por levar o maquinário local para sua fábrica em

Minas Gerais, abandonando aos poucos os galpões e terrenos adjacentes da antiga e pujante indústria cerâmica, nascida sob os auspícios da antiga Companhia Privilegiada. Como resultado de formações societárias, no embalo do fenômeno da globalização, hoje o nome da empresa dona dos terrenos da Indústria Cerâmica é Risa Magnesita. Justamente esses terrenos, de 360.000 m², serão palco de novo pólo econômico e social. Para mais detalhes, valemos do noticiário da região.

Notícia da *Tribuna do ABCD*, de 26 de Junho de 2004, traz a seguinte informação: *A prefeitura de São Caetano do Sul assinou, com representantes das empresas Sobloco e Risa Magnesita, a escritura que permite a doação, troca e permuta da área de 360.000 m², terreno onde funcionou a antiga fábrica da Cerâmica, para a construção do Pólo Tecnológico Centro Empresarial Cerâmica São Caetano.*

O Pólo Tecnológico faz parte de uma estratégia traçada pelo Conselho Econômico do município para assegurar o desenvolvimento econômico da cidade, nos próximos 20 anos. Entre outras melhorias do Pólo para a cidade, está a construção de um piscinão para regularizar fluxos de picos de enchente, nos bairros São José e Jardim São Caetano. Além dessa obra, a prefeitura projeta outras estruturais e básicas, como duplicar a Avenida Guido Aliberti e construir um viaduto ligando a Aliberti à Avenida do Estado. O conjunto dessas e outras obras faz parte do aporte de infra-estrutura urbana do Pólo, a cargo da Prefeitura de São Caetano do Sul, que se consorcia com a Sobloco e a Risa Magnesita, dona dos terrenos, para a marcha do empreendimento.

Essa antiga área da Cerâmica deverá receber um espaço urbano planejado, onde prevalecerá um uso misto de serviços, residências, comércio e empresas de alta tecnologia. A parte social de cultura e lazer está incluída no projeto.

Essa é uma das iniciativas para aumentar o desenvolvimento municipal, muito carente em áreas para se expandir. O antigo acervo da Cerâmica é base, portanto, para nova etapa desenvolvimentista da cidade, em que a argila já cumpriu o seu papel. Em minha opinião, é digno deste registro especial.

O esporte premiado

Ao lado de tantos setores em franco progresso, atestado



*Inauguração da Sala Jornal de São Caetano na Comissão Municipal de Esportes.
Ano 1955*

por láureas recebidas dentro e fora do país, e de empreendimentos de melhoria do espectro urbano, não poderíamos deixar de mencionar o esporte. Embora muitas modalidades esportivas sejam praticadas em áreas municipais, o futebol ainda é o esporte mais popular. Foi aos clubes de futebol que Walter Thomé e eu recorremos num primeiro momento para realizarmos a proeza de um jornal, o *Jornal de São Caetano*. As páginas se mantinham abertas ao esporte, mesmo que os clubes não costumassem trazer o seu aporte de notícias ne seu amparo financeiro, conforme fora negociado.

Esse apoio ao esporte, que envolvia principalmente os clubes de futebol, mas incluía também outros jogos, como o xadrez, não ficou sem uma resposta. Ela veio mais recentemente através dos bons resultados conseguidos pela A. D. São Caetano, mais conhecida como "Azulão", que hoje está entre os grandes times de expressão nacional. Em várias ocasiões pontificando em segundo lugar no Campeonato Brasileiro, finalmente, no ano de 2004, o São Caetano conseguiu entrar no seletivo grupo de vencedores do Campeonato Paulista.

Mensagem de despedida

Fazendo alarde de tantas melhorias, a maioria de caráter comunitário e institucional, até parece que esqueci o horizonte das pessoas e seu relacionamento normal do dia-a-dia. Não,

elas sempre estão presentes. Quando falo de estruturas urbanas, com qualidade de vida, é para nelas situar o homem, esse mesmo a quem me dirigia nas muitas edições de jornais que produzi. Esse mesmo que foi colega de trabalho nas muitas empresas de que participei. É em relação a essas pessoas e aos amáveis leitores que me acompanham que falo propriamente de despedida.

Pessoalmente, como frisei ao iniciar este último capítulo, acho difícil descobrir uma retirada ideal de junto de meus leitores. Vou valer-me, talvez com alguma adaptação, da despedida que fiz quando saí dos quadros da Eletropaulo e ingressei no time dos aposentados. A carta que então enderecei a muitos amigos tinha mais o condão de agradecimento do que de despedida. É esse o tom que quero ver prevalecendo ao final deste livro.

A mensagem que escrevi em 1997 para os meus amigos, comunicando-lhes minha nova fase de vida, e colocando-me à sua disposição, tem a seguinte redação:

Caro Amigo. Estou agora com mais tempo disponível para minha Família, meus Amigos e para mim. Com 55 anos de trabalho, de auxiliar de carpinteiro a Superintendente da Eletropaulo, comprovados pelo I.N.S.S., afinal, aposentei-me. Seria impossível mencionar o volume de conhecimentos que amealhei durante esse tempo.

Mas a minha satisfação realmente está no fato de que tudo isso, com determinação e muito entusiasmo, apliquei nas empresas onde tive o prazer de trabalhar e em iniciativas em favor da comunidade por meio de entidades beneficentes, da imprensa e do Rotary Clube. Estou muito feliz e, se tivesse que começar de novo, com todos os percalços que encontrei pelo caminho, faria tudo da mesma maneira como fiz nesses meus 72 anos de vida.

Agradeço os ensinamentos, as atenções e as gentilezas que sempre me dispensaram e deixo aqui o meu reconhecimento, meu endereço e um abraço grande, carinhoso e muito amigo.

O teor de uma carta que escrevesse hoje à guisa de despedida não teria termos muito diferentes desses. O pouco que talvez mude é que agora tenho uma idade em que se tem grande tentação de fazer uma revisão de todos esses acontecimentos. As muitas observações que fiz ao longo deste livro são uma espécie de balanço de apreciações, de lições que extraí nessas décadas bem vividas. A bem da verdade devo confessar que, regredindo no tempo para lembrar, com alguma exatidão, tudo que narrei neste livro, fui tomado de muita emoção em vários momentos. Foram

inúmeras e fortes lembranças. Momentos alegres. Amigos queridos e parentes que já se foram. Vitórias. Derrotas. Quantas coisas aconteceram nestes 80 anos. Contabilizando tudo, no meu entender, o saldo é positivo, graças a Deus.

O que me sobrou de tantas experiências e trabalhos é o exercício de jornalismo, através de artigos esparsos para a *Tribuna do ABCD*, para revista *Raízes* e para o pequeno noticioso do Rotary Clube, que tem o sugestivo título de *Servir*. Muita gente aprecia, e com razão, um bom prato. Um noticioso também tem o seu ponto, o seu agrado. Espero corresponder a esse ponto aguardado pelos leitores. O jornalismo, apesar de ser o primo pobre nas minhas realizações, foi o que me trouxe as maiores alegrias, como as campanhas desenvolvidas pelo saudoso *Jornal de São Caetano*, as rodadas de história promovidas pelo jornal *Sancaetanense* e outras mais.

O *jornal* terá sempre um sabor de amizade social, servindo as pessoas, servindo a verdade. A verdade, que dá sabor à vida, dá sabor ao *jornal*. Essa não é uma despedida. É um fim de conversa, de prosa. Ela pode ser reencetada a qualquer hora, a qualquer momento. Obrigado a todos por me acompanharem.

Referências bibliográficas

Livros e revistas

ASSIS, IRMÃ LÍDIA LOPES DE. "Irmãs Clarissas Franciscanas no Hospital São Caetano". *Informativo do Hospital São Caetano* (Jubileu de ouro). 1996.

JUNQUEIRA, ÁLVARO PAEZ. "Como está o Hospital Beneficente São Caetano" (entrevista). *"Olho Clínico" Informativo da APM - Regional de São Caetano*. Março de 2004.

LODUCA, WILSON. *São Caetano - Das várzeas alagadiças a príncipe dos municípios*. Editora Hucitec, Fundação Pró Memória e Prefeitura de São Caetano do Sul. 1999.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. *Subúrbio - Vida Cotidiana e História da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. Editora Hucitec e Editora Unesp. Segunda edição, 2000

MÉDICI, ADEMIR. *Migração e Urbanização - A presença de São Caetano na região do ABC*. Editora Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul.

KENDE, PEDRO. "Entrevista com Ivo Pelegrino". *Raízes*. São Caetano do Sul: 24: 14-16, Dez. 2001.

PETROLI, VALDENIZIO. "Sociedade Amigos de São Caetano: entidade que liderou a autonomia". *Raízes*. Edição Especial: Meio Século de Autonomia: 39-44, Out. 1998.

RUSSO, ALEXANDRE TOLER. "Das cabras aos 43 milhões de cruzeiros". *Raízes*. São Caetano do Sul: 22: 18-23, Dez. 2001.

RUSSO, ANTÔNIO. "SBHSC: uma jovem de 50 anos". *Informativo do Hospital São Caetano* (Jubileu de ouro). 1966.

XAVIER, SÔNIA MARIA FRANCO. "Arte, Argila e Cerâmica, raízes de nosso crescimento". *Raízes*. São Caetano do Sul: 24: 23-27, Dez. 2001.

Jornais consultados

Jornal de São Caetano - Edições de: 1946 - 28 de julho de 1946 (inaugural); 18 de agosto; 1º de setembro; 22 de setembro; 20 de outubro; 22 de

dezembro. 1947 - 12 de janeiro; 2 de fevereiro; 20 de abril; 4 de maio; 25 de maio; 27 de julho; 24 de agosto; 4 de outubro; 24 de outubro; 2 de novembro; 14 de dezembro. 1948 - 22 de fevereiro, 7 de março, 4 de abril, 11 de abril, 18 de abril, 23 de maio, 6 de julho, 25 de julho, 22 de agosto, 5 de setembro, 16 de setembro, 26 de setembro, 10 de outubro; 17 de outubro, 24 de outubro; 31 de outubro; 14 de novembro; 28 de novembro; 25 de dezembro. 1949 - 9 de janeiro; 22 de janeiro; 12 de fevereiro; 19 de fevereiro; 10 de março; 9 de abril; 8 de 22 de fevereiro; 7 de março; 4 de abril; 11 de abril; 18 de abril; 23 de maio; 6 de julho; 22 de agosto; 5 de setembro; 16 de setembro; 26 de setembro; 4 de outubro; 10 de outubro; 17 outubro (centésima edição). 1950 - 21 de outubro. 1951 - 24 de fevereiro; 26 de maio; 20 de outubro; 3 de novembro. 1952 - 14 de junho; 20 de agosto. 1954 - 13 de março. 1956 - 18 de dezembro. 1978 - 28 de outubro.

Sancaetanense Jornal - Edição de: 19 de março de 1983; 28 de julho de 1984 e 21 de março de 1987

Tribuna do ABCD - Edições de: 1º de novembro de 1998; 22 de outubro de 2000; 12 de maio de 2001; 9 de junho de 2001; 23 de março de 2003; 17 de outubro de 2003; 26 de junho de 2004 e 23 de outubro de 2004

São Caetano Agora - Edição de 28 de julho de 2004 e 22 de outubro de 2004

Diário do Grande ABC - Edições de: 18 de julho de 1999; 14 de maio de 2003; 1º de novembro de 2003

ABC - Jornal do Povo - Edição de 24 de outubro de 1998

Gazeta Mercantil - Edição de 1º de julho de 1999

Jornal "Valor Econômico" - Edição de 3 de julho de 2000